BIBLIOTECA NACIONAL
Av. Rio Branco
D. Federal
O. 7/48

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

Ampla política de bem-estar geral, preconiza o Chefe da Nação – "O govêrno tem que se organizar, encarando os problemas relacionados com o gigantismo urbano, a alimentação, a habitação, vestuário econômico doméstico, a colonização e o progresso das pequenas comunidades" – Previdência e Assistência Social – A situação financeira do país – Imigração e Saúde Pública – Integra da Mensagem do Chefe do Govêrno

BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro

A MANHÃ
ANO X — RIO DE JANEIRO, Sexta-feira, 16 de março de 1951 — NÚMERO 2.952
Diretor: CARDOSO DE MIRANDA ★ Gerente: OCTAVIO LIMA

O PRESIDENTE DA REPUBLICA sr. Getulio Vargas, enviou, ontem, ao Congresso Nacional, por ocasião de sua instalação, a sua primeira mensagem. Foi portador desse importante documento o embaixador Lourival Fontes, chefe do Gabinete Civil da Presidência da Republica.

Damos, hoje, na integra, o texto daquela mensagem, num esforço de noticiario que muito nos desvanece.

Publicando tão expressiva exposição do Chefe do Executivo aos membros do Congresso Nacional, o fazemos na certeza de divulgação de um documento que ficará para sempre na historia do país.

A MENSAGEM

SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

No início do novo Govêrno, quando se inauguram os trabalhos da presente legislatura, proporciona-me o preceito constitucional a almejada oportunidade de vos expor a situação do País e os grandes problemas com que nos defrontamos.

Esta é, também, uma mensagem de cordial colaboração do Poder Executivo, na qual desejo, inicialmente, manifestar a minha



inteira confiança no labor objetivo e fecundo do Congresso, no sentido de dotar o País, no menor tempo, da legislação adequada ao seu desenvolvimento econômico e social, e de prover o Poder Executivo com os recursos legais para uma ação plástica e eficiente nas novas condições externas e internas, bem como para o desempenho pleno e responsável dos seus deveres perante a Nação.

Registrarei os aspectos mais significativos e os fatos relevantes da situação do País, conquanto não fôsse possível, nos primeiros dias de govêrno, coligir todos os elementos informati-

(Continua na 6.ª pagina)

HOJE NO RIO

O MEDICO CONDENADO A' MORTE

Ligeiros traços da vida do dr. Napoleão Laureano – Lider popular em João Pessoa – D. Marciana, companheira dedicada de todos os tempos – Contando os minutos e observando o curso da moléstia

Ensina-nos uma teoria antiga, mas que ainda vigora nos anais de medicina, que o câncer é determinado por uma reprodução celular autárquica e anárquica que lhe dá o seu aspecto de malignidade.

Nas suas fases primária e secundária, o tratamento dessa insidiosa moléstia se faz pela aplicação do radium. O caso do dr. Napoleão Laureano, entretanto, já entrou na fase mais adiantada, com grande propagação em tôda a rêde linfática proxima ao campo afetado.

Quem poderá dizer até onde vai essa invasão traiçoeira, quando os especialistas americanos que examinaram o médico brasileiro apenas o desenganaram e determinaram o limite de sua vida?

A localização ingrata dêsse tumor maligno naquele facultativo e a fase adiantada em que o mesmo se encontra, não permitem, por certo, a sua amputação, ainda um dos tratamentos eficazes indicados.

Daí ter o dr. Napoleão Laureano ficado com o seu tratamento limitado ao radium, que

(Conclui na 2.ª página)

"Record" no consumo de café

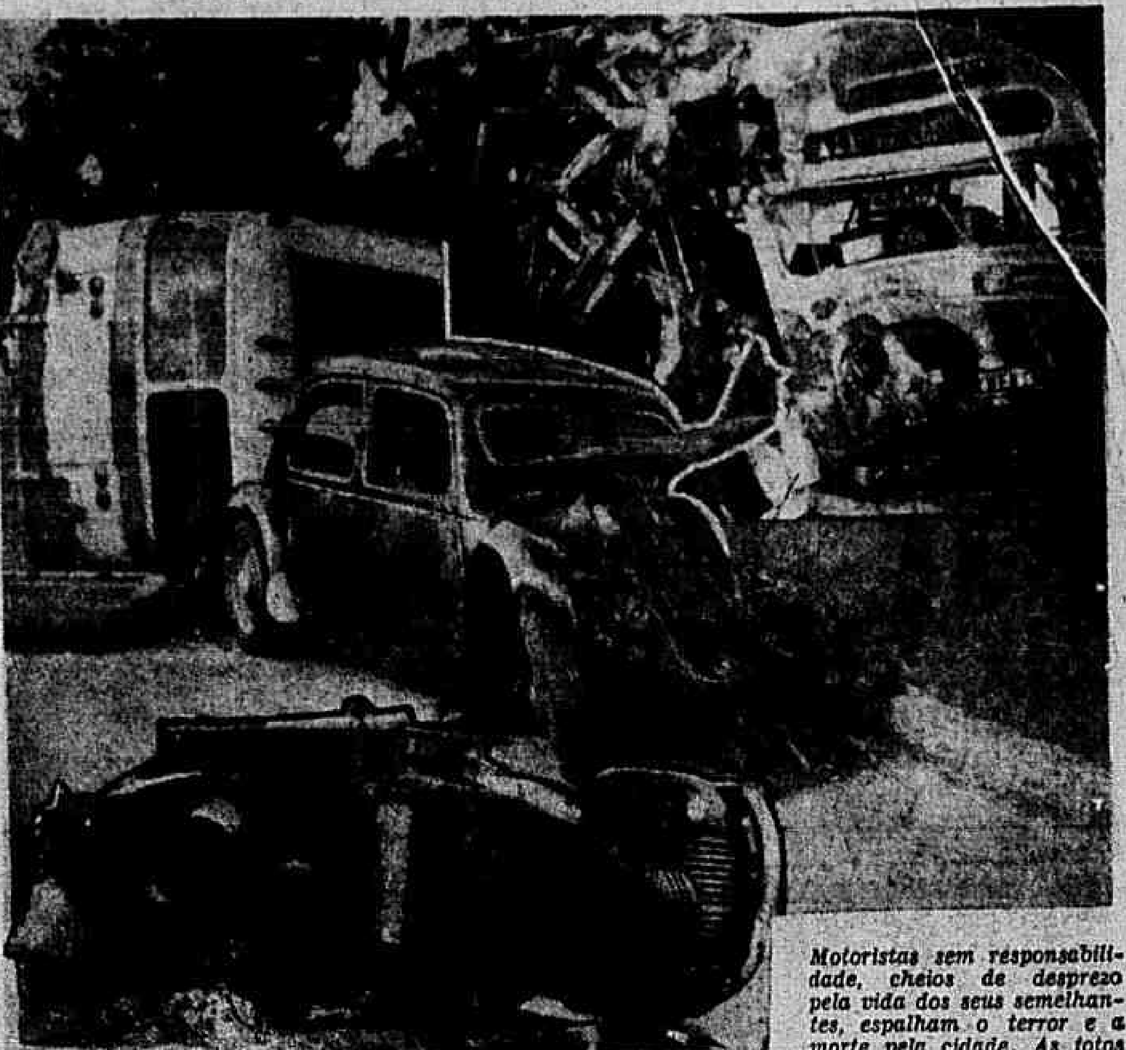
WASHINGTON, 15 (U. P.) — As importações para consumo, do café cru, nos Estaods Unidos, tiveram um considerável aumento em volume e em valor no mês de janeiro de 1951, em comparação com dezembro de 1950, e atingiram um novo "record" máximo mensal. Estatísticas publicadas sem comentários pelo Departamento de Comércio dão para as importações de janeiro um total de 293.086.510 libras-peso, no valor de 142.416.952 dólares, em comparação com as 178.805.088 libras no valor de 84.075.494 dólares da importação de dezembro de 1950.

XAVIER CUGAT SENSACIONAL

Foi esbofeteado pela noiva e vai bater-se em duelo

BOGOTA', 15 (INS) — Xavier Cugat ,diretor de orquestra, que se tinha tornado famoso na Colombia pelos seus escândalos, provou mais um, no hotel da cidade de Cali, onde se hospeda. Abbe Lane, sua noiva e cantora de orquestra, esbofeteou-o espetacularmente para por fim aos abusos do empresário. Igualmente se diz que Cugat se baterá num duelo a pistola com um jornalista de Cali.

PREÇO DESTE EXEMPLAR 50 CTS



Motoristas sem responsabilidade, cheios de desprezo pela vida dos seus semelhantes, espalham o terror e a morte pela cidade. As fotos estampadas acima, foram tôdas colhidas no dia de ontem. Desastre na Praia de Botafogo, desastre na Avenida Maracanã e desastre na Avenida Brasil. Positivamente, o Rio está transformado em cidade dos desastres...

ACONTECEU ONTEM...

MOTORISTAS QUE SEMEIAM O TERROR E A MORTE

Três trágicos desastres em pontos diferentes da cidade – Avenida Maracanã, praia de Botafogo e avenida Brasil – O triste balanço das vítimas: 2 mortos e 13 feridos

A imprudência com que certos motoristas conduzem seus veículos é responsável pelo grande número de desastres que acorrem, diariamente, na cidade. E' que esses profissionais do volante, teimando em não respeitar a lei, trafegam pelas ruas em doida disparada, matando, ferindo, causando, enfim, uma serie de acidentes.

As estatísticas estão aí, para atestar o que afirmamos. O Rio é a cidade onde há maior número de vitimas de veículos.

Ainda ontem verificaram-se três desastres de graves consequências, em diferentes pontos da cidade.

Em Botafogo

O ônibus número de ordem 55, da Viação Carioca, chapa ... 8-13-55, da linha 111, Tijuca-Jóquei Clube, via Copacabana, dirigido pelo motorista José Pereira, de 27 anos, solteiro, morador na rua da Gratidão, 158, casa 3, trafegava em velocidade pela Praia de Botafogo. Nas proximidades da Embaixada Argentina, o coletivo desgovernou-se, subiu o passeio e, após passar de raspão com a capota dianteira numa árvore, foi chocar-se violentamente contra outra, a alguns metros na frente.

Em consequência, sairam feri-

(Conclui na 2.ª pág.)

BATEU NA REDE ELETRICA E INCENDIOU-SE O TAXI AEREO

HORRIVELMENTE CARBONIZADO O SEU PILOTO — UM POPULAR PUXOU-LHE O PÉ, TENTANDO SALVÁ-LO — O APARELHO FAZIA A LINHA "UBA-MANGUINHOS" — O PILOTO TENTAVA COMUNICAR-SE COM OUTRO AVIÃO ACIDENTADO



..Flagrante colhido pela nossa reportagem momentos após a queda do aparelho

Mais um trágico desastre com avião vem de ocorrer, êste, com um taxi-aéreo e em consequência do qual o piloto teve morte horrivel, carbonizado. O pequeno aparelho, voando a pouca altura, bateu nos fios da rêde elétrica aérea da estrada Rio-Petrópolis, caindo ao solo e incendiando-se em seguida.

O pequeno avião era PT-ABC, que fazia, como taxi-aéreo, o percurso "Uba-Fábrica Nacional de Motores-Manguinhos. De

(Conclui na 2.ª pág.)



José Porfirio dos Santos, o "doutor"

Conquistou a viuva cheia da "gaita"

O "dr." Porfirio resolvia qualquer "parada" – Prisão do audacioso malandro

Audacioso chantagista foi preso ontem pelos investigadores da Seção de Roubos e Furtos do 5.º Distrito Policial. Trata-se de José Porfirio dos Santos, de 44 anos, casado, residente na praça Onze de Junho, n. 777. Fazendo-se passar como advogado, o "dr." Porfirio, como é assim mais conhecido, apresentava-se aos inocentes e, após insinuar-se, aplicava o "golpe". O campo que escolhera para as suas atividades é bastante amplo. Resolvia qualquer assunto como, por exemplo, papéis de casamento, inventário, legalização de carteira de motorista do Estado do Rio para o Distrito Federal, como também "lecionava" aula de direção, cobrando a "módica" quantia de 2.500 cruzeiros por vinte minutos de aula.

Ao repórter disse não tratar de casos de falência, porque há muita concorrência por parte de seus "colegas", os verdadeiros advogados.

Conquista de uma sexagenária

Entre tôdas as chantagens praticadas pelo "dr." Porfirio uma se destaca, por lhe ter rendido bastante dinheiro. A vitima chama-se Ana Maria Salicane, de 64 anos, moradora na rua Japuru, 782. Essa senhora, possuidora de muitos bens deixados pelo seu falecido esposo além de ir na conversa do intrujão, apaixonou-se pelo "doutor", o que foi pior. O romance entre os dois já durava oito meses, tempo suficiente para permitir ao malandro obter tudo de d. Ana, que lhe deu uma pro-

(Conclui na 2.ª pág.)

ESPATIFADO PELO TREM

Outro desastre, mas este, felizmente, não ocasionou vítimas – Em Cintra Vidal



Aspecto do local, vendo-se o estado em que ficou a camioneta lotação

Mais outro desastre correu. Este, porém, apesar de violento, não causou vitimas. Mas mesmo assim, pode-se constatar o abuso do motorista único culpado da ocorrência.

Em desabalada carreira passava pela estação de Cintra Vidal o autolotação de n. 4-68-94 e ao chegar no cruzamento da linha auxiliar avançou o sinal que estava vedado, sendo então colhido espetacularmente pelo trem UA-72, procedente de S. João de Meriti, e que se destinava à Gare Pedro II.

O carro foi atirado a distância, ficando danificado por completo. Conforme acentuamos acima, não houve vitimas, isso porque, o autolotação ia para a garagem e o seu único ocupante era o motorista o qual, por uma questão de sorte, nada sofreu.

O sinaleiro Joaquim Vieira Coutinho declarou ao nosso reporter que os sinais vermelhos estavam funcionando, bem assim como a campainha. Teve ainda tempo para de viva voz avisar o chofer, mas já nessa ocasião era tarde.

Ao local compareceu a policia apurando ser o maquinista Manoel Peres Teixeira.

O motorista, conseguiu evadir-se, sendo aberto o necessário inquerito.

BIBLIOTECA NACIONAL
Av. Rio Branco
D. Federal

Roupa feita e sob medida
Teles, alfaiate

• O deputado Israel Pinheiro vai disputar a Presidência da Comissão de Finanças, da Câmara. Segundo o depoimento de alguns amigos daquele parlamentar, o seu maior sonho é ser ministro da Fazenda e teria concluido êle que a presidência da referida Comissão ainda é o caminho mais curto... (Os exemplos aí estão, para quem os quiser conferir).

• No recente caso criado em tôrno da quarta Secretaria da Câmara disputada pelos mineiros Olinto Fonseca e Vasconcelos Costa, saiu vencedor o nortista Amando Fontes...

• Entre as muitas artistas do cinema que passaram recentemente pela capital, uma houve que levou uma lição da qual guardará, por certo, as mais agradáveis recordações... Referimo-nos a Evelyn Keyes que foi aprender o nosso samba, in location, no apartamento do sr .Carlos Guinle Filho...

• O deputado Benedito Valadares reagiu brilhantemente à nossa nota de ontem. Já à tarde compareceu à instalação do Congresso com uma roupa nova, numa elegância de fazer jús a qualquer futura lista de Jacinto de Tormes...

• Ao que nos informam, deixará o comando da Diretoria de Rotas Aéreas, o brigadeiro Eduardo Gomes. Uma nova comissão lhe será confiada: a de adido da Aeronáutica junto ao Estado Maior Geral das Fôrças Armadas.

Ficarão nos Afonsos os alunos de Barbacena

Aviso aos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar

A Diretoria Geral do Ensino da Aeronáutica, por nosso intermédio, comunica aos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, que terminaram com aproveitamento o 2º ano, em 1950 e se acham em férias, que deverão comparecer à 2a. Divisão daquela Diretoria às 9 horas do dia 24 do corrente, a fim de receber instruções concernentes à apresentação, a 26 de março, à Escola de Aeronáutica, onde funcionará o 3º ano da Escola Preparatória de Cadetes do Ar e no qual serão matriculados.

DOENÇAS DOS OLHOS
Dr. PEDRO ABRAMOVIC
EXAMES, TRATAMENTO E OPERAÇÕES
Rua Ramalho Ortigão, 9 — 1.º, sala 14 — das 14 às 18 hs. — Tel.: 25-4578

CONQUISTOU A VIUVA CHEIA DA "GAITA"

(Conclusão da 1.ª pág.)

curação para tratar de todos os seus negócios. Essa procuração foi cassado ontem mesmo.

Outras vítimas

Epifanio Bispo de Carvalho, residente na rua do Lavradio, 119, fundos; Maria Angela Marzoni Pereira, domiciliada na rua Juan Pablo Duarte, 15, sobrado e Pedro Nogueira de Oliveira, morador também na rua do Lavradio, 119 fundos, que já foram ouvidos em cartório. Francisco Xavier Sobrinho, domiciliado na rua dr. Bernardino, 243; João Paulino Teixeira, morador na Ladeira Sá oLourenço, 88, e Pedro Martins dos Santos, residente na rua Candido Benicio, 469, também formam na lista dos que se deixaram levar pela labia do "dr." Porfirio.

ACONTECEU ONTEM...



Luiz Cortelli e sua espôsa, Tereza Cortelli, vitimados no acidente da Praia de Botafogo e internados na Casa de Saúde São Geraldo

(Conclusão da 1.ª pág.)

dos os seguintes passageiros do ônibus:

Luiz Conteli, italiano, de 63 anos, casado, operário, morador na rua Figueiredo, 5 c. 117, com fratura exposta da perna direita, feridas contusas na cabeça, no rosto e contusões pelo corpo; sua espôsa, Tereza Carrozino Contell, de 55 anos, italiana, com fraturas expostas nas pernas; Izolete da Silva Soares, de 18 anos, solteira, doméstica, residente na avenida Epitácio Pessoa, 1.232, com contusoes e escoriações; Edite Moutinho, casada, de 44 anos, doméstica, moradora na rua Professor Valadares, 72, com contusões generalizadas; Adélia Gonçalves, de 40 anos, viuva, doméstica, residente na avenida N. S. Copacabana, 1.181, com escoriações na cabeça; Maria Guimarães, doméstica, de 35 anos, casada, domiciliada na rua Maracai, n. 336, contusões e escoriações pelo corpo, e Virginia Richardi Viana, casada, de 22 anos, residente na rua Ebaina Uruguiai, 107, com contusões e escoriações generalizadas. Os dois primeiros ficaram internados no Hospital Miguel Couto e os demais, se retiraram.

O trocador do ônibus, Alexan-

Antônio Coelho da Cruz, que teve morte horrivel na Avenida Brasil

dre Vieira, de 18 anos, solteiro, residente na rua Boavista, 51, casa 18, sofreu, também, contusões e escoriações, sendo medicado no H. P. S., retirando-se em seguida.

O motorista foi prêso em flagrante, pelo guarda do tráfego n. 983, e apresentado ao comis-



Violante Fernandes dos Santos, que faleceu, e seu marido, o tenente José Pereira dos Santos, após os curativos no H.P.S. Ambos vitimas do desastre na Avenida Maracanã

sário Delgado, do 3.º D. P., que o autuou.

No Maracanã

Enquanto isso, outro desastre ocorria na avenida Maracanã, por culpa exclusiva do desastrado motorista do auto-lotação da linha "Monroe-Lins e Vasconcelos", de chapa n. 5-16-99. Esse veículo vinha para a cidade em louca disparada. Próximo ao estádio, entrou na pista da contramão. Quando, pouco adiante, seu motorista manobrou para ganhar a mão, fê-lo desastradamente, lançando o carro sôbre o "Citroen" 3-33-68, que por ali trafegava, também em direção à cidade.

As vítimas

Após o violento choque o auto-lotação capotou espetacularmente, deixando em frangalhos o "Citroen". Em consequência saíram feridas as seguintes pessoas: 1.º tenente da Polícia Militar, José Pereira dos Santos, de 37 anos, que dirigia o "Citroen", e que sofreu suspeita de fratura do crânio, contusão e escoriações; sua espôsa, d. Violante Fernandes, de 32 anos, com esmagamento do femur, fratura do braço esquerdo, contusões e escoriações. Após medicada foi internada em estado de choque, no H.P.S., onde faleceu. Maria Sardinha da Silva, de 40 anos, moradora na rua Ana Neri, 663, casa 33, também passageira do "Citroen", que está com suspeita de fratura do crâânio, contusões e escoriações e foi internada em estado grave no H.P.S.. Além destes, tiveram contusões e escoriações os seguintes passageiros do auto-lotação: Terezinha Jucá dos Santos, de 22 anos, casada, funcionária, pública, moradora na rua Vilela Tavares, 155, e Judith Silveira Rosa, de 32 anos, casada, moradora na rua Cambuí, 38, na Ilha do Governador.

O motorista do auto-lotação Genésio Lucas de Brito, de 21 anos, solteiro, morador na rua Viuva Claudio, 305, que também sofreu contusões e escoriações, foi prêso em flagrante e autuado no 15.º D. P.

Todas as vitimas foram socorridas no H.P.S., de onde o oficial da Policia Militar teve remoção para o hospital de sua corporação.

Na Avenida Brasil

A Avenida Brasil não podia deixar de figurar neste tragico registro. Porque ali, como em nenhum outro lugar, pode-se ter idéia da irresponsabilidade e inconsciência de alguns motoristas.

Um desses criminosos, cuja identidade não foi ainda estabelecida, dirigia o auto-caminhão chapa 60-14-68, carregado de ferro velho. Fôra fretado pelo sr. Luiz da Cruz, para transportar aquele material para um depósito na rua Francisco Eugênio.

Sem obedecer às advertências do dono da carga, o motorista conduzia o caminhão em velocidade espantosa.

Quando o veículo se aproximava da rua Piratini, surge um carro particular não identificado que ia transpondo a Avenida Brasil.

Para evitar o choque, o motorista do auto-transporte deu violento golpe de direção.

As rodas laterais do carro subiram no refúgio para pedestres, comumente chamado "ilhotas" e, ante o peso da carga, virou.

Morto sob as ferragens

Na corroceria do caminhão viajava o jovem Antonio Coelho da Cruz, filho do sr. Luiz da Cruz, português, de 24 anos e com êle residente na rua Dr. Nunes, 149, em Olaria.

Quando o caminhão virou, Antonio foi "cuspido" ao solo, recebendo toda a carga de ferro velho, que lhe esmigalhou o crânio, matando-o instantaneamente.

Seu pai, bem como o motorista e o ajudante do caminhão, estes dois de identidade ignorada, nada sofreram.

O comissário Milton Lopes da Costa, do 16.º D. P., esteve no local tomando as devidas providências, fazendo, inclusive, remover para o Necrotério do I. M. L. o cadaver do inditoso jovem, ao mesmo tempo em que dava início às diligências para capturar o motorista culpado, que, segundo o sr. Luiz da Cruz, reside na localidade denominada "Cinco Bôcas", em Olaria, onde faz ponto com o caminhão.

DESASTRE DE AVIAÇÃO NA RIO-PETRÓPOLIS

(Continuação da 1.ª pág.)

propriedade do aviador civil José Lopes Fonseca, de 34 anos, casado, residente em Ubá, fôra adquirido há pouco tempo.

O desastre

Cêrca das 17 horas de ontem ocorreu o desastre com o PT-ABC. Logo que soube da ocorrência, a reportagem de A MANHA se locomoveu para onde se dera o desastre, a localidade chamada "Chacrinha", em Gramacho, no quilômetro 17, da estrada Rio-Petrópolis, tendo ou-



José Lopes Fonseca, o piloto, que pereceu carbonizado

vido várias testemunhas do fato, entre as quais os srs. Benedito Virgilio da Silva, encarregado do posto de gasolina de "Chacrinha", e Felipe Fagundes da Silva, radiotelegrafista da Fábrica Nacional de Motores.

Falando à nossa reportagem, disse o sr. Benedito que viu quando o avião, voando muito baixo, bateu com a asa esquerda na rêde elétrica aérea, que é formada por três fios de 6.000 volts, cada. A asa se partiu e o aparelho, desgovernado, foi bater numa árvore, rolando a seguir um barranco e incendiando-se. Adiantou ainda o sr. Benedito, que lhe pareceu ver que o piloto, antes do avião bater nos fios, queria atirar algum volume a alguém que estivesse em terra.

Várias outras pessoas informaram que, próximo ao local do desastre, na manhã de anteontem, um outro aparelho, o PP-DXX, sofrera uma "pane", mas aterrissara sem dano, e, que se encontrava aproximadamente 100 metros além, para onde foi rebocado, o que foi constatado por nossa reportagem. Continuando, disseram aquelas pessoas que o piloto do taxi-aéreo tentara atirar algum bilhete a outros que estariam junto ao PP-DXX.

Consertado recentemente

O sr. Felipe Fagundes da Silva informou à nossa reportagem, bem como o sr. Benedito, que o aparelho voava bem, e que o seu motor devia estar em boas condições. Alias, isso deve ser verdade, pois que, conforme pudemos apurar, o aparelho sinistrado havia sofrido uma vistoria geral, há quinze dias, realizada pelo sr. Fernando Piccaglia, inspetor geral da Fábrica Nacional de Motores.

Puxou o pé do cadaver

Continuando nas suas declarações à nossa reportagem, disse o sr. Felipe que, logo que viu o avião tombar correu para êle, com a intenção de salvar os tripulantes. Aproximou-se e viu um corpo de homem sob o motor destroçado. Puxou o pé, tentando retirar dali o corpo, mas ocorreu uma explosão e o aparelho se incendiou, obrigando-o a recuar.

Policia e bombeiros

No local do acidente estiveram o tenente Abilio Gomes Vieira, delegado de Caxias, que tomou as providências que lhe competiam, e os bombeiros da F.N.M., que fizeram a retirada do cadaver. Também ali estiveram técnicos do Instituto de Polícia Técnica, de Niterói, que examinaram a área em que ocorreu o desastre, desde o ponto em que o avião tocou os fios até o que se incendiou.

O cadaver do piloto foi recolhido ao necrotério de Caxias.

Mac Arthur decidirá sôbre a transposição do paralelo 38

Plenos poderes ao comandante em chefe concedidos por Truman — Seria perigoso para as forças da O.N.U. estabelecer uma linha de defesa ao longo do paralelo — Continuação da guerra de manobras

CAYO RUESO, Flórida, 15 — (INS) — O presidente Truman anunciou hoje, numa roda de jornalistas, que o general MacArthur tem plena autoridade para decidir sôbre a transposição do paralelo 38 por suas tropas. Indicou ainda o presidente que essa é uma decisão tática para o comandante aliado, encarregado de libertar a república da Coreia Meridional.

Ocupada a base de abastecimentos

TOKIO, 16, Sexta-feira, (Earnest Hoberecht, correspondente da U. P.) — As forças da ONU ocuparam a grande base de abastecimentos comunistas de Hongchong, na zona central da Coréia, e suas unidades de tanks dirigiram-se imediatamente para Chunchon, a somente 13 quilometros ao sul do Pararelo 38. Entrementes, soldados da primeira divisão de infantaria sul-coreana, que ocuparam Seul quarta-feira, apoderaram-se de elevações estratégicas que circundam a destruida capital sul-coreana.

Em geral, as forças alliadas continuaram avançando para o norte ao longo da frente de 225 quilômetros de extensão, enquanto os exércitos comunistas chineses e norte-coreanos continuaram retirando-se em direção ao paralelo 38, travando apenas ligeiras ações de retaguarda na zona montanhosa centro-oriental da Coréia. Hongchong, principal base de abastecimentos do 66.º corpo de exército comunista chinês, a somente 34 quilômetros ao sul do paralelo 38, caiu em poder dos aliados mediante uma manobra realizada pela primeira divisão de cavalaria e primeira divisão de infantaria naval norte-americanas, com a cooperação de forças sul-coreanas. Elementos da primeira divisão de infantaria, por sua vez, atravessaram-no pelo leste. Rigorosa censura, por motivo de segurança, impede de assinalar os pontos de avanço máximo das forças da ONU em sua marcha para o paralelo 38.

Opinião de Mac Arthur sôbre o Paralelo 38

Informações anteriores diziam que tanks aliados estavam a somente 24 quilômetros da fronteira norte-coreana. O general Douglas Mac Arthur, comandante em chefe das fôrças da ONU, declarou em entrevista telegráfica exclusiva com o presidente da United Press, Hugh Baillie, que nas atuais circunstâncias seria perigoso que suas fôrças estabelecessem uma linha de defesa ao longo do Paralelo, quando e se chegarem a essa linha divisória.

Mac Arthur assinalou que as fôrças da ONU teriam de continuar sua guerra de manobras, porque próximo do Paralelo 38 não há defesas naturais onde estabelecer uma linha adequada contra as fôrças comunistas chinesas. Acrescentou que o número de soldados que seriam necessários para defender o Paralelo seria suficiente para expulsar os chineses da Coréia e manter a defesa na fronteira mandchuriana. Mac Arthur disse mais que, devido a essa situação, as fôrças aliadas continuarão sua guerra de manobras, como melhor modo, de neutralizar as desvantagens militares sob as quais estão lutando.

Sana-Tônico
Tônico e auxiliar no tratamento da sífilis e suas manifestações

Convenção da U.D.N. gaúcha

P. ALEGRE, 15 (Asapres) — Realizar-se-á sábado a convenção estadual da UDN, convocada para traçar, em definitivo a orientação do partido brigadeirista em relação ao govêrno Ernesto Dorneles e, ainda, escolher os seus representantes junto à próxima convenção no Rio.

DR. CAPISTRANO
Ouvidos - Nariz - Garganta
DOC. FAC. MED.
Rua Senador Dantas, 20 — 9.º — Tel. 22-8868

Tablelaxo
Regulariza os intestinos

Dr. Savas de Lacerda
OLHOS - OUVIDOS - NARIZ - GARGANTA
com estágio nos hospitais em N. York
Cons.: Rua Alvaro Alvim, 31, 5.º and. Cinelândia - 42-1166
As 2as., 4as. e 6as.-feiras Das 15,30 às 19 hs.

A MANHA
Diretor: Cardoso de Miranda
Gerente: Octavio Lima
Chefe de Publicidade: Américo Rodrigues
Redação e Oficinas: Rua Sacadura Cabral, 43
NUMERO AVULSO Cr$ 0,50 — DOMINGOS Cr$ 1,00
TELEFONES: — Redação: 43-6968. Publicidade: 43-6967. Gerente: 23-4479. Diretor: 43-8079. RÊDE INTERNA — 43-5485, 43-5495, 43-5552 e 43-1965. Depois das 23 horas — Redação 43-6968, 43-5485 e 43-5495. Composição e Revisão: 43-5552. Impressão e Distribuição: 43-1965

Informações uteis

O TEMPO

Máxima: 32.4 — Minima: 22.0
TEMPO — Instavel, sujeito a chuvas e trovoadas.
TEMPERATURA — Estavel.
VENTOS — Variaveis, frescos.

PAGAMENTOS NO TESOURO

Na Pagadoria do Tesouro Nacional serão pagas hoje, as folhas relativas ao 20.º dia util, a saber: Montepio da Viação — letras M a Z — folhas 7.927 a 7.939.

Começará no próximo dia 26 o pagamento do funcionalismo federal.

FEIRAS LIVRES

HOJE — Botafogo — Rua Arnaldo Quintela; Cascadura — Rua Sidônio Paes; Praça Nossa Senhora da Paz — Ipanema; Praça dos Estivadores — Saude; Praça José de Alencar — Catete; Praça Xavier de Brito — Tijuca; Rua Nazaré — Santa Teresa; Rua João Vicente — Bento Ribeiro; Rua Carolina; Avenida Rodrigo Otávio — Jóquei Clube; Avenida Julio Furtado — Grajau; Rua João Rego — Olaria; Rua Itatinga — Estrada Coronel Magalhães Bastos.

HOJE NO RIO O MÉDICO CONDENADO À MORTE

(Conclusão da 1.ª página)

por motivos desconhecidos, falhou inteiramente

A espera da morte

Como um condenado à cadeira elétrica, conta o jovem facultativo os minutos que lhe restam de vida. Os segundos para êle valem como enormes parcelas de tempo.

A história de sua vida é simples. Estudante pobre desde os bancos ginasiais, conseguiu diplomar-se médico pela Faculdade de Recife e logo depois iniciava a sua carreira profissional nas zonas pobres da capital paraibana.

Adveiu-lhe daí um prestigio popular que o levou à Câmara de Vereadores daquele município. Já a esse tempo casara-se com d. Marciana, senhora diplomada em enfermagem e que era a companheira dedicada de todos os seus momentos. Escolhido Presidente daquela Câmara, tinha, todos afirmavam, a sua carreira politica assegurada. O dr. Napoleão é um temperamento retraido. Homem de poucas palavras, o que não acontece com sua esposa, criatura espansiva e de genio afavel, tornara-se por circunstâncias tôdas especiais, um lider do povo.

Viajou para Argentina de automovel

Faz pouco mais de um ano e passava pelo Rio, dirigindo o seu próprio automóvel, com destino a Buenos Aires, o médico hoje discutido em todo o país, no continente e no mundo inteiro.

Fez tôda a viagem por terra e talvez já aí sentindo os terriveis efeitos da moléstia que o assediava.

Homem disposto no exercício de sua profissão

Conta-nos o ex-governador de Paraíba, dr. Osvaldo Trigueiro, que certa vez, viajando de automóvel, à noite, pelo interior do seu Estado, viu dois vultos montados a cavalo, na beira da estrada. Um deles apeando-se segurara as redeas do animal em que viajava o seu companheiro.

Quando os holofotes do carro bateram em cheio sôbre os dois vultos, pôde verificar que se tratava do dr. Napoleão e da esposa que viajavam aquela hora da noite, para atender um chamado que viera de lugar muito distante. Tendo o carro em que viajavam ficado detido por um desarranjo qualquer no motor, preferiram os dois, o médico e a esposa viajar no dorso de um animal a deixar de atender o apêlo da familia do doente.

Chegará hoje

Segundo as últimas noticias o médico Napoleão Laureano chegará hoje, a está capital, viajando em avião da FAB posto à sua disposição pelo presidente Getúlio Vargas. Logo após a sua chegada aquele médico será recebido pelo presidente da República que já determinou dispusesse o mesmo, por conta do Govêrno, de todos os recursos de que dispõe a ciência brasileira.

POSSE DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO M. DA JUSTIÇA

Perante o sr. Negrão de Lima, titular da pasta da Justiça, tomará posse, na próxima segunda-feira, às 11 horas, do cargo de Diretor do Departamento de Administração, daquele Ministério, o sr. Bento Queiroz de Barros Junior.

Desapareceu de casa

Ante ontem à tarde, saiu de sua residência na rua Ana Leonidia n. 74, com destino à avenida Ataulfo de Paiva, Joaquim Pires de Andrade, de 70 anos de idade, estatura baixa, que na ocasião vestia calça clara e camisa branca. Qualquer notícia a respeito poderá ser dada pelo telefone 49-8475, ou diretamente a esta redação.

RESULTADO DO 191.º SORTEIO DE APÓLICES DA

"A EQUITATIVA"

Relação das apólices sorteadas em 15 de março de 1951

SORTEADAS COM CR$ 10.000,00
SEGURO FAMILIAR

F. 10.155	Artur de Souza Lima	Jatobá — Paraíba
F. 3.356	Clovis Barreto de Oliveira	Recife — Pernambuco
F. 9.168	Maria Raquel Mendes D'Avila	Ubá — Z. de Uberaba — Minas
F. 12.630	Ranulfo Fundão Coutinho	Cariacica — E. Santo
F. 17.707	Francisco Alves de Santana	Campos — E. do Rio
F. 6.850	Jayme Martins Bastos	São Paulo — São Paulo
F. 18.918	Wanda Maria Ferraz	Anápolis — Goiás

SEGUROS BASICOS

413.523	Tulio Azevedo	Tefé — Amazonas
450.877	Niso de Souza e Silva	Santa Filomena — Piauí
276.977	Jamil Amin Jereissati	Fortaleza — Ceará
249.763	Dr. Alcides B. Correia de Mello	Recife — Pernambuco
308.590	Joaquim Carneiro da Silva	Ipirá — Bahia
519.724	Rodolfo Caldeira da Cruz em conj. com d. Antonina Campos da Cruz	Espinosa — Z. de B. Horiz. Min.
292.692	Maria de Aquino Castro	Juiz de Fora — Minas
403.127	Abilio Pereira Carneiro	Eloi Mendes — Sul de Minas
456.265	José Godoy	Ponte Nova — Minas
180.922/31	Dr. José de Vasconcellos Pinto	Distrito Federal
412.324	Luis do Assis Duque Estrada	Distrito Federal
324.220	Dr. Celso Vieira	São Paulo — São Paulo
451.614	José Rebello Alves Corrêa	Ribeirão Preto — S. Paulo
420.710	Joversino D'Assis Teixeira	Bandeirantes — Paraná
442.269	Braulio Esequiel Amarante	S. Francisco do Sul — S. Cat.
441.967	Athayde Peixoto de Freitas	Inhumas — Goiás

"A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL" já distribuiu em sorteios a importância de Cr$ 41.968.000,00
O PROXIMO SORTEIO DEVERA' SER REALIZADO EM 16 DE ABRIL DE 1951

"A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL"
Sociedade Mútua de Seguros Sôbre a Vida
Sede: Av. Rio Branco, 125 — RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE SEGURO FAMILIAR COM SORTEIOS MENSAIS
R. São José, 50 — 2.º, 4.º e 5.º pavimentos

Mande-nos informações sôbre o SEGURO FAMILIAR COM SORTEIOS
Nome: ....
Endereço: ....
Localidade: .... Estado: ....

VISITOU CAMPOS O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Festivamente recebido na florescente cidade fluminense — O importante discurso pronunciado, durante o banquete, pelo sr. Silvio Bastos Tavares

No domingo ultimo, o municipio de Campos viveu um dia festivo. Visitava a cidade o sr. Silvio Bastos Tavares, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool e ilustre filho daquela terra.

Um movimentado programa foi elaborado para receber o visitante, que foi alvo de várias manifestações de apreço dos seus correligionários e amigos, assim como dos usineiros e lavradores daquela região.

Entre as homenagens, destacou-se um grande banquete, de mais de 400 talheres, no qual compareceram altas autoridades municipais bem como o representante do governador Amaral Peixoto, sr. Tarcisio de Miranda.

Foi durante o banquete que o sr. Silvio Bastos Tavares pronunciou o importante discurso que transcrevemos abaixo:

Meus senhores:

Minha presença, em Campos, significa, neste instante, dever funcional e demonstração de alto apreço à terra onde nasci e para onde me volto com aquela emoção que acompanha o afeto e aviva anelos de bem servir.

Carrego tranquila a consciência que se não ressente de mágoa porque nunca mediu responsabilidades à cata de recompensa que não fôsse a convicção de haver cumprido digna e honestamente o seu dever.

Venho defrontar-me com a terra e os homens que nela empregam suas atividades para uma conclamação que tenha por escôpo a conquista do bem-estar, o seu engrandecimento, a ampliação do patrimônio comum, o revigoramento da nacionalidade e estruturação de uma consciência sócio-econômica que se objetive em colaboração patriótica com os poderes constituidos, que constrúa um sistema de inter-relação em que os direitos sejam reconhecidos, aplacados os conflitos, abolidos os acontecimentos delituosos, premiados os valores e mais vinculados os sentimentos de solidariedade humana.

Sinto-me comovido ante vossa generosidade que tomo como estimulo para o desempenho de atribuições que me pesam honrosamente e me custam, além da fidelidade impecável e imperecivel de uma conduta, o acêrvo de imposições à minha alma e à afetividade para corresponder de modo a nunca desmerecer no conceito daqueles que, em me acreditando, também foram fiéis a si mesmos e espontâneos no premiar.

Esta minha confissão velada tem a profundidade das coisas sagradas e se infiltra cristalina em todos os atributos de minha personalidade para robustecê-la e melhor integrá-la nos misteres que me foram outorgados.

Aqui estou para servir a uma das causas nobres do Brasil: ao desenvolvimento de sua riqueza calcado no rendimento econômico.

Neste propósito estão os govêrnos que se inauguraram e aos mesmos estarei vinculado como fração político-administrativa.

Representais uma região fértil e produtiva e sereis mais eficientes se aperfeiçoasseis vossos conhecimentos e atualizasseis os métodos de trabalho. A terra é dadivosa, o homem empreendedor: creio ser possivel conciliar a generosidade de uma com a laboriosidade do outro.

Venho ao encontro dêsse consórcio para animar a vontade e armá-la dos instrumentos que promovam a fecundação, que protejam a germinação, que assistam ao ciclo vegetativo, que aproveitem a maturação para que alcancemos os rendimentos agricola e industrial ideais.

Pensemos com firmeza e tenacidade no nosso problema econômico fundamental.

A nossa produção precisa ser ampliada em base de custo razoável e para tanto o braço humano vale como manipulador técnico acionado pela imaginação criadora.

Orientemos a produção ajudados pela máquina e pela ciência, não perdendo de memória o passado por amor à tradição, deslumbrando-nos, entretanto, pelo futuro.

Está no nosso propósito, no que nos couber, ajudar-vos e vos concito a que amplieis a vossa área de produção, melhorando, concomitantemente, os vossos equipamentos para aproveitamento e rendimento aprimorados, alcançando igualdade de condições que evitem disparidade de preços para a matéria prima e que aumentem as possibilidades de baixar o custo da vida.

Sei quanto emperram as iniciativas o lutar torturado pela atual delirante e progressiva das mutliplicadas utilidades que cercam o empreendimento especifico que, assim onerado, se debate na angustia de não corresponder no atendimento ao assalariado e seus beneficiários no direito à posse do alimento que os nutra à base do desenvolvimento normal e o equilibrio organico, do vestiário e habitação que correspondam a decência e projetam em amplitude de higienica, além da assistencia que premuna contra as infecções e inferioridades, que acolha na doença e invalidez, que ministre a educação e instrução, pelo menos primária e, com requintes para aproveitamento e seleção de valores; que se crie para o homem rural seduções rurais que o fixem à terra a que deve conhecer e amar.

Ressaltando as razões afetivas e emocionais desta visita a Campos e dêste contacto com velhos amigos e companheiros de lutas pela consecução de ideais comuns, sinto-me no dever de fixar aspectos fundamentais da economia agro-industrial canavieira que estão a merecer tôda nossa atenção.

Grande tem sido a expansão da produção nacional de açucar e de alcool, desde quando o govêrno da União estabeleceu a politica de supervisionamento da industria da cana de açucar.

A partir de então, jamais se registraram dificuldades que não pudessem ser superadas nas regiões açucareiras e, em particular, todos quantos dedicam sua atividade a êste setor da produção, vêm experimentando condições de tranquilidade e de segurança quanto ao escoamento do produto e à estabilidade da emprêsa.

Nos ultimos anos, mais ainda se tem acentuado essa expansão e a autarquia açucareira, acompanhando êsse desenvolvimento vem adotando medidas adequadas à preservação dos interesses das diversas regiões produtoras e do equilibrio estatistico entre a produção e as necesidades sempre crescentes do consumo.

Ainda recentemente o Instituto aprovou a Resolução que tomou o numero 501-51, de 1.º de fevereiro ultimo, onde se acham consubstanciadas as normas relativas ao fomento da produção de açucar e de alcool para um periodo de cinco safras.

De acôrdo com a referida resolução, o global das quotas de produção de açucar das usinas que, na época, atingia a pouco mais de vinte e três milhões de sacos, foi elevado para trinta e três milhões, em numeros redondos.

Essas providencias foram adotadas depois de meticulosos estudos realizados pelos órgãos especializados do I.A.A., que tiveram presente a situação estatística levantada através de longas series e a previsão do comportamento da economia açucareira nos próximos anos.

Foram, também, considerados o consumo "per capita" do produto e o crescimento demográfico do país.

A verificação puramente numerica da serie relativa ao consumo dos ultimos anos revelou a incidência de um crescimento anual e cumulativo de 6,034% nas saídas do produto para o abastecimento dos mercados internos.

Submetidos êsses dados a demorada análise foram identificados fatores eventuais que interferiram na ocorrência, entre os quais se deve mencionar o deslocamento do consumo dos tipos de açucares baixos para os de produção de usinas.

Essa análise e outros estudos subsidiários realizados, levaram o Instituto a adotar como base para a elaboração do novo plano de contingentamento o indice de 4,865%, como base de expansão de consumo. Houve, dessa maneira, objetividade nos estudos que deram lugar às normas que integram aquêle provimento.

Não obstante isso, já dei as necessárias instruções aos órgãos próprios do I. A. A. para prosseguir nas investigações relacionadas com a matéria, bem como para acompanhar e analisar o desenvolvimento estatistico da produção e consumo de açúcar e de álcool, a fim de nos capacitarmos a adotar, com oportunidade, as providências que se tornarem recomendáveis.

Dentro do quadro geral do contingentamento em vigor, coube às usinas dêste Estado a parcela de 4.900.000 sacos de açúcar.

Pondo em evidência êsses dados, é meu própósito ressaltar o empenho que devem ter plantadores da cana e industriais fluminenses em conjugar esforços, visando a ampliação dos canaviais e o aperfeiçoamento das intalações fabris.

O nosso Estado não tem acompanhado com igual intensidade o ritimo de expansão das outras unidades de federação, e que figuram entre os grandes produtores de açúcar.

Na verdade, já na safra 1944|45, as usinas dêste Estado haviam fabricado o total de 3.444.000 sacos; na subsequente foram produzidos apenas 3.090.000 sacos. A partir de então, contribuiram as referidas fábricas com os seguintes contingentes: 3.772,000, na safra 1947|48; 3.938.000 na de 1948|49; 3.928.000 em 1949|50 ,e finalmente, 3.846.000 sacos na de 1950|51.

Não desconheço as iniciativas de vários dos produtores desta terra para o reaparelhamento das fábricas e estou certo de que, já na proxima safra, êsses esforços se traduzirão em resultados concretos, que se positivarão não só quanto à elevação da capacidade indusrtial, como tambem no que concerne aos niveis de eficiência técnica e economica;

Essas iniciativas se revestem da maior importancia para a economia açucareira do Estado, considerado que os aumentos de quotas de produção sòmente se tornarão definitivos quando efetivamente realizados.

É a aplicação do principio da correlação que constitui o verdadeiro sentido da politica do contingentamento. De fato, a quota de produção atribuida a uma fábrica não é apenas uma concessão, cujo exercicio possa ficar subordinado à conveniência e ao arbitrio do titular. Cada quota concedida impõe simultâneamente ao beneficiário a obrigação de realizá-la, sob pena de decadência da concessão.

Grande é, sem dúvida, o interêsse da terra campista nesses assuntos, em virtude de sua destacada posição no setor da agro-indústria canavieira, do Estado e do Brasil.

Para que se tenha bem presente essa situação, é bastante referir que as usinas dêste municipio na safra 49|50, contribuiram com 67 % da produção global das demais fábricas fluminenses, equivalente a 12 % do volume produzido pelas emprêsas de igual categoria, no país. No que diz respeito à produção de álcool de todos os tipos, essa contribuição montou a 43 % e 18 %, respectivamente;

Se considerarmos apenas a situação do álcool anidro, vale salientar que as distilarias de Campos realizaram, naquela safra, 76 % da produção do Estado e 23,5 % do contingente nacional.

A fim de que esta singular posição se mantenha e se amplie, mister se faz que vos aproximeis, desenvolvendo, e aprofundando o espirito associativo, base do entendimento entre plantadores industriais e órgãos de classe.

Tudo quanto de mim depender, à frente do Instituto do Açúcar e do Alcool, diligenciarei para que êsse ambiente de compreensão construtiva possa alcançar cada vez maior intensidade.

Envidarei, por outro lado, todo o empenho para que os planos de safra e as tabelas de preços sejam elaborados com a necessária antecedência e possam ser dados à publicidade em tempo oportuno. Assim agirei, porque estou certo da influência que essas medidas exercem quanto à conciliação dos interêsses reciprocos.

Ao lado dessas medidas de ordem formal, que constituem o conjunto das normas que terão de reger o desenvolvimento das safras, o escoamento da produção e o regime dos preços, não regatearei esforços para que sejam adotadas tôdas as providências que se fizerem úteis aos interêsses da produção açucareira.

Têm os produtores fluminenses os seus órgãos de classe e os plantadores de cana de Campos, em particular, se podem orgulhar de um aparelhamento de crédito dos mais aperfeiçoados e mais eficientes entre os congêneres com atividade nas regiões canavieiras do país.

Criado no governo do Comandante Amaral Peixoto, quando os fluminenses tiveram o eminente brasileiro pela primeira vez à frente dos seus destinos, vem o Banco dos Lavradores de Cana do Estado do Rio de Janeiro contando com o apoio dos poderes públicos, notadamente da autarquia açucareira podendo, assim, emprestar aos agricultores de cana desta região a assistência financeira de que carecem.

Tenho conhecimento das relações mantidas entre o Banco e o Instituto de Açúcar e do Alcool no que tange ao provimento de recursos financeiros para a ampliação e intensificação das suas atividades.

E' com prazer que trago ao conhecimento dos campistas que assinei novo contrato entre o I.A.A. e o Banco dos Lavradores dêste Estado no valor de oito milhões de cruzeiros, destinado ao financiamento de entre-safra dos fornecedores de cana.

Este empréstimo vencerá juros de 2% ao ano, contados sobre os saldos devedores e contabilizados no fim de cada semestre civil, devendo o Banco dos Lavradores realizar o financiamento na base de juros anuais que não poderão exceder de 4%.

Quanto ao aspecto industrial, o Estado do Rio Janeiro situa-se entre as regiões produtoras que vêm registrando melhores indices de eficiência técnica.

Consideradas as cinco últimas safras, verificaremos que os resultados industriais das usinas fluminenses sempre se colocaram acima da média geral do país.

Assim é que, na safra 45-46 enquanto a média geral das usinas brasileiras atingia a 93 quilos de açúcar por tonelada de cana, e das fluminenses alcançava o índice de 96 quilos; na safra subsequente, tais médias ascenderam a 94 e 98 quilos, respectivamente.

Desde então, êsses índices sofreram alteração, em face do desvio de volumes apreciáveis de cana e de mel rico para a fabricação de álcool direto, em consequência da execução da politica de paridade dos preços.

De qualquer forma, mantiveram as usinas do noso Estado a posição conquistada e, na safra 1949/50, computada a produção de açúcar e álcool, puderam registrar a média de rendimento global de cêrca de 100 quilos contra 96, indice médio alcançado no país.

Não obstante isso, deveremos nós do Instituto e os produtores, conjugar esforços comuns, a fim de que a eficiência técnica da nossa indústria açucareira possa atingir índices ainda mais elevados.

Estudos ainda não concluídos, e que estão sendo realizados no I.A.A., permitem que se avalie em tôrno de onze milhões de cruzeiros o nivel das perdas indústriais das usinas fluminenses, no decorrer da safra 1949/50.

A industrialização na base de baixo rendimento não tem mais possibilidades de sobrevivência contra competidores melhor aparelhados. A história revela o perecimento das fábricas de pequena capacidade, que vão sendo assimiladas quando não aniquiladas ,na concorrência com os mais fortes; e o parque industrial assim erigido e que ainda pulveriza algumas regiões açucareiras agita-se, sacudido por angustiosa crise financeira, que lhe está a aluir o crédito, num aceno de derrocada sinistra.

E' uma imposição da luta pela vida e os mais sábios voltam-se para horizontes mais largos e escampos, dilatando o âmbito de ação e diligenciando meios para a produção em alta escala e de custo racional.

Esta é a mentalidade que deve exornar a fronte dos herois de iniciativas grandiosas e brilhantes, porque de consequências luminosas pelos benefícios que espalha e prosperidade que faz brotar de zonas improdutivas, ou econômicamente débeis.

Quanto à parte agricola, tem sido ampliada a cultura canavieira do Estado do Rio que, no ano de 1944, cobria a área de 675.606 hectares, enquanto que, em 1948, já abrangia a extensão de 818.606 hectares.

A natureza e a contextura dos terrenos destas planuras são as mais favoráveis para o cultivo da gramínea que tanto tem concorrido para a riqueza do Estado, onde a renda agrícola é mais acentuada do que em qualquer outra das regiões nacionais.

Dispondo de tão valiosos recursos naturais, resta-nos apenas melhorar as condições técnicas do trabalho agrícola utilizando os meios que a civilização já vem proporcionando à preparação, amanho e trato cultural das terras e das lavouras.

Contamos aqui com a Estação Experimental que, desde algum tempo, vem prestando reais serviços de assistência técnica aos que empregam seus esforços na fundação das culturas.

Não desconheço o seu empenho, o valor de sua contribuição e a extensão de suas necessidades e, por isso, estou em condições de afirmar que não descurarei um só instanta de colaborar no sentido de provê-la dos meios para que tão importante entidade possa colimar todos os seus objetivos.

Reportando-me às experiências que vêm sendo realizadas para imunizar as sementes destinadas ao plantio, do ataque de fungos do solo, mediante o emprego de fungicida à base de mercúrio orgânico, com resultados tão promissores, quero declarar que o Instituto dará todo seu apoio para que tais experimentos e sua consequente aplicação não venham a sofrer qualquer solução de continuidade.

Aliás, logo que o Serviço Técnico-Agronômico, recentemente criado no Instituto, atinja sua completa organização, entrará em articulação com a Estação Experimental, para melhor desenvolvimento das tarefas comuns.

E isso é tanto de se desejar, quando sabemos que novas indústrias serão atraídas para a terra fluminense pela ação patriótica de seu govêrno, que espera dos seus jurisdicionados colaboração inteligente em favor do aumento da produção alcooleira face à perspectiva do aumento do emprêgo industrial.

Um outro problema para o qual terei constantemente voltada minha atenção, é o da assistência médico-social aos trabalhadores da agro-indústria canavieira.

Tenho presente os entendimentos entabolados entre o Instituto e os representantes dos setores interessados.

Sei, também, que no periodo compreendido entre as safras 1946-47 a 1949-50, as usinas dêste Estado deveriam ter aplicado no custeio dos serviços de assistência aos seus trabalhadores, a importância de cêrca de vinte e nove milhões, duzentos e sessenta mil cruzeiros, correspondentes à verba de Cr$ 2,00 por saco de açucar, na forma estabelecida no art. 8.º, do decreto-lei número 9.827, de setembro de 1946.

De acôrdo com os levantamentos a que mandei proceder, até esta data, foram despendidos por conta daquela verba global vinte e um milhões, quinhentos o trinta e nove cruzeiros, havendo, assim, o saldo de sete milhões setecentos e vinte e mil cruzeiros a ser aplicado na execução daqueles serviços.

E' de se notar que das 30 usinas fluminenses, apenas 11 observaram e excederam o estatuto legal, despendendo, no custeio dos seus serviços assistenciais, quantias superiores às previsões orçamentárias, enquanto que as 19 restantes respondem pela obrigação da aplicação do saldo verificado.

Apurei, ainda, que desde março de 1947 vêm o I. A. A. e os fornecedores de cana de Campos mantendo entendimentos para a aplicação dos recursos do "Fundo" constituido com a retenção de Cr$ 0,40 da taxa de Cr$ 1,00, por tonelada de cana fornecida às usinas, que já ascende a mais de três milhões de cruzeiros.

Além disso, constatei que das conversações realizadas, das quais participou a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana, resultou um plano que prevê a instalação de ambulatórios em locais estrategicamente situados, de modo a atenderem às populações das fazendas canavieiras.

Já dei instruções para que êsses estudos e projetos sejam revistos e atualizados, a fim de que não se verifique qualquer retardamento na execução dos planos adotados.

Estou, dessa forma, na convicção de que dentro de muito pouco tempo entraremos no caminho da concretização de antigas e legitimas aspirações dos plantadores de cana desta região. E, assim, poderemos iniciar a construção de ambulatórios, promover as articulações com os hospitais existentes em Campos e organizar, em bases práticas e efetivas, a assistência a ser prestada a tão numeroso e diligente grupo de homens vinculados à terra e ao trabalho agrícola canavieiro.

Meus senhores:

Creio vos ter dito o bastante de minhas intenções que, conjugadas às vossas, resultarão em alguma coisa útil para as classes produtoras do nosso Estado, a que devemos servir sem as paixões que inibem e degradam.

Sejamos impulsivamente adeptos do seu crescimento e ainda mais closos de sua incorruptibilidade. Pensemos virilmente nos seus problemas e na convergência de fôrças para a sua solução.

Não nos olhemos como estranhos e desavindos, pois que nos assemelhamos. Procuremos nos entender, atendendo uns aos outros.

Aqui vim para vos falar e vós vos mostrastes atentos.

Ouvindo-me, parece que vos percebi melhor.

Estou profundamente agradecido à vossa fidalguia e orgulhoso da vossa companhia.

Seremos amigos da concórdia e obreiros de um patrimônio grande na sua materialização, imenso e nobre na sua sociabilidade.

Vosso amável convivio deu-me a certeza de vossa confiança.

Eu vos acredito, podeis confiar em mim.

O sr. Silvio Bastos Tavares, presidente do I.A.A.

Ósseo-Tônico Calcificante dos ossos.

A coisa "está preta"




Serei tua, Zé Barbado:
Suspirava a namorada
Mas Zézito deu a *bronca*
E tudo ficou em nada!
Usando sempre Gillette,
Barba Feita, o vencedor,
Gozava em lua de mel
Dias e noites de amor
mas...
TUDO AZUL!
para os que usam
Gillette AZUL
IA-020

Clínica de Senhoras
CIRURGIA GERAL
Dr. Deoclides Martins Ferreira
Cons.: Av. Rio Branco, 257 — 16.º. Sala 1614, 2.ª, 4.ª 6.ª feiras, das 17 às 19,30 hs. — Tels. 43-6467 — Res. 37-3301

Amanhã 2 milhões DE CRUZEIROS
MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO
NA ESQUINA DA SORTE

GINECOLOGIA E PEDIATRIA
Dra. Margarida Grillo Jordão
RUA MÉXICO, 31 — 10.º AND. — 2as., 3as., 5as. e 6as.,-feiras
Tel. 22-4317 — Res.: 26-7456, das 13 às 17 hs.

SUQUINHO
AGUARDENTE
COMPOSTA COM
CÔCO
Um produto da
CIA. USINAS NACIONAIS
Rua Barão S. Felix, 106
Rio de Janeiro

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
DR. JORGE BANDEIRA DE MELLO
Exames de sangue, urina, fezes, escarro, pús, etc. — Rua da Assembléia, 115 — 2.º andar — Fone: 22-6358 — Aberto de 8 às 18 horas

A CIDADE DE SANTO ANTONINO

Gustavo Barroso

IV

DECIDI, neste dia claro e quente, ver aquela Florença maravilhosa e surpreendente, posterior ao Dante, a cidade gloriosa do *quattocento*, de Giotto, de Masaccio, de Donatello de Fra Filippo Lippi e daquele Alessandro di Mariano Filipepi di Botticello, mais conhecido como Sandro Botticelli. Era a Florença de Lourenço de Medicis, o Magnifico, e de Savonarola ainda iluminada pelo clarão do genio dantesco e ardente de misticismo, aquela Florença fina e cruel, pagã e devota, em que as artes maiores eram inspiração, enlevo e ambição de todos, cheia da *paixão da beleza*, que assim nos descreve a pena de Emile Gebhart:

"Não havia um palácio, uma igreja, um claustro que pelo jogo brilhante das cores, a magnificencia das indumentarias, a atitude grave das figuras e dos gestos, a presença das mais augustas cenas do Antigo Testamento ou do Evangelho não oferecesse uma festa aos olhos e um *Memento* solene à consciência cristã. Incessante peregrinação popular trazia diariamente as pessoas humildes ao *Mercato Vecchio*, os camponeses do *Contado* diante das obras de arte..."

Então, segundo a lição do mestre, eram os pintores o orgulho de Florença. A arte da palheta tornara-se como uma função nacional. Cada grande pintor era considerado um *virtuose*, um *uomo singolare*, senão um *uomo unico*. Eles tinham toda a audacia de sua incomparavel força criadora, que traziam das origens humildes, do fundo anónimo da masse popular, de onde brotavam com os olhos fitos num sonho de grandeza e de imortalidade. A sublime aventura da conquista do Belo!

E' preciso percorrer amorosamente a Galeria *degli Uffizi* e nela contemplar as obras das varias escolas italianas e estrangeiras, sobretudo de escola Veneziana e Umbria, e ainda mais da Senesa e da Florentina, que são parentas, para compreender essa época e sua gente. o palácio *degli Uffizi* prolonga-se da *piazza della Signoria* até a margem esquerda do Arno, com cada *corridoio* limitando uma das três faces do longo atrio retangular. Para esses corredores deitam as salas em que se reuniram as mais belas coleções de escultura e pintura do mundo. Os bustos dos Medicis e as velhas tapeçarias servem de prefacio nas escadarias e vestibulos ao incomparavel museu iconografico que se vai percorrer.

Temos na primeira sala a Escola Florentina dos séculos XIV e XV, que, apesar do seu vivo colorido já se desprendeu dos velhos modelos bizantinos e tomou feição própria, dominada pela Virgem com o Menino no Trono de Cimabue e a Virgem com o Menino e os Anjos de Giotto. Na segunda sala, vem a Escola de Sena na mesma época, na qual a Anunciação de Martini e Memmi põe figuras verdadeiramente celestes num gotico cenário arquitetural de ouro vivo, que lembra os ricos mosaicos de Bizancio. Acompanham-na a Apresentação de Jesus de Lorenzetti e a Epifania de Monaco.

As sete salas seguintes são dedicadas à pintura florentina do século XV ao século XVI. Nelas é que vamos sentir o apogeu da época em que os pintores de Florença se espalhavam pela Itália e os da Itália iam buscar em Florença uma consagração definitiva. A finura de traços de Uccello ombreia aqui com a policromia festiva de Baldovinetti; Filippo Lippi e Chirlandaio pintam cenas religiosas; os irmãos Pollainoli dão a medida do seu grande vigor, e Verrochio e Leonardo da Vinci nos mostram o Batismo de Jesus e a Adoração dos Magos. Depois, Botticelli predomina com sua obra formidavel: a Calunia, Judith, o Nascimento de Venus, a Primavera, as Madonas da Magnificat, da Romã, da Anunciação e do Trono. Nesses quadros não se sabe o que mais admirar, se a pureza das formas nuas nas cenas pagãs, se a candura das faces virginais nas religiosas. Uma *bellezza quasi angelica* palpita nas concepções que o seu pincel debuxou. Há nela uma certa melancolia, nuncia duma tristeza mais funda que se apoderaria do grande artista no fim de sua vida, levando-o aos efeitos lugrubes de seus ultimos quadros, como no Enterro do Cristo da Galeria Poldi Pezzoli de Milão.

Já na setima sala, Andrea del Sarto, Albertinelli, Lorenzo di Credi e Fra Bartolomeo nos dizem no seu silêncio em cores que os primeiros véus duma longa noite começam a se estender sôbre a arte florentina. Seu luminoso ciclo prestes a completar-se. A voz mistica de Savanarola foi o anuncio da decadencia.

Nas salas das Escolas da Umbria e de Sena, estão representados os principais mestres: Gentile da Fabriano, Perugino, Signarelli, del Pacchia. Entre elas e a sala decima segunda, dedicada à Escola Florentina do século XVI, bronzes e marmores: a Venus de Medicis de Praxiteles, o Cita de Pergamo, o Fauno Helenico, os Lutadores gregos. Entre os mesmos, retratos e tapeçarias. Di Credi, Pier de Cosimo, Pollajuolo e Filippo Lippi fornecem as obras quinhentistas e seiscentistas da decima-segunda sala. A decima quarta também se destina à mesma escola, com as Graças de Morandino, os dois retratos de Cosmo I.º de Pontorno e Bronzino. Entre essas duas salas, a decima terceira contém os retratos do Papa Julio II e do Duque de Urbino de Rafael, a Santa Familia de Miguel Angelo.

Imensa a pinacoteca florentina! Salas das Escolas de Ferrara e Bolonha com Albani e Mazzolino; das da Lombardia e da Emilia com o Correggio: da de Veneza com o Ticiano e Mantegna; das Italianas, Flamenga, Francesa, Alemã, Holandesa. E, completando tão precioso acervo, as coleções de auto-retratos, desenhos, estampas e aquarelas.

Precisando completar minha impressão retrospectiva da antiga Florença, que a visão dos quadros de seus grandes pintores ajudava a precisar e fixar, pus-me nas horas quentes da tarde, no meu quarto de hotel, com as janelas abertas sôbre o Arno, a ler o *Decameron* de Bocaccio e o *Novellino*, — *fior del parlar gentile*, em cujas páginas se sente palpitar a vida florentina de antanho com todas as suas emoções e sugestões. No silêncio da minha solidão, eu imaginava o mundo em que esplendera aquela arte do pincel e aquela arte da pena que estava tendo diante de mim naquele dia, geradas quando, pelos caminhos da terra e do mar, os mercadores pisanos, amalfitanos, venezianos e genoveses iam dos portos catalães aos do Levante e traziam de terras remotas porcelanas, marfins, sedas, ouro, perolas e pedrarias e, mais do que isso, a visão de cidades estranhas, de gentes exoticas, de costumes incriveis, de indumentárias suntuosas, um fluxo de idéias novas e tentadoras que punha sua nota viva no mural, na tela, no grupo exultorico, na poesia no conto erotico e na iluminura em marmore dos domos e dos campanarios.

Reuniu-se a Comissão Especial do Café

Com a presença de todos os seus membros reuniu-se ontem, no Ministério da Fazenda, sob a presidência do sr. Garibaldi Dantas, a Comissão Especial do Café.

Cada representante manifestou os seus pontos de vista sôbre os diversos estudos conhecidos referentes ao projeto de uma organização cafeeira.

Depois de longos debates foi nomeada uma sub-comissão para redigir um substitutivo, que deverá ser debatido em discussão final — quando, então, se conhecerá, definitivamente, a média da opinião das classes cafeeiras.

As conclusões a que chegar a comissão serão submetidas ao exame do ministro da Fazenda, que, por sua vez, as encaminhará ao presidente da República.

VISITA DE CORDIALIDADE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estiveram ontem, no palacio Rio Negro, em Petrópolis, em visita de cordialidade ao Presidente da República, os senhores Dario Botero, embaixador da Colombia e o senador Gilberto Alzate Avindano, enviado pelo governo daquele país, à posse do Presidente do Urugual, como Embaixador Especial. Os ilustres diplomatas, que estiveram com o chefe do governo em companhia do ministro Coelho Lisboa, Chefe do Cerimonial da Presidência da República, mantiveram prolongada palestra com S. Excia.

OFERTA DOS ALIADOS A RÚSSIA

PARIS, 15 (INS) — Os Estados Unidos declararam hoje desistir dos planos ocidentais de rearmar a Alemanha Ocidental, de acôrdo com o Pacto do Norte do Atlantico, desde que a Russia aceite medidas efetivas para criar um mundo de paz. O delegado norte-americano, sr. Philip Jessup, foi o portador dessa oferta à Russia, ao mesmo tempo em que apresentava um ante-projeto, revisado, da agenda ocidental para a proposta conferencia de chanceleres das quatro grandes potências. Não obstante esse fato, a conferencia dos delegados, que se reuniu hoje pela nona vez, ficou paralisada, quando ambas as partes rejeitaram as contra-propostas respectivas. Todavia, os delegados voltarão a se reunir amanhã Y tarde

AS OBRAS DA HIDRELETRICA ☆

OUTRO dia este jornal ouviu o engenheiro Alves de Souza acerca de rumores que ultimamente circularam, segundo os quais, por causa da dificil situação financeira que atravessa o país, as obras de Paulo Afonso seriam, pelo menos em parte, interrompidas. Tais rumores foram desfeitos pelo presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que declarou à nossa reportagem ter-se avistado com o presidente da República, afirmando-lhe este que, "apesar das atuais dificuldades financeiras, o governo federal fará todos os sacrificios para que não seja diminuido o ritmo de trabalho em Paulo Afonso".

Não poderia, de fato, ser outro o pensamento do sr. Getulio Vargas no que tange às realizações visando à utilização da fôrça hidráulica da majestosa cachoeira, e que constituem o ponto fundamental do plano de valorização econômica do rio São Francisco e seus afluentes. Com a sua valiosa experiência da administração pública, e a lucidez com que resolve os problemas a ela relativos, não ignorava o Chefe do Governo os inconvenientes da paralisação, mesmo que em breve periodo de tempo, de obras já orçadas e em andamento. Daí adviria um acréscimo nos custos calculados e, a menos que se abandonasse de vez o empreendimento — hipótese, aliás, sabidamente inadmissivel — as despesas, quando reiniciadas as obras, seriam bem maiores do que as atualmente previstas.

Por conseguinte, apesar de não permitir a atual situação do país sejam aplicados vultosas somas do Erário Público em programas de reabilitação econômica que só apresentem razoavel rentabilidade dentro de prazo relativamente longo, as obras de Paulo Afonso, como disse o sr. Getulio Vargas, merecem todos os sacrificios. E todos os sacrificios serão feitos a fim de que o ritmo dos trabalhos se mantenha inalteravel. Qûer isso dizer que, como fôra previsto, a usina de Paulo Afonso se concluirá em 1953, apresentando inicialmente uma produção de cento e vinte mil quilowatts-hora.

Considerando-se que um quilowatt-hora corresponde à fôrça de vinte e sete trabalhadores, a região a ser servida pela usina de Paulo Afonso, contendo aproximadamente quatro milhões de habitantes, disporá, para a criação de riquezas agropecuárias e industriais, de uma energia suplementar equivalente à fôrça motora de 3.240.000 homens. A utilização da energia hidrelétrica do São Francisco tornará possivel, não só o aproveitamento, pela irrigação, de extensas áreas na lavoura e na criação de gado, como tambem o surgimento de várias indústrias eletroquimicas e eletrometalúrgicas.

A bauxita fosforosa de Trauiro, no Maranhão, e mesmo a que provier de outros pontos do país, como a dos depósitos de Poços de Caldas, Motuca e Ouro Preto, em Minas Gerais, servirá para a implantação, no vale do São Francisco, da indústria do aluminio, que é hoje o metal de mais larga utilização, depois do ferro. O sal-gema de Sergipe e Alagôas servirá para a produção de soda eletrolitica. As fibras nativas do Nordeste serão a matéria prima para a fabricação de papel e celulose.

E, assim, à medida que forem sendo completadas as obras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, ir-se-ão aproveitando as possibilidades econômicas que oferecem os seiscentos e setenta mil quilómetros quadrados comprendidos naquela bacia hidrográfica, que é seis vezes maior que a do Tennessee, nos Estados Unidos, onde Roosevelt realizou, em dez anos, o que nos propomos realizar em vinte.

Hoje, um dos indices importantes do progresso de um povo é o consumo de energia elétrica. E, entre nós, é triste verificar que esse indice, ainda baixissimo (1,28% de todo os nossos recursos energéticos), tem uma distribuição apresentando enorme disparidade entre as diferentes regiões do país. Por exemplo: São Paulo tem um consumo médio anual per-capita de seiscentos quilowatts-hora, ao passo que os Estados do Nordeste apresentam média pouco superior a duzentos...

Região pobre e atrasada até a primeira metade deste século, a bacia do São Francisco, graças à eletricidade, se converterá, talvez alguns decênios antes do ano 2.000, numa das mais adiantadas e ricas do país. E, para que tal aconteça, é indispensavel que prossigam ativamente as obras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, cuja organização foi decretada na gestão anterior do sr. Getulio Vargas. O que até agora se fez foi continuar o programa por ele traçado e interrompido por quase seis anos de guerra mundial.

O mais importante — o fornecimento de energia elétrica a milhões de brasileiros ansiosos por novas oportunidades de progresso — não está longe de se conseguir, e o governo federal, como disse o presidente da República, fará para isso todos os sacrificios.

★ Filas contra-mão

NÃO temos regateado elogios, como, de maneira geral tôda imprensa, ao plano geral de trânsito posto em prática na capital da República. Não resta a menor dúvida de que o referido plano veio e provou bem numa hora critica e num momento em que ninguém mais acreditava em solução exequivel e realmente boa para o problema que se agravava. Ou se daria inicio já à construção do "sub-way", trabalho dispendiosissimo e demorado ou, então, iriamos em marcha acelerada para o cáos, para o colapso do trânsito na capital da República.

A êsse respeito lembramo-nos até de que, semanas antes de serem postos em execução os resultados dos estudos empreendidos pelo diretor do trânsito, um técnico americano nesses assuntos, de passagem pelo Rio, aqui parara alguns dias para opinar sôbre o problema o que efetivamente fez, mas de maneira a corroborar a opinião geral: não havia outra solução, senão aquela radical, a construção do "sub-way".

O êrro em que incidiu tão enfática afirmação ficou patente pouco tempo depois, com a execução do plano vigente, que se revelou acertado. Mas, dizendo isso, não queremos afirmar que ainda não existam aspectos do problema a serem examinados. Por exemplo: o caso da faixa contra-mão, permitida na hora de "rush" nas pistas do Flamengo e Botafogo. Chamam-nos a atenção para êle, alegando que a permissão de que uma fila contra-mão em cada uma das faixas menos trafegadas, alivia, sem dúvida a faixa mais congestionada, porém, cria um problema terrivel para o pedestre que tem de atravessá-las, buscando o lado oposto ao em que se encontra. Como atravessar faixas nas quais existem filas de automóveis trafegando em sentido contrário?

Afirma-se que se sucedem nas praias do Flamengo e Botafogo os acidentes, em virtude da existência das faixas contramão, que confundem o pedestre, frequentemente surpreendido por carros que surgem na parte da pista que supunha livre, em sentido contrário ao da fila que já atravessou. O problema é, realmente digno da melhor atenção.

—*—

☆ Estudos atômicos

NINGUEM é capaz de cometer o êrro de supor que tudo o que se tem divulgado acerca das pesquisas atômicas em varios países do mundo, constitua algo de essencial no campo dessas atividades. O que se divulga é, evidentemente, apenas generalidades, noticias vagas e distantes, de centros de pesquisas, e "revelações" muito superficiais, elementaríssimas, em torno do que de fato se realiza nesse importantissimo campo de atividade que joga diretamente com os interesses politicos dos blocos de nações em antagonismo. Mas acontece que, apesar de tudo que se tem dito a respeito das atividades atômicas em varios países como os Estados Unidos, a Noruega, a Inglaterra, nota-se silencio acerca dessas mesmas atividades na Italia. E, no entanto, a Italia tem prestado inestimavel colaboração nesse terreno.

Muito antes de 1945, quando foi produzida a primeira bomba atômica, já o grande país peninsular podia apresentar uma equipe de sabios de primeira grandeza, preocupados com o assunto. Enrice Fermi, que é figura representativa desse grupo, teve parte ativa no desenvolvimento do "Manhattan Distrit Project" foi o descobridor do neutron e o realizador da primeira pilha atômica construida no mundo na Universidade de Chicago. Pontecorvo, outro famoso fisico italiano, há pouco bastante visado nos comentarios da imprensa internacional, é outro exemplo de que na Italia não se descurou das pesquisas atômicas, não obstante serem minguados os recursos de que dispõe o governo italiano para trabalhos tão dispendiosos. Os exemplos nominais poderiam se suceder, se outro não fosse o nosso objetivo: mostrar que existem na Italia importantes laboratorios dedicados ao estudo da energia atômica.

Os mais conhecidos são os de Roma, Turim, Padua e Milão, dedicados com mais acentuação a pesquisas sobre raios cósmicos, o que fazem, aliás, com verbas julgadas muito modestas para tais cometimentos, uma parte apenas da verba de 500.000 dólares que o governo italiano da para incentivar o progresso das ciencias em geral. Ainda assim, tais centros estão realizando trabalhos teóricos julgados de primacial importancia para o progresso dos estudos atômicos. Essa colaboração inestimavel tem sido reconhecida pelos Estados Unidos, onde as maiores autoridades não se cançam de enaltecer os admiraveis trabalhos dos físicos italianos, em sua propria pátria e na America.

DO RIO E DO MUNDO

D. Renault

REARMAMENTO

POR ocasião de sua última visita a Paris, o general Eisenhower manteve uma longa conferência com o marechal Montgomery, que teve por objeto fixar a posição dêste no Alto Comando das Fôrças do Atlântico. Nessa ocasião, Eisenhower manifestou a sua opinião de que a Noruega é o único país da Europa, onde está adiantado o programa de rearmamento.

FAVORITOS

O INSTITUTO de Opinião Pública, de Princeton, divulgou a relação das cantoras favoritas da América. Por ordem de preferência são elas: Dinah Shore, Jeanette Mac Donald e Kate Smith. Os cantores preferidos são: Bing Crosby, Perry Como e Dennis Day;

— quanto a Bing Crosby, diz a imprensa americana que seus quatro filhos estão em condições de amparar o pai, quando chegar a velhice: êles começaram tendo participação nos lucros do rádio e pequenas cotas provenientes das gravações do pai, e hoje, cada um tem 200.000 dólares no banco.

FALENCIA

PELA 11.ª Vara Civel, corre o processo de falência do Banco Americano do Brasil. O juiz daquela vara, recebendo a denúncia apresentada pelo 4.º Curador de Massas, ordenou, ontem, a remessa dos autos respectivos e do inquérito judicial para distribuição a uma das varas criminais. Nos autos, são apontadas irregularidades praticadas pelos diretores do aludido Banco, que acarretaram um prejuizo de cêrca de Cr$ 1.200.000,00 aos acionistas e depositantes.

OLHAR COMPROMETEDOR

WILFRED Chadwick, de Fulham, que cumpriu dez anos de prisão, pelo homicidio casual de sua primeira espôsa, tudo motivado pelo ciume, confessou-se culpado novamente, ao tentar ferir sua segunda mulher — e outra vez — pelo ciume. Wilfred explicou às autoridades policiais: — "Às vezes ela tinha uma expressão muito vaga e distante no olhar"...

OSCILAÇÕES

O PREFEITO do Distrito Federal dirigiu instruções à Secretaria da Agricultura, a fim de que seja feito o contrôle do mercado de legumes e frutas nacionais. Ontem, deve ter se reunido a Comissão de Preços da P.D.F., que examinaria o assunto, e baixaria instruções para o comércio em geral. As autoridades devem regulamentar êste mercado, que explora a população de maneira incrivel; é comum a gente encontrar uma dúzia de laranja nacional a Cr$ 5,00 e, no dia imediato, vêr a dúzia a Cr$ 20,00. Êstes preços oscilam como a temperatura da cidade...

PERJURIO

OS AGENTES policiais americanos prenderam hoje, em sua residência, o cientista William Perl, da Universidade de Columbia. O sr. Perl é um especialista em aerodinamica e propulsão a jato e foi preso sob a acusação de perjúrio no processo contra os espiões atômicos.

CRITICA E DEFESA

O EX-PRESIDENTE Hoover, partidário do isolacionismo, voltou a criticar o envio de tropas para a Europa. Por sua vez, o governador Dewey, falando perante a Comissão das Relações Exteriores e das Fôrças Armadas, defendeu a medida, e disse que a autoridade do presidente para enviar tropas para o exterior, sem permissão do Congresso, foi exercida por vários presidentes, durante 147 anos. O comentarista Elmer Davis, colocou nestes têrmos, a questão do isolacionismo: — "Isolacionismo e derrotismo na America, animam a neutralidade e a calma na Europa; neutralidade e calma na Europa, instigam o isolacionismo e a calma neste país".

ATOS E DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

O Presidente da República assinou os seguintes decretos:

Na pasta da Justiça — Promovendo na Policia Militar do Distrito Federal, ao posto de capitão, os primeiros tenentes Antenor Cardoso da Cruz Filho, Antonio Pinto, Ari Anapurús, Ari Miranda Silveira, Azael Alvaro Ataliba, Eduardo Guimarães Vilaça, Epaminondas Bruno de Oliveira, Esmeraldino Santos Duque Estrada Méier, Iari de Brito, Jairo de Sousa, Manoel Ferreira, Milton de Calazans, Licelne Pinto, Odorico Bezerra Pinto Coelho, Orlando da Fonseca, Roldão Rodrigues Gama, Rômulo Guerra de Sousa, Valdir Silveira Miranda, farmacêutico Valdemar Gomes de Castro Maurilhe e médicos Gerson Augusto Canedo de Magalhães e Artur Romani Botelho, e considera-los agregados no respectivo Quadro.

Promovendo, ao posto de segundos tenentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, os aspirantes a oficial Genesio Teabaldo dos Santos, Joaquim Francisco de Paula, José Andrade da Costa Matos, Onildo Pereira de Brito, Péricles dos Santos, Sebastião Ferreira de Freitas e Washington de Sousa Lima.

Promovendo, por antiguidade, ao posto de primeiro tenente do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, os segundos tenentes Milton de Lima Gusmão, e Riveau de Oliveira Pinto.

Promovendo, por merecimento, no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, ao posto de primeiros tenentes, os segundos tenentes Alcides Cardoso Fraga, Alvaro Correia Martins, Aurélio Gomes de Melo, José Mariano da Fonseca e Osvaldo Pereira.

Na pasta da Fazenda — Removendo, "ex-officio", o coletor Lourenço de Alencastro Guimarães, da Coletoria Federal em Igarapé-Mirim Pará, para a Coletoria em Pitangui, Minas, os escrivães Ariovaldo Correa Morais, da Coletoria em Cristalina, Goiás, para a Coletoria em Silvania, no mesmo Estado, e Boneni Sebastião de Almeida, da Coletoria em Cavalcanti, Goiás para a Coletoria em Matauns, no mesmo Estado.

Removendo, a pedido, os fiscais do Imposto de Consumo Celso Lima Guimarães, de São Luiz para o interior do Estado do Pará, e Edilberto Santana, de Aracaju para o interior de Santa Catarina.

Concedendo aposentadoria a Luia Neves, oficial administrativo, classe O.

Concedendo exoneração, de arquivista classe E, a Margarida Albuquerque de Farias.

Exonerando, de escrevente-datilógrafo, classe 19, Norberto Pinto Carvalho.

Tornando sem efeito, o decreto de 19-1-1951 que removeu, de Barra para Guararipe, Bahia, o coletor Alberico Santos, o decreto de 18-12-50 que exonerou, de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Pindorama, S. Paulo, Ari Atab e o de 18-12-50 que exonerou, de escrivão da Coletoria em Nazaré Paulista, S. Paulo, João Ramos de Guimarães.

Assinou mais os seguintes decretos:

Na pasta do Trabalho.

Nomeando Francisco Alexandre Norberto da Costa, para exercer o cargo de diretor da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho.

Tornando sem efeito o decreto 6-3-51, pelo qual foi designado Francisco Alexandre Norberto da Costa para exercer a função de Delegado Regional de Trabalho no Estado do Rio.

Designando, delegados regionais de Trabalho, no Estado do Rio, Emilio Dias Filho, no Estado do Espirito Santo, José Cavalcanti, no Estado do Maranhão, Amilcar de Faria Cardeni, e no Estado de Alagoas, Lucia Toledo.

Designando Alberto Vieira Souto e Rubem Vieira Machado, membros do Conselho Fiscal do Instituto de Resseguros do Brasil, como representantes das instituições de Previdência Social e Valmir Antonio Luiz e Plinio Sarmento, suplentes dos referidos membros.

Na pasta da Fazenda.

Nomeando, diretor do Serviço do Pessoal, Luiz Vicente Belfort de Ouro Preto.

Designando, delegado regional do Imposto de Renda no Estado de S. Paulo, Celso de Abreu Barreto.

Designando, chefe da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União do Distrito Federal, Ademar Barbosa de Almeida Portugal.

Nomeando, membros do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal de Mato Grosso, Justiniano Luiz Pereira da Silva e Augusto Frederico Muller.

Assinou os seguintes decretos:

Autorizando o funcionamento de curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Franca, mantida pelo Instituto Francano de Ensino e com sede em Franca, no Estado de S. Paulo;

— concedendo autorização para funcionamento de curso de ciências contábeis, e atuariais da Faculdade de Estudos Econômicos, mantida pela sociedade civil Liceu Coração de Jesus e com sede na capital do Estado de São Paulo;

— aprovando o Regulamento para a Escola de Formação de Oficiais da Policia Militar do Distrito Federal;

•—•

— aprovando alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Fidelidade de Seguros Gerais, inclusive o aumento de capital social;

— aprovando a reforma nos Estatutos da sociedade anônima "Credit Foncier du Brésil e de l'Amérique du Sud", inclusive o aumento de capital social; e,

nomeando, diretor da Comissão do Vale São Francisco, João Fleuri.

•—•

Recebeu, ontem, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, para despacho, o almirante Renato de Almeida Guilhobel, ministro da Marinha, e gen. Estillac Leal, min. da Guerra; em conferência, o general Angelo Mendes de Morais, prefeito do Distrito Federal, e o general Pedro Aurelio de Góis Monteiro, chefe do Estado Maior Geral das Fôrças Armadas; e, em audiência, o coronel Amilcar Dutra de Menezes, o major Kenneth Howard Mac Crimmon, e d. Eunice Weaver, presidente da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.

•—•

Autorizou ficar à disposição do Departamento Federal de Segurança Pública, o major Bruno Fraga Ribeiro, a fim de exercer o cargo de chefe do Serviço de Rádio Patrulha.

•—•

O Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do embaixador Lourival Fontes, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, mandou comunicar ao dr. Napoleão Laureano, em Recife, que havia colocado à sua disposição um avião, a fim de que pudesse viajar para o Rio onde o Govêrno lhe fornecerá todos os recursos de que necessitar. O dr. Napoleão Laureano aceitou o oferecimento do Chefe do Govêrno declinando, entretanto, do transporte, uma vez que já estava com passagem reservada para esta capital onde deverá chegar hoje, sexta-feira.

•—•

O ministro da Agricultura oficiou ao Presidente da República, cientificando da medida posta em prática por aquele Ministério, que determinou fossem recolhidos todos os veiculos pertencentes à repartições meramente burocráticas e que não exigem transporte rápido bem como as das repartições técnicas, consideradas em excesso, pretendendo enviá-los para as dependências sediadas nos Estados e que não dispõem de transporte.

Pondera, no entanto, o ministro, que grande parte dos carros oficiais recolhidos é imprópria para os trabalhos agricolas no interior do país, motivo pelo qual solicita ao Presidente da República autorização para permutá-los por jeeps ou veiculos mais adequados. A permuta seria realizada mediante avaliação a ser feita por uma comissão de peritos designada pelo sr. João Cleofas.

O Presidente da República despachou, autorizando a medida proposta pelo titular da pasta da Agricultura.

•—•

Recebeu o seguinte telegrama de Dom Julio Mattieli, bispo de Alto Purus:

— "E'-me sumamente honroso comunicar a V. Exa., em nome deste Bispado e do povo católico deste território, a chegada da imagem de N. S. do Carmo, excelsa padroeira do Recife, ora em vitoriosa peregrinação, percorrendo todo o solo patrio. Fazendo esta comunicação, humildemente agradeço a valiosa colaboração prestada pelos Poderes Públicos a esta iniciativa, de elevado cunho religioso, inclusive facilidades de transportes pelas gloriosas asas da FAB. Desejo salientar, também, o decisivo apoio dado pelo atual Govêrno do Território do Acre, para maior êxito das festividades programadas, pelo que imploro à providência Divina que ilumine à V. Exa., pioneiro que foi das mais justas reivindicações populares e executor fiel da doutrina da cristianismo social da Patria Brasileira, para que, através da continuidade dessas mesmas diretrizes, prossiga na ação construtiva com base no trabalho, harmonia e paz que vem sendo observados nestes últimos anos, neste longinquo rincão patrio. Atenciosas saudações (a.) Dom Julio Mattieli, bispo do Alto Purus e Acre".

•—•

Esteve, ontem, em visita ao Museu Santos Dumont, em Petrópolis, S. Exa. após o almoço dirigiu-se à rua Riachuelo, onde fica localizada a antiga residência do grande inventor brasileiro, tendo oportunidade de percorrer as dependencias daquela casa onde viveu o gênio da aviação, e ver mais uma vez as reliquias ali contidas. Em seguida, o Chefe do Govêrno visitou a Escola Santos Dumont que faz parte do conjunto residencial e que foi doada à Prefeitura pelo próprio Pai da Aviação, com a primordial finalidade de ser mais tarde um estabelecimento de ensino público.

O Presidente da República foi recebido com uma salva de palmas pelos pequenos alunos que, de pé, entoaram o Hino à Santos Dumont, em homenagem à S. Exa.

Deixando a Escola, o Presidente Getúlio Vargas fez, também, ligeira visita à indústria de diamantes localizada nas proximidades do Museu Santos Dumont, regressando, em seguida, ao Palácio Rio Negro.

•—•

Recebeu, do deputado Benedito Valadares, o seguinte telegrama:

— "A bancada pessedista mineira, na sua primeira reunião realizada, na qual foi o meu nome escolhido para seu lider, deliberou enviar à V. Exa. a expressão do seu apoio e solidariedade e votos de felicidade no seu Govêrno. Saudações cordiais (a.) Benedito Valadares".

•—•

Recebeu, de SS. o Papa Pio XII, o seguinte telegrama:

— "Em retribuição aos amáveis votos de V. Exa., que muito nos sensibilizaram, pedimos de bom grado, como prova de nossa gratidão, as melhores bençãos divinas para a sua pessoa e para o povo brasileiro".

Eleito o Brasil para o Comité que distribuirá os produtos escassos

Os minerais e materiais estratégicos sob rigoroso contrôle

A propósito da eleição do Brasil para o Comité de Produtos Escassos, recebemos do Ministério das Relações Exteriores a seguinte nota: "Em consequência da situação internacional, ficou estabelecida a criação de um Comité Tripartido, composto dos Estados Unidos da América, Inglaterra e França, encarregado da distribuição dos produtos escassos entre os quais se compreendem minerais e materiais estratégicos. Essa deliberação interessou, como era natural, o Brasil e o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, em defesa de nossos interesses, passou a pleitear, desde o inicio do atual Govêrno, a ampliação do referido Comité, a fim de que nele coubesse também a representação de um outro país americano. Em consequência disso e após dificeis negociações, chegou-se a um acôrdo, pelo qual o referido Comité foi remodelado e ampliado, passando a formar um Grupo Central, constituindo de 10 membros, dos quais quatro europeus, dois asiáticos e quatro americanos. Destes um será o Canadá, outro os Estados Unidos da América, outro a Organização dos Estados Americanos. O quarto lugar foi desde logo pleiteado pelo Itamarati, para o Brasil, havendo o representante da Colombia no Conselho Interamericano Economico e Social se incumbido de apresentar a nossa candidatura. Ontem realizou-se nesse Conselho a eleição do quarto membro americano, tendo o Brasil sido eleito com os votos de todos os presente, à exclusão da Argentina, que se absteve.

NACIONALIZADO O PETRÓLEO NO IRÃ

TEERÃ, 15 (UP) — O Majlis (parlamento iraniano) decidiu, por unanimidade, nacionalizar a indústria de petroleo do país, de propriedade britanica. Por 114 votos a favor contra nenhum, o Majlis concedeu poderes ao govêrno para encampar a "Anglo-Iranian Oil Company", que controla todo o petroleo do Iran — 24% da atual produção mundial. Essa decisão foi adotada apenas 24 horas depois que a Grã-Bretanha anunciou ter enviado uma nota a Teerã, ponderando que o contrato do Irã com a "Anglo-Iranian" não poderia ser legalmente extinto, senão em 1953.

APRESENTOU CREDENCIAIS A FRANCO

MADRID, 15 (UP) — O embaixador britanico, sir John Balfour, apresentou suas credenciais ao generalissimo Franco, no Palacio Nacional, hoje, enquanto uma multidão de cerca de mil pessoas, silenciosas em sua maioria, esperavam de fora. Os transeuntes se detinham para olhar para a colorida procissão, mas poucos foram os que saudaram Balfour, como haviam feito ao embaixador norte-americano, Stanton Griffis, quando ele fez a mesma viagem, há duas semanas.

PERFEITO AR CONDICIONADO
METRO PASSEIO · METRO COPACABANA · METRO TIJUCA
½ DIA-2-4-6-8-10 HORAS HOJE 2-4-6-8-10 HORAS
SANGUE BRAVO
"The OUTRIDERS" IMPRÓPRIO ATÉ 14 ANOS
em Technicolor
JOEL McCREA ★ ARLENE DAHL
BARRY SULLIVAN · CLAUDE JARMAN, Jr. · JAMES WHITMORE · RAMON NOVARRO
FILME METRO · GOLDWYN · MAYER

No Estúdio e na Tela

Os Filmes de Hoje

SÃO LUIZ, VITÓRIA, RIAN e CARIOCA — "Trovador Inolvidável", em técnicolor, com Larry Parks e Barbara Hale — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

PALÁCIO, ROXY e AMÉRICA — "Aventuras do Capitão Blood", com Louis Hayward e Patricia Medina — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

METRO PASSEIO — "Sangue Bravo", com Joel Mc Crea e Arlene Dahl. — Às 12 — 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

ODEON — "O Tesouro dos Bandoleiros", em cinecolor, com Dandolph Scott — Às 14 — 15,40 — 17,20 — 19 — 20,40 e 22,20 horas.

METRO TIJUCA e METRO COPACABANA — "Sangue Bravo", com Joel Mc Crea e Arlene Dahl. Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

PLAZA, PARISIENSE, ASTORIA, OLINDA, RITZ, STAR, COLONIAL, PRIMOR e MASCOTE — "A Gata Borralheira" de Walt Disney, em técnicolor, falado e cantado em português por Simone Moraes e Jorge Goulart — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

PATHE' e ART-PALACIO — 3ª Semana — "Arroz Amargo", com Silvana Mangano e Vittorio Gassmann — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

IMPERIO — "Uma Mulher Qualquer", com Maria Feliz e Antonio Vilar — Às 14 — 16 — 18 — 20 e 22 horas.

REX — "Tragedia nos Alpes", com Robert Newton e "Escrava do Passado" com Barbara Mullen — A partir das 14 horas.

CAPITÓLIO — "Sessões Passatempo" — A partir das 10 horas.

CINEAC TRIANON — "Sessões Passatempo" — A partir das 10 horas.

Mundo Social

Aniversarios

FAZEM ANOS HOJE

SENHORAS:
Dina Coelho Neto de Lacerda
Zilka Lourenço
Ida Ferraz Pena
Henriqueta do Espirito Santo

SENHORINHAS:
Terezinha Delma Souto
Elza Oliveira
Delzenita Bandeira Magalhães

SENHORES:
Prof. Fernando Raja Gabaglia
Mario Saraiva
Jim Barbosa
Heitor Gurgel do Amaral
Renato e Romeu Medeiros, diretores do "Jornal Pequeno", do Recife
Solano Carneiro da Cunha
Antônio Leão Veloso
Luiz Tourinho Barreto
Coronel Faria Lemos
Coronel Fausto Neto de Albuquerque
Jornalista Geraldo Romualdo
Jornalista Horacio da Cunha Teles
João José de Araujo
José Belini dos Santos

— Transcorre hoje o aniversário natalicio do sr. Eurico Figueira de Almeida, funcionário do Departamento de Fiscalização da Prefeitura do Distrito Federal.

O aniversariante, dotado de magnanimo coração, será, no dia de hoje alvo de significativas homenagens por parte de seus amigos, colegas e admiradores.

— Fizeram anos ontem:

— major aviador Atila Gomes Ribeiro, oficial do Gabinete do ministro da Aeronáutica;

— o jovem Carlos Eduardo, filho do casal comandante Silvio-Ligia Trompowsky Heck e neto do casal ministro Armando-Sephora Trompowsky;

Fazem anos hoje:

— sra. Elisa Pereira Dias, esposa do sr. Manoel Dias, comerciante em Nova Iguaçu;

— coronel Manoel Narciso Castelo Branco, subdiretor de Finanças da Aeronáutica.

Casamentos

SRTA. MARIA COSTA BARROS-CAPITÃO ALVES BASTOS — Realiza-se sábado próximo, dia 17, o enlace matrimonial da srta. Maria Costa Barros, com o capitão Celestino Alves Bastos, filho do dr. Anibal Alves Bastos e neto do general Celestino Alves Bastos já falecido. No ato civil servirão de padrinhos da noiva o casal Costa Barros e, do noivo, a sra. e sr. Plinio Barbosa Pinto. No religioso, da noiva, o dr. Roberto Werneck e senhora e, do noivo, a sra. e sr. coronel Penha Brasil.

Homenagens

Está fixado para o dia 16 de abril, no Clube dos Caiçaras, a homenagem que os amigos e admiradores do sr. Ricardo Jaffet, colegas da turma de 1935 da Faculdade de Direito, lhe prestarão, e que constará de um jantar, às 20 horas, por motivo de sua investidura na presidência do Banco do Brasil. As listas de adesões são encontradas no "Jornal do Comércio", Jockey Club e ABI.

— Amigos, colegas e admiradores do deputado Gurgel do Amaral, rejubilados com a sua escolha para o cargo de 1.º Secretário da Camara dos Deputados, vão homenageá-lo, oferecendo-lhe um jantar no Clube dos Caiçaras.

Teatro

Está marcada para hoje a estréia das célebres "Lamb and Yocum Ice Parade of 1951" que se apresentarão no Palácio Encantado, na Praça Onze de Junho. O elenco traz em seu seio o que havia de melhor nos Estados Unidos no terreno da patinação no gelo. Pela ligeira demonstração que assistimos por ocasião do coquetel que foi oferecido à imprensa, podemos esperar um grande espetáculo.

Cazarré e Déa Selva ingressaram, ontem, na Rádio Nacional para onde foram contratados. O querido casal de artistas recem chegado de Portugal vai fazer parte do elenco de radio-teatro da grande emissora.

Bela aquisição.

No Recreio está em cena, "Muié macho, sim sinhô" de autoria de Freire Junoor e Walter Pinto. O espetáculo que é magnifico conta com a presença de Oscarito, Virginia Lane, Paulo Celestino, Joana D'Arc, Manoel Vieira, Pedro Dias e outros.

Darão espetáculo 2.ª-feira — Sexta-feira Santa, Dulcina-Odilon não darão espetáculo e por isso resolveram levar a cena a vitoriosa peça "A doce inimiga" na segunda-feira, dia 19, no Teatro Regina. O espetáculo que tem uma magnifica criação cômica de Dulcina, está vitoriosa e é apresentado diàriamente às 21 horas na casa de espetáculos da rua Alcindo Guanabara. Odilon e Manuel Pera reapareceram nessa comédia em papéis que se recomendam ao mais exigente espectador e tudo indica que a peça está com a sua carreira assegurada.

Bibi Ferreira está estrelando o maior espetáculo musicado do ano, pois "Escandalos 1951" está consagrado por tôda a critica e se apresenta farto de luxo e beleza, desenvolvida dentro de uma nova técnica, a produção de Helio Ribeiro veio revolucionar o teatro de revista com os seus quadros cômicos muito bem defendidos por Silva Filho e Luiz Cataldo, tendo os mais ricos cenários e está vestida dentro do maior apuro que se pode exigir a um espetáculo do gênero. Ao lado de Bibi no Teatro Caros Gomes encontramos Mara Rubia a vedeta cem por cento que a platéia tanto admira. Segunda-feira, dia 19, "Escandalos 1951" estará em cena, de vez que não será representada Quinta e Sexta-feira Santa.

O escritor e homem de teatro, sr. Bandeira Duarte, proferiu ontem, quinta-feira, às 20 horas, na sede do Serviço Nacional de Teatro, à rua Araujo Porto Alegre, 71 3.º andar (ABI) a aula inaugural do Curso Prático de Teatro daquele serviço.

Doenças Nervosas e Mentais
DR. HUMBERTO ALEXANDRE
Serviço de Eletrochoque à Domicilio
ALCINDO GUANABARA N. 15-A, 1.º AND.
2.ª, 4.ª e 6.ª das 14 às 16 horas. Tel. 22-4093 — Res. 46-3652

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Pela manhã de ontem esteve em visita de inspeção à Base Aérea do Galeão, o ministro Nero Moura, fazendo-se acompanhar do coronel aviador Dario Cavalcanti de Azambuja, chefe do seu Gabinete, coronel aviador Clovis Monteiro Travassos, diretor de Rotas Aéreas, coronel aviador Jussaro Fausto de Souza, diretor interino de Engenharia e capitão aviador Meira de Vasconcelos, ajudante de ordens.

COMANDO DA QUINTA ZONA AÉREA

Em virtude de ter de seguir para Pôrto Alegre, onde foi assumir as suas novas funções, apresentou-se à Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, o major brigadeiro Altair Eugenio Rozzanly, que vem de ser nomeado comandante da Quinta Zona Aérea, com sede na capital do Rio Grande do Sul.

DIPLOMADOS NO CURSO SUPERIOR DE COMANDO

O comandante da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica enviou à Diretoria do Pessoal a comunicação de haver conferido diplomas ao tenente-coronel aviador Augusto Teixeira Coimbra e aos majores aviadores Hélio Silveira e Deoclécio Lima de Siqueira.

COMISSÃO DE PROMOÇÕES

Sob a presidência do major brigadeiro Vasco Alves Seco, reunir-se-á, hoje, às 15 horas, a Comissão de Promoções da Aeronáutica.

DESPACHO COM O MINISTRO

O ministro Nero Moura recebeu, ontem, para despacho no seu gabinete, o major brigadeiro Vasco Alves Seco, chefe do Estado Maior; brigadeiro Manoel Ferreira Mendes, diretor geral de Saúde; e o coronel aviador engenheiro Jussaro Fausto de Souza, diretor geral de Engenharia. Em conferência, o titular da pasta da Aeronáutica recebeu no seu gabinete o ministro Mário Bitencourt Sampaio, presidente do Tribunal de Contas.

QUALIDADES DE LIDERANÇA
Como o futebol, espetáculo das multidões, Continental é uma preferência nacional - é o cigarro de classe mais vendido em todo o Brasil!
TAMBEM FIZERAM DE
Continental
UMA PREFERÊNCIA NACIONAL HÁ MAIS DE 15 ANOS
UM PRODUTO SOUZA CRUZ
C-88.079

VIDA MILITAR

MINISTÉRIO DA GUERRA

SERA' POSTO EM EXECUÇÃO O CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS — O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PRONUNCIARA' HOJE, A CONFERENCIA INAUGURAL NA ESCOLA DE ESTADO MAIOR

— Realiza-se hoje, às 10 horas, a cerimonia de abertura dos cursos da Escola de Estado Maior, situada na Praia Vermelha. O ato revestir-se-á de solenidade, devendo a conferencia inaugural ser proferida pelo sr. João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, a convite do comandante daquele Estabelecimento. O chanceler brasileiro, tratará dos assuntos de natureza internacional, ligados à proxima conferencia de Chanceleres a realizar-se em Washington. Para a cerimonia foram convidadas as altas autoridades civis e militares e jornalistas.

CONTRIBUINTES OBRIGATORIOS DO IPASE

— Havendo o sr. presidente do Instituto de Previdencia e Assistencia dos Servidores do Estado comunicado que o presidente da Republica decidiu que os servidores civis de economias administrativas do Ministério da Guerra sejam inscritos naquele Instituto, como contribuintes obrigatorios, o ministro Estillac Leal, em aviso de ontem, determina o seguinte: a) as unidades administrativas que possuem pessoal pago por quaisquer economias administrativas, rendas industriais, secções comerciais e outras, providenciem para que esse pessoal seja inscrito no Instituto de Previdencia e Assistencia dos Servidores do Estado; b) providenciem tambem, para que esses servidores dirijam petição ao sr. diretor do Departamento de Previdencia do mesmo Instituto solicitando as vantagens de que trata o § único do art. 81, do dec. lei 2.865, de 12-XII-940; c) ficam revogadas as soluções anteriores referentes ao pessoal em questão, no que colidirem com o presente aviso.

UNIFORME DO DIA

— A Secretaria Geral da Guerra designou para os dias 17, 18 e 19 do corrente o 5º uniforme.

POSTO MEDICO DO MINISTERIO DA GUERRA

— Assumiu a chefia do Posto Médico do Ministerio da Guerra o cap. Medico Antonio Rezende, ficando dispensado daquela função o major medico Tito Maia, recentemente nomeado para a Diretoria de Saúde.

— Foi classificado, por necessidade do serviço, no 2º R.I., o 2º tenente dentista Nelson Vieira Ferreira, recentemente incluido no Quadro de Dentistas do Exército.

SERA' POSTO EM EXECUÇÃO O CODIGO DE VENCIMENTOS

O ministro Estillac Leal, acompanhado do capitão Marcos Kruchin, ajudante de ordens, esteve ontem à tarde no Rio Negro, em Petropolis onde despachou com o presidente da Republica muitos atos de sua pasta. Consta que o chefe do Exército, além dos assuntos que o levaram a Petropolis, teria tratado tambem com o chefe do Governo da execução do Codigo de Vencimentos.

NA 4a. R.M.

— Assumiu a chefia do Serviço Veterinario da 4a. R.M. o major José do Patrocinio Magalhães Leite.

BOLETIM DA DIRETORIA DO PESSOAL

Publico, para a devida execução, o seguinte:

MOVIMENTAÇÃO DE OFICIAIS
ARMA DE CAVALARIA

Transferência de Quadro:

— Transfiro, de ordem do exmo. sr. ministro da Guerra e por necessidade do serviço, do Quartel General da Segunda Divisão de Cavalaria para o E. R. S. da Terceira Região Militar (Gestor da Sucursal Reembolsável n.º 7), o 1.º tenente do Q. A. O. Verissimo Pires Barcelos.

ARMA DE ARTILHARIA

Transferência de Quadro:

— Transfiro, de ordem do exmo. sr. ministro da Guerra e por interêsse próprio, do Quadro Ordinário (7.º Grupo de Artilharia a Cavalo) para o Quadro Suplementar Geral e nomeio para servir na Escola de Paraquedistas, o capitão José de Escobar Bevilaqua.

— Transfiro, por necessidade do serviço, do Quadro Ordinário (I-1.º Regimento de Artilharia Anti-Aérea) para o Quadro Suplementar Geral e nomeio para servir como Ajudante de Ordens do exmo. sr. general Francisco Agra Lacerda de Almeida, o capitão Ismael Augusto Soares de Oliveira.

Exoneração:

— Exonero, por necessidade do serviço, das funções que exerce no A. R. 7 do E. S. R. da Terceira Região Militar, o 1.º tenente do Q. A. O. Alberto Martins.

Nomeação:

— Nomeio, por necessidade do serviço, para servir como Ajudante de Ordens do exmo. sr. general Thales de Azevedo Vilas Boas, o capitão Erico Vieira Canarim, que em consequência, é exonerado das funções que exerce no Estado Maior do Exército.

ARMA DE ENGENHARIA

Transferência de Quadros:

— Transfiro, por necessidade do serviço, dos Quadros abaixo, para o Quadro Suplementar Geral por terem sido aprovados no concurso de admissão ao Curso de Preparação a E. T. E. no corrente ano, os seguintes oficiais:

Do Quadro Ordinário, capitães Pedro Alexandre Hurpia, do 4.º Batalhão de Engenharia; Newton Castanheira Brandão, do 6.º Batalhão de Engenharia; Aldrovando Flores Martins de Lima, da Terceira Cia. de Transmissões; Rubens de Matos Gomes, da Primeira Cia. de Transmissões da Divisão Blindada; primeiros tenentes Antônio Ribeiro Seco, do 3.º Batalhão Rodoviário e Tesla de Medeiros, do 2.º Batalhão Rodoviário.

Do Quadro Suplementar Privativo, capitães Francisco de Souza Ribeiro de Almeida; José Queiroz Varela; Odylon Humberto Spinely e Carlos Afonso Filgueiras, da Escola de Transmissões; Oscar Cerqueira Novais, da Escola de Instrução Especializada e 1.º tenente Lourival Ribeiro do Rosário Filho, do C. P. O. R. do Rio, sendo, em consequência exonerados de suas respectivas funções.

ADIÇÃO DE OFICIAIS

— Fica adido a esta Diretoria, a contar de 5 do corrente, data em que se apresentou nesta Diretoria, o major da Arma de Cavalaria Danilo da Cunha Nunes, ultimamente exonerado, a pedido, das funções de Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

— Fica adido a esta Diretoria, a partir de 7 do corrente, o capitão da Arma de Infantaria José Jardelino de Morais Carneiro, mandado agregar ao respectivo quadro, nos termos do artigo 86, letra "h", do Dec. Lei n.º 9.698, de 2-9-1946, por Decreto de 23 de fevereiro findo, publicado no D. O. de 5 do corrente e B. I. de 7 desta Diretoria, e ultimamente nomeado para o Conselho Nacional do Petrópelo.

— Pelo exmo. sr. ministro, foram mandados adir:

A esta Diretoria, aguardando solução de proposta, por necessidade do serviço, o capitão da Arma de Infantaria Elysio Saldanha Linhares, que está adido ao Q. G. da Segunda Região Militar.

Ao 23.º B. C., aguardando retificação de classificação o capitão da Arma de Infantaria Celso Arantes Dias da Silva.

— Fica, de ordem do exmo. sr. general ministro da Guerra, adido, como se efetivo fosse, a esta D. P., aguardando nomeação, o major Dival Corrêa Rodrigues.

— Fica, de ordem do exmo. sr. general ministro da Guerra, e por necessidade do serviço, adido, como se efetivo fosse, ao Q. G. da Terceira Região Militar, o 1.º tenente do Q. A. O. Claudionor Goulart Jacques, que em consequência é transferido do Quadro Ordinário (1.º R. C. Moto) para o Q. S. G.

— Fica, de ordem do exmo. sr. general ministro da Guerra e por necessidade do serviço, adido, como se efetivo fosse, ao Q. G. da Terceira Região Militar, o 1.º tenente do Q. A. O. Dario Fayet Ramos, que em consequência, é exonerado das funções que exerce na A. D.|6.

MOVIMENTAÇÃO DE OFICIAIS
ARMA DE INFANTARIA

Transferência de Quadro:

— Transfiro, por necessidade do serviço, do Quadro Ordinário (5.º Regimento de Infantaria) para o Quadro Suplementar Geral e nomeio para servir na Décima Terceira Delegacia de Recrutamento da Décima Quarta Circunscrição de Recrutamento, o 2.º tenente Q. A. O. Telmo Coelho Filho.

Transferência de Quadro sem efeito

— Torno, por necessidade do serviço, sem efeito, a transferência do Quadro Suplementar Geral (Diretoria do Pessoal) para o Quadro Suplementar Privativo e nomeação para servir no Tiro de Guerra n.º 182, publicada em Bol. de 2 de dezembro de 1950, desta Diretoria, do 2.º tenente Q. A. O. Edgard de Araujo Lima.

Transferência:

— Transfiro, por necessidade do serviço, da Quarta Delegacia de Recrutamento da Décima Quarta Circunscrição de Recrutamento para Adjunto da mesma C. R., o 1.º tenente Q. A. O. Hermeto Ribeiro Vieira.

Classificação:

— Classifico, por necessidade do serviço, no Quadro Suplementar Geral e nomeio para servir na Quarta Delegacia de Recrutamento da Décima Quarta Circunscrição de Recrutamento, o 2.º tenente Q. A. O. Paulo Waldemiro Guimarães, que se acha adido a esta Diretoria aguardando classificação.

Dr. Spinosa Rothier
Doenças sexuais e urinárias. Lavagem endoscópica da vesicula. Próstata — R. SENADOR DANTAS, 45-B — Tel.: 22-3367
De 1 às 7 horas

MINISTÉRIO DA MARINHA

PORTARIAS DO MINISTRO

O ministro da Marinha baixou as seguintes portarias: designado o capitão de corveta Luiz Felipe Caldas Lacé Brandão, para diretor da Escola Tecnico-Profissional do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; o capitão tenente Roberto Mario Monerat para comandante do caça-submarinos "Guajará"; o primeiro-tenente Dilmar Vasconcellos Rosa prara instrutor do CIC para oficiais, destinados aos novos cruzadores, sem prejuizo das funções que atualmente desempenha; ratificando a designação do capitão-tenente Paulo Berenger Sobral para comandante do contra-torpedeiro "Bergiogа" e dispensando o capitão tenente Roberto Mario Honerat das funções de imediato do CT "Bauitonga".

APRESENTAÇÃO AO MINISTRO

Apresentou-se ao ministro o contra-almirante Mario Lopes Ypiranga dos Guaranys, por motivo de sua promoção.

MOVIMENTAÇÃO NA DIRETORIA DO PESSOAL

Foram desligados da Diretoria do Pessoal o capitão de corveta Francisco Augusto Simas de Alcantara para a Esquadra; o capitão tenente Waldemiro Alves Corrêa Nunes para o 1º Distrito Naval; o primeiro tenente Paulo Tostes de Souza, para o cruzador "Almirante Tamandaré" e o capitão-tenente Manoel de Holanda Montenegro para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

AVISO AOS CANDIDATOS A' ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS

A' Diretoria do Ensino Naval solicita o comparecimento hoje, dia 16, às 13 horas, dos candidatos que foram julgados aptos em inspeção de saúde para ingresso nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, a fim de receberem instruções sobre o embarque para a Escola de Pernambuco.

Vendem-se lotes
Vendem-se os lotes de ns. 33, 35, 37 e 39, da rua João Paravidino, no Capão, 2.º sub-distrito do 1º Distrito Municipal, da Cidade de Campos (Estado do Rio), medindo 10 x 30 de fundos. Bonde e luz, no ponto final do Capão. Tratar na rua Goiás n. 155, com o sr. Manoel José dos Santos. Duque de Caxias.

ENTRADA E SAÍDA DE VAPORES

LLOYD BRASILEIRO
ESCRITÓRIO CENTRAL — Rua do Rosário 2/22 Tel. 23-1771
CARGAS ESTRANGEIRAS — Tel. 23-2646
PASSAGENS — Avenida Rio Branco, 41 Tel. 43-1247
INFORMAÇÕES — Rosário, 2/22 Tel. 23-3761
ARMAZENS 11-A — Tel. 43-6673
ARMAZENS 11-A — Tel. 43-6623
ARMAZENS 12 — Tel. 43-0290
CARGAS — Rua do Rosário 2/22. Tel. 23-1524
NOTA — Para aquisição de passagens é necessário a apresentação de atestado de vacina.

SERVIÇO DE PASSAGEIROS E CARGAS
PARA O NORTE
"BANDEIRANTE"
Sairá a 21 do corrente, para: VITÓRIA — SALVADOR — MACEIÓ — RECIFE — CABEDELO — NATAL e FORTALEZA
"PARÁ"
Sairá a 22 do corrente, para: SALVADOR — RECIFE — CABEDELO e NATAL
"POCONÉ"
Sairá a 18 do corrente, para: VITÓRIA — SALVADOR — MACEIÓ — RECIFE — FORTALEZA — SÃO LUIZ e BELÉM
"RIO DOCE"
Sairá a 2 de abril, para: VITORIA — SALVADOR — RECIFE — NATAL — FORTALEZA — TUTOIA — SÃO LUIZ — BELEM
"CAMPOS SALES"
Sairá a 21 de março, às 10 horas, Armazém 13, para: VITÓRIA — SALVADOR — MACEIÓ — RECIFE — FORTALEZA — BELÉM — SANTARÉM — OBIDOS — PARINTINS — ITACOATIARA e MANAUS
LINHAS PARA O ESTRANGEIRO
SERVIÇO DE PASSAGEIROS E CARGAS
PARA A EUROPA
"LOIDE-CANADÁ"
Sairá a 18 do corrente, para: B. ILHÉUS — SALVADOR — TENERIFE — LIVERPOOL — HAVRE — ANTUERPIA — ROTERDAM e HAMBURGO
PARA A AMÉRICA
"LOIDE-VENEZUELA"
Sairá a 21 de março, para: VITÓRIA — B. ILHÉUS — SALVADOR — CABEDELO — RECIFE — FORTALEZA — DAKAR — TENERIFE — MARSELHA e GENOVA

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA
PATRIMÔNIO NACIONAL
INFORMAÇÕES DE VAPORES
AV. RODRIGUES ALVES N. 303 e 304
TELS.: 43-3424 e 23-1900
PASSAGEIROS
"ITAQUATIÁ"
Sairá para: VITÓRIA — BAHIA — MACEIO' e RECIFE
"ITAQUERA"
Sairá para: IMBITUBA — RIO GRANDE — PELOTAS e PORTO ALEGRE
"ITAPÉ"
Sairá para: SANTOS — RIO GRANDE e PORTO ALEGRE
"ITAIMBÉ"
Sairá para: BAHIA — MACEIO' — RECIFE — FORTALEZA — S. LUIZ e BELÉM
"IAPUHY"
Sai domingo, 18 do corrente, às 9 horas, para: VITÓRIA — BAHIA — MACEIO' e RECIFE
"ITANAGÉ"
Sai domingo, 18 do corrente, para: BAHIA — RECIFE e CABEDELO
"ARATAIA"
Sai dia 17 do corrente para: PARANAGUA — ANTONINA
"ITAPUCA"
Sai dia 17 do corrente para: PARANAGUA — ANTONINA — ITAJAÍ — RIO GRANDE — PELOTAS e PORTO ALEGRE
AVISO — A Companhia recebe cargas, encomendas e bagagens de porão até a véspera da saida de seus paquetes, até às 16 horas, pelo armazem 14 e 15 — Valores pelo Escritório Central, até 16 horas da véspera da saida de seus paquetes — Os paquetes de passageiros dispõem de camaras frigoríficas.
Aceita-se carga para transporte, de domicilio a domicilio, em tráfego mútuo com a Rêde Viação Paraná — Santa Catarina, para Curitiba e Ponta Grossa, — via Paranaguá e Antonina.
Aceitam-se, igualmente, em tráfego direto com a Estrada de Ferro Bahia e Minas — via Ponta D'Areia, cargas para as localidades servidas por aquela estrada, ou sejam:
NO ESTADO DA BAHIA: Juerana — Helvécia — Mata e Argolo.
NO ESTADO DE MINAS: Aimorés — Presidente Bueno — Mairinque — Charqueada — Presidente Getúlio — Presidente Pena — Francisco Sá — Bias Fortes — Pedro Versiani — Teófilo Otoni — Valão — Sucanga — Caporanga — Ladainha — São Bento — Queixada — Engenheiro Schnoor — Alfredo Graça e Araçual.
Informações com MARIO CATÃO
Av. Rio Branco n. 4-2.º and. Telefones: 23-3268 e 23-1297
SEÇÃO DE FRETES: TELEFONES:
AV. RIO BRANCO N. 4, 2.º AND. 237-3268 - 23-1290
PASSAGENS: AVENIDA RIO BRANCO, 46
LOJA — Telefone 23-3433 — Embarque de passageiros pelo Arm. 13 do Cais do Pôrto.
EM NITEROI: ARMAZEM E ESCRITÓRIO EM MARUÍ — 6781
ARMAZEM EM MARUÍ — 6781
ARMAZEM 13 do Cais do Pôrto, Tel. 23-1900
ARMAZEM 13 do Cais do Porto, Tels.: 43-6072 — 63-3374 — 43-5440

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da 1.ª pág.)

vos, com a desejável minúcia, pois não encontrei elaborados os relatórios do ano transato. A Administração, no entanto, tem caráter permanente, ainda que variem seus responsáveis ou suas diretrizes políticas. De minha parte, espero poder preservar a continuidade administrativa, em tudo o que não fôr superado pela experiência, pelo pronunciamento das urnas ou pelas condições emergentes da vida nacional e internacional.

E' meu desejo amiudar êstes contatos com o Poder Legislativo, para que, num espírito de mútua compreensão e colaboração, possamos acelerar o ritmo de trabalho dos dois Podêres, no estudo e solução dos ingentes e complexos problemas nacionais, emprestando, assim, à ação governamental presteza e eficácia, como as circunstâncias estão a exigir.

A cooperação será a atitude constante do Executivo. Podeis contar com a sua solicitude e empenho em fornecer-vos todos os elementos informativos de que dispuser, não só a pedido vosso, mas antecipando-se a êle, por iniciativa própria e prática regular, para o que já estou determinando as necessárias providências. Podeis mesmo contar com a assistência permanente em tudo aquilo em que dependerdes da Administração para o perfeito desempenho da vossa missão de representante do povo.

Confio na ação pronta e eficiente do Congresso, na vossa lúcida interpretação das aspirações populares, traduzidas numa legislação adequada aos imperativos e contingências de nossa época. Pronto estou para pôr em execução, como me cumpre, os vossos decretos, e sugerir-vos os projetos que pareçam ao Executivo, com a experiência do Estado em ação, atender às necessidades do País e traduzir os seus anseios.

Fomos todos nós distinguidos pela confiança popular nas eleições de 3 de outubro. Parece-me oportuno fixemos de logo o sentido dêsse acontecimento marcante na história do sistema representativo brasileiro, pois dêsse esclarecimento advirá melhor compreensão da própria situação do País.

O último pronunciamento das urnas teve um cunho democrático, inédito pela sua fôrça e significação. Mais uma vez cumpre-me ressaltar, como já o fiz em ocasiões anteriores, a lisura com que se feriu o pleito e se pôs em execução a lei, o que honra o vigente sistema eleitoral. Êste acontecimento revelou a eficácia das nossas instituições, estabelecidas pelo Govêrno Provisório de 1930, que me coube chefiar, e baseadas, de um lado, no sufrágio secreto e no uso mais extensivo possível do direito de voto; e, de outro, na segurança e imparcialidade da apuração, processo que se instituiu na Justiça Eleitoral. O regime democrático e republicano, submetido à prova nesse prélio, dêle saiu revigorado e consolidado.

Não é pelo aspecto formal, que mais avulta a eleição de outubro. E' antes pelo seu significado profundo. Todavia, do ponto de vista formal, haveria ainda que pensar no aperfeiçoamento dos métodos que, sem prejuízo da segurança, permitissem acelerar o processo de alistamento, votação e apuração das eleições.

Sem embargo dêsses inconvenientes, o processo eleitoral permitiu às grandes massas liberarem-se do mêdo dos contrôles e sanções, e, assim, da submissão às oligarquias eleitorais e do seu poder arbitrário. Fôrça é reconhecer que não está ainda definitivamente superado o caciquismo e a política de campanário. E' preciso tempo para extirpar vícios arraigados. Por outro lado, é necessário que floresçam, em substituição à política de clientelas, quadros de líderes orientados por idéias que conquistem, a compreensão e a confiança das massas; e, ainda, é imprescindível a uma completa liberdade eleitoral a libertação do temor e da necessidade, o que se conseguirá por uma substancial elevação dos níveis de vida das mais numerosas camadas do nosso povo. Eis porque tem sido minha preocupação constante a realização da democracia econômica e social, através da proteção ao trabalhador e da melhoria das condições de vida dos humildes.

Embora não tenhamos atingido ainda à plena maturação dêsse processo evolutivo, é certo que o pronunciamento das urnas demonstra uma reconquista da consciência do povo, uma afirmação das massas, outrora apáticas e submissas, da sua vontade de participar efetivamente do poder. A eleição não veio aprovar um estado de coisas, nem consagrar os grupos dominantes. Veio antes fazer desaparecer o afastamento entre as fôrças sociais e o Estado.

Num regime em que a afirmação popular legítima não atingia senão limitadas áreas e classes, o voto, como sabemos, era a homologação de oligarquias, e o Estado ficava entregue a minorias privilegiadas, já afastadas das realidades sociais. Essa manipulação do Estado por alguns, no jôgo dos interêsses de grupos e de negócios personalistas, divorciava o poder público dos interêsses eminentemente nacionais e dos problemas ingentes do povo.

A última eleição veio identificar o Estado com o povo. Foi uma reconquista do Estado pela sociedade viva. Aguçou-se, então, a capacidade de presença do Govêrno nos sentimentos e nos problemas populares, bem como se acresceram a legitimidade e o vigor das manifestações da soberania nacional.

Sinto-me particularmente feliz de ter sido a expressão da confiança e símbolo dessa afirmação nacional. Se no meu passado de lealdade ininterrupta aos interêsses populares, interpretado acima de quaisquer injunções, encontrou o povo a razão para escolher-me, redobrado compromisso assumi para com êle depois do seu caloroso pronunciamento. Convocado novamente para a suprema direção do País, quando já me considerava desobrigado de suportar seus pesados encargos, pouco lhe poderei dar que seja de minhas próprias fôrças. Conto, porém, para bem desincumbir-me das novas responsabilidades, com as luzes e o patriotismo dos demais Poderes, sobretudo do Legislativo, em seu relevante papel, e, ao vosso lado, com o apoio e a inspiração constantes da confiança popular.

A eleição de 3 de outubro revelou o alto nível de consciência política que atingimos, face aos grandes objetivos sociais e nacionais. Seus resultados, particularmente os que se registraram nos dois maiores Estados da Federação, demonstraram que foi superada a estreiteza do regionalismo político. Desta forma ficam nitidamente reforçadas as possibilidades de partidos políticos de âmbito nacional e de estrutura ideológica.

Com efeito, a consciência política alcançada pelas grandes massas e a maior segurança para a superação de vícios tradicionais, para o progresso das instituições democráticas e do sistema econômico, e para o próprio aperfeiçoamento da máquina administrativa. Tendo formado na vanguarda de acontecimentos decisivos da nossa recente história política, desfraldando a bandeira da unidade nacional, é-me particularmente grato registrar, na mensagem das urnas de 3 de outubro, o acêrto da minha orientação, interpretando os anseios populares e procurando no passado apressar a eliminação de artificiais obstáculos regionalistas que se antepunham ao progresso econômico e social do País, e que eram cultivados por grupos com interêsses nos monopólios de influência ou no próprio jôgo dos conflitos regionais.

A responsabilidade do Govêrno, de que juntos partilhamos, é, na hora presente, tanto maior quando se considera que não estamos ainda assistidos pela atuação regular de partidos estruturados em consonância com o pronunciamento das urnas.

O mandato de que fui investido, com o potencial de confiança de que estou plenamente consciente, impõe-me o dever de contribuir para orientar o poderoso impulso construtivo dêsse movimento popular, de modo a que possa atingir seus objetivos no menor tempo.

Não temo a resistência dos pequenos grupos reacionários, em quaisquer setores, nem creio que tentem vãos esforços de sobrevivência de seus superados padrões de comportamento e de seus interêsses anti-sociais. Sei que êles carecem de importância, apesar de sua tenacidade, diante da dominante afirmação das fôrças do progresso, e da própria capacidade de adaptação às circunstâncias históricas, que é uma das grandes virtudes da nossa gente.

Haveria, sim, a temer os desvios da energia desgastada nos movimentos populares sem firme direção; as espoliações e os enganos de que o povo tem sido vítima nessas fases de transição, enquanto não se preparam os novos quadros dirigentes, ou se ajustam os elementos válidos das elites às exigências das novas realidades políticas e sociais.

A primeira diretriz das urnas é a do Estado-serviço, com o qual o govêrno do povo se exerce também como o govêrno para o povo. Isso impõe a remodelação da Administração e a revisão gradual de seus processos e métodos tradicionais, no sentido de implantar uma atitude democrática de serviço público, isto é, de servo do povo, no sentido mais puro da expressão.

Outra diretriz é a efetiva realização da igualdade de oportunidade na competição social. O princípio da igualdade perante a lei, sôbre incompleto, não foi além de um ideal não realizado. O que havia eram condições extremamente desiguais, conseqüentes das diferenças de fortuna e de nascimento. De fato, a ascensão social dos mais capazes era mínima, apesar de em nosso meio não medrarem os fortes preconceitos de côr e de casta, que em outras sociedades impedem a utilização plena das capacidades e aptidões individuais. As dificuldades econômicas, porém, persistem, entravando a escalada aos homens de origem humilde. E, enquanto isso, o sistema de educação e a maioria das instituições nacionais não estão ajustados para a democrática e saudável "circulação das elites".

Esta é uma conquista fundamental de justiça, e uma garantia de govêrno social, no mais alto sentido, sensível às mutáveis circunstâncias históricas e às reais aspirações populares.

Uma das instituições essenciais à realização dêsse princípio é o chamado "sistema do mérito", que procurei, quando de minha anterior administração, desenvolver no serviço público federal, como uma realização eminentemente democrática, e que sofreu rude retrocesso no período mais recente, particularmente no último exercício, com a lamentável cumplicidade dos próprios representantes do povo.

E' preciso promover a realização da igualdade de oportunidades, principalmente pela mais equilibrada e construtiva redistribuição dos frutos do trabalho e do capital, através do impôsto e dos programas do Estado. Será a igualdade pela tributação dos excedentes de poder econômico, aplicados pelo Govêrno no sentido de dar maiores oportunidades ao maior número. Bem sei das dificuldades de aplicação dêste princípio num país novo como o Brasil. Procurarei, contudo, adotá-lo, uma vez preservado o estímulo ao espírito de iniciativa e aos investimentos necessários ao desenvolvimento geral, e organisando o aparelhamento administrativo para maior eficiência econômica e social na aplicação dos recursos públicos.

A defesa dos padrões de trabalho através do aperfeiçoamento e execução da legislação trabalhista, a previdência social e a assistência às massas trabalhadoras continuarão a ser um dos instrumentos dessa política, em obediência ao mandamento das urnas. Urge racionalizarmos as atividades assistenciais para melhoria das condições de vida, tratando sobretudo dos problemas de imediato interêsse para a higiene e a elevação da produtividade — como é o caso da habitação e da alimentação, — ainda que tais problemas dependam essencialmente, para solução completa e definitiva, do desenvolvimento econômico geral.

Tendo em vista o importante papel do crédito ao trabalhador pequeno agricultor, artesão e industrial, será êsse um meio de que o Govêrno pretende lançar mão para estimular o espírito de empreendimento e de poupança, e para assim favorecer o acesso social dos mais capazes advindos das camadas populares.

E' propósito do Govêrno amparar, através do crédito e da assistência técnica, o homem que trabalha e empreende, procurando criar novas fontes de produção e de emprêgo. Neste sentido, nenhuma política parece mais imperativa que a de baratear a terra e tornar acessível e estável sua propriedade, na extensão necessária à exploração econômica.

O balanço da situação do País revela que não são fáceis os nossos problemas, sobretudo pela flagrante desproporção entre as nossas sociedades e as possibilidades atuais.

As justas aspirações do povo por uma vida melhor e mais feliz esbarram nas limitações de nossa realidade econômica, e da presente situação financeira. Os anseios e reivindicações dos assalariados crescem em ritmo superior ao da elevação dos salários e talvez mesmo do próprio crescimento da produção ou dos bens disponíveis.

A defesa da economia popular contra a carestia da vida é firme propósito do meu Govêrno, a cuja execução já dei início. Mas todos sabemos que os resultados definitivos dessa política só serão alcançados com o saneamento financeiro e o aumento substancial da produção.

A elevação dos níveis de vida, num país como o Brasil, depende, assim, muito menos da justa distribuição da riqueza e do produto nacional, do que do desenvolvimento econômico. A grande verdade é que temos pouco que dividir. Devemos, portanto, por um lado, atender ao problema de justiça, corrigindo os abusos e a ostentação de uma minoria, e ainda elevar a produtividade através de melhores níveis de consumo, mas, por outro lado, não devemos permitir que uma distribuição insensata venha prejudicar o potencial de capitalização necessário ao desenvolvimento econômico geral, e, assim, à criação de maiores e mais amplas oportunidades de emprêgo e de salários.

A melhoria dos salários não deve ser medida em cruzeiros desvalorizados, mas no poder de compra de maior quantidade de bens. E para isto é indispensável que aumente a produção nacional.

O progresso social se vinculará sòlidamente ao desenvolvimento econômico. O Govêrno não poupará esforços para favorecer a acumulação de recursos públicos e privados, que se destinam a ampliar a produção nacional, e assim melhorar, pelo emprêgo e pela abundância, as condições de vida do nosso povo. Do mesmo passo estaremos procurando alcançar nossa emancipação econômica, na melhor escala compatível com as inexoráveis interdependências internacionais. Não há por quem recear essa acumulação de capitais a serviço da Nação, com um nítido destino social, e sob o contrôle de uma ordem política instaurada pelo povo e devotada a seus interêsses.

Confio em que o clima de emancipação popular e de responsabilidade das massas na obra do Govêrno e no progresso do País serão fatôres de confiança recíproca e de colaboração nas tarefas da produção, e, portanto, de aumento da produtividade do trabalhador nacional. Para ela também deverão contribuir decisivamente o sistema de educação e as atividades de assistência ao homem brasileiro. Desta maneira não será absurdo esperar, sem prejuízo do futuro, uma elevação substancial dos níveis de vida, ao mesmo tempo que estaremos preparando bases firmes em que se devam assentar o máximo possível de segurança internacional, e a futura libertação do nosso povo das necessidades fundamentais da existência.

Os sacrifícios que nos impôs a última guerra não foram compensados pela utilização oportuna dos saldos reservados para o reequipamento do País. Hoje, quando nem todos os setores públicos se recuperaram, e os produtores de norte a sul, lutando com a deficiência de crédito, de transporte, de armazenagem e a ausência de esclarecida e firme assistência oficial, mostraram a sua capacidade de iniciativa e de aperfeiçoamento, e venceram sérios obstáculos à expansão da produção, — principia a agravar-se a situação econômica mundial, com os conflitos armados no Oriente e a mobilização industrial do Ocidente.

Não assumiu a Nação consciência da gravidade do novo estado de coisas e de seus tremendos efeitos sôbre a nossa economia. Afrouxou-se o contrôle sôbre o emprêgo das divisas e não se cuidou das importações essenciais. A inflação se agravou, deixando, como uma bomba de ação retardada, os seus efeitos sobre o período que se inaugura, especialmente quanto ao custo da vida.

Neste período em que a produção enfrentará as maiores dificuldades oriundas da crescente escassez de importações essenciais, e as finanças públicas federais e estaduais se encontram numa situação de grave desequilíbrio, tem a Nação que enfrentar não menores, porém maiores encargos.

O Govêrno sente o dever e a responsabilidade de encarar de frente a situação. Fortalecido pela confiança das massas trabalhadoras e pela identificação profunda com o sentimento popular, não receia as medidas que sejam necessárias para vencer os riscos da conjuntura interna e externa, não discrepando de sua linha internacional, e disposto a alcançar, apesar de tôdas as dificuldades, uma posição de maior segurança e relêvo para o Brasil, no conceito das Nações, através do seu desenvolvimento econômico, da elevação da cultura e do progresso social do nosso povo.

Panorama internacional e posição do Brasil

Nos anos que se seguiram à terminação da 2ª grande guerra, mudou consideravelmente o panorama da vida internacional.

Em primeiro lugar, desenvolveu-se o sistema de cooperação internacional, não só através das Nações Unidas, como de numerosos organismos regionais e especializados, que assumiram importantes encargos na vida interna de cada Estado, dispensando-lhes cooperação técnica e financeira para solução de seus problemas e coordenando seus esforços em benifício do bem-estar geral e da manutenção da paz.

Em segundo lugar, o Govêrno dos Estados Unidos da América cônscio das responsabilidades que lhe advêm do grau superior de desenvolvimento econômico do seu país, tomou a si importantes tarefas de auxílio, levando recursos técnicos e econômicos às áreas devastadas, e também, ainda que em escala menor, às áreas subdesenvolvidas do mundo. Nasceu dêsse modo, um novo conceito da cooperação entre os povos, que se traduziu, no tocante ao grupo de países de que fazemos parte, na doutrina exposta pelo Presidente dos Estados Unidos no chamado "Ponto IV" e consubstanciada na Lei n.º 535 do 81.º Congresso Norte-Americano sôbre o desenvolvimento econômico internacional.

Em terceiro lugar, malgrado os esforços das nações democráticas para reconstruir, após a terminação da guerra, sôbre uma base unitária, as relações internacionais, dois grandes blocos se formaram baseados em sistemas econômicos opostos. Daí nasceu, em vez do convívio pacífico, voltado para a reconstituição material e a aproximação espiritual dos povos, um estado de tensão política, que deixa constantemente entrever as possibilidades de nova guerra. O potencial econômico das democracias, que poderia ter sido aplicado às obras de paz, aumentando o bem-estar dos povos, e elevando o seu nível de civilização, teve de ser, assim, em grande parte, dirigido à manutenção de um preparo militar, que onera com enormes encargos a economia dos países ocidentais.

Esse panorama veio criar novas perspectivas à política externa do Brasil e, ao mesmo tempo, exigir ampla reforma dos métodos de ação, para que os instrumentos diplomáticos e administrativos de que dispomos se adaptem às circunstancias.

O desenvolvimento dos organismos internacionais, a criação de órgãos permanentes, que dirigem a cooperação entre os países, a reunião reiterada de congressos, conferências e assembléias, através das quais se completam e uniformizam as políticas seguidas pelos diferentes Estados, vieram suscitar, ao lado da diplomacia clássica, exercida através de representações permanentes junto a cada Govêrno, uma diplomacia parlamentar, cujo objetivo é a defesa dos interesses nacionais nos debates, nas resoluções coletivas e na troca de pontos de vista e de influências sôbre as principais questões, de que dependem a vida e desenvolvimento dos povos.

Essa nova diplomacia tinha, no período histórico anterior à terminação da 2.ª grande guerra, um caráter excepcional e secundário. Não há, porém, exagêro em dizer que ela avulta hoje em primeiro plano na política exterior, sobretudo quando as nações reduzem necessariamente o âmbito de sua política de poder, para procurarem a proteção de seus interêsses vitais nas resoluções coletivas, nos princípios uniformes e nos instrumentos multilaterais, cujas sanções sustentam, em lugar das armas, o equilíbrio do sistema internacional.

As nações individualmente tendem a procurar amparo para os seus direitos nos organismos internacionais e nas fórmulas econômicas e jurídicas, que estabelecem o equilíbrio entre elas. Se ainda não logramos ver realizado o ideal da segurança coletiva, já galgamos uma importante etapa histórica, substituindo a política nacional de poder por uma política regional, em que os problemas de segurança e de defesa já não são examinados apenas em função de um Estado, mas em função de uma região ou de um bloco político irmanado pelos mesmos ideais.

A Organização das Nações Unidas, em primeiro lugar, a União Pan-Americana, em segundo, são os dois quadros em que inscrevemos a nossa vida política internacional, dentro dos tradicionais princípios de cooperação e de convivência pacífica, em que se moldou a civilização brasileira.

Pretendemos elevar ao mais alto grau a eficiência de nossa participação nesses e em outros organismos e reuniões internacionais, de acôrdo com a moderna consciência de que os interêsses brasileiros não estão apenas nas proximidades de suas fronteiras, mas em qualquer recanto do mundo, onde se fira uma questão ou se abra um problema capaz de pôr em xeque o sistema jurídico de convivência, em que nos integramos. Nesse sentido, tôdas as questões internacionais, ocorram onde ocorrerem, são de natureza fundamental para a política brasileira, e exigem uma consideração atenta e uma orientação consentânea com os nossos princípios e interêsses vitais.

O segundo aspecto característico da vida internacional de hoje — a nova concepção de cooperação visando ao desenvolvimento econômico — também determina algumas reorientações fundamentais da política exterior do Brasil e do aparelhamento administrativo que ela exige.

A era do imperialismo econômico, caracterizado pela exploração dos países atrasados em proveito da economia dos que se achavam altamente industrializados, pode ser considerada ultrapassada, senão nos fatos, pelo menos nos princípios que formam hoje a vida internacional. Tanto os povos adiantados, como os povos subdesenvolvidos do Ocidente, sabem que o mundo democrático não poderá sobreviver se não conseguir superar o exagerado desnível econômico entre as áreas de que é formado.

No mundo ocidental, onde vivem lado a lado nações imensamente fortes, dotadas de economia fértil em capitais, e nações extremamente fracas, formadas de povos de baixo padrão de vida, não se poderá manter por muito tempo nem a unidade política, nem a prosperidade econômica, nem a paz social. Cedo ou tarde a unidade estabelecida entre elas conheceria a desagregação, e a revolução social viria liquidar os desajustamentos e as crises, que os seus dirigentes, em tempo hábil, não teriam sabido evitar. Daí a nova política de cooperação econômica internacional, cujo objetivo é proporcionar aos países subdesenvolvidos meios de expansão intensiva, com que corrijam suas deficiências e compensem as desvantagens naturais responsáveis pelo seu retardamento.

O Brasil encara como um imperativo inadiável o seu desenvolvimento econômico intensivo, em perfeita harmonia com o dos demais países americanos.

Esse desenvolvimento não depende apenas da política econômica e financeira interna, que venha a ser firmada pelo Govêrno. Os fatos econômicos se situam numa conjuntura maior do que a nacional. O sucesso ou insucesso de qualquer política depende em primeiro lugar, da sua perfeita inscrição nas tendências e correlações regionais e mundiais, que em grande parte predeterminam as conseqüências da ação dos governos.

O terceiro aspecto sob o qual se apresenta a vida internacional de hoje diz respeito à tensão política mundial.

O Govêrno encara as perspectivas internacionais dentro dos mesmos princípios de solidariedade às nações democráticas e da fidelidade aos ideais da civilização cristã, que sempre inspiraram e orientaram a nossa política externa. O bloco regional americano tem hoje no Tratado do Rio de Janeiro o instrumento eficaz pelo qual pautará as suas atitudes e pronunciamentos, quer diante de uma agressão partida do próprio hemisfério, quer diante de uma agressão partida do exterior. A próxima Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos dará margem a que estudemos, dentro dêsses princípios e dessas normas jurídicas, a atual situação internacional, cuja gravidade não pode ser disfarçada.

Nessa reunião não só consideraremos os problemas de cooperação política e militar entre os povos do hemisfério, como os problemas de cooperação econômica em face da situação de emergência, que determinará o restabelecimento de muitas características da situação que atravessamos em épocas anteriores. O Govêrno brasileiro estará pronto a dar a sua cooperação econômica, sob tôdas as formas ao seu alcance, mas a sua conduta externa está condicionada ao princípio de reciprocidade, de modo que os nossos aliados, por sua vêz, nos auxiliem a suportar o impacto da situação de emergência sôbre a nossa deficiente estrutura econômica. E' sabido que um país subdesenvolvido, pobre de capitais e minado pela inflação, que nos últimos anos se agravou despropositadamente, suporta dificilmente os efeitos de uma situação de emergência, propícia aos deslocamentos artificiais do seu potencial de investimento e desorganizadora dos suprimentos indispensáveis à manutenção regular da vida industrial e civil.

O Brasil entende que a situação econômica de emergência não deve interromper, e sim acelerar, os programas de cooperação internacional visando ao seu desenvolvimento econômico, pois êsse desenvolvimento é indispensável para que possamos manter a nossa própria cooperação com outros países, e para que não soframos em nossa economia desgastes e limitações de difícil e tardia recuperação.

Todos êsses problemas serão levados a debate na Reunião de Consulta e examinados através dos órgãos competentes pelo nosso Govêrno e pelos das demais nações americanas.

As relações com os países do nosso hemisfério estão hoje no melhor estado de compreensão mútua e de solidez. O Brasil não tem rivalidades políticas nem econômicas com qualquer povo americano, e a sua economia encontra na dos países do hemisfério um complemento natural, que deixa antever as melhores perspectivas de ampliação do comércio e de mais intensa cooperação. O Govêrno brasileiro vê, com especial satisfação, o desenvolvimento paralelo das nações americanas, e na medida das suas fôrças contribuirá para êsse desenvolvimento, certo de que o bem-estar econômico e social do nosso povo só encontrará base sólida numa elevação geral do nível de vida e da produtividade das Américas.

As relações do Brasil com as grandes nações européias continuarão igualmente a manter os laços de colaboração fecunda, sòlidamente implantados em nossas melhores tradições. A Europa representa focos de cultura para os quais se volta secularmente a vida brasileira, e centros econômicos a que nos encontramos ligados por importantes empreendimentos e por vínculos ininterruptos de trocas de mercadorias, de serviços, de assistência técnica e de intercambio de capitais.

Com relação à política imigratória, é tempo de mudarmos radicalmente o sentido que ainda impera em muitas de nossas leis e práticas administrativas, oriundas dos anos da guerra passada, quando os povos se viram na contingência de estreitar a porta aberta ao ingresso dos estrangeiros, pelas contingências da situação política e do surto nacionalista, que dificultava a assimilação dos elementos vindos de fora na comunidade nacional. O Brasil tem necessidade de receber do exterior largo e generoso incremento demográfico para que as suas possibilidades econômicas não sofram as limitações decorrentes de sua deficiência de população. A Itália e Portugal, como também outros povos, devem ser considerados nos programas de expansão demográfica a serem objeto de deliberação do Govêrno.

Uma nova fôrça vem surgindo no quadro internacional, que, sobretudo pelas afinidades econômicas com o nosso País, merece a especial atenção de nossa política externa: o continente africano. O Brasil não considera com qualquer espírito de rivalidade o desenvolvimento econômico dessas regiões. Entende pelo contrário, que elas fazem jus a uma política de desenvolvimento do mesmo estilo prevista para tôdas as regiões atrasadas, não porém, no sentido de criar, em pleno século XX, um extemporâneo colonialismo, mas no sentido de favorecer a rápida elevação do nível de vida de suas populações, capacitando-as para atingirem, tão cedo quanto possível, o padrão político de Estado. Todo colonialismo deve ser entendido como uma sobrevivência indesejável nos quadros da vida internacional de hoje. Ele se opõe ao ideal de elevação do bem-estar geral dos povos e introduz nos quadros do comércio internacional um fator de desequilíbrio, que compromete, cedo ou tarde, a unidade política das nações.

Essa concepção de política externa, correspondente à intensificação da vida internacional, que testemunhamos, exigirá, no campo do serviço público, uma ampliação dos recursos consagrados ao Ministério das Relações Exteriores. Dentro dos severos princípios de redução orçamentária, que norteiam a política administrativa do Govêrno, visando debelar o **deficit** financeiro, um esfôrço terá de ser feito para que o Ministério das Relações Exteriores não tenha a sua eficiência comprometida por escassez dos recursos indispensáveis. Muitas reduções poderão ser feitas em despesas de menor utilidade para o pleno rendimento da máquina diplomática e consular. Mas, ao lado dessas reduções, alguns recursos serão necessàriamente ampliados para que o Brasil possa auferir todos os benefícios decorrentes de uma participação adequada na vida internacional.

Organismos internacionais

Delineada nossa posição no panorama internacional, cumpre-me agora relatar os mais importantes fatos internacionais relacionados diretamente com os interêsses do Brasil.

A política do Brasil com as Nações Unidas, traçada desde a Conferência de São Francisco manteve-se inalterável, dentro dos compromissos ali assumidos.

Fato relevante para o nosso País foi o de sua reeleição para o Conselho de Segurança, no preenchimento de três vagas ali existentes, para as quais se elegeram conosco os Países-Baixos e a Turquia. No primeiro escrutínio, num total de 59 votos válidos, obteve o Brasil 57. Voltamos, assim, a ocupar a Cadeira que havíamos conquistado em São Francisco.

Nessa mesma Assembléia, integramos o bloco de 15 delegações que tornaram vitorioso o projeto que prorrogou o mandato do Secretário Geral.

CONSELHOS E INSTITUTOS

A Delegação brasileira, embora não estando representada no Conselho de Tutela, junto ao qual mantém apenas observador, ainda assim tem intervindo nas discussões ali travadas.

Temos também emprestado nossa colaboração ao Conselho Econômico e Social. Insistimos particularmente em coordenar as atividades das Nações Unidas com as de suas Agências Especializadas, na configuração dos grandes problemas econômicos de após guerra, principalmente naqueles relativos à Assistência Técnica, ao financiamento dos programas de desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas, à questão do pleno emprêgo e das atividades a longo prazo em favor da infância por que temos demonstrado vivo interêsse. Cumpre destacar, pela significação especial para o nosso País, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina, da O.N.U..

Obtivemos em Genebra a prorrogação do mandato do Fundo Internacional de Socôrro à Infância. Apesar do mandato de não pertencermos ao Conselho, a êle permanecemos vinculados pela nossa atuação em suas comissões funcionais, nas quais o Brasil é o país latino-americano com maior representação.

Em 9 de junho de 1950, o nosso Delegado Permanente, coroando os esforços de diversas autoridades brasileiras, federais e estaduais, assinou em Nova Iorque, com o Diretor Executivo do Fundo Internacional de Socôrro à Infância, um acôrdo visando à realização de um programa de assistência em benefício de crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes de quatro Estados do nordeste do Brasil.

Inicialmente destinado a atender apenas ao Estado da Paraíba, estendeu-se o auxílio aos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, instalando-se a Missão Permanente do F.I.S.I. em João Pessoa. A partir de julho do ano findo, começaram a chegar as primeiras remessas de material, que deverão continuar em ritmo crescente até meados de 1951. Trata-se de um plano de real importância para o Nordeste brasileiro, cujas instituições hospitalares serão totalmente equipadas com excelente material, dotadas de numerosos cursos de formação de pessoal especializado, recebendo ainda apreciáveis quantidades de leite e medicamentos para serem distribuídos.

Através de vários cientistas brasileiros, tem sido das mais destacadas a nossa participação na Organização Mundial de Saúde. O Brasil, cujo mandato havia terminado em 1950, foi indicado para integrar o referido Conselho por mais um ano.

EDUCAÇÃO, CIENCIA E CULTURA

Desde a criação do organismo das Nações Unidas destinado ao estudo dos problemas de Educação, Ciência e Cultura — U. N. E. S. C. O. — sempre nos fizemos representar em suas reuniões e conferências. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, — órgão correspondente da U. N. E. S. C. O. no Brasil — tem realizado diversos empreendimentos de difusão cultural, apesar da falta de recursos.

As Nações Unidas, organizando um programa de assistência social, colocaram à disposição do Govêrno brasileiro várias bôlsas de estudo, para as quais se apresentaram dezenas de candidatos, cujos títulos e qualificações foram encaminhados à Divisão competente.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A Organização Internacional do Trabalho expandiu em 1950 suas úteis atividades, de interesse direto ou indireto para o Brasil.

No ano findo, realizou-se uma Conferência preliminar sôbre migrações, conferência técnica tripartida, preparatória, sôbre a formação profissional de adultos além de reuniões do Conselho de Administração, reuniões de numerosas comissões, que estudaram importantes assuntos sôbre seguro social, indústrias químicas, petróleo, indústrias texteis.

Uma das mais importantes iniciativas da Organização Internacional do Trabalho na América Latina é o Escritório Latino-Americano da mão-de-obra, instalado em São Paulo, resultante da resolução da IV Conferência dos Estados Americanos, membros da O.I.T., realizada em Montevidéu, em 1949. Destina-se a fornecer informações sôbre a Organização do Emprêgo, a formação profissional e a aprendizagem, ajuda técnica solicitada pelos Govêrnos ou, por seu intermédio, pelas organizações de empregadores ou trabalhadores para organização e desenvolvimento do emprêgo e sistemas de formação, bem como pôr em execução outras medidas de caráter prático, tendentes a obter, na América Latina, reservas de trabalhadores qualificados, fixar um programa de formação, inclusive de capatazes e instrutores, intensificar a organização dos serviços de empregos e, no plano nacional regional e internacional, a troca de estagiários, operários, estudantes e instrutores. Também deverá, a pedido dos Governos dos países de imigração, fornecer auxílio para a elaboração dos planos de migração.

ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Em virtude da posição relevante que ocupa o Brasil entre as nações componentes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, recebeu a nossa Delegação ali atribuições e responsabilidades da mais alta importância. Além de ocupar a vice-presidência da con-

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior) ferência e de figurar em três comissões chaves, teve o Brasil o seu mandato prorrogado no Conselho por mais um ano.

O Rio de Janeiro foi ainda escolhido par sede de um dos três sub-escritórios regionais da Organização na América Latina. Um escritório florestal já está aqui funcionando, devendo ser desdobrado, a fim de abranger outros objetivos no que se refere à agricultura e nutrição. Logramos também ver aprovada nossa solicitação de Assistência Técnica à atividade agropastoril em nosso País.

Política econômica

A preponderância que vem assumindo a política econômica na esfera internacional e a crescente complexidade técnica das relações econômicas com os demais países levaram o Itamarati a procurar melhor aparelhamento de seus serviços econômicos que ainda se ressentem de sérias deficiências. Ponto significativo nêsse sentido foi a criação da Comissão Consultiva da Acôrdos Comerciais, pelo Decreto número 27.893, de 20 de março de 1950. Destina-se êsse órgão, de um lado, a promover melhor coordenação entre o Itamarati, os diversos Ministérios interessados em variados aspectos da política comercial e o Banco do Brasil, e, de outro, a democratizar o processo de elaboração dos acôrdos comerciais, mediante ampla consulta às classes econômicas interessadas no intercâmbio com o exterior. Com êste último objetivo foram os representantes do comércio, indústria e agricultura associados aos representantes governamentais na preparação e análise dos acôrdos comerciais, instituindo-se, previamente também, o sistema de audiências públicas à negociação dêsses instrumentos contratuais.

AJUSTES DE TROCAS

No último ano regulamos as nossas negociações comerciais com vários países, que representam, em conjunto, cêrca de 40% do nosso comércio exterior. Em vista das dificuldades de pagamentos internacionais e inconversibilidade de moedas, a maioria dêsses instrumentos assumiu a forma de ajuste de trocas, baseados em listas com limites quantitativos de mercadorias, com vistas a assegurar equilíbrios dos pagamentos bilaterais.

Além do escoamento equilibrado de nossa produção exportável, cuidaram os nosso negociadores de assegurar utilização adequada de nossa frota marítima e incrementar o comércio de exportação direta de mercadorias brasileiras para o consumidor final, de preferência ao comércio de entreposto, preservada, entretanto, a necessária flexibilidade para permitir, em caráter excepcional, aos países com que negociamos, a reexportação de nossas mercadorias para consumidores aos quais não tenhamos acesso direto.

Entre os ajustes firmados no ano passado, figuram os convênios que disciplinam e expandem as trocas de mercadorias com a Grã-Bretanha, Austria, Iugoslávia, Tcheco-Eslováquia e Austrália. Com a Argentina firmamos um ajuste comercial e um convênio especial sôbre intercâmbio de frutas. Foram, outrossim, restauradas, em base formal, as relações comerciais com a Alemanha, através de um ajuste de trocas, completado por um convênio de pagamentos concluído entre o Banco do Brasil e o Bank Deutsche Laende. Com a Itália, além de um ajuste comercial e um convênio de pagamento, firmamos um instrumento destinado a regular e controlar a transferência de capitais daquele País para o nosso. Por troca de notas, deram, ainda, os dois Govêrnos assentimento ao contrato firmado entre a Fábrica Nacional de Motores e a Emprêsa Alfa Romeo.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A experiência acumulada nestes primeiros anos de atuação da Organização das Nações Unidas levou-a a preparar-se para um vasto esfôrço conjunto, no sentido de ajudar os países menos desenvolvidos a assimilar idéias novas e conhecimentos técnicos, imediatamente aplicáveis na solução de seus problemas econômicos, sociais e de organização administrativa.

São consideráveis as possibilidades de cooperação técnica que se nos abrem, através do chamado "Programa ampliado de assistência técnica" da O.N.U. e Organismos Especializados, em cuja formulação participou o Govêrno brasileiro, através de suas delegações. Dêsse programa cooperativo participam quase tôdas as nações do globo, figurando o Brasil, ao mesmo tempo, como doador e beneficiário de auxílio técnico. Associando países de experiência e níveis variados de desenvolvimento econômico, tal programa possibilitanos o acesso seletivo a conhecimentos tecnológicos de países cujo ambiente econômico e social julguemos mais relevantes para o nosso próprio esfôrço, tanto de racionalização administrativa, como de desenvolvimento econômico.

Vale mesmo salientar que uma das modalidades de assistência das Nações Unidas, hoje conhecida sob a designação particular de programa de ensino prático de administração pública, é oriunda de uma proposta apresentada pela Delegação do Brasil, concernente ao estabelecimento de um centro internacional de pesquisas e estudos de Administração Pública.

Releva salientar que o programa de ajuda técnica em assuntos de administração pública precedeu ao próprio programa de assistência técnica para desenvolvimento econômico, e é vital para o bom êxito dêste. Para bem auxiliar a desenvolver os recursos humanos e naturais de qualquer país, a Organização das Nações Unidas terá de empregar o método do aconselhamento e da recomendação, pois que deverá limitar-se sempre à análise das condições existentes e à formulação de planos e recomendações. A execução dêsses planos compete necessariamente aos govêrnos beneficiados, que, para conseguir resultados tangíveis, devem contar com a indispensável equipe de pessoal qualificado.

O Govêrno brasileiro não tem descurado de todos êstes significativos aspectos da questão. Assim é que, quando da Conferência Internacional de Assistência Técnica, que deveria discutir, em Lake Success, a organização de um programa extensivo de assistência técnica para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, o Itamarati — visando a que a ela comparecêssemos devidamente preparados — promoveu uma reunião, dirigida pela C.O.I., de representantes dos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, Educação e Saúde, Agricultura, Fundação Getulio Vargas, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo a Instituto Agronômico de Campinas.

Tal Conferência nos resultou altamente proveitosa, pois as contribuições oferecidas excederam de 12.500 dólares o total de 20 milhões de dólares, previsto no programa inicial.

A contribuição do Brasil para o "Fundo de Assistência Técnica", calculado em 8 e meio milhões de cruzeiros, ou sejam 460 mil dólares, despertou grande interêsse e foi a quinta, em valor, vindo depois da dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e Canadá.

Essa contribuição foi representada por bôlsas e estágios técnicos, fornecidos pelo S.E.N.A.I., S.E.N.A.C., Fundação Getulio Vargas, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Saúde, Universidade de S. Paulo e Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Em 28 de setembro de 1950, o Conselho Interamericano Econômico e Social, por sua vez, deu aprovação ao projeto de programa de assistência técnica elaborado pelo Comitê Coordenador de Assistência Técica (C. C. A. T.) para o ano de 1951, assim como a Resolução pela qual foram solicitados os Estados-Membros a indicarem, até 31 de outubro de 1950, o montante das suas contribuições àquele programa.

Para a efetivação dessas contribuições, adotou-se o critério do pagamento nas respectivas moedas nacionais e para aplicação no próprio país contribuinte, em projetos aos quais tivesse dado sua expressa aprovação e de cujo aproveitamento viesse a ser o principal beneficiário.

Não obstante o interêsse do Brasil na execução de vários projetos do mencionado programa e os compromissos assumidos com a aprovação do mesmo, não foi possível, dada a falta de tempo para o pedido de abertura dos necessários créditos ao Congresso Nacional, em fim de exercício e na iminência da mudança de Govêrno, indicar ao Delegado brasileiro junto à O.E.A. o montante da nossa contribuição, providência que urge ser tomada, sob pena de comprometer, ante a posição do Brasil no seio daquela Organização, todo o Programa de Assistência Técnica por ela elaborado.

A participação brasileira nos programas de assistência técnica da O.N.U. e da O.E.A. determinou a criação de uma Comissão destinada a coordenar as nossas necessidades de assistência, organizar e apresentar projetos específicos e dar execução aos compromissos assumidos, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores.

Finalmente, quero destacar, neste capítulo, os acôrdos já celebrados com os Estados Unidos da América, em dezembro do ano findo, e cuja execução deverá processar-se no ano em curso. Decorrente o primeiro do programa chamado "Ponto IV", estabelece normas para a prestação de assistência técnica para o desenvolvimento econômico do País, sendo dêle complemento um segundo acôrdo, que cria uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América, destinada a facilitar a execução do plano de assistência técnica. As diretrizes da Comissão são as seguintes: a) exame do grau de assistência técnica mais conveniente ao Brasil para acelerar a elaboração de determinados projetos, com prioridade para aquêles que se relacionem com os transportes, energia elétrica e agricultura; b) estudos de oportunidade para a utilização do conhecimento técnico, do trabalho especializado e dos investimentos estrangeiros, que possam contribuir para a realização de projetos específicos favoráveis ao desenvolvimento do potencial econômico brasileiro; c) exame das medidas de ordem geral e legal que sejam convenientes ou necessárias para remover obstáculos e facilitar a realização dos projetos considerados necessários ao desenvolvimento econômico.

Já designei os componentes brasileiros da Comissão Mista, que será subdividida em subcomissões, de conformidade com as necessidades que surgirem durante o desenvolvimento dos trabalhos. Inicialmente, serão estabelecidas as seguintes: transporte, energia elétrica, alimentação e agricultura.

POLÍTICA AÉREA

As diretrizes da política aérea brasileira seguem as linhas traçadas pela Convenção sôbre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago em 7 de dezembro de 1944. Os Acôrdos assinados, desde então, pelo Brasil obedecem aos princípios de igualdade de tratamento e reciprocidade no gôzo dos direitos comerciais, preconizados pela referida convenção. Já assinamos convênios dessa natureza com a Argentina, Chile, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, Líbano, Noruega, Países-Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia, os quais asseguram a presença das aeronaves comerciais brasileiras na América do Sul, Europa e Oriente Médio. Deverão ser concluídas, ainda êste ano, as negociações, já em fase final, com os Govêrnos do Uruguai, Paraguai e Bolívia.

RELAÇÕES COM O JAPÃO

Após restabelecer a representação diplomática junto ao Supremo Comando das Potências Aliadas no Japão, desenvolveu o Brasil, com aquele país, relações econômicas e políticas. No Rio de Janeiro, estabeleceu-se uma Agência japonêsa com sucursal em São Paulo, incumbida dos assuntos consulares do Japão. Embora gozando das mesmas regalias inerentes à sua representação, ficaram, entretanto, sujeitas às mesmas restrições que regulam o funcionamento de agências semelhantes estabelecidas nos Estados Unidos da América.

Também concordou o Govêrno brasileiro com o estabelecimento de uma linha de navegação japonesa para o Brasil, que fará a ligação direta entre o nosso continente e o Extremo Oriente, servindo a outros portos da América do Sul. Navegarão sob o contrôle de ocupação norte-americana no Japão, ficando, apenas, sob responsabilidade das autoridades japonêsas a parte administrativa.

ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLIVIA

Prosseguiram os trabalhos de construção e conservação da linha da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, iniciados no meu Govêrno. A extensão total da linha é de 650 quilômetros, estando 450 já construídos, a partir de Corumbá. Tôda a extensão já construída encontra-se em tráfico privado. A ligação de Pôrto Esperança a Corumbá, ou da Noroeste com a Brasil-Bolívia, encontra-se paralisada e, por isso, já recomendei as providências indispensáveis para a rearticulação dos serviços.

PETRÓLEO BOLIVIANO

O Itamarati prosseguiu nos entendimentos com o Govêrno boliviano para permitir à Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo, iniciar a fase dos trabalhos de perfuração, encontrando-se adiantadas as negociações. Uma nova área petrolífera, a de Terebinto, já foi incorporada às anteriormente determinadas, após estudos geológicos na região oeste de Santa Cruz de la Sierra.

CONDOMINIO DA LAGOA MIRIM

O Govêrno brasileiro aprovou a ata das reuniões realizadas em Montevidéu em 1944, entre técnicos uruguaios e brasileiros, para o maior aproveitamento das possibilidades econômicas e sociais, resultantes da navegação nas águas da bacia das Lagoas Mirim e dos Patos. O Govêrno uruguaio, por sua vez, nomeou a comissão de técnicos que se deverá reunir no Rio de Janeiro para cuidar do desenvolvimento dos problemas técnicos, dos assuntos econômicos, legais e administrativos, formulados nas reuniões anteriores.

Ação cultural

No domínio cultural a atividade desenvolvida no ano que findou foi, de modo geral, apreciável, mas deverá ser ampliada. O aproveitamento dos diversos Institutos de cultura criados em vários países, alguns dos quais realizam excelente trabalho, como o Uruguaio-brasileiro, de Montevidéu, há de permitir a expansão da nossa cultura, assegurar informações úteis sôbre o Brasil e permitir a difusão da língua portuguêsa. Em tôda a América e também na Europa encontraremos vasto campo para essas atividades. O interêsse pelo Brasil se acentúa cada vez mais. Um aparelhamento adequado se impõe para corresponder às solicitações recebidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Nos Estados Unidos, em particular, Institutos, Universidades, Organizações jornalísticas reclamam frequentemente elementos de informação. Cursos de português estão em pleno funcionamento em Montevidéu, Assunção e Bordéus, bem como em Universidades norte-americanas. No momento, o Itamarati considera a possibilidade de mantê-los em Buenos Aires, Santiago, Madri e Roma.

Como consequência das bôlsas de estudos concedidas pelo Itamarati, o Rio de Janeiro já se transformou num centro internacional de estudos, abrigando duas centenas de estudantes da América espanhola, que vêm cursar as nossas Escolas superiores. Atraídos, também, pela reputação da nova arquitetura brasileira, para aqui afluem os estudiosos dos Estados Unidos e da própria Europa. Chegou o momento de instituirmos bôlsas integrais para curso universitário completo, atraindo pessoas interessadas em se especializar em assuntos brasileiros.

Atos internacionais

O Govêrno assinou, no decorrer do ano de 1950, os seguintes atos internacionais: os de intercâmbio comercial com a Iugoslávia, o Uruguai, a Austria, a Tcheco-Eslováquia, a Itália, a Argentina, a Alemanha Ocidental, a Austrália e a Grã-Bretanha; de pagamentos, com a França e a Alemanha Ocidental; de investimentos, com a Itália; de imigração, com a Itália e os Países-Baixos; de transportes aéreos, com a Turquia; cultural, com os Estados Unidos.

Também foram assinados atos gerais sôbre Tarifas Aduaneiras, a Hiléia Amazônica e a União Postal das Américas e Espanha. Com os Estados Unidos da America, firmamos atos sôbre troca de publicações oficiais, cooperação sanitária, pesquisas minerais, cooperação cultural, desenvolvimento econômico.

No mesmo período, foram submetidos à aprovação do Congresso Nacional dezesseis atos internacionais, dos quais já se encontram aprovados dez. O Brasil ratificou treze e promulgou quatorze.

O acôrdo sôbre a imigração, com a Itália, veio acrescer e disciplinar as correntes imigratórias italianas para o nosso País, oferecendo o Brasil vantagens especiais aos nacionais daquela nação amiga. O acôrdo sôbre investimentos preencheu uma grande necessidade, favorecendo a criação e o desenvolvimento de Companhias Mistas Italo-Brasileiras e a inversão de grandes capitais italianos no Brasil.

Novas missões. Reconhecimento de Governos

Em princípios de 1950, resolveu o Govêrno brasileiro, atendendo a convite que lhe foi feito pela Alta Comissão Aliada na República Federal da Alemanha, designar um representante junto àquela Comissão.

Foram ainda criadas Missões diplomáticas junto aos Govêrnos do Haiti, Honduras, Nicarágua e El Salvador, o que significa que agora possuimos representação permanente em todos os países continentais.

Também reconhecemos, em 1950, a independência da República dos Estados Unidos da Indonésia, no quadro da União Neerlando-Indonésia, ficando a Legação dos Países-Baixos, no Rio de Janeiro, encarregada da proteção dos interêsses daquela república.

Procedimento idêntico adotamos quanto à independência dos Reinos do Laos e Cambodge, bem como do Govêrno do Imperador do Vietnam, estados associados e independentes da União Francêsa. Reconhecemos ainda, o Govêrno do Haiti, constituído, em 1950, da mesma Junta Militar que ocupara o poder durante seis meses, em 1948.

Litígio Peru-Equador

Os representantes do Brasil e demais Estados garantes do "Protocolo de Paz, Amizade, Limite", entre o Peru e Equador, reuniram-se no Itamarati, com o propósito de encontrar soluções aceitáveis para ambas as partes, em relação a duas controvérsias ainda existentes quanto à demarcação da fronteira peruvio-equatoriana.

Ante acusações recíprocas de movimento de tropas nas duas fronteiras, a Comissão resolveu constituir uma Missão militar composta de adidos militares do Chile e da Argentina, no Peru, e dos Estados Unidos da América e do Brasil, no Equador, sendo para a mesma expedidas as respectivas instruções.

Demarcação de fronteiras

Cumpriu-se integralmente, no ano findo, o programa estabelecido para a demarcação de fronteiras. Destacaram-se, particularmente, os trabalhos realizados nos limites do Brasil com a Venezuela, que, uma vez concluídos no terreno, permitiram a reunião em Belém, da trigésima quarta conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, bem como a realização dos preparativos para a próxima campanha de 1950-1951.

Na fronteira Brasil-Bolívia, devido a dificuldades financeiras e de outra natureza, consagrou-se a comissão ao aero-levantamento de uma extensão de trezentos quilômetros, ficando habilitada para completar a demarcação dêsse trecho. Na fronteira Brasil-Paraguai, também se processou o aero-levantamento de uma faixa de duzentos quilômetros, havendo executado, em terreno hostil e de acesso difícil, a construção de cento e quatorze marcos. Executou-se, ainda, o levantamento aéreo de um trecho do Rio Paraná. Na fronteira Brasil-Uruguai, os trabalhos de demarcação podem ser considerados concluídos, faltando, apenas, alguns previstos na Ata da 34.ª Conferência da Comissão Mista, a serem concluídos no terreno.

Nos aero-levantamentos nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, foi preciosa a colaboração do Serviço Geográfico do Exército.

Plataforma submarina

A exemplo do que já fizeram várias nações, como os Estados Unidos da América, o México, o Chile, a Argentina e o Peru, decidiu o Govêrno brasileiro assegurar os seus direitos com relação à Plataforma continental submarina, ou prolongamento submerso das costas continentais e insulares do Brasil. Foi, assim, expedido o Decreto n. 28.840, de 8 de novembro de 1950, definindo essa Plataforma. Não se alarga a faixa de águas territoriais brasileiras, mas ficam expressamente ressalvadas as normas sôbre a navegação nas águas sobrepostas à Plataforma, além do mar territorial. Trata-se de um ato declaratório e assecuratório de direito, sem prejuízo da competência do Poder Legislativo nessa matéria.

Situação Política e Administrativa

ORGANIZAÇÃO E COLABORAÇÃO DOS PODERES PUBLICOS

A organização dos poderes públicos, nas suas linhas básicas, constitui matéria fixada na Constituição, que, de um lado, mantendo o regime federativo, distribuiu as atribuições públicas entre a União, os Estados e os Municípios, e, de outro lado, adotando o sistema democrático tradicional da divisão de poderes, distinguiu a competência do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Os poderes públicos e sua atuação

É preciso salientar que tanto a Constituição vigente como as necessidades político-sociais do País exigem que se considere, com plasticidade, êsse problema básico do Estado. Inicialmente, a tripartição dos poderes, conforme a sistemática e a doutrina vigentes, deve ser encarada como tripartição de funções, pelo critério da prevalência e, em certos casos, da exclusividade. Por fôrça de tal princípio, devem cooperar ativamente e fiscalizar-se mùtuamente os três poderes da República. Por outro lado, convém não esquecer que existem outras fôrças e expressões sociais que o Estado não deve encampar, mas resguardar a liberdade e a autonomia.

Supõe-se, assim, como necessidade urgente do País a de estabelecer condições asseguradoras da criação social, estimulando as atividades privadas, a livre associação e a autonomia da cultura, cujos máximos órgãos representativos, as Universidades e os Institutos, devem ser considerados como um novo poder, dentro de um regime de independência superior ao de que atualmente gozam. Também deve ser destacada a relevância social das fôrças da produção e do trabalho. Novamente neste caso o Estado se encontra diante de importantes realidades sociais — o trabalho e o capital — que só indiretamente são representadas nos Estados democráticos tradicionais e que, entretanto, além de comporem uma das dimensões fundamentais da vida social, devem, por sua natureza, ser disciplinadas pela lei e enquadradas na ordem jurídica vigente. Para tal faz-se mister que as associações representativas das classes gozem da necessária autonomia e tenham poderes para intervir na defesa e na composição de seus interêsses.

Colaboração entre os poderes da República

Consoante nossa tradição republicana e democrática, os três Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, foram previstos pela Constituição vigente, para funcionar em colaboração. Já tive ocasião de acentuar, linhas atrás, que a legislação e a doutrina brasileiras evoluíram, desde a implantação da República, no sentido de considerar essa distinção dentro de um critério funcional, sem mutilar a unidade do Estado entre três poderes incomunicáveis.

Mas a sua colaboração ainda não foi desenvolvida até o ponto em que o exigem as necessidades do Estado. Refiro-me, sobretudo, às relações que devem vincular o Executivo ao Legislativo. Embora caiba ao Poder Executivo promover e fiscalizar a aplicação da lei, é dever indeclinável do Legislativo, por sua vez, fiscalizar a ação do Executivo e controlar a eficácia da política governamental.

Colaboração com os Estados e Municípios

Ao adotar o regime federativo, as Constituições republicanas do Brasil consagraram o princípio da divisão do trabalho, na execução das múltiplas e complexas tarefas cometidas ao Poder Público.

Todavia, certa imprecisão na discriminação dos encargos tornou, muitas vêzes, desnecessàriamente concorrentes a União, Estados e Municípios na execução de tarefas idênticas, com o malbarato de preciosos recursos.

Sem dúvida, seria impraticável reduzir a um critério rígido a distinção de competências. A essência do problema se encontra, assim, na necessidade de coordenação flexível entre as áreas de govêrno. A êste respeito, nossa estrutura política apresenta ainda numerosas deficiências.

O sistema federativo revela, em nosso País, grande desnivelamento de suas unidades, caracterizado pela acentuada desproporção entre a capacidade real de cada Estado para atender a suas atribuições e os encargos fixados uniformemente pela Constituição. A observação é válida, ainda, com respeito aos Municípios.

Esta a realidade de que decorrem as mais graves consequências, a exigir acurado estudo. Na adoção de medidas tendentes a solucionar os problemas suscitados por êsse desnivelamento, nem sempre se tem considerado devidamente os princípios que enformam a matéria, nem sempre se tem agido com a necessária clarividência. As relações inter-governamentais, tanto no sentido específico da posição dos Estados em face da União, como em sentido geral, no que diz respeito aos Municípios, devem ser comandadas por duas ordens de considerações. De um lado, o princípio de que a União e os Estados, em suas respectivas esferas, devem contribuir para que possam ser cumpridos, pelos Govêrnos locais, os compromissos constitucionais, promovendo, concomitantemente, a elevação do nível de vida das coletividades. De outro lado, o princípio de que as divisões regionais e discriminações de competência são, principalmente, normas funcionais, postuladas para que a Nação, como um todo, se desenvolva e realize.

Os lineamentos jurídicos do regime e os reclamos de uma sã política social exigem a adoção de medidas concretas e eficazes por parte de todos os níveis de Govêrno, de modo a que os encargos regionais, estipulados pela Constituição, possam ter cumprimento, porporcionada a ajuda necessária à recuperação efetiva das zonas subdesenvolvidas.

É de lembrar-se, todavia, que o imperativo do progresso nacional impõe que não se sacrifiquem os recursos do País e suas possibilidades de capitalização, num malbarato provocado pela falta de unidade, de planejamento ou de tenacidade na execução dos serviços.

Todos os esforços devem, pois, processar-se no sentido de obter-se perfeita cordenação dos diversos planos e programas de govêrno nas três esferas, com pleno respeito da autonomia do Poder Público a fim de garantir-lhe o máximo de rendimento útil e ajustá-los dentro das linhas gerais de largo planejamento administrativo de âmbito nacional.

Esta orientação se torna particularmente urgente, em virtude das dificuldades que o País provavelmente atravessará em consequência da situação internacional. A condução desordenada dos programas locais pode prejudicar seriamente a vida do País.

Neste sentido, é firme propósito do Executivo Federal manter e ampliar tôdas as medidas de cooperação com os Estados e Municípios, ora em execução nos setores da educação, saúde, produção, energia e transportes.

A União oferecerá eficaz ajuda, visando aumentar a capacidade de produção e recuperação de zonas retardadas, manter efetivos demográficos que constituam reserva para a defesa nacional e o povoamento sadio do País, e compensar os desequilíbrios resultantes da própria unidade econômica nacional, tudo sob o princípio geral da reprodutividade dos recursos empregados em benefício do bem-estar geral da Nação.

Destarte, dever-se-á disciplinar convenientemente a concessão dos auxílios, visando garantir sua efetiva aplicação em serviços de alto rendimento social e econômico, impedindo-se seu desvio para fins de interêsse secundário.

Determinei, logo aos primeiros dias de minha gestão, o estudo acurado da experiência dos convênios e outros métodos de cooperação federal, no sentido de estendê-los da forma mais adequada.

Assistência técnica e financeira da União deverá ser ampliada, racionalizando-se a prática do auxílio federal, de sorte a atender a três critérios: suprir deficiências técnicas e financeiras locais para o desempenho de programas essenciais ao desenvolvimento econômico e social do País; estimular o esfôrço dos poderes locais, relativamente às suas possibilidades; fixar recursos técnicos que habilitem as administrações locais a assumir progressivamente a responsabilidade pela iniciativa e contrôle dos programas de desenvolvimento econômico e de progresso social, habilitando-as, assim, ao exercício pleno da autonomia e ao saudável florescimento do Município federativo.

Dêste modo, todo o apoio será dispensado às legítimas reivindicações dos Municípios, dentro dos princípios de sadio e construtivo municipalismo.

Esta cooperação no domínio da despesa pública deve, todavia, estender-se, no tocante à receita, aos diversos aspectos da política financeira da União, Estados e Municípios. A utilização de suas fontes de renda, especialmente a tributação e o crédito público, a curto e longo prazo, deverá ser convenientemente disciplinada, de forma a evitar-se o conflito de interêsses entre as diversas esferas administrativas e a perturbação de nosso mercado de capitais, pelo esgotamento da capacidade contributiva e das disponibilidades financeiras do País.

A precedência, aqui atribuída ao aspecto financeiro, no capítulo da colaboração inter-governamental, decorre não apenas de sua reconhecida importância, como também do fato de já haver a Constituição traçado o caminho a seguir. Outorgando ao Govêrno federal a prerrogativa de legislar sôbre "normas gerais do direito financeiro" (art. 5.º, n.º XV, letra *b*), os constituintes de 1946 introduziram um elemento novo na tradição de nosso direito constitucional, cuja efetiva concretização, infelizmente, está ainda na dependência de legislação ordinária complementar.

Invocando, a propósito, o significativo exemplo de colaboração inter-administrativa que representa o nosso atual aparelhamento estatístico, espera meu Govêrno poder contar com a cooperação de todos os poderes locais, a fim de dotar o País de uma Lei Orgânica da Finança Pública, capaz de assegurar-lhe neste ponto uma posição de vanguarda entre as mais adiantadas nações do mundo. Neste sentido, já se têm pronunciado as reuniões de técnicos federais, estaduais e municipais, promovidas pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Lembraria ainda a oportunidade de o Congresso Nacional voltar suas vistas para a revisão da discriminação das rendas estabelecidas na Constituição, de sorte a ajustá-la melhor aos interêsses da economia geral do País.

Administração dos territórios federais

A criação, em 1943, de cinco Territórios Federais, em áreas fronteiriças, os quais se vinham somar ao legendário Território do Acre, teve como principal objetivo levar vida à solidão dessas regiões, atendendo, ao mesmo tempo, às exigências de ocupação efetiva da terra, de povoamento, de valorização e segurança de postos-chaves do território nacional. Por conseguinte, seria fator de integração dessas áreas na comunidade brasileira, e de intensificação do comércio com os países vizinhos do continente. O Govêrno Central ampliou assim o vulto de suas responsabilidades no setor da colonização interna. É que lhe cumpria criar as necessárias condições de desenvolvimento, a fim de que essas áreas pudessem no menor tempo transformar-se em Estados-membros da Federação.

A realização desse objetivo exigirá da União consideráveis gastos com os serviços dos Territórios Federais.

No último quiquênio, a União despendeu com essas administrações 865 milhões de cruzeiros, demonstrando o empenho de dar continuidade a êsse programa.

Infelizmente, porém, nenhum progresso sensível se registrou no tocante ao planejamento e contrôle das atividades. Os resultados sôbre o desenvolvimento econômico e social de tais áreas não correspondem ao vulto das inversões federais.

Após a criação das novas unidades territoriais, haviam sido adotadas medidas no sentido de promover a racionalização de suas atividades administrativas. Criou-se uma Comissão de Estudos do Código Tributário dos Territórios, destinada a estudar os seus problemas de tributação e, em 1945, esboçara-se uma reforma radical na estrutura das administrações territoriais, tendo como principal objetivo o estabelecimento de uma ligação orgânica das atividades dessas unidades com os planos da Administração Federal. Os estudos empreendidos, secundados pela experiência do Govêrno em matéria de administrações delegadas, mostram que a principal deficiência de que se ressentem os Territórios Federais consiste na precária articulação de suas atividades com as do Govêrno Federal. Para corrigir essa descoordenação, providências imediatas deverão ser tomadas, reatando a orientação anterior e em consonância com os objetivos que ditaram a própria criação dos Territórios.

O problema da administração dos Territórios Federais deve ser tratado, à luz dos interêsses da Nação, como um todo, em correlação com o do auxílio federal às demais áreas de govêrno, a fim de que sejam sanados os sensíveis desequilíbrios entre a situação dos Territórios e a de alguns Estados.

Segurança Nacional

E' evidente a gravidade da situação internacional e os perigos que dela poderão advir para os povos livres, mormente aquêles que não souberem preparar sua defesa.

Embora pacíficos por índole, preferindo tradicionalmente o recurso ao arbitramento e repudiando a guerra de conquista, não temos, todavia, descurado de nossa defesa, promovendo o desenvolvimento harmônico das fôrças físicas, morais, intelectuais, econômicas e militares da Nação. A obrigação do serviço militar, expressa no art. 181 da Constituição, colocou em relêvo a idéia de que ao velho conceito do serviço militar obrigatório se deva opor o do serviço nacional obrigatório. E, embora nem todos os nossos patrícios, em idade do serviço militar, sejam incorporados às fileiras, devendo sua grande maioria ser mantida nos locais de trabalho, entregue aos afazeres costumeiros, haverá permanente supervisão da autoridade militar, responsável pelo preparo da segurança nacional. Dêsse modo, a contribuição dos trabalhadores para a grandeza crescente da Pátria não sofrerá solução de continuidade e nem por isso deixarão êles de ser, nos momentos difíceis, soldados do Brasil, prestando sua colaboração anônima e imprescindível nos parques industriais, nas fazendas e nos campos, nos meios de transporte ou em quaisquer outras atividades para as quais forem designados, de acôrdo com as suas aptidões.

Conselho Nacional de Segurança

Órgão decorrente dos imperativos do mundo atual, tem o Conselho de Segurança Nacional por finalidade ajustar as realizações e possibilidades da Nação à política de segurança nacional. No entanto, para que possa cumprir integralmente sua elevada missão, necessita o Conselho de algumas modificações em sua estrutura orgânica, o que, oportunamente, será solicitado ao Congresso. Torna-se mister dotá-lo da lei a que se refere o § 2.º do art. 179 da Constituição, nela fixando suas atividades no âmbito nacional, de modo a que possa influir em certos setores de capital importância para a nossa defesa.

O Conselho iniciou recentemente a organização de um plano de emergência para provisão de suprimentos e melhoramento dos serviços essenciais do País, organizando, para isso, uma Comissão, que se desdobrou em várias subcomissões. Esse trabalho se encontra em andamento e abrange desde a estocagem de combustíveis, matérias-primas e equipamentos, até as medidas para o aumento da produção nacional e providências para atendermos a compromissos com as Nações Unidas.

Outro problema relevante, estudado pelo mesmo órgão, refere-se à industrialização do xisto betuminoso do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo.

Estado Maior das Fôrças Armadas

Esse importante órgão da defesa nacional, que é o Estado Maior das Fôrças Armadas, não teve ainda o desejado desenvolvimento. Agora, porém, diante da gravidade da situação internacional, torna-se imprescindível acelerar o ritmo de suas atividades. Para isso, faz-se necessário introduzirem-se certas modificações, mediante lei complementar e alteração de seu próprio regulamento. Assim ficará devidamente aparelhado e em condições de realizar a sua tarefa.

Uma das proficuas realizações do Estado Maior das Forças Armadas consistiu na instalação e funcionamento da Escola Superior de Guerra, cujos trabalhos, correspondentes ao último ano letivo, foram coroados de pleno

(Continua na página 10)

O sorteio dos árbitros para a rodada, será feito hoje, na presença de paredros de São Paulo



IATISMO

O "Star" Xodó III. Barcos de seu tipo intervirão na grande regata

TUDO AZUL...

NÃO HAVERÁ CRISE POR CAUSA DE INDIO

A MANHÃ Esportiva

ANO X — RIO DE JANEIRO, Sexta-feira, 16 de março de 1951 — NÚMERO 2.952

Houve barulho dos grandes por causa do "Indio", o garoto que o Flamengo contratou recentemente e que estava convocado pela FMF para integrar a sua seleção que disputará o certame da juventude.

Chegou-se até pensar em crise na Federação, já que, pelo que se dizia, o Flamengo iria pedir um voto de desconfiança para o sr. Paulo Luiz de Oliveira.

Felizmente, porém, tudo não passou de "onda", pois, as partes em litigio chegaram a um acôrdo, e tudo acabou azul...

A CBD DARA' A PALAVRA FINAL

Ontem, estiveram na FMF os srs. Gilbetro Cardoso e José Alves de Moraes que, conversaram longamente com o presidente em exercicio. Conversaram e como são pessoas educadas e inteligentes chegaram a um acôrdo.

Como a divergencia entre êles é por questão de interpretação da lei (art. n. 36 do Regulamento do certame amadorista), resolveram de comum acôrdo, enviar para a CBD tôda a documentação sôbre o pedido de registro como profissional do atleta "Indio", deixando que aquela entidade decida o assunto como entender.

A solução, portanto, não podia ter sido melhor.

Devemos, entretanto, esclarecer, que a interpretação que a CBD dá ao artigo é a adotada pelo Flamengo, o que vale dizer, que "Indio" será registrado, devendo, inclusive, atuar domingo, contra o São Paulo.

EM FOCO O "TORNEIO MUNDIAL"

A reunião de hoje, na C.B.D., está na ordem do dia — Presentes Barassi e os presidentes do Vasco e do Palmeiras

O assunto do dia é reunião marcada para esta tarde, na sede da CBD, a fim de tratar do "Torneio Mundial".

Foi dito que não haveria o torneio. Foi dito e ainda, hoje apesar das reiteiradas declarações do sr. Barassi em contrário, existe quem ainda não acredite nele.

Daí a expectativa em torno da sessão, que está marcada para às 17,30 horas e terá a presença dos representantes da FMF e FPF, o sr. Barassi e os presidentes do Vasco e do Palmeiras.

"TAÇA LATINA"

Além do "Torneio Mundial", garante o sr. Barassi, que em 1952, será disputada no Brasil, a "Taça Latina", certame que terá como concorrentes Brasil, Espanha. Itália, França, Portugal, Argentina, Chile, Uruguai e Peru.

"Apronto esta manhã"

Os "players" rubro-negros regressarão depois à concentração

O Flamengo encerrará, esta manhã, no estádio da Gávea, os seus preparativos para a luta com o São Paulo, domingo, realizando um ligeiro ensaio de conjunto.

Durante essa pratica, Flavio Costa procurará resolver alguns "problemas" de ordem técnica, em relação à equipe rubro-negra.

REGRESSO A CONCENTRAÇAO

Terminado o coletivo, os "players" do "mais querido do Brasil", retornarão à concentração do Ike Hotel, onde permanecerão até domingo, momentos antes da peleja com os sampaulinos.

Os julgamentos de hoje

Serão julgados hoje, os atletas Bigode, Durval, Jorginho, Hilton Viana e Augusto. O primeiro por atitude inconveniente em campo, os demais por desrespeito ao juiz.

Vasco e Flamengo também serão julgados, acusados de terem ocasionado o atraso no inicio de seus jogos.

Rescindido o contrato de Belacosa

O Bangu cientificou à entidade do Trianon, que rescindiu, amigavelmente, o contrato que mantinha com o atleta profissional Belacosa.

PREPARA-SE COPACABANA PARA ASSISTIR A DISPUTA DA "TAÇA DARKE DE MATTOS"

Domingo próximo, dia 18, teremos a VII regata em disputa do troféu "DARKE DE MATTOS". O espetáculo que este grande evento esportivo irá proporcionar aos frequentadores da aristocrática praia de Copacabana, é algo verdadeiramente inigualável.

Nada menos do que 30 velozes e elegantes iates de corrida se empenharão em emocionante luta, buscando uma vitória que concederá ao ganhador a posse provisória da mais linda Taça instituida em tôda a América, como prêmio em regatas.

O percurso da prova, dos mais bem lançados em todo o mundo, se inicia em águas da Urca, prolonga-se pelo posto 2, em Copacabana, atinge o Posto 6, de onde os iates, após haverem montado uma bola retornarão ao ponto de partida. E' preciso ressaltar que durante todo o tempo da prova, dadas as qualidades de apuro dos timoneiros bem, como do excelente estado dos iates, a disputa deverá ser acirrada, não se podendo eleger um favorito.

O tiro de partida deverá ser dado precisamente às 9 horas e, mais ou menos, por volta das 11, os "Stars" deverão estar navegando em águas de Copacabana. Caso as condições de vento sejam boas o público terá o ensejo de comprovar a grande velocidade dos iates desta classe, detentores de todos os titulos na Baía de Guanabara.

Os iates da Classe "Star", com 7 metros de comprimento e 11 metros de mastro, envergam nada menos de que 30 metros quadrados de velame e por suas excelentes "performances", tornaram-se numa das classes permanentemente olimpica. — A lista de prêmios para os participantes desta regata é bastante vasta. — Nada menos do que 25 prêmios deverão ser conferidos aos vencedores das diversas classes.

Após o termino da prova, realizar-se-á no Iate Clube do Rio de Janeiro, uma grande "Peixada", oferecida aos participantes da prova, a cronica especializada e aos convidados especiais, quando serão os prêmios entregues aos respectivos vencedores.

SÓ SE FOR NA SEGUNDA QUINZENA DE ABRIL

A sugestão da C.B.D. para enviar ao Chile uma seleção amadorista

— A Federação Chilena telegrafou a C.B.D. informando que o Campeonato da Juventude das Américas será disputado em Santiago, na primeira quinzena de abril vindouro e convidando a nossa entidade eclética para participar do certame, podendo a delegação ser integrada de 23 pessoas. Além de ser responsavel por tôdas as dia. A Federação Chilena dara despesas de transporte e estadia a cada delegação participante uma ajuda de custo de mil pesos chilenos diários. Como o Campeonato da Juventude Amadorista está em pleno desenvolvimento, não tem a C.B.D. tempo de preparar a nossa representação para jogar na primeira quinzena de abril, daí a sugestão que apresentarão, de tomar parte no certame se o seu inicio for transferido para a segunda quinzena do mesmo mês de abril.

NEM CASTILHO, NEM VELUDO — O Fluminense, segundo declarações de seu presidente, sr. Fábio Carneiro de Mendonça, não abrirá mão, por dinheiro algum, de seus goleiros Castilho ou Veludo

A tradicional Parada Extra do Samba, anualmente patrocinada pelo nosso matutino, será realizada na Praça Mauá, no sábado de Aleluia. em homenagem ao presidente Getulio Vargas

OLHOS DR. HEREDIA — Método Moderno e Eficaz de Tratamento
Rua Buenos Aires, 202 — Tel. 23-1482

Aleluia no Montanha Clube

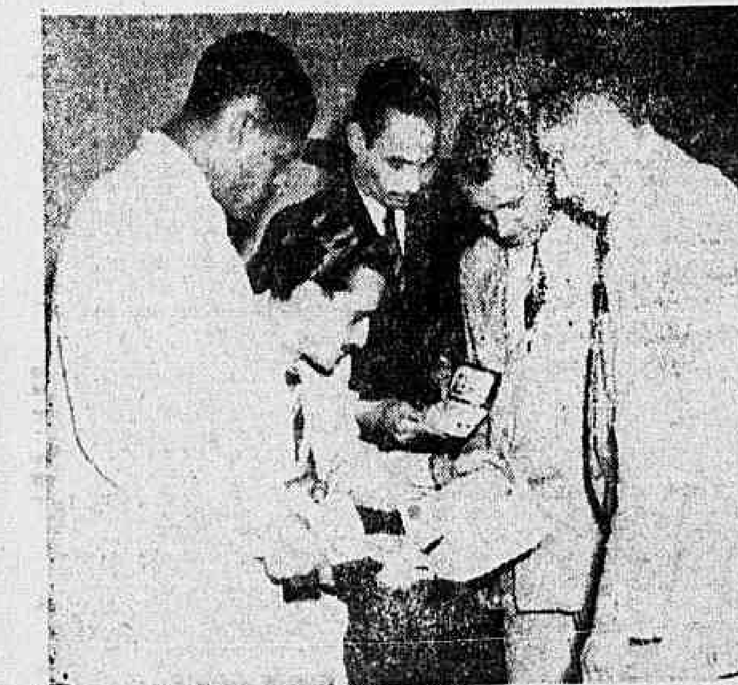
O Montanha Clube realizará no sábado de Aleluia, às 16 horas, em sua sede social, um monumental baile à fantasia, para o que contratou a aplaudida orquestra "Marajoara", de Reimundo Lourenço. Reservas de mesas na Secretaria do Clube.

A MANHÃ no Esporte amador

O "caso" Valim x Árbitros

CONTINUA EM FOCO O RUMOROSO ASSUNTO

Um encontro fortuito e um esclarecimento oportuno — No D.A., um documento assinado pelo presidente do Valim, bastante comprometedor — "Não sabiam que precisavam ser doutores para ingressar no quadro de árbitros"



Os árbitros mostram ao nosso companheiro, suas credenciais

A polêmica entre os árbitros do Departamento Autônomo e o veterano Esporte Clube Valim, continua agitando os circulos desportistas amadoristas da metrópole.

O grêmio suburbano, continua afirmando que a maioria dos juizes que integra o Departamento de árbitros do D. A. são analfabetos.

Os árbitros por sua vez, rebelaram-se com essa atitude do E. C. Valim, através as declarações do sr. Faustino Valim à imprensa especializada.

Reunidos na última segunda-feira, os apitadores do D. A. estudaram o assunto em foco e deliberaram recorrer ao dr. João Machado, diretor Geral do Departamento Autônomo, por intermédio do sr. Alvaro Pinheiro, responsável pelo Departamento Técnico, órgão a que se encontra afeto a Seção de árbitros, entregues aos cuidados do veterano e esforçado João da Silva Ramos.

OS ARBITROS SE DEFENDEM

Tudo fazia crer, entretanto, que o "caso" ficaria, pendente apenas da solução que, seria dada ao mesmo, pelo dr. João Machado. Porém, ontem a tardinha deparamos no saguão do Edificio Cineac quatro árbitros do D. A. que comentavam o assunto, com João da Silva Ramos. Não titubiamos é lógico e solicitamos a presença dos aludidos apitadores em nossa redação, o que fomos prontamente atendidos.

"NAO COMPREENDE"

Em nossa redação, o primeiro a vassos Arruda. Esse excelente apitador declarou estranhar a atitude de Faustino Valim, contra si, pois fora em 43, integrante do quadro de amadores do clube suburbano.

— "Faustino, sabia perfeitamente que sou prático de farmácia licenciado e responsável pela Farmácia São João, em Iguapemirim, no Estado do Rio, razão pela qual estranhei a sua pergunta sôbre o meu diploma de farmacêutico".

OS DEMAIS

Januário S. Fernandes, outro dos quatro árbitros presentes, é funcionário do Ministério da Viação e no momento estuda na Faculdade de Filosofia estando no 2.º ano do Curso de Jornalismo, tendo exibido ao nosso companheiro, a anuidade daquela Faculdade.

O outro juiz era o sr. José de Macedo Gomes, que mostrou ao nosso companheiro, o seu certificado de curso secundário, obtido pelo Ginásio 28 de setembro e registrado no Cartório do 9.º Oficio de Notas — Tabelião Corrêa Giudice, e finalmente o sr. Ruá de Souza, outro árbitro, que é motorista do SESC.

"IGNORAVAM"

Em palestra com o nosso companheiro, os árbitros estranharam a necessidade — segundo as declarações do Valim — de possuirem o atestado do curso secundário.

— "Não sabiamos que para sermos juizes de futebol houvesse a necessidade de possuirmos titulos de doutorandos..."

UM DOCUMENTO CONTRADITÓRIO

Depois de um rápido bate-papo em que os juizes deixaram transparecer o seu ponto de vista em relação ao intrincado problema, pois confiam plenamente na solução que ao assunto em causa venha a dar, o dr. João Machado, retiraram-se, agradecendo o apoio que lhes temos dado em tôrno do caso.

Todavia, o repórter não se limitou apenas às declarações dos implicados no assunto e procurou colher elementos mais suscintos e claros, uma vez que um dêsses juizes — João Travassos Arruda — houvera dito ter pertencido ao plantel de atletas do Valim. Nada mais justo portanto, que indagarmos no D. A. a verdade. De fato, fomos encontrar o registro de João Travassos Arruda pelo grêmio suburbano, registro protocolado sob o n.º 4.562 que dizia o seguinte:

"Registro como amador sob o n.º 4.562, o sr. João Travassos Arruda, residente a rua Aristides Caire n.º 286. Profissão farmacêutico licenciado. Local onde exerce profissão: Alcino Guanabara. Nome do empregador: o próprio. Rio de Janeiro, 25-6-1943".

Encontramos também o protocolo n.º 13.249 de 3-7-43 que diz assim: "Atestado do Presidente do Clube. Responsabilizando-me pela identidade e idoneidade do jogador João Travassos Arruda, declaro que as informações por êle feitas acima são verdadeiras e que êsse amador, que sabe ler e escrever corretamente é associado do clube que presido tendo sido aceito em reunião de março realizada em 11-4-1936. Rio 25 de junho de 1943, ass.) Faustino Valim Filho".

Diante dêsse documento acreditamos que o simpático paredro suburbano não terá motivo para insistir em dizer que os árbitros são analfabetos, pois um dos que mencionou, tem protocolado no D. A. um documento comprobatório assinado pelo próprio Faustino Valim, declarando que o juiz Arruda, quando amador de seu clube, "sabia ler e escrever corretamente".

TERMINANDO

Sentimos confessar que hoje, encerramos o assunto aguardando a solução do dr. João Machado, quando então voltaremos externando o nosso ponto de vista, já que até agora, nos limitamos a transcrever as entrevistas que nos são solicitadas em caráter noticioso, sem comentários.

CLINICA DE SENHORAS E CRIANÇAS
Pediatria — (DRA. IRENE CID)
2as., 4as. e 6as.-feiras — Das 15 às 18 horas
Ginecologia — (DR. VASCONCELOS CID)
3as., 5as. e sábados — Das 16 às 18 horas
RUA MEXICO, 21 — 19.º andar — Sala 1.901 — Fone: 32-7709

Não terminou

O prélio entre o E. C. Saicam e o 28 de Outubro F. C. devido à falta de esportividade dêste — Vencia o alvi-anil por 3 x 0 — Notas

O E. C. Saican, promissora agremiação do futebol independente deu sequencia ao seu calendário esportivo do corrente ano, realizando um encontro amistoso com a equipe do 28 de Outubro F. C., na tarde de domingo ultimo.

FALTA DE ESPORTIVIDADE

O prélio entre os dois quadros levou a assisti-lo uma numerosa torcida, a qual todavia, saiu de campo decepcionada uma vez que aos 43 minutos da primeira fase foi o "match" suspenso, em vista do esquadrão do 28 de Outubro F. C, não ter se conformado com a marcação de um "foul-penalty" contra o seu bando, e consequentemente retirado seu quadro do gramado.

LEVAVA DESVANTAGEM

Até o momento em que o prélio foi paralisado vencia a equipe do Saican com relativa facilidade uma vez que, o "placard" acusava 3x0 pró quadro local.

O QUADRO VENCEDOR

O alvi-anil de Braz de Pina jogou assim constituido:

Fernando; Cai e Gago; Nelson, Levindo e Tota; Pirilo, Zéca, Wilson, Helio e Dusa.

MARCADORES E PRELIMINAR

Consignaram os tentos: Levindo 2 e Helio. Na preliminar saiu-se airosamente ainda, a equipe local, logrando uma goleada traduzida no escore de 9x4.

LOTERIA FEDERAL 2 MILHÕES amanhã
QUARTA-FEIRA: CR$ 1.500.000,00

O Campo Grande A. C. receberá domingo a visita de um quadro misto do São Cristóvão de F. e Regatas

REDAÇÃO E OFICINAS
RUA SACADURA CABRAL, 43
Número avulso: Cr$ 0,50

A MANHÃ

2.º CADERNO
Não pode ser vendido separadamente

ANO X — RIO DE JANEIRO, Sexta-feira, 16 de março de 1951 — NÚMERO 2.952

VITORIOSO, NO SENADO, O CRITERIO RENOVADOR

Assegurada a eleição do sr. Marcondes Filho para a vice-presidencia da Casa

Os demais nomes indicados para outros postos — Definiu-se a U.D.N. — Convidado o sr. Melo Viana a integrar a delegação brasileira à Conferência de Washington — Os vereadores cariocas desejam poderes constituintes — A composição dos órgãos técnicos da Câmara dos Deputados

ESTA' decidido que o Senado terá renovado, hoje, inteiramente, a sua Mêsa. Concluidas as ultimas gestões desenvolvidas no sentido de coordenar as tendencias das diferentes correntes daquela Casa, desapareceram, ontem, os ultimos vestigios de resistencia, representados pela atitude de indecisão da bancada udenista, quando este partido decidiu abrir mão dos pontos de vista sustentados por uma de suas correntes, que se batia pela re-eleição dos membros da Comissão Executiva.

Desse modo, está assegurada a eleição do senador Marcondes Filho, representante do PTB, para a vice-presidencia da Casa, indo o sr. Etelvino Lins, do PSD, para a 1.ª secretaria. A 2.ª sechetahia, que caberá à UDN, será preenchida pelo sr. Vespasiano Martins (em lugar do sr. João Vilasbôas), que como a 4.ª secretaria, tambem da UDN, será ocupada pelo sr. Hamilton Nogueira (em lugar do sr. Plinio Pompeu). Quanto à 3.ª secretaria, do PSD, a indicação é do nome do sr. Waldemar Pedroso, sendo que o PR alimenta esperanças de reivindicar o posto para um seu correligionario que, nesse caso, seria o sr. Julio Leite, pretensão esta com poucos probabilidades de exito.

O SR. MELO VIANA IRIA A WASHINGTON

O senador Melo Viana recebeu, ontem, por intermedio do chanceler João Neves da Fontoura, um convite do presidente da República, para integrar a delegação brasileira à Conferencia de Washington. Em palestra com os jornalistas, no palacio Tiradentes, o vice-presidente do Senado confirmou o fato, manifestando seu agradecimento à cortezia com que havia sido destinguido pelo Chefe da Nação, declarando, entretanto, que não havia ainda decidido aceitar o honroso convite.

A proposito das eleições de hoje, no Senado, disse, ainda, o representante mineiro, que sua atitude, candidatando-se à reeleição para a vice-presidencia da Mêsa, era consequencia de compromisso assumido com varios colegas seus, partidarios do criterio conservador. Não se tratava, pois, nem de uma atitude de carater pessoal nem de oposição ao Governo.

O sr. Café Filho presidirá a sessão do Senado

A sessão de hoje do Senado, destinada à eleição dos novos membros da sua Mêsa, será presidida pelo sr. Café Filho, vice-presidente da Republica e presidente nato daquela Casa. Nessa oportunidade, o sr. Café Filho pronunciará um discurso, no qual focalisará as atribuições que lhe cabem na qualidade de vice-presidente da Republica, em função das atividades do Congresso e especialmente da Camara Alta.

Querem poderes constituintes

Como se sabe, os vereadores cariocas se estão articulando no sentido de obter do Legislativo federal uma revisão nas atribuições que lhe são outorgadas pela Lei Organica do Distrito Federal. Esse movimento, que é encabeçado pela bancada udenista na Camara Municipal, não somente pretende que lhes seja afeto rever os vetos do prefeito às suas proprias resoluções, mas ainda que sejam atribuidas aos atuais vereadores funções constituintes com o fim de ser elaborada, naquela Casa, uma especie de carta constitucional para o Distrito, a exemplo das Constituições estaduais.

Na Câmara dos Deputados

Prosseguem na Camara dos Deputados os entendimentos relativos à composição dos orgãos tecnicos daquela Casa. Segundo apuramos, a vaga deixada pelo ex-deputado Agostinho Monteiro, na Comissão de Finanças, não será preenchida por nenhum representante da região amazonica. Tal criterio vem despertando descontentamento nas bancadas do Amazonas, Pará, Maranhão e outras interessadas em participar desse orgão, como voz da zona denominada Hilêia Amazonica. Numa reunião daquelas bancadas, ontem levada a efeito na Camara ficou decidido que a Amazonia não abrirá mão de um posto na Comissão de Finanças, obtendo, para tal reivindicação, o apoio da bancada paulista.

Quanto às demais comissões, os entendimentos, ao que parece, estão virtualmente concluidos, sabendo-se que o sr. Samuel Duarte ocupará a presidencia da Comissão de Justiça, estando em fóco o nome do sr. Israel Pinheiro para presidir a de Finanças. Nada existe de positivo quanto à Comissão de Valorisação da Amazonia, orgão que, segundo alguns parlamentares, teria perdido sua razão de ser com a organisação do Plano que recebeu o mesmo nome.

ONTEM NO RIO NEGRO

Estiveram ontem no Palácio Rio Negro, em visita de cortezia ao presidente da República, os senadores Ismar de Góis Monteiro e Ezequias Rocha. Os representantes alagoanos tiveram oportunidade de inteirar o sr. Getúlio Vargas de vários aspectos da situação politica-administrativa daquele Estado. Conferenciou também com o Chefe do Govêrno o sr. Souza Costa, presidente do Conselho Nacional de Economia.

Contribuição federal em favor dos municipios

O ministro da Fazenda determinou que fossem pagos os dois últimos duodécimos da quota federal atribuida aos municipios, ex-vi do artigo 15, parágrafo 4.º da Constituição, relativamente aos seguintes Estados ameaçados pela sêca: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagôas.

Instalou-se, solenemente, o Congresso Nacional

Recebidos pelo Presidente da República os novos membros da Comissão Militar Mista Brasil-EE. UU.

O presidente Getulio Vargas recebeu ontem, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, os srs. general Sarlis Love Mullins Junior, general Robert Morris Webter e Vice-Almirante Ernestherman von Heimburg, respectivamente chefes e membros da Fôrça Aérea e da Marinha da Delegação Norte-Americana na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, que por intermédio do general Gois Monteiro, chefe do Estado Maior Geral das Fôrças Armadas do Brasil, foram apresentados ao presidente da República por terem assumido aquelas funções em nosso país. No cliché, o chefe do Govêrno quando palestrava com os militares americanos. (Foto Agência Nacional)

Lida a Mensagem presidencial aos representantes da Nação

Como decorreu a cerimônia inaugural da nova Legislatura — Empossados novos senadores e deputados

INAUGUROU-SE a nova legislatura, com as solenidades de praxe. O Palacio Tiradentes estava repleto. Por fora, o Batalhão de Guardas fazia a guarda de honra, formado em quadrado, com seu vistoso uniforme. Por dentro, estavam repletas tôdas as dependências.

O Corpo Diplomático enchia literalmente a tribuna que lhe foi reservada. Os ministros de Estado assentavam-se na primeira fila, em cadeiras especiais. Estavam ainda presentes os Presidentes do Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal Eleitoral. Na Mêsa, além do sr. Melo Viana e dos membros da Comissão Diretora do Senado, figuravam o Cardeal D. Jaime Câmara e o vice-presidente sr. Café Filho. Tambem compareceram à solenidade o Chefe de Policia e muitas outras autoridades.

As localidades reservadas ao povo estavam repletas e no plenário há tanto tempo vasio, não havia um só lugar disponivel. Os representantes, deputados e senadores estavam quase todos presentes.

Posse de senadores

O sr. Melo Viana, às 14 horas e meia, declarou aberta a sessão do Congresso e anunciou que estavam presentes vários senadores que ainda não haviam tomado posse. Convidava-os a comparecer perante a Mesa para a formalidade. Neste momento, o sr. Aliomar Baleeiro estranhou que se desse posse a representantes em uma sessão destinada à instalação do Congresso. Achava o representante da Bahia que o ato estaria em desacôrdo com o Regimento. O sr. Melo Viana, apregoando seu espirito liberal, disse que havia precedentes e que o Regimento do Senado, supletivo do da Câmara, permitia o ato. Contudo, ia consultar o plenário. O plenário por grande maioria, manifestou-se simbolicamente de acôrdo e a posse foi deferida aos senadores Apolônio Sales, Carlos Lindemberg (Espírito Santo), Carlos Gomes de Oliveira (Santa Catarina) Oton Mader e Carlos Siemch.

Posse de deputados

Antes de dar prosseguimento à sessão, o sr. Melo Viana comunicou que também deputados no-

(Conclui na última página)

Instalados os trabalhos da 16ª legislatura fluminense

Ovacionado na Assembléia Legislativa o governador Amaral Peixoto, que leu a sua primeira Mensagem — Aprovadas moções de apoio e de solidariedade política e administrativa ao presidente da República e ao governador do Estado

Instalou-se solenemente, ontem, como determina a Constituição, a 16.ª legislatura estadual, comparecendo o governador, Comandante Ernani do Amaral Peixoto, a fim de ler perante a Assembléia Legislativa a sua primeira mensagem anual, dando conta da situação do Estado.

A solenidade revestiu-se do maior brilhantismo, sendo assistida pelas altas autoridades civis, militares e eclesiásticas e por elementos de tôdas as classes sociais. Viam-se nas tribunas de honra ou ocupando lugares reservados no recinto, entre outras personalidades, o senador Francisco Sá Tinoco desembargadores do Tribunal de Justiça, tendo à frente o presidente dessa Côrte, sr. Ferreira Pinto; o procurador geral do Estado, o bispo Diocesano, d. João da Mata Amaral, os secretários de Estado, o comandante da Policia Militar, o diretor dos Correios e Telégrafos, sr. Bezerra de Menezes, o sr. Floriano Faria, diretor da Imprensa Estadual e vários ex-deputados.

Uma companhia de guerra da Policia Militar esteve formada em frente ao edificio do Poder Legislativo, prestando-lhe as continências de estilo.

Leitura da Mensagem governamental

A sessão solene foi aberta com a chegada do governador do Estado, comandante Ernani do Amaral Peixoto, que compareceu acompanhado de todo o seu gabinete civil e militar.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Leal Junior, nomeou uma comissão constituida dos deputados Arino de Matos, Romeiro Neto, Alberto Torres, José Manhães e Lara Vilela, lideres das bancadas das bancadas do PSD, PTB. UDN, PSP e PRP, respectivamente, a fim de receber fora do edificio o governador e acompanhá-lo até à Mesa.

O comandante Ernani do Amaral Peixoto deu entrada sob prolongadas palmas do recinto, das tribunas e das galerias.

Em seguida, depois de cumprimentado pelo presidente da Assembléia, que lhe deu a palavra, o governador passou a ler a sua mensagem, em que aborda os principais problemas fluminenses, analisando-os e indicando as melhores soluções para os mesmos.

Finda a leitura da Mensagem, que durou 45 minutos, o presidente Leal Junior agradeceu o comparecimento do governador do Estado, declarando que a Assembléia Legislativa ficava inteirada da mesma e a tomaria na devida consideração.

O presidente da Assembléia nomeou para acompanhar o governador à saída a mesma comissão que o introduzira no recinto, suspendendo a sessão para que os demais deputados pudessem prestar-lhe também essa homenagem.

Irrestrita solidariedade politica e administrativa ao governador

Reaberta a sessão, o presidente anunciou que s eachava sôbre a Mesa, assinada por mais de trinta deputados, a seguinte moção: "Requeremos constante da Ata desta sessão um voto de decidido apoio e solidariedade irrestrita à ação politica e administrativa do Exo. sr. Comandante Ernani do Amaral Peixoto, DD. Governador do Estado. Sala das Sessões, em 15 de março de 1951".

A moção acima foi aprovada, depois de falarem sôbre a mesma, em nome dos respectivos partidos, os srs. Nelson Martins, do PSD; Arino de Matos, do PSD, Lara Vilela, do PRP; e Alberto Torres, da UDN.

Também ao presidente da República

Outra moção submetida a votos e aprovada, a seguir, está assim redigida: "Requeremos conste da Ata desta Sessão um voto de irrestrito apoio e decidida solidariedade à ação politica e administrativa do Exo. Sr. Dr. Getulio Vargas, DD. Presidente da República. Sala das Sessões, em 15 de março de 1951".

Sôbre essa moção, subscrita igualmente por mais de trinta deputados, falaram, expendendo os pontos de vista dos respectivos partidos, os srs. Romeiro Neto, do PTB; José Manhães, do PSP, Saramago Pinheiro, da UDN; e Arino de Matos, do PSD.

Confiança nos dirigentes de todos os partidos

Por último, foi aprovada, depois de justificada pelos srs. Arino d eMatos e Hipólito Porto a seguinte moção, subscrita pelos representantes de tôdas as bancadas: "Requeremos, ouvida a Casa, conste da Ata dos trabalhos de hoje a seguinte moção: "A Assembléia Legislativa expressa a sua confiança na ação dos dirigentes dos partidos politicos nacionais, no sentido de firmar-se a orientação de sobrepoerem-se aos supremos interêsses do país a quaisquer soluções de ordem partidária".

Hoje, constituição das comissões

Finalmente, o presidente, encerrando a sessão, convocou outra para hoje, com a seguinte ordem do dia: constituição das comissões.

A Mensagem Governamental

A mensagem do governador Amaral Peixoto é um documento da mais alta importancia, em que o chefe do Executivo analisa em tôdas as suas facetas, os vários problemas que dizem respeito à vida estadual, apontando as sugestões mais concernentes com a realidade fluminense. Contém a mensagem governamental mais de setenta folhas. Inicia o governador do Estado do Rio êsse documento falando sôbre a moderação como a grande fôrça da politica fluminense. "Os fluminenses são homens da moderação politica, declara o governador Amaral Peixoto, que fogem aos extremos na procura de soluções legais para os problemas em que se debatem, fazendo evolução politica dentro da lei e da ordem". Mais adiante sugere o chefe do govêrno a reforma constitucional. Justificando-a, diz que "não é o povo que deve subordinar-se às constituições, de vez que essas existem para o serviço do povo, e, portanto, devem condicionar-se, suficientemente flexiveis, às necessidades que vão surgindo sob formas novas. Passa, depois, a chamar a atenção do Legislativo estadual para a necessidade urgente de se dar redação as leis complementares da Carta Magna, a fim de que haja diretrizes certas para os trabalhos conjuntos. Dedica também o governador Amaral Peixoto todo um capitulo à Reforma Judiciária. No capitulo relacionado com a Saude Publica, que é dos mais longos, analisa o orador as providencias governamentais que estão sendo tomadas no sentido de proteger a saude popular. Aborda, também, logo a seguir, as questões relacionadas com a educação. Fala da rede escolar fluminense, afirmando que os grupos escolares do Estado do Rio podem ser classificados entre os melhores do país. O capitulo seguinte é dedicado à organização policial fluminense, para informar que entre outras considerações, o ano de 1950 foi o em que a exploração dos jogos proibidos atingiu o seu auge em terras fluminenses. Merece especial cuidado do governador Amaral Peixoto o setor da agricultura, principalmente o desenvolvimento do cooperativismo e a aplicação dos códigos rurais em território estadual. O problema das sobras do leite é reputado pelo governador Amaral Peixoto como extremamente grave. E aponta a industrialização como o caminho mais certo para solucionar a importante questão. Depois de falar a respeito da distribuição dos residuos de trigo, focaliza o chefe do govêrno o crédito rural. Declara o orador: "Num país como o nosso, em que o capital encontra fàcilmente altos juros em aplicações sólidas, e de rápida recuperação, a agricultura sofre necessàriamente a concorrência de outras formas de atividades práticas". Informa mais adiante o governador Amaral Peixoto que o govêrno pretende lançar uma rede de bancos tipo Luzzatti, por todo o interior do Estado, o que está dependendo tão sòmente de entendimentos com a Caixa de Crédito Cooperativo, para permitir o redesconto dos titulos recebidos por aquela sociedade. Extenso é o capitulo referente a Obras Públicas. Nêle afirma o governador que dedicará tôda a sua atenção — à concretização de um meio direto de ligação entre Niterói e a Capital da República. E' de opinião o orador que a melhor solução pode ser encontrada no túnel. Referindo-se ao assunto assim se manifesta o sr. Amaral Peixoto:

"Ultimamente, o ilustre titular da Prefeitura da Capital da República, general Angelo Mendes de Morais, contratou com a Companhia de Estradas de Ferro Metropolitana de Paris os estudos necessários à elaboração do projeto do chamado "Metrô" no Rio de Janeiro. A nós nos pareceu que seria lógico o prolongamento desse caminho de ferro subterraneo a Niterói, que lhe seria o ponto terminal. Aproveitando a viagem que fizemos à Europa, recentemente, entendemo-nos com a Diretoria daquela firma francesa, que aceitou de bom grado a sugestão de prolongar o estudo para aquele lado. Estando em andamento no Congresso Nacional projeto do saudoso engenheiro Henrique Novais, senador pelo Espirito Santo, abrindo crédito para que o próprio govêrno federal promova a execução daqueles estudos, levamos nosso apelo à bancada fluminense no Congresso para a mais rápida aprovação do projeto, que visa permitir o Poder Executivo da União a contratar o projeto, pelo conduto do Ministé-

(Conclui na última página)

O governador Amaral Peixoto, quando lia sua mensagem perante a Assembléia fluminense

A INSTALAÇÃO DO CONGRESSO — Com a solenidade de praxe, instalou-se, ontem, no palácio Tiradentes, o Congresso Nacional, para início da nova Legislatura. O flagrante acima fixa um aspecto da Mesa presidida pelo sr. Melo Viana, que aparece ladeado pelo sr. Café Filho, vice-presidente da República e cardeal D. Jaime Câmara. De pé, o sr. Dario Cardoso, 2.º secretário do Senado, quando procedia a leitura da parte final da Mensagem do presidente da República

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página 7)

êxito. Diplomaram-se vários civis e militares, depois de se haverem inteirado de inúmeros problemas relacionados com os supremos interêsses do Brasil.

Exército

Não obstante as dificuldades financeiras do País, que impossibilitaram fôssem encetadas realizações materiais de vulto, tem o Exército trabalhado intensamente, em todos os setores de suas atividades, procurando retirar o máximo proveito dos limitados recursos disponíveis e dedicando-se de modo especial às questões atinentes à eficiência técnico-profissional.

As imposições de ordem orçamentária têm-lhe, porém, reduzido as despesas com as obras militares, aquisição de material e equipamentos, viagens de instrução, etc. Entretanto, não foram poupados esforços para o exame meticuloso dos problemas básicos do Exército, e os planos existentes, frutos dêsses estudos, têm sua solução dependendo dos indispensáveis recursos financeiros com que poderá contar o Ministério da Guerra.

No setor do ensino militar, apreciáveis realizações foram alcançadas, destacando-se, entre elas, o 1.º Seminário de Ensino do Exército, que teve lugar na Escola Militar de Rezende, e a elaboração do Estatuto do Ensino do Exército. Trabalho de grande alcance, que deve ser pôsto em especial destaque, é o que se refere à documentação sôbre o biotipo brasileiro, a cargo da Escola de Educação Física.

O Serviço de Saude prossegue, laboriosamente, em suas atividades e, mesmo diante dos minguados recursos financeiros de que pode dispor, tem conseguido prestar apreciáveis serviços ao pessoal do Ministério da Guerra, não só através do Laboratório Químico Farmacêutico, como, também, das diversas Farmácias Militares, da Policlínica Central, do Hospital Central e dos demais hospitais e formações espalhados por todo o território nacional.

A Diretoria de Remonta e Veterinária luta com verba cada vez mais escassa para manter o efetivo mínimo necessário em animais. Ainda assim conseguiu organizar 453 postos de Monta no País, o que representa ponderável acréscimo em relação aos anos de 1948 e 1949.

Quanto à Diretoria de Transmissões, pôde atender apenas a 1/6 das necessidades do Exército, embora o Serviço Radiotelegráfico continuasse a trabalhar com rapidez e eficiência, e o Serviço Cinematográfico experimentasse considerável progresso em 1950.

Por outro lado, a Diretoria de Mecanização tem desenvolvido intenso trabalho na recuperação do material existente. Construiu vagões-cisternas e reservatórios para combustível, mudou a Seção de Viaturas do Depósito Central do Derbi Clube para as instalações completas em Deodoro, adquiriu motores e recuperou inúmeros caminhões, carros de combate e motores de viaturas automóveis. A Diretoria de Fabricação tem desenvolvido grande de atividade na recuperação de material bélico, quer na indústria civil, quer nas fábricas e arsenais do Exército. Na Fábrica Presidente Vargas, foi inaugurada a Fábrica de Nitroglicerina, que utiliza os mais modernos processos para a produção dêsse explosivo. As Escolas Profissionais, mantidas por algumas fábricas têm concorrido de modo acentuado para a formação e manutenção do pessoal especializado.

A Diretoria de Intendência instalou em Niterói, Recife, Porto Alegre e Joinvile, respectivamente, um Estabelecimento de subsistência, dois Entrepostos e Estabelecimento de Material de intendência.

Na parte referente a obras, apesar da obediência estrita a disciplina orçamentária, o Ministério da Guerra, por intermédio de sua Diretoria de Obras e Fortificações, tem procurado dotar a tropa e o material de instalações adequadas, construindo novos aquartelamentos e ampliando ou reformando os existentes, merecendo especial destaque várias construções novas ou em andamento no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e em outros pontos do território nacional.

As guarnições de fronteira, que exercem, com abnegação e sacrifício, sua missão de vigilância, foram objeto de atenções especiais. Obtiveram novas instalações entre outras as unidades sediadas na Foz do Iguaçu, em Guaíra, Boa Vista, Pôrto Velho e Cáceres.

Prosseguiram, também, as obras de construção e ampliação dos Estabelecimentos de Saude, tendo em vista melhor aparelhá-los, para prestar assistência à tropa, aos oficiais, aos sargentos e respectivas famílias.

Ainda sob orientação da Diretoria de Obras e Fortificações, as comissões especiais, a fim de instruir seus quadros de oficiais e de graduados, formar especialistas e reservas na arma de Engenharia e, principalmente, contribuir para o programa nacional de abertura de estradas, construíram e estão construindo muitos quilômetros de rodovias e ferrovias, tôdas de interêsse para a defesa nacional.

Por fim, o Estado Maior do Exército, em íntima ligação com os diferentes escalões de Comando e Diretorias elaborou os documentos básicos para as fôrças terrestres, dentre os quais merecem realce, por sua importância: as Bases Gerais para a Elaboração dos Testes de Instrução; o Anteprojeto de Organização, o Emprêgo da Guarda Nacional; Anteprojeto de Lei de Promoções; Anteprojeto de Lei de Reestruturação dos Quadros das Armas e Serviços.

A falta de material para o desempenho normal de suas atividades, isto é, para completar os efetivos previstos nos quadros de dotação das Unidades existentes, atinge a um montante elevado, exigindo que a tal matéria seja dispensada atenção especial.

Embora nossa situação financeira recomende a maior parcimônia nas despesas, devemos reconhecer que o problema de reaparelhamento do Exército — é questão da mais alta relevância e que avulta de ano para ano. No momento, as estimativas decorrentes de estudos feitos pelo Estado Maior do Exército, em colaboração com as demais Diretorias do Ministério da Guerra, apresentam como necessários, sòmente para a aquisição de material de transmissão, cêrca de Cr$ 170.000.000,00 e para a aquisição de material bélico cêrca de Cr$ 480.000.000,00, o que dá bem idéia do vulto dos recursos exigidos para êsse reaparelhamento, considerando-se, particularmente, que essas importâncias constituem parcelas — embora as mais dispendiosas — das atuais necessidades.

O orçamento do corrente ano consigna para Obras Militares Cr$ 35.000.000,00. Se examinarmos a finalidade dessa verba verificaremos que se destina à conclusão de empreendimentos em alguns quartéis e hospitais ou ,apenas, a reparos de urgência e pequenas adaptações em estabelecimentos militares. O Ministério da Guerra precisa, porém, encetar obras novas, construir quartéis para unidades já existentes, que se acham alojadas provisòriamente nas mais precárias condições.

A falta de quase 50% do efetivo previsto impõe, como medida inadiável, um aumento na verba para aquisições, de forma a permitir, paulatinamente, a eliminação do desequilíbrio entre as "compras" e "descargas", e assegurar, no devido tempo, sejam completados os programas previstos.

As Fôrças Blindadas desempenham hoje, nas operações terrestres, um papel decisivo e de tanta envergadura, que nenhum Exército poderá deixar de dispensar os maiores cuidados à organização e preparo dessas Unidades.

Em nosso Exército, porém, as fôrças blindadas ainda não estão organizadas de modo adequado. São constituídas por um conjunto heterogêneo e sem o equipamento conveniente.

Na impossibilidade, no momento, de se criar uma Divisão Blindada completa, parece imperioso pensar na organização, urgente, numa primeira fase, do um Grupamento Tático Blindado ,constituído por elementos de armas combinadas, capaz de assegurar uma instrução eficaz e, em consequência, o adequado preparo dos quadros que integrarão a futura Divisão.

Para isso, seriam aproveitadas as Unidades Blindadas já existentes, restando completá-las, criando-se apenas, um Grupo de Artilharia e uma Companhia de Engenharia, órgãos indispensáveis à organização e eficiência do referido grupamento.

O problema de armazenamento dos materiais bélicos se situa entre os mais importantes do Exército. Os armazens e paióis existentes acham-se superlotados de munições, pólvoras e explosivos, sem capacidade para receber a produção resultante dos programas de fabricação. Conquanto já tenha a Diretoria de Obras e Fortificações recebido recursos para construção de mais seis paióis, êsse problema ainda permanecerá, pois os mesmos serão insuficientes para as necessidades. Sòmente a construção de mais vinte e quatro paióis duplos, num valor de .... Cr$ 60.000.000,00 possibilitará atender êsse mínimo de necessidades. No que se refere a suprimentos, a Diretoria não se encontra em condições de atender a grande número de pedidos de material bélico decorrentes dos quadros de dotação elaborados pelo Estado Maior do Exército, pela inexistência dêsses materiais, particularmente os de procedência norte-americana.

Os estudos para atender a essas necessidades já foram ultimados pelo Departamento Técnico e de Produção, dependendo apenas de concessão de recursos a aquisição ou fabricação do material previsto.

Marinha

Ao iniciar-se o período governamental, encontra-se a Marinha, como sempre, inteiramente devotada a suas atividades, procurando cumprir os programas traçados pela alta administração. No entanto, muitos problemas vitais a afligem. A escassez de recursos que lhe têm sido destinados, dotações orçamentárias insuficientes ou inadequadamente distribuídas, impediram que pudesse desenvolver-se normalmente para alcançar um nível compatível com as menores necessidades de nossa defesa marítima.

A nossa Fôrça Naval é mesmo espelho vivo da insuficiência de meios com que luta a Armada para bem cumprir as múltiplas tarefas que lhe cabem. A aquisição recente de dois cruzadores conquanto viesse reduzir a carência, não é de molde a resolver o nosso problema naval.

A escassez do material flutuante tem trazido insuperáveis dificuldades ao adestramento da Esquadra, que só poderá ser cuidado, satisfatòriamente, quando a composição de nossa Fôrça Naval atingir o nível programado. E' propósito do Govêrno fazer uma redistribuição de nossas unidades navais, tendo em vista as bases disponíveis, o que concorrerá para diminuir o número de navios imobilizados em reparos.

Para o problema do pessoal, todavia, urge solução completa e definitiva, que evite o círculo vicioso de não poder a Marinha aumentar o seu pessoal por falta de material onde empregá-lo e não adquirir material, por não dispor de pessoal suficiente para operá-lo.

E' necessário, de qualquer modo, fomentar maior afluência às Escolas de formação de marujos e aproveitar maior percentagem de conscritos para incorporá-los ao serviço da Armada. O projeto governamental que reestrutura os quadros do pessoal da Armada, em trânsito pelo Congresso, deve ser ajustado à situação prevista pelo atual Govêrno, cumprindo dar ao seu andamento caráter urgente.

Nesse assunto, de excepcional relevância nas Marinhas de Guerra modernas, estamos empenhados em recuperar, de forma prática, o atraso em que permanecemos, ativando, para isso, o funcionamento de nossos centros de instrução técnica, sem perturbar os serviços normais.

A constituição de tais reservas deve, entre outras medidas, prever com o maior interêsse o entrosamento do pessoal da Marinha Mercante nas atividades da Marinha de Guerra, seja pela passagem temporária de seus elementos a bordo de navios e serviços da Armada, seja pela ampliação de suas escolas, que devem ser incorporadas ao acêrvo dos serviços de ensino naval. Devemos considerar, também, com interêsse o concurso do pessoal dedicado à pesca.

Por outro lado, os compromissos que assumimos com respeito à defesa do Continente, aconselhando a padronização do material naval e dos métodos de empregá-lo, levam-nos a utilizar as facilidades que nos proporcionam os Estados Unidos da América — sob o regime de cooperação, que desejamos manter com a sua Marinha — para padronização dêsses materiais, métodos, doutrina de emprêgo e adestramento.

No setor de cooperação industrial, é ainda aconselhável se estabeleça entendimento formal com os principais estabelecimentos produtores da indústria nacional, para que se habilitem a fornecer os materiais especializados de que carecem os nossos estaleiros e depósitos, recebendo, em troca, a colaboração de técnicos e de maquinaria especializada da Marinha, que poderão auxiliá-los em suas atividades correntes, desde que se adaptem ao fabrico de certos produtos, imprescindíveis na guerra, mas sem interêsse comercial na paz. O auxílio aos pequenos estaleiros, disseminados em todos os nossos portos, é medida também inadiável.

Retomar o rumo das construções navais é providência imprescindível ao progresso da Marinha e do Brasil, sendo necessário interessar no empreendimento a indústria particular, entregando-se aos Arsenais do Estado a fabricação dos protótipos destinados a fornecer àquela indústria os padrões a serem por ela fabricados.

Os estudos para a instalação de um grande Arsenal de construção, em Jacuecanga, já estão concluídos, dependendo o início das obras da solução que indicará a forma mais acertada para a referida instalação, seja com a responsabilidade total do Govêrno, seja por empreitada, ou, ainda, adotando-se solução mista.

Quero frisar, neste capítulo, o interêsse do Govêrno em melhorar as instalações da Marinha, quer na Capital, em que são deficientes, quer nos Estados onde, em geral, são paupérrimas.

E' necessário prover os Distritos Navais dos meios e recursos de que carecem para o cumprimento das tarefas que lhes estão atribuídas. O 4.º Distrito, por exemplo, que tem sob sua jurisdição tôda a região amazônica, só agora começa a contar com alguns recursos em material flutuante para poder realizar o policiamento fluvial.

Impõe-se, ainda, dar às relações entre a Marinha de Guerra e a Mercante, — cada vez mais complexas e interdependentes — maior organicidade e eficácia. Nesse sentido, uma providência adequada será, talvez, a criação de um departamento que possa com maior propriedade cuidar dos interêsses e atividades dêsse importante ramo de nosso poder marítimo, que é a Marinha Mercante. Como reserva das forças armadas, tem ela, com estas, ligações e compromissos indissolúveis, e para torná-los efetivos é, de fato, aconselhável maior entrosamento entre seus serviços. A colaboração da Marinha de Guerra no serviço de manutenção da frota do Loide Brasileiro, patrimônio do Estado, deve ser, também, devidamente encarecida.

E' preciso cuidar da construção de uma nova Escola Naval, uma vez que a existente não mais satisfaz. O Colégio Naval despertou o maior interêsse entre a juventude brasileira, sendo de cêrca de dois mil o número de candidatos que se apresentaram às trezentas e cinquenta vagas.

De modo geral, a atual organização administrativa da Marinha de Guerra é satisfatória, devendo-se introduzir algumas modificações tendentes a facilitar a execução dos serviços logísticos. Sob êsse ponto de vista, parece conveniente o aperfeiçoamento e simplificação das normas orçamentárias e contábeis, de modo a facultar à administração naval maior flexibilidade e eficácia.

Deixo consignada também a necessidade de ser criado um Fundo Naval, já em cogitação na Câmara dos Deputados. Trata-se de medida salvadora, cuja aprovação se reveste de caráter urgente, pois permitirá a elaboração de um plano geral, compreendendo não só a renovação do material flutuante como a complementação de bases e apoios imprescindíveis à solução dos problemas fundamentais da Marinha de Guerra.

Aeronáutica

A Aeronáutica, no empenho de contribuir para a segurança e progresso do Brasil, está a exigir urgente renovação e desenvolvimento.

A rápida evolução do material aéreo e da arte de guerra impõe-nos um pesado esfôrço para o reaparelhamento da Fôrça Aérea Brasileira, embora tenhamos de considerar as limitações decorrentes das possibilidades financeiras do País.

Não devemos esquecer que uma das características principais da aviação é a velocidade, que, atualmente, traz implícita a idéia de jacto-propulsão. Nesse setor, estamos atrasados em relação a essa nova era do avião. Para atingi-la, precisamos promover o desenvolvimento do nosso parque industrial no sentido de suprir as necessidades de manutenção e reparação da nossa aviação atual e, ao mesmo tempo, iniciar planos para a futura produção de aviões a jacto.

Por outro lado, o transporte aereo militar, que até agora tem mantido a sua capacidade operacional com aviões bimotores, necessita passar à utilização de quadrimotores que irão permitir maior rendimento e economia.

A Comissão de Organização do Centro de Aeronáutica está realizando notável trabalho, que deverá influir no ensino e no sistema universitário do Brasil, principalmente, no ramo de engenharia, visando a constituir um núcleo de técnicos da maior aptidão.

Há ,ainda, outros problemas a exigir providências adequadas do Govêrno, tais como o reexame e modernização dos sistemas de segurança aérea e de proteção ao vôo, conforme nos impõem os acôrdos internacionais e as nossas próprias necessidades; o estabelecimento de um Plano Nacional de Aeroportos, à semelhança dos Planos Rodoviário e Ferroviário Nacionais; criação de um sistema específico para suprimento de combustíveis, face às deficiências do sistema de transporte nacional; a formação do pessoal da Reserva da Aeronáutica, mediante cursos especiais e a formação de elementos para uma Fôrça Aérea Especializada, de cooperação com a Marinha de Guerra.

Importa, também, que a exploração do transporte aéreo no País apresente maior rendimento, tornando-se necessário, para isso, concluir as instalações aeroportuárias e dotá-las de equipamento adequado, em quantidade e qualidade, para assegurar a proteção ao vôo, no grau desejado .No caso em aprêço, será estudada a obtenção de recursos sem alteração das atuais tarifas, tendo em vista a redução do custo da exploração, que reverterá a favor das emprêsas concessionárias, devido ao uso de melhor infra-estrutura e à liberação de certos serviços mantidos em determinados pontos de escala por tôdas as companhias que aí operem e que passarão a ser exercidos sob uma direção única.

O problema do desenvolvimento da aviação comercial será devidamente considerado na parte desta Mensagem em que trato do sistema de transportes em geral.

Por outro lado, o setor de aeroclubes exige nova regulamentação, que permita prestar maior assistência ao pessoal que constitui reserva potencial da nossa Fôrça Aérea. Será, também, necessário cogitar-se do auxílio à Campanha Nacional de Aviação.

Finalmente, considerando ser desaconselhável planejar uma aviação sem cuidar do apoio de uma indústria do próprio país, que manufature os seus acessórios complexos e variados, é intenção do Govêrno promover o surto da indústria aeronáutica nacional, e, ao mesmo tempo, das indústrias com ela relacionadas, tais como as de aços finos e ligas metálicas.

A fim de atender às proposições referidas nesta Mensagem, o Alto Comando da Aeronáutica estudará e proporá as reorganizações e regulamentações que se tornarem necessárias.

Segurança Pública

O Departamento Federal de Segurança Pública, em articulação com as administrações estaduais neste setor, vem cumprindo a sua tarefa de manutenção da ordem e segurança públicas e preservação das instituições.

O desajustamento social tem influído de maneira relevante na elevação do índice de criminalidade, na capital da República e em geral nos grandes centros. O afluxo de população nova, sem alojamento adequado e sem ocupação regular, a intensificação da vida urbana, o crescente número de veículos, nessas cidades, e, em todo o País, a aceleração do ritmo migratório, são certamente fatôres importantes dessa situação e estão a indicar-nos o aperfeiçoamento dos métodos de prevenção e de repressão. ligados ao tratamento econômico e social dos problemas de desajustamento, aproveitando a experiência de outros países, no sentido de evitar o seu agravamento. O esfôrço que já vem fazendo as organizações policiais nesse sentido, conquanto ainda insuficiente, em consequência mesmo da deficiência de meios, merece ser referido e incentivado.

Administração Federal

Os propósitos do Govêrno no que concerne ao tratamento da presente situação nacional consubstanciam-se nas diretrizes políticas anteriormente expostas. Elas deverão cumprir-se pelas instituições econômicas e sociais do país em colaboração com a Administração Pública.

Desejo encarecer êste caráter instrumental da Administração, pois, no Brasil, persiste uma tendência a superestimar o seu papel na resolução dos problemas sociais. Tem-se verificado que, entre nós, é costume esperar quase tudo do Govêrno e muito pouco da iniciativa particular.

Na verdade, a influência da Administração está limitada pelo sistema econômico e social vigente, de que ela é parte, e pelo nível cultural dos cidadãos. Uma vez que tal influência não se exerce abstratamente, cumpre ao governante fazer funcionar o sistema administrativo de modo a liberar de entraves as tendências de desenvolvimento e de progresso da comunidade nacional. Não se podem levar à conta da Administração dificuldades e males que decorrem do subdesenvolvimento geral do país e de condições seculares que só podem ser transformadas a longo prazo.

A tarefa que o Govêrno se propõe, no que diz respeito à Administração, é continuar o esfôrço de racionalização da máquina governamental, não só no setor de suas atividades específicas, como nos setores de pessoal, material, obras, organização, orçamento, documentação, em resumo, de tôdas as atividades ditas institucionais do Estado.

Transformações radicais registraram-se na Administração pública em nosso país, a partir de 1936, promovidas por uma série de reformas de base, pelas quais se extirparam do organismo burocrático sobrevivências e vícios patrimonialistas, bem como seu empirismo, e se implantaram métodos modernos de trabalho no trato dos negócios públicos.

Quando deixei o Govêrno, em 1945, o Brasil tinha conquistado no exterior merecida reputação em matéria de técnica de administração, de que dão prova depoimentos de eminentes autoridades estrangeiras, referências elogiosas em obras e publicações internacionais e o fato eloquente de técnicos brasileiros, formados pela experiência realizada no período de 1936 a 1945, terem sido chamados a prestar seus conselhos a governos de mais de um país latino-americano e a ocupar postos de direção no secretariado de organismos internacionais, como a O.N.U. e a U.N.E.S.C.O.

Vale destacar, como aspectos marcantes da obra legada aos que me sucederam em 1945, além do florescimento de numerosas repartições de fins específicos, a renovação dos processos de elaboração orçamentária; a centralização das compras de material e a racionalização de sua aquisição e distribuição; a criação de um sistema organizador que ia adestrando os serviços do Estado para o funcionamento eficiente, segundo princípios, normas e padrões tècnicamente elaborados; a reclassificação das carreiras do serviço público civil, providência preliminar à classificação de cargos; o treinamento e aperfeiçoamento de servidores, através de estágios, bôlsas de estudo e cursos especializados; a elaboração do Estatuto dos Funcionarios Públicos, atualmente necessitado de revisão, mas sem dúvida um avanço na época de sua promulgação; o sistema de seleção de servidores públicos civis, através de concursos e provas de competência.

Durante o quinquênio findo, êste movimento em prol da racionalização administrativa foi pràticamente interrompido e, em alguns aspectos, em particular no que concerne à administração de pessoal, sofreu deformações que precisam ser corrigidas urgentemente, e para isso já determinei as providências iniciais.

Organização

A estrutura da Administração federal não sofreu, desde 1945, alterações dignas de nota.

Todavia, se naquela data ela já apresentava defeitos, êstes se agravaram mais ainda pela quase paralisia das atividades de organização. Esta deve ser não só contínua, como sistemática. Nenhum método de trabalho, nenhuma estrutura é definitiva, mas deve ser objeto de permanente exame tendo em vista a sua adequação, cada vez mais satisfatória, aos seus objetivos, que por sua vez, são mutáveis. Acrescente-se ainda que, tendo desaparecido o espírito que inspirava aquêle movimento em prol da racionalização administrativa, tal estrutura acentuou depressa as suas tendências para o enrijecimento e para a rotina.

O processo organizador transcorre num ciclo ininterrupto de fases, o qual abrange o levantamento, o planejamento, a implantação, o acompanhamento da execução e a apuração crítica dos resultados. Ora, a reorganização da Administração federal, que se operou no período de 1936 a 1945, teria de ser experimental, por fôrça de circunstâncias histórico-sociais e da essência mesma da técnica de organização. Permanecendo inalterada, como pràticamente permaneceu, daquela data até aqui, é compreensível que atualmente mereça uma revisão cuidadosa, tendo em vista adaptá-la à nova realidade econômica e social do país.

O atual desaparelhamneto da organização administrativa é um obstáculo que terá de ser vencido, com firmeza, como o exigem não só a tendência universal de assumir o Estado, crescentemente, novas responsabilidades, como tambem as condições anormais do mundo contemporâneo e, ainda, a peculiaridade de ser o Brasil um país novo.

A pesquisa e a utilização dos meios que promovam a maior integração funcional das atividades administrativas no processo de desenvolvimento econômico do país constituirão uma das preocupações fundamentais do meu Govêrno.

Apesar das reformas acima referidas, grandes segmentos de nossa Administração sobrevivem pela inércia, à época e à concepção que os suscitaram, e, no presente, carecem de real eficácia, constituindo-se em elementos negativos de progresso. Por outro lado, são notorias, na Administração federal, frequentes duplicações, paralelismos e conflitos de competência entre suas partes, tudo isto exigindo um plano geral de sua reestrutura, de que o Governo já está cogitando.

O Govêrno realizará uma política de planejamento administrativo, tomando a si a indicação de diretrizes aos serviços públicos e apurando, sistemàticamente, os resultados de suas atividades.

Cumpre referir especialmente a necessidade de reorganizar os serviços de fomento e contrôle da economia, com o objetivo de dar-lhes maior eficiência em seu funcionamento; de simplificar as suas relações com os interessados, principalmente com as emprêsas; de aparelhá-los para a realização de pesquisas, reduzindo ao mínimo indispensável as atividades de rotina; de, finalmente, torná-los aptos a funcionarem articuladamente, cada um realizando a parcela de trabalho mais útil, sem duplicar ou perturbar o trabalho de qualquer outro. Com respeito a esta matéria, o Governo pretende ainda estimular a criação de órgãos de pesquisas, bem como outros de recursos e de consulta, através dos quais se manifestem os interêsses e direitos dos particulares e, especialmente, das classes produtoras.

Impõe-se, com análogos intuitos, a reorganização dos serviços federais de assistência médico-social, visando, conforme as modernas concepções, menos a objetivos filantrópicos do que ao seu efetivo rendimento econômico e social.

Finalmente, merece especial atenção o aperfeiçoamento do aparelho arrecadador da União, em cujo funcionamento se observam deficiências, do que é reflexo a considerável evasão de receitas, fato que vem agravando o problema da escassez de recursos orçamentários.

Orçamento: Elaboração e Contrôle

O movimento de racionalização administrativa, iniciado no país em 1936, realizou no campo das atividades orçamentárias da União notável progresso, aferível pela organização de suas linhas estruturais e pelo alto padrão técnico impresso ao seu funcionamento.

A administração financeira da União reclamava, de há muito, o estabelecimento de um sistema de órgãos e de normas que permitissem pôr têrmo no regime de indisciplina, e conter as improvisações que tantos males acarretavam à vida financeira do país.

Em 1940, atendendo a essa imperiosa necessidade, consegui estender ao setor das atividades orçamentárias os influxos da ação renovadora. Providenciei, deliberadamente, a título experimental, a criação de um sistema de órgãos especializados, subordinados ao comando de uma agência central orçamentária, à qual a lei atribuiu o encargo de coordenar as atividades dos órgãos de menor amplitude, localizados na estrutura dos Ministérios e dos órgãos não ministeriais, de elaborar a proposta orçamentária do Executivo e de controlar a execução do programa administrativo. Era o que mais urgente se exigia para assegurar aos trabalhos orçamentarios o imprescindível cunho de organicidade.

Em 1945, à vista dos resultados apurados, inclusive no que se refere à formação do indispensável corpo técnico, assumiu forma definitiva o provado esbôço do que se podia chamar de Sistema Orçamentário da União. Ficava assim a Administração pública aparelhada com um conjunto de órgãos permanentes, especializados nas tecnicas de elaboração, execução e contrôle do orçamento. Tal conjunto compunha-se do órgão central orçamentário — Divisão de Orçamento e Organização do D.A.S.P., — das Divisões de Orçamento dos Ministérios, e das Seções de Orçamento dos Departamentos de Administração, todos funcionando em estreita articulação com os órgãos de Pessoal, Material e Obras.

A êsse conjunto de repartições, liderado pelo órgão central orçamentário, cumpria examinar e estudar os planos de trabalho e os pedidos de dotações contidos nas propostas parciais das unidades orçamentárias. Um simples cotejo, porem, dos documentos específicos desta e das épocas anteriores, revela os magnificos resultados obtidos com a reforma realizada nos quadros estáticos e dinâmicos dos serviços em aprêço. Infelizmente, porém, tal índice de progresso e conquista técnica não foi devidamente mantido neste último quinquênio, como se fazia mister. E isto, por efeito de interferências de outros orgãos paralelos da Administração, que visando a melhorar o nível dos trabalhos, apenas conseguiram quebrar a harmonia do conjunto, no seu ponto mais fundamental, ou seja na unidade de comando. Este ligeiro retrocesso será devidamente eliminado, para que a fase da elaboração da proposta orçamentária possa processar-se dentro do necessário rigor técnico e da mais estreita cooperação.

Quanto às atividades de contrôle, encaradas sob o ponto de vista da técnica orçamentária, é preciso reconhecer que muito pouco se conseguiu até agora neste particular, em que pesem as tentativas empreendidas no decorrer do exercício de 1945. Mas nem por isso se pode esconder que, no que se relaciona com os interêsses do programa de ação governamental, é o contrôle concomitante, exercido pelos agentes categorizados do Executivo, o que mais se afirma como instrumento de correção administrativa. Consiste numa fiscalização direta e imediata, e se necessário, for, in loco, do emprêgo dos recursos concedidos, no sentido de apurar se os gastos com admissões de pessoal, aquisição de material, realização de serviços e execução de obras públicas estão sendo aplicados consoante os superiores interêsses da Administração, e o princípio de economia de meios para atender aos fins visados, disso resultando a devida apuração de responsabilidades, à base de critérios racionais.

Sem dúvida, a administração orçamentária do país estará a salvo de qualquer desvio prejudicial quando o concurso eficiente da fiscalização concomitante se juntar ao salutar contrôle do Congresso, exercido diretamente ou por intermédio do seu órgão auxiliar — o Tribunal de Contas, juiz da legalidade de todos os atos que importem obrigações financeiras para o Tesouro Nacional.

Meu Governo se encontra disposto a colaborar estreitamente com o Poder Legislativo em mais êsse importante setor da Administração federal. Não pouparei as medidas necessárias para retomar a série de providências tendentes a tornar o contrôle condomitante uma realidade, contribuindo assim para assegurar ordem, eficiência, moralidade e rendimento no emprego dos dinheiros públicos.

Administração de Pessoal

Em meu anterior período governamental, foi implantado o sistema do mérito na Administração Federal, não só como medida de moralidade mas tambem como fator de eficiência e economia.

O acesso aos cargos e funções passou progressivamente a obedecer ao critério democrático dos concursos e das provas de competência. Mediante apurações objetivas, eram os mais capazes os escolhidos pelo Governo para ocuparem os cargos e as funções públicas. Operou-se, assim, em matéria de seleção de pessoal, uma verdadeira revolução. O Governo, com energia, vinha escoimando a Administração pública de defeitos seculares, emancipando-a do personalismo, da patronagem politica e das clientelas eleitorais. Os benefícios de tal regime eram nitidamente perceptíveis. Ganhou alto prestígio o exercício de cargos e funções públicas, elevado moral ostentavam os servidores do Estado em sua conduta funcional, e muitos serviços públicos passaram, de fato, a ser conduzidos com maior economia e eficiência. Por outro lado, as oportunidades oferecidas frequentemente pelos concursos e provas estimularam, entre os jovens, não só a confiança no esfôrço, como o gôsto pelos estudos especializados e, em consequencia, um maior ajustametno do sistema educacional às necessidades efetivas do país, tradicionalmente viciado no academicismo e no bacharelismo.

Vale ressaltar que a implantação do sistema do mérito representou um passo à frente na evolução historica do Brasil. Representou a vitoria do principio da democracia sobre o princípio da oligarquia e dos clãs politicos, persistentes em confundir a coisa pública no seu patrimônio particular, e secularmente habituados a fazer da administração um instrumento de seus interêsses privados.

A essência do pensamento político atual, que deve impregnar todo o organismo do Estado, é, precisamente, um propósito contrário ao coronelismo, e ao privatismo de certos grêmios politicos e grupos oligárquicos: é a idéia de que o trabalho é o instrumento, por excelência, de elevação social do cidadão; de que a cada um é garantida a oportunidade de, pelo seu esfôrço e pela sua capacidade, conquistar o seu lugar na hierarquia social. Daí ser a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema do mérito um ponto básico do meu Governo.

Cargos e funções foram ultimamente criados e preenchidos, como é público e notório, em desobediência não só a princípios de moralidade administrativa, mas com infringência de normas legais e de seleção científica de pessoal. Subverteram-se as escalas de vencimentos e salários, o sistema de remuneração, consagrando-se o favoritismo pessoal e de grupos, em franco desrespeito à equidade, e com pesado ônus para o Tesouro. Outrossim, admitiram-se servidores sem a observância legal da apuração de capacidade. Tais fatos suscitaram no meio dos servidores do Estado o aparecimento de tensões psicológicas, o açodamento reivindicatório, a descrença nos processos regulares de elevação funcional, o desânimo generalizado, tudo isso resultando na quebra do moral do funcionalismo e na perturbação da boa ordem dos trabalhos administrativos.

Em consequência disto, decidiu o Governo determinar, como era do seu indeclinável dever, em obediência ao proprio clamor da opinião pública, a apuração e correção das irregularidades e deformações praticadas no setor de pessoal, a fim de repará-las, sem prejuizo dos direitos perfeitamente configurados.

FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

Ressentem-se os órgãos técnicos da carência de pessoal especializado.

O rendimento do trabalho de muitas repartições importantes está prejudicado por êste fato. O sistema educacional brasileiro não atende às necessidades de mão-de-obra especializada do país. Carece o nosso ensino superior de institutos de ensino e pesquisas no setor da economia e das ciências administrativas,

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior)

em número suficiente aos reclamos do meio e com equipamento adequado. O Governo pretende realizar vasto programa de formação de mão-de-obra técnica e de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal, não somente para suprir deficiências de pessoal da Administração Pública, como tambem as das atividades privadas. E' mister promover o reequipamento das bibliotecas oficiais, reunir em conferencias e conclaves frequentes os estudiosos de problemas nacionais, de todo o país, a fim de que se difundam, com proveito de todos, os novos conhecimentos e as experiências bem sucedidas. O Govêrno reencetará o programa de bôlsas de estudos, estágios e viagens ao estrangeiro, oferecidas a profissionais no interêsse do seu aprimoramento. Uma das formas do auxilio federal será estender aos Estados e Municipios os beneficios do programa de treinamento e previsão. Urge aperfeiçoar o nosso aparelho de documentar a eficiência de seus serviços.

Administração de Material

A administração de material vinha evoluindo normalmente, dentro de uma sistemática, até o ano de 1945.

A exemplo do que as nações mais avançadas faziam, procurava-se, no Brasil, pôr em prática métodos racionais de administração de material. Assim, a simplificação dos materiais, a normalização dos processos de aquisição, a especificação e a padronização constituiam preocupações constantes do Governo.

Esses trabalhos tiveram, inclusive, saudável efeito no sentido do progresso industrial do país, através da padronização.

Sofreu, entretanto, o sistema várias alterações, tendo sido interrompidas as atividades de pesquisa e os estudos de racionalização dos materiais, que vinham sendo realizados em ritmo progressivo. Impõe-se, no presente, não só a revisão dos procedimentos em uso, como tambem a elaboração de novas leis que restabelecam a sistemática antiga e permitam sua evolução.

Documentação e informações

A documentação é primacial instrumento da continuidade, do planejamento e do contrôle do trabalho administrativo.

Tanto quanto possivel, aos serviços oficiais de documentação incumbe oferecer às autoridades informações as mais completas, que permitam a continuidade das iniciativas bem sucedidas. Os relatórios devem constituir uma prática regular dos que são responsáveis pelos diversos setores da Administração, observadas normas adequadas, e vazados, quanto possivel, em forma acessivel à compreensão pública.

Avulta de importância, no momento, a documentação estatistica, pelo seu caráter de instrumento imprescindivel de planejamento que o Governo vai levar a têrmo, a fim de que possam incretação estatistica, ainda deficiente, apesar de seus notáveis progressos nos últimos anos.

Uma das preocupações fundamentais do Governo é facilitar ao público o conhecimento de seus atos, bem como apurar sistemàticamente os resultados das atividades dos serviços do Estado. Cabe, portanto, às repartições de documentação completar essa tarefa, elaborando, com presteza e oportunidade, trabalhos de divulgação, não só para o Congresso, mas para o grande público, até mesmo como um instrumento de preparação da cidadania.

Estatistica

Cumpre destacar, pela particular importância de que se reveste, o sistema estatistico.

A experiência de três lustros de proficua atividade está demonstrando o acêrto da estruturação dada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica, a qual, respeitada a autonomia de cada Governo no que concerne à parte administrativa, submete a uma única orientação técnica as atividades especificas das repartições de estatistica ou geográficas e as aproveita em beneficio dos interêsses comuns.

Essa "cooperativa para fins de administração pública" goza de apreciável vitalidade, graças, principalmente, ao apoio que lhe asseguraram os Municipios, a última órbita governamental, aliás, a integrar o sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. E' de esperar que se removam os embaraços surgidos, de parte de algumas prefeituras, na execução do convênio relativo às agências municipais de estatistica.

Tem-se registrado ano a ano progresso na técnica dos levantamentos e elaborações estatisticas, particularmente no que se refere à demografia. Entretanto, muito há o que aperfeiçoar, simplificando em alguns casos os inquéritos, ou evitando duplicações no sentido de obter uma coleta segura e rápida dos dados, elaborados e divulgados prontamente, como instrumentos de oportuna informação e orientação dos poderes públicos e dos particulares.

E' de notar que as estatisticas econômicas ainda não permitiram um levantamento adequado e regular da renda nacional.

As condições do país não facilitam as tarefas das organizações estatisticas, mas, por outro lado, essas próprias dificuldades e o precário estado do conhecimento dos fatos da vida nacional impõem um esfôrço acelerado de aperfeiçoamento das estatisticas econômicas e sociais.

Plano Salte

O Plano Salte é mais uma tentativa de ampliar os investimentos governamentais, e de fazê-los escapar ao anacrônico regime normal de contabilidade pública. A associação de programas diversos, embora paralela a programas outros da mesma natureza, que continuam no orçamento ordinário, representa uma orientação louvável. A coordenação entre os programas, contudo, mesmo dentro do Plano, é quase inexistente. Revela, acima de tudo, notar que suas bases financeiras são precárias, ou inexistentes, visto que o proprio orçamento ordinário vem fortemente desequilibrado e sem cobertura para os seus repetidos e crescentes deficits. Assim, não há, nem na receita ordinária, nem no crédito público, possibilidade de financiar tal lista de obras e de serviços e encargos. A Lei n. 1.102, entretanto, permite razoável elasticidade na sua execução, de modo que ao Executivo será possivel imprimir a orientação mais indicada. Diante da impraticabilidade ou da inconveniência de sua execução completa, pelas razões acima, a lei se reduz a uma autorização ao Executivo de utilizar créditos consignados no orçamento comum, sob um regime diferente, ou de lançar no mercado titulos da divida pública. Essa autorização só pode ser aproveitada para aqueles projetos que sejam de reprodutividade imediata, tendo em vista as circunstâncias que estamos atravessando, ou que sejam de interesse fundamental para a Nação.

Afigura-se, portanto, necessário estabelecer um regime de prioridade na utilização das dotações do Orçamento, bem como do crédito, de modo a evitar consequências ruinosas.

O setor Alimentos, que ainda não teve sua execução iniciada, deverá merecer particular atenção quanto a seus programas fundamentais.

Estabelecidas as áreas que, de preferência, deverão ser atacadas, cumpre harmonizar os programas dos vários setores para atingir os objetivos econômicos do Plano. As obras e serviços já executados nos setores Saúde, Transportes e Energia, embora tenham constituido realizações de valia, não apresentaram as caracteristicas de coordenação e harmonia indispensáveis ao melhor aproveitamento dos recursos financeiros. Oportunamente se deverá cuidar da revisão da Lei n. 1.102 e de todo o orçamento de investimentos do Governo, tendo em vista aperfeiçoar a técnica orçamentária, coordenar todos os programas e ajustá-los às reais condições e necessidades da finança pública e da economia nacional.

Situação Econômico-Financeira

Finanças Públicas

Em confronto com os dados gerais da economia nacional, as finanças públicas apresentam evolução menos satisfatória e nos convencem de que vêm sendo um entrave ao seu maior desenvolvimento.

O "deficit", sem cobertura, na execução orçamentária do último quinquênio, foi de 9,7 bilhões de cruzeiros; e em tão vultosa cifra não estão ainda incluidas as despesas extra-orçamentárias, autorizadas pelo Govêrno, utilizando fundos especiais e diluidas em geral nas contas do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil. Como se verá adiante, o "deficit" do exercicio de 1950, já verificado, é de 4 bilhões e 297 milhões de cruzeiros.

Para 1951, conforme demonstração a seguir, está previsto no orçamento ordinário um "deficit" convencional de 3,5 bilhões, mas os encargos realmente passados para o corrente exercicio, sem cobertura prevista, elevam-se a 9,9 bilhões, sem contar os créditos inevitáveis. Esses algarismos ressaltam a seriedade da presente situação financeira, cujo desequilibrio, nos ultimos anos, se vem acentuando, sem que tenham sido adotadas oportunamente as medidas convenientes.

No âmbito estadual e municipal, a situação é, em alguns casos, mais precaria. Vale ressaltar que o total dos "deficits" da União, Estados e Municipios para 1951, só nos orçamentos ordinários, está estimado em mais de 5 bilhões de cruzeiros, em orçamento conjunto de 40 bilhões.

Destarte, conquanto os investimentos públicos apresentem em muitos casos o caráter do que se convencionou chamar despesa reprodutiva, vi-me obrigado, nos primeiros dias de governo, a efetivar compressões de despesas que, em parte, virão sacrificar a execução do programa de inversões para 1951. E que se imponham iniciativas imediatas para o saneamento financeiro, enquanto medidas de maior alcance pudessem ser estudadas, visando ao restabelecimento futuro do equilibrio entre a receita e a despesa, sem prejuizo dos empreendimentos projetados.

Tais dificuldades do Erário devem ser entendidas, em parte, como consequência de um fenômeno natural nos paises de insuficiente desenvolvimento econômico: a carência de capitais disponiveis para os empreendimentos privados estreita o campo tributário, resultando que a tributação não pode atingir a percentagem que alcança em outros paises relativamente à renda nacional.

Por outro lado, um país em desenvolvimento requer grandes investimentos básicos, de carater público, e aparelhamento técnico do Estado para dar a melhor aplicação aos recursos extraidos da comunidade.

Antes, porém, de apelar para uma elevação dos impostos, em têrmos justos, a qual de maneira alguma deverá afetar o custo da vida, meu Govêrno procurará aperfeiçoar o mecanismo arrecadador, de que resultará — estou certo — considerável aumento da produtividade tributária, mesmo sem excessos de fiscalização, mas apenas pela racionalização dos serviços especificos e desenvolvimento de melhores relações com os contribuintes.

Um dos mais perniciosos defeitos da organização do Tesouro deriva da confusa administração tributária. Cogita o Governo de dar nova feição a êsses serviços, a fim de assegurar, pela centralização da direção, a indispensável uniformidade de critérios na execução das leis tributárias e, por conseguinte, o máximo de eficiência na arrecadação.

Por outro lado, serão garantidas aos contribuintes maiores facilidades para a satisfação dos seus deveres fiscais.

O aumento das receitas públicas depende substancialmente da atuação dos agentes da fiscalização, que devem, antes de tudo, orientar e instruir os contribuintes quanto ao fiel cumprimento das suas obrigações fiscais.

O empirico sistema arrecadador da União funciona através das exatorias federais, que formam uma extensa rêde a cobrir todo o território nacional. Como órgãos arrecadadores primários, têm estas exatorias servido como solução razoável, se atentarmos para as dificuldades oriundas da grande extensão territorial do País, a carência de meios de comunicação e transportes, e a diversificação das zonas geo-econômicas, mas cumpre rever sua experiência.

Sistema tributário

É sabido que os tributos diretos — cujo paradigma é o impôsto sôbre a renda — são, em regra, os mais desejáveis socialmente, pois que, por serem pessoais, não são passiveis de repercussão. Já os gravames indiretos — de que o impôsto de consumo pode servir de modêlo — oneram a grande massa popular, e se prestam a sub-repticios aumentos do custo da vida.

Tradicionalmente, o impôsto de consumo — que grava indistintamente tanto a caixa de fósforos, como os artigos de luxo, representava a coluna-mestra da nossa receita fiscal, concorrendo com a maior parcela de nossas rendas tributárias.

Em meu Govêrno anterior, procurei atenuar êste maleficio, pela sua profunda injustiça social. Este o motivo que me levou às sucessivas reformas do impôsto sôbre a renda, de que decorreria ter chegado êste tributo a concorrer em 1944 com a maior parcela das rendas tributárias. A mingua de medidas saneadoras, eis que a situação retomou os antigos caracteristicos, sendo que hoje a produtividade do impôsto de consumo voltou a ultrapassar em milhões as cifras do impôsto de renda.

É certo que medidas governamentais majoraram as taxas do tributo. Todavia, a causa principal de tal fenômeno reside essencialmente na incapacidade administrativa do sistema arrecadador do impôsto sôbre a renda.

O fato de 73% da arrecadação do impôsto de renda provirem do Distrito Federal e do Estado de São Paulo, ainda que tal se explique, em parte, pela concentração do poder econômico nessas regiões, mostra a conveniência de ser acentuada, cada vez mais, a descentralização da execução dos serviços do impôsto de renda.

Com as melhorias que serão introduzidas nêsse setor e com a decidida orientação de eliminar as sonegações, a arrecadação dêsse tributo poderá registrar considerável aumento em relação aos niveis até agora obtidos, voltando a representar a principal fonte das rendas tributárias.

Ao lado dos impostos diretos sôbre a renda percebida, a profissão e a propriedade, justifica-se a cobrança dos impostos sôbre a renda consumida, que, no nosso sistema tributário, assumem principalmente a forma indireta do impôsto de consumo, do sêlo e da importação.

A legislação brasileira sôbre o impôsto de consumo vem sendo aperfeiçoada e constitui, tècnicamente, a parte menos vulnerável do nosso sistema tributário.

A prática dêsse tributo, todavia, deverá ser realizada com prudência e sabedoria, orientada no sentido de isentar os artigos de primeira necessidade, para taxar de preferência os produtos menos essenciais à vida das populações. Essa diretriz, consubstanciada na Constituição, condiz com o espirito do Govêrno.

Por outro lado, salvo algumas modificações que a experiência venha a recomendar, pode afirmar-se que a produtividade do impôsto deverá ser aumentada em decorrência de fiscalização mais intensa e assidua nos pontos em que se manifesta a possibilidade de sua evasão.

Quanto ao impôsto de importação, vale salientar que sua arrecadação, não obstante a anormalidade que caracterizou, no último decenio, o comercio internacional, não vem mantendo a necessária correspondência com o valor das importações.

Esse fato decorre, em grande parte, de possuirmos tarifa predominantemente especifica, pois apenas excepcionalmente é que se faz a cobrança do tributo por meios de taxas *ad-valorem*. Daí o desequilibrio, pois que a elevação do valor das mercadorias importadas, sobretudo em nossa moeda, reduz, de fato, a incidência real dos direitos especificos, já que essa forma de taxação não se ajusta, como acontece com as taxas *ad-valorem*, às flutuações do poder aquisitivo da moeda.

Daí verificar-se constante declinio da importância relativa do impôsto de importação no conjunto da receita tributária. Assim é que, em 1929, o impôsto representava 42,16% de nossas rendas tributárias; em 1937 chegava a 33,89%; em 1945, a 11,59% e, em 1949, a apenas 9,49%.

A nossa Tarifa das Alfândegas carece, no entanto, de atualização. Para êsse fim, cogita o Govêrno de instituir uma comissão, da qual farão parte funcionários especializados e representantes das classes interessadas no assunto, para estudar detidamente a reforma da nossa pauta aduaneira e elaborar o projeto a ser submetido, oportunamente, ao Congresso Nacional. O enorme avanço tecnológico, determinando o aparecimento de novos e numerosos produtos, impõe amplas modificações na nomenclatura atual. Além do mais, a expansão do nosso parque industrial exige tratamento mais adequado das matérias primas importadas. A forma de taxação — especifica, *ad-valorem* ou mista — constituirá, também, objeto de estudo da referida Comissão, pois é matéria de alta complexidade técnica, em face das dificuldades inerentes ao contrôle fiscal.

Ao contrário dos direitos de importação, o impôsto do sêlo vem contribuindo, apreciàvelmente, nos últimos anos, para o fortalecimento da receita pública. No último qüinqüênio, de menos de 1,2 bilhões em 1946, passou a quase 2 bilhões em 1950. As perspectivas no tocante à arrecadação dêste tributo, no corrente exercicio, são favoráveis, quer em virtude da atual conjuntura, que é propicia à prática de atos juridicos e operações financeiras determinantes do pagamento dêsse impôsto, quer em razão das medidas de contrôle fiscal que, no caso, têm importância fundamental.

O sistema tributário deve ser objeto de estudos aprofundados do Executivo e do Legislativo, no sentido de aperfeiçoá-lo como instrumento de arrecadação de recursos para os fins tradicionais do Estado e para o seu programa de inversões públicas, bem como de contrôle monetário, adaptando-o outrossim às necessidades de desenvolvimento econômico e social.

Politica orçamentária

Em sua última mensagem ânua ao Congresso, meu antecessor capitulou a questão do Orçamento federal entre os aspectos negativos do Govêrno, salientando haver nos erros da Administração uma responsabilidade solidária do Executivo e do Legislativo. Sôbre tal co-responsabilidade, o Executivo argüia a necessidade urgente de reaparelhar a administração federal dêste setor, pois não era possivel continuar, em matéria orçamentária, a valer-nos de instrumentos de trabalho antiquados.

Não se pode negar, porém, que o Govêrno deixára, em 1945, um sistema orçamentário, que representava grande avanço. No periodo decorrido entre 1938 e 1945, o Orçamento evoluiu paralelamente às iniciativas de racionalização do Serviço Público Federal, concentradas as atenções principalmente sôbre suas caracteristicas técnicas.

A partir de 1947, todavia, do Orçamento da União ingressaria inegàvelmente em nova fase, pois que teria de enfrentar as novas condições resultantes da recomposição dos quadros politicos.

Infelizmente, os primeiros contatos do Executivo com o Congresso, a respeito da matéria orçamentária, prenderam-se de regra aos aspectos negativos da questão, esboçando-se logo uma improficua desarticulação, que iria culminar em 1949, quando o Presidente da República não sancionou nem vetou a lei orçamentária, que foi promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

Por outro lado, no seio do Executivo travou-se luta estéril pela hegemonia da elaboração orçamentária, durante a qual se tumultuou a técnica orçamentária com visivel desprestigio para a Administração Pública, que chegaria a elaborar, em 1950, duas propostas orçamentárias, coincidentes apenas quanto ao otimismo na previsão de *superavit*.

Relembro aqui êstes fatos, todos êles do domínio público, porque julgo devermos retomar o caminho trilhado anteriormente, conquanto não o fechemos para os aperfeiçoamentos indicáveis pela experiência.

Embora a Constituição de 1946 tenha procurado conciliar a atuação do Executivo e do Legislativo quanto à elaboração e execução orçamentária, na prática se têm verificado falhas, para o que julgo importante chamar vossa atenção.

Em primeiro lugar, lembraria a inconveniência do art. 74, que manda prorrogar o orçamento em vigor, no caso de não haver sido enviado à sanção o projeto do futuro orçamento. Saliente-se que a norma anterior, nêste ponto, era mais flexivel e objetiva, quando prescrevia dever o Presidente da República sancionar o novo orçamento na base das últimas votações do Congresso, caso êste excedesse os prazos previstos para o seu pronunciamento.

Por outro lado, são incontornáveis as dificuldades acarretadas ao Executivo, pela exigência consubstanciada no art. 87, n.º XVI, que estipulou seja a remessa da proposta do Executivo efetuada dentro de dois meses após o inicio de cada sessão legislativa. Tal exigência impõe grande antecipação para o cálculo das estimativas (quase um ano), obrigando o Executivo a enviar ao Congresso uma proposta meramente formal — e já obsoleta — não só passivel de revisão geral, mas em certos pontos de reelaboração definitiva.

Este vicio de origem tem facultado ao Congresso ampla liberdade para modificar os quadros das despesas, principalmente nos setores das obras públicas, auxilios, contribuições e subvenções — atendendo as aspirações parciais, muitas vezes justas, mas não baseadas no exame da situação geral. Não há dúvida de que as vantagens por tal meio obtidas têm, por vezes, profundo interêsse humano. Todavia, por desviarem recursos de aplicações básicas, tumultuam o esquema nacional das atividades do Govêrno, agindo como anacrônica e condenável cauda orçamentária.

Quanto às subvenções especiais, devo lembrar que os orçamentos de 1938 a 1946 só as consignavam mediante existência prévia de lei. Só excepcionalmente alguns auxilios eram concedidos. Esta prática, porém, foi logo subvertida no Orçamento de 1947.

É pensamento do Executivo reatar os estudos de tão relevante matéria, a fim de apresentar ao Congresso normas que voltem a disciplinar êste importante setor das finanças públicas.

Execução orçamentária

Ao assumir o Govêrno, determinei rigoroso balanço da situação financeira. Embora ainda haja pontos secundários a esclarecer, o Ministro da Fazenda já apresentou, há duas semanas, documentada exposição sôbre a grave situação do Tesouro. Cumpre ressaltar que, pela primeira vez, são apuradas as contas do exercicio financeiro anterior, ainda no mês de fevereiro, a tempo de figurarem nesta Mensagem ânua.

A Lei n.º 961, de 12 de dezembro de 1949, que orçou a receita e fixou a despesas para o exercicio de 1950, previu o *deficit* de Cr$ 3.515.188.784,00, assim demonstrado:

	Cr$
Receita estimada	18.775.228.000,00
Despesa fixada	22.290.416.784,00
Deficit	3.515.188.784,00

Foram, porém, concedidos créditos adicionais que, somados, elevaram a despesa a Cr$ ...... 24.738.357.163,00, como se poderá verificar do seguinte quadro.

	Cr$	Cr$
Orçamento	22.290.416.784,00	
Menos: Alterações	7.655.893,40	
	22.282.760.890,60	
Mais: Alterações do Tribunal de Contas	8.722.533,70	22.291.483.424,30
Créditos adicionais:		
Suplementares		63.275.006,90
Especiais		2.373.398.732,00
Extraordinários		10.200.000,00
Total		24.738.357.163,20

Confrontada a parcela da receita prevista com a da despesa total autorizada, encontra-se o *deficit* presumivel que se expressa em Cr$ 5.963.129.163,20, resultante da receita estimada de Cr$ 18.775.228.000,00 e da despesa total autorizada de Cr$ .. 24.738.357.163,20.

A previsão da receita para 1950, baseada no estudo das possibilidades reais e nos indices oferecidos pela arrecadação dos exercicios mais próximos, e, também, no comportamento da do exercicio de 1949, foi ligeiramente superada na execução, oferecendo um afastamento inexpressivo de pouco mais de 3%.

Nas rendas tributárias, principal fonte da receita, com exceção do parágrafo da "Importação", como era de esperar, em face do regime de licença prévia, todos os demais superaram os quantitativos inscritos na lei de meios, classificando-se, por ordem de grandeza dos excessos, o "Impôsto de Consumo", "Impôsto de Sêlo", "Impôsto de Renda" e, finalmente, os "Impostos que competem à União nos Territórios". Dos demais capitulos, sòmente o de "Diversas Rendas" excedeu ao previsto, ficando aquém da previsão as "Rendas Patrimoniais", as "Rendas Industriais" e a "Renda Extraordinária".

A despesa realizada à conta das dotações orçamentárias, consideradas as alterações no orçamento, e dos créditos suplementares, importou em Cr$ .... 21.278.075.583,60, deixando, assim, um saldo de autorizações expresso em Cr$ 1.103.749.170,30. Todavia, incluidos os demais dispêndios realizados à conta de créditos especiais e extraordinários e sem crédito, a despesa já realizada elevou-se a Cr$ ...... 23.669.854.385,10, determinando o vultoso *deficit*, já verificado, de Cr$ 4.297.066.064,70, que resulta do confronto da receita classificada com a despesa efetuada, como segue:

	Cr$
Receita	19.372.788.320,40
Despesa	23.669.854.385,10
Deficit já verificado no exercicio	4.297.066.064,70

Devo salientar que os empreendimentos de grande vulto, não reprodutivos de imediato, atacados simultâneamente e sem condições financeiras favoráveis, respondem, certamente, por grande parte do resultado desfavorável apurado, que exigiu e exigirá ainda do Tesouro compromissos onerosos para cobri-lo, levando a que o Govêrno inicie suas atividades num regime rigoroso de compressão de gastos.

O excesso das despesas não foi atendido com o apêlo ao mercado de titulos públicos, mas recorrendo sobretudo à emissão de "Letras do Tesouro", não resgatadas em 1950, no valor de Cr$ 2.000.000.000,00, e levadas a redesconto, ao lado de outros recursos do Banco do Brasil, e à transferência de pagamentos para o corrente exercicio.

O débito do Tesouro ao Banco, que era, em outubro de 1945, de 977 milhões de cruzeiros, atingiu a 31 de dezembro de 1950 o montante de 9 bilhões e 256 milhões, dos quais 8 bilhões e 316 sem qualquer cobertura. A 31 de janeiro, a posição do Tesouro no Banco se havia agravado.

Perspectivas para 1951

Quero salientar-vos que recebo o Govêrno do País enfrentando angustiosa situação financeira, em que ressaltam os seguintes encargos taxativos:

		Cr$
a)	*Deficit* previsto no orçamento de 1951	2.318.021.431,00
b)	Créditos transferidos	183.210.451,00
c)	Créditos adicionais especiais autorizados e não abertos no exercicio anterior	2.135.397.656,00
d)	Novos encargos votados, sem receita correspondente, cujas despesas serão realizadas no corrente exercicio	.923.220.732,00
e)	Pagamentos obrigatórios não incluidos no orçamento	161.032.698,00
f)	Pagamentos obrigatórios insuficientemente incluidos no orçamento	107.580.400,00
	Total	.818.463.368,00

A fim de melhor esclarecer o quadro acima, especifico algumas das parcelas que o integram:

Novos encargos votados, sem receita correspondente

		Cr$
1.	Lei n.º 200, de 30-12-1947 (Extensão de beneficios)	50.000.000,00
2.	Lei n.º 1.254, de 4-12-1950, que dispõe sôbre o sistema federal de ensino superior (excesso sôbre a receita)	88.000.000,00
3.	Lei n.º 1.293, de 27-12-1950 — que reorganiza o serviço de inspeção de Coletorias Federais	85.220.732,00
4.	Lei n.º 1.316, de 20-1-1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (valor que se atribui aos compromissos, com base nos pedidos de suprimento)	.700.000.000,00
	Total	1.923.220.732,00

Pagamentos obrigatórios não incluidos no orçamento

		Cr$
1.	Acôrdo de empréstimos e arrendamentos	[illegible]3.600.000,00
2.	Acôrdo sôbre bens e excedentes de guerra ...	1.647.698,00
3.	Quota de aumento de capital da Fábrica Nacional de Motores	55.785.000,00
	Total	161.032.698,00

Pagamentos obrigatórios insuficientemente incluidos no orçamento

	Cr$
Decreto-lei n.º 6.019, de 23-11-1943	
Para os empréstimos em libras (amortização e juros)	69.522.940,00
Para os empréstimos em dólares (amortização [illegible])	38.057.460,00
Total	107.580.400,00

Não se acha, porém, ainda completo o quadro da situação financeira do País, porquanto outros encargos terão de ser também computados, consoante discriminação abaixo:

		Cr$
a)	Restos a pagar de 1950	2.203.277.003,00
b)	Exercicios findos (cálculo da Diretoria da Despesa Pública com base em 130.000 processos ali existentes)	600.000.000,00
c)	*Deficit* de autarquias industriais (Comissão de Marinha Mercante, Estrada de Ferro Central do Brasil e Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional)	296.632.470,00
	Total	3.099.909.473,00

Com relação à letra c devo esclarecer que as demais autarquias, até o momento, não encaminharam os seus balanços relativos ao exercicio de 1950 à Contadoria Geral da República.

Destarte, mesmo admitindo que a receita orçamentária se efetive acima da previsão e que outros recursos venham fortalecer a posição da caixa, como os depósitos especificados e de diversas origens, forçoso é reconhecer que os encargos acima enumerados exigirão, de pronto, forte soma de numerário.

Para atender a uma modesta parte dos encargos acima referidos, cujo impressionante montante dispensa maiores comentários, deveria contar o Govêrno com a soma de Cr$ 2.100.000.000,00 proveniente de operações de crédito legalmente autorizadas, como antecipação de receita. Tal parcela, no entanto, já foi quase inteiramente utilizada, pois dela restavam, em 1.º de fevereiro próximo passado, apenas Cr$ .. 100.000.000,00.

Em resumo, o desequilibrio que ameaça a execução orçamentária e extra-orçamentária ascende, em 1951, a 9.918 milhões de cruzeiros, sem contar os novos créditos porventura abertos no decorrer do presente exercicio.

Os números acima revelam uma situação de inquestionável gravidade. Para enfrentá-la, determinou o Govêrno medidas rigorosas de compressão de despesas, mas essas providencias, que estão sendo tomadas na escala possivel, não bastam para superar o desequilibrio. O aumento da arrecadação poderá contribuir, no corrente exercicio, apenas com pequena parcela de recursos adicionais. Por outro lado, não é possivel, para efeitos imediatos, a majoração de impostos. Fora dos recursos estritamente orçamentários, a possibilidade de recorrer ao mercado de titulos públicos é sabidamente limitada. Assim sendo, a situação encontrada tornara talvez impossivel evitar de todo o apêlo às emissões não destinadas a redescontos legitimos.

Conto, no entanto, em que venceremos as dificuldades que se nos deparam, contando, para isso, com alto espirito de compreensão de tôdas as esferas de govêrno, o senso de responsabilidade dos poderes públicos e a colaboração do povo. Assim conseguiremos, após breve periodo de sacrificios, a normalidade financeira, — base indispensável para prosseguir, com maior segurança e celeridade, no caminho do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Divida pública

Divida externa

Quando assumi o poder em 1930, atravessava o País a maior crise financeira de tôda a sua história, sendo que, no campo da divida externa, o caos era completo. Naquela época, o Brasil não conhecia ao menos o montante de seus compromissos externos e as remessas eram baseadas nas estimativas que os próprios banqueiros nos apresentavam.

Por falta da mais rudimentar escrituração e do conhecimento até dos textos contratuais, estava fora de qualquer fiscalização o movimento das contas de empréstimos. E o crédito brasileiro, em praças estrangeiras, era quase nulo.

Inaugurada a nova fase politico-administrativa, foram iniciados os trabalhos da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, de que resultou a reunião de todos os contratos de empréstimos e o estabelecimento da contabilidade indispensável. Apurou-se, então, que o saldo devedor, em circulação a 31 de dezembro de 1930, se elevava à soma de £ 267 173 476 (quase dez vezes o orçamento federal) que representava a herança legada pelos governos passados.

Sem desfalecimento, e depois de longos trabalhos, enfrentando as mais graves dificuldades, firmaram-se as diretrizes que haveriam de nortear até hoje tôda a politica financeira do Govêrno no setor da divida externa. Assim, foram aprovados os esquemas de 1934 (Decreto n.º 23.829) e de 1940 (Decreto n.º 2.085) e que vieram culminar com o Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, ainda vigente, que regularizou definitivamente o problema dos empréstimos em libras e dólares.

Como corolário destas iniciativas foi interrompida a tendência ascensional do saldo devedor e estabelecida sua gradual diminuição.

Graças, portanto, à orientação firmada pelo meu Govêrno, baixou-se a circulação da divida externa brasileira ao valor atual £ 105 972 610, correspondente à quarta parte do orçamento federal.

Não foi, entretanto, por todos compreendido o critério estabelecido no Decreto-lei n.º 6.019 citado. Segundo seu próprio texto, que resultou de minuciosas ponderações, trasidas à luz quando dos entendimentos que o precederam, as alternativas "A" e "B", por êle oferecidas, traziam em seu fundo objetivos certos, dando a cada entidade devedora (União, Estados e Municipios) responsabilidades definidas em relação a seus compromissos. Desvirtuando êsses principios, a União vem fazendo os pagamentos totais dos serviços de juros e amortizações de todos em empréstimos externos federais, estaduais e municipais, quando sòmente cabe a ela responder apenas pelos do Plano "B" e somente na falta de pagamento pelos respectivos devedores. O Plano "A", porem, é da direta e exclusiva responsabilidade do devedor original. Como resultado dêsse procedimento, que é imperioso corrigir, devem os Estados e Municipios à União, pelos adiantamentos efetuados, a elevada soma de Cr$ 327.615.670,00.

Em relação à parte em francos da nossa divida externa, também foi no meu Govêrno que se realizaram os entendimentos básicos para a respectiva solução. Para nós, constituia um grave problema a situação dos empréstimos em francos-ouro e francos-papel. Visando saná-la, foram entabuladas conversações que resultaram no Acôrdo de Liquidação, assinado em junho de 1940. Com a guerra que se alastrava na Europa, atingindo frontalmente a França, forçoso foi suspender-se a execução daquele Acôrdo. Ao término da conflagração, foram reiniciados, em 1945, estudos para o estabelecimento de novo ajuste, o qual, totalmente concluido ainda em meu Govêrno passado, foi definitivamente firmado no limiar do Govêrno seguinte. Mas as diretrizes já estavam assentadas, e tenho satisfação em verificar que foram rigorosamente seguidas. Falta, apenas, fixar bases para o resgate de 307.282 titulos ainda em circulação e para a liquidação das discutidas obriga-

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior)

ções das Estradas de Ferro Vitória-Minas e São Paulo-Rio Grande. Uma Comissão Especial já está designada para ultimar as providências relacionadas com êste assunto.

A política no que respeita à dívida externa, traçada em meu Govêrno, veio assim assegurar à Nação o perfeito equilíbrio entre suas centenárias responsabilidades e a sua efetiva capacidade financeira.

Também na dívida interna, registra-se sensível redução da sua importância relativa. Esta parte da dívida federal, que representava há dez anos 140% da despesa, hoje não ultrapassa 45%, mau grado o grande acréscimo verificado com a emissão de obrigações de guerra.

Nos Estados e Municípios, a situação da dívida interna é menos folgada, tendo esta aumentado de 6,5 bilhões de cruzeiros, em 1945, para 12 bilhões, em 1949, último ano do qual se conhecem dados completos. Relativamente à despesa, representava, em 1949, 81% da despesa realizada no exercício.

Impõe-se o saneamento do mercado de títulos governamentais, mediante estabilização do poder aquisitivo da moeda e operações adequadas de *open market*, para as quais a Superintendência da Moeda e do Crédito já está, aliás, autorizada, desde 1945. Com tais providências, tornar-se-á possível o financiamento de parte das novas inversões governamentais pelo recurso dos capitais internos.

Certo descontrôle em vultosas emissões de títulos estaduais vem tornando difícil a organização do mercado, o que reclama nossa atenção para o estabelecimento das normas fundamentais de direito financeiro, previstas na Constituição, no sentido de não ser minada a unidade econômica da Nação.

Situação Monetária

Ao assumir o Govêrno, encontrei um volume de papel-moeda de 31 bilhões de cruzeiros, apresentando firme tendência a aumentar, pois só no último exercício as emissões montaram a 7,2 bilhões, que correspondem a um dos mais fortes incrementos verificados em tôda a história financeira do Brasil.

Nos últimos cinco exercícios, o acréscimo do papel-moeda em circulação atingiu 13,7 bilhões de cruzeiros, o que significa um aumento de 78% em relação a janeiro de 1946. Acompanhando tais emissões, a moeda escritural evoluiu de 23 bilhões a 49 bilhões. Se tomarmos os 16.909 milhões de moeda em circulação a 29 de outubro de 1945, e os 31.199, a 31 de janeiro último, intervalo entre os meus dois governos, o acréscimo foi de 14 bilhões e 290 milhões, ou seja, de 84%. Os meios de pagamento alcançaram a 31 de janeiro último a cifra recorde de 80,7 bilhões, mais 83% que a cifra consignada em 29 de outubro de 1945.

Esta expansão excede de muito o ritmo de aumento da produção, criando condições para o clima especulativo, no qual encontrei o País acarretando a alta dos preços, dos lucros e do custo de vida.

O motivo desta alta desordenada foi predominantemente o *deficit* na execução orçamentária.

E' certo que houve influência dos altos preços dos produtos de exportação, os quais, à falta de uma política monetária compensatória, teriam reclamado maior soma de redescontos. Os títulos redescontados subiram de 116 mil, em 1949, para 157 mil, em 1950, e seus valores, de 10,5 bilhões para 16,9 aproximadamente. Neste vultoso aumento, porém, as operações legítimas de redescontos foram relativamente limitadas. Além da cifra de 2 bilhões, que equivale à emissão para atender às aperturas dos cofres públicos, sob o título de empréstimo com a garantia de "letras do Tesouro", o avultado redesconto de títulos do Banco do Brasil resultou direta ou indiretamente das funções do Banco como financiador do Govêrno. De um saldo de operações da Carteira de Redescontos, no montante de 11,8 bilhões, apenas 2 bilhões foram redescontos a bancos particulares. Do restante, além dos 2 bilhões correspondente às "letras do Tesouro", a Carteira redescontou títulos do Banco do Brasil no importe de 7,7 bilhões.

No último exercício, o saldo na balança comercial, graças aos altos preços do café e de outros produtos, determinou um saldo no balanço de pagamentos. Os dados ainda provisórios das operações de câmbio revelam um *deficit* de 115 milhões. Entretanto, tal resultado contábil decorre do cômputo de avultados pagamentos governamentais em libras congeladas, não percebidas no exercício. Assim, efetivamente, o balanço de contas de 1950 fechará com um saldo positivo considerável. Não resta dúvida de que êste fato, por um lado favorável, explicaria em certa medida a inflação, se houvesse impossibilidade de importações compensatórias, e o financiamento de tal excesso de exportações só fôsse possível através de emissões.

Se o resultado do balanço de contas de 1950 pode ser uma parcial justificativa para a inflação, as condições que prevaleceram nos anos anteriores facilitavam extremamente o saneamento financeiro. Com efeito, até o penúltimo ano, o *deficit* no balanço de pagamentos, com a liquidação de cambiais pelo Banco por conta do Tesouro, e a liquidação dos estoques de produtos financiados, constituíram fatôres de absorção do meio circulante, e assim de correção da inflação. Tais fatôres, ao lado da normalização das importações essenciais e do reajustamento da produção interna, tornaram de tudo injustificável o processo inflacionário cujos efeitos estamos agora sentindo em cheio. Se tivesse havido o equilíbrio possibilitado pela conjuntura do comércio exterior e da produção, a economia brasileira poderia agora absorver ou amortecer a pressão inflacionária decorrente do saldo no balanço de contas de 1950.

Durante a última guerra, tivemos uma conjuntura inteiramente inversa: a dos saldos acumulados no comércio e no balanço de contas, obrigando o Govêrno à compra de vultosa massa de letras de exportação. Essa foi sabidamente a razão originária, dominante e insofismável das emissões então realizadas.

Há, no presente momento, retôrno estacional de numerário às caixas dos bancos. As emissões de papel-moeda estão sustadas, como era de esperar. E o Govêrno vem tomando medidas para reduzir ao mínimo as emissões impostas pelas condições financeiras prevalecentes e não determinadas pelos redescontos legítimos, que venham atender às necessidades da produção efetivada e sua distribuição.

Cabe, porém, anotar que o saldo que se supõe no balanço de contas de 1950 se registrou sobretudo em consequência das operações do fim do ano, e dêste modo os seus efeitos no sentido inflacionário só em 1951 estarão se exercendo em tôda a plenitude.

Crédito

A política creditícia seguida no último quinquenio caraterizou-se por drástico cerceamento dos recursos reclamados pela atividade econômica na fase inicial, com graves consequencias para a produção e circulação da riqueza, seguindo-se um período de ampliação do crédito, que foi imprudente pela desordenada aplicação dos recursos.

O contrôle de crédito se torna cada vez mais imperioso, em face das pressões inflacionárias internas e externas, cujo agravamento se deve prever, e da necessidade de encaminhar os recursos para a produção dos bens essenciais ao abastecimento, à segurança econômica e ao desempenho do nosso papel internacional.

CRÉDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

A Carteira de Crédito Agricola e Industrial do Banco do Brasil vem seguindo a orientação traçada quando do seu estabelecimento, em 1938. Os créditos concedidos no último exercício atingiram 3,3 bilhões à agricultura, 825 milhões à pecuária, e 905 milhões à indústria.

Os contratos em vigor a 31 de dezembro último atingiam, para a agricultura, 3,1 bilhões, para a pecuária, 2,7 bilhões, na sua maior parte em moratória e, para a indústria, 1,5 bilhões, em números redondos.

Os créditos concedidos à agricultura e à pecuária estão longe de atingir 10% do valor da produção agropecuária a preços de produtores, e os destinados à indústria ultrapassam por pouco 1% do valor bruto da produção industrial do País. Mostram estas cifras a necessidade de ampliar tais tipos de crédito especializado, para os quais os bancos particulares não estão habilitados suficientemente. No que toca à pecuária, devo acentuar, de logo, a necessidade de financiamento especial ao criador, saneando-se por completo as condições de crédito nesse setor básico para o abastecimento do País, de forma a permitir a ampliação da assistência financeira para fins nitidamente produtivos.

Já é tempo de rever a experiência da Carteira, cujo regulamento se tornou em vários pontos obsoleto, cuidando-de fornecer-lhe maiores recursos para uma atuação mais ampla e plástica em benefício da produção nacional.

Por outro lado, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, utilizando sua singular experiência, na posição estratégica que ocupa na economia brasileira, deverá ser aparelhada tècnicamente para orientar um crédito construtivo à produção nacional, no sentido de substituir importações e produzir exportações, bem como no de assegurar importações para manutenção no Brasil, em certo limite, de reserva de bens essenciais, numa conjuntura como a presente. Nesse programa, poderia agir em colaboração com as demais carteiras do Banco do Brasil. Resta mobilizar os recursos financeiros dentro das limitações nacionais a fim de assim realizar devidamente um dos objetivos para que foi estabelecida.

Situação cambial

Fixada a paridade do cruzeiro, em 14 de julho de 1948, de comum acôrdo com o Fundo Monetário Internacional, vem a cotação do mesmo sendo mantida oficialmente desde então em Cr$ 18,50 por dólar, apesar da desvalorização do esterlino, bem como de grande número de outras moedas.

Embora a taxa oficial tenha ocasionado dificuldades à exportação de vários produtos, e resultado, por outro lado, em maior procura de importações, o contrôle do câmbio e do comércio permitiu mantê-la.

As perspectivas de balanços de pagamentos favoráveis, com o agravamento da situação internacional, não suscetíveis de reforçar imediatamente a posição da nossa moeda, embora constituam perigoso potencial inflacionário interno. Não obstante, cumpre ainda encontrar fórmulas adequadas para assegurar o escoadouro a produtos de exportação, em condições de difícil competição internacional, e que não possam ser consumidos no País ou ter os seus recursos de produção transferidos para outras atividades produtoras.

Ao iniciar-se o ano de 1950, nossas disponibilidades no exterior eram de Cr$ 6.308.780.087,10. Ao encerrar-se o exercício, êsse saldo baixava a Cr$ .... 4.677.930.374,00. A diminuição nas moedas bloqueadas equivale a Cr$ 1.030.794.256,70, e teve por causa principal o resgate prematuro de títulos da Dívida Externa e a encampação do acervo da *Great Western*. Nas moedas arbitráveis, houve aumento correspondente a 142 milhões de cruzeiros, e nas moedas compensadas, diminuição de 131 milhões.

Registrou-se assim, em virtude dos preços do café e do cacau, por um lado, e do contrôle de importações, por outro, melhoria da nossa posição em dólares. Mas, enquanto isso, desequilibrou-se totalmente nosso balanço com a Inglaterra e a Argentina, depois de longo período de saldos positivos. Em consequência, apesar de se ter feito uma compra de libras por dólares, e de termos recorrido a um adeantamento de libras do Fundo Monetário Internacional, ainda não se conseguiu reequilibrar o balanço com a área esterlina. Extranhável foi que, nestas circunstâncias, tivesse havido açodamento na utilização de divisas que tinham seu descongelamento já convencionado.

Contrôle Monetária

Conforme já salientou o Govêrno, o enorme vulto das despesas governamentais, alimentadas com a emissão de papel-moeda, e a incompreensão da extensão dos fenômenos monetários muito contribuíram para impedir a ação da Superintendência da Moeda e do Crédito, estabelecida no meu Govêrno anterior para a coordenação e orientação da política monetária. A experiência evidenciou a falta de articulação administrativa para se alcançar o objetivo da lei que criou êsse órgão.

A Superintendência, devidamente prestigiada, deverá contribuir, de maneira decisiva, para uma salutar situação monetária. Cabe-lhe exercer uma ação eficiente no sentido de fortalecimento interno e externo da moeda, distribuição equilibrada e satisfatória do crédito, e saneamento das finanças públicas, sob a direção do Ministro da Fazenda.

Deverá assim a Superintendência proceder à previsão cuidadosa das necessidades de numerários do Banco do Brasil, em colaboração com êle, tendo em vista as safras, as épocas do ano e suas funções de agente e financiador do Tesouro. Concomitantemente deverá programar a concessão de crédito, para o atendimento crescente das reais necessidades da produção, com restrição paulatina e progressiva do crédito de caráter inflacionário.

E' indispensável ainda, para êsse fim, que se efetive a supervisão do Conselho da Superintendência sôbre os programas de investimentos ou de empréstimos das Caixas Econômicas, das instituições de previdências e das companhias de seguro e de capitalização.

Não é propósito interferir em administrações autonomas ou na esfera legítima da emprêsa privada, mas conjugar os esforços para o objetivo comum de combater a inflação, e não deixar sem contrôle os fatôres ponderáveis de perturbação monetária. Impedir-se-á, assim, que essas organizações possam atuar, inadvertidamente, em sentido oposto à orientação do Govêrno. A alteração nas práticas tradicionais de tais emprêsas públicas e privadas traz a vantagem de fazê-las contribuir melhor para o desenvolvimento geral do País — o que será favorável à expansão das suas atividades.

Deverá ser promovido o fortalecimento dos recursos monetários externos mobilizáveis, especialmente o ouro e as moedas conversíveis, por meio de sua rigorosa economia e pela adoção de medidas tendentes a evitar sua evasão para o mercado negro, mas sem prejuízo das importações essenciais, inclusive as que se destinem a prevenir o agravamento da presente emergência internacional.

Impõe-se a cooperação com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, no cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção, ratificada pelo Brasil.

Os preços, por fôrça mesmo das pressões inflacionárias não controladas, continuaram subindo em 1950. E, enquanto o custo da vida subiu 6%, os preços por atacado se elevaram em mais de 15%, refletindo sensivelmente o agravamento da inflação monetária. Os preços no mercado atacadista tendem a refletir-se nos preços a varejo, e assim no custo de vida.

De fato, em janeiro último, verificou-se a maior alta mensal dos últimos anos, tanto nos índices de preços de atacado como nos de custo de vida.

Diante dessa situação, atacará o Govêrno a forte tendência à alta dos preços simultâneamente nas três frentes: o contrôle monetário, o aumento da produção essencial e o combate sem tréguas à especulação, através de medidas diretas e de emergência. Neste sentido, espero a compreensão geral.

Comércio Exterior

O balanço comercial externo, em 1950, assinala uma mudança da maior significação para a conjuntura econômica do País. Graças à elevação do valor total das exportações, em confronto com as do ano anterior — 24,9 contra 20,1 bilhões de cruzeiros, ou 23,4% de aumento — as trocas externas acusam um saldo favorável ao Brasil da ordem de 4,5 bilhões, a julgar pelos dados referentes ao período de janeiro a novembro. Ora, o balanço vinha-se comportando deficitário ao País, desde 1947, com graves reflexos na economia interna, ameaçada de não se poder suprir regularmente no exterior, à falta de divisas.

Essa mudança resultou fundamentalmente da melhoria dos preços dos principais produtos exportados pelo País, já que os embarques de mercadorias nacionais para o exterior aumentaram, em tonelagem, tão somente de 2%, de um ano para outro. Simultâneamente, aumentaram os volumes das importações e reduziu-se o seu valor; os produtos brasileiros ficaram mais caros, enquanto os importados tornaram-se relativamente mais baratos.

Os têrmos de troca dos produtos nacionais melhoraram, portanto, sensivelmente, no ano passado.

Dividido o intercâmbio comercial em dois grandes grupos, quanto às respectivas áreas monetárias, nota-se, entretanto, que a modificação ocorrida em 1950 afetou preponderantemente as trocas no setor das moedas conversíveis — sobretudo o dos Estados Unidos da América — em que o Brasil obteve forte saldo, ao passo que, no das moedas inconversíveis — preferentemente o da Europa — tendiam a equilibrar-se.

Esse fato não deixou de acarretar consequências salutares, atenuando até certo ponto a chamada crise de dólares, tão aguda no ano de 1949. De outro lado, o intercâmbio com os países europeus e outros do hemisfério ocidental ficou fortalecido de alguma forma, retornando à posição registrada em períodos anteriores. Isso não obstante a ocorrência de deficits consideráveis no intercâmbio do Brasil com os seus dois maiores mercados da área de moedas inconversíveis — a República Argentina e a Grã-Bretanha. A cobertura dêsses deficits processa-se, contudo, em parte à conta dos saldos anteriormente acumulados em favor do Brasil.

No tocante aos produtos importados, a política de estímulo às importações essenciais e de cerceamento das dispensáveis ou supérfluas, é caminho acertado, não somente para melhor aplicar as disponibilidades de divisas do País, mas também para fomentar o desenvolvimento econômico nacional.

Quanto à exportação, cumpre ressaltar a importância crescente do café, do algodão e do cacau, em relação às vendas externas totais, à medida que os seus preços se elevam e que vários outros produtos enfrentam a concorrência internacional, principalmente na área das moedas inconversíveis. Pequena foi, por exemplo, a participação dos produtos elaborados e das manufaturas naquelas vendas em contraste com a animadora atividade dos anos anteriores, indicando a necessidade de firme apoio e estímulo à política de exportação dêsses artigos, tendo em vista a crescente importância da indústria do País. A mesma atitude de defesa e de expansão dos mercados deverá ser adotada em relação aos demais produtos exportáveis.

O maior consumo interno e a maior instabilidade das exportações determinaram a redução do volume destas, em vários setores. Dada a importância do comércio exterior para a economia do País, não deixa de ser vulnerável a nossa posição presente baseada na valorização externa dos principais produtos exportados. E' ponto primacial da política do Govêrno defender o atual estado de recuperação dos preços e dos têrmos do intercâmbio. Entretanto, cumpre sobretudo cuidar da ampliação da capacidade nacional de exportar um número cada vez maior de mercadorias, e da dilatação e estabilização dos mercados para os novos produtos.

Essa orientação, adequada à política de comércio exterior em épocas normais, justifica-se de maneira especial na presente conjuntura, em que o suprimento de artigos essenciais à manutenção da atividade nacional deve ser procurado em qualquer País que tenha possibilidade de atendê-lo. As perspectivas são, aliás, de nova inversão da balança comercial externa e, mesmo, do balanço de pagamento, à falta de disponibilidades exportáveis de bens essenciais no Brasil, nos mercados tradicionalmente fornecedores. Sob êsse aspecto, o grande saldo verificado na balança comercial, em 1950, constitui mau prenuncio para o ano em curso.

Cumpre, portanto, incrementar as aquisições externas de bens essenciais até mesmo com a consequente acumulação de estoques daqueles que se vão tornando escassos, assegurando-se ao País, por outro lado, através de acôrdos internacionais, o suprimento regular das mercadorias estrangeiras imprescindíveis à nossa economia, em face da conjuntura mundial.

Política Comercial

DIRETRIZES

Embora venha declinando em têrmos relativos, na medida em que se desenvolve o mercado interno, a participação do comércio exterior na renda nacional continua a ter um papel relevante. No desenvolvimento econômico do país e nas flutuações das atividades econômicas internas se refletem as vicissitudes das transações internacionais. E' indispensável para estabilizar e acelerar o ritmo do nosso crescimento econômico a expansão equilibrada do comércio exterior.

Efetivamente o desenvolvimento econômico requer crescentes importações de bens de produção, de vez que os rendimentos se elevam, também maiores volumes de importação de bens de consumo. Mas a ampliação das importações supõe um incremento da procura internacional para nossos produtos de exportação ao lado da entrada de capitais estrangeiros. Nossas exportações, entretanto, não se têm expandido numa taxa equivalente à demanda de importações e, de outro, não têm sido ponderáveis, nem estáveis, os influxos de capitais. Em consequência, tende a balança de contas do País a ser crônicamente desequilibrada, coarctando o progresso econômico interno. As nossas necessidades rígidas de importação, em contraste com a demanda instável de nossas exportações, forçam, salvo interrupções episódicas, a deterioração dos têrmos de intercâmbio, o que constitui um fator adicional na relativa diminuição de nosso poder de compra no exterior, e, assim, do próprio equilíbrio do balanço de pagamentos.

Nessas condições, a economia nacional, através de lento e descontínuo processo de adaptação, vem sofrendo uma transformação estrutural, que consiste essencialmente na substituição de importações pela produção doméstica e na diversificação das exportações. Esse processo, que se iniciou pela substituição das importações de manufaturas destinadas ao consumo, se prolonga na fase mais recente pelo crescimento de produção interna de bens de capital, antes importados. No setor das exportações foram avultando numerosos produtos, muitos dêles certamente de procura eventual, outros, porém, que se tornaram substanciais fontes de divisas, como o algodão, madeiras, sementes e óleos vegetais e outros produtos primários.

Um dos objetivos fundamentais da política econômica do Govêrno deve residir na criação de condições que facilitem o referido processo de adaptação, em conformidade com as tendências manifestadas, como a solução naturalmente indicada para assegurar não só o desenvolvimento econômico como o equilíbrio das relações econômicas internacionais.

A correção do desequilíbrio permanente do balanço de pagamentos importa em defender as iniciativas nacionais para garantia da expansão da produção substitutiva de importações, sempre que economicamente viável, em expandir as receitas de exportação e em assegurar um influxo estável de capitais estrangeiros.

Como se sabe, os saldos positivos do balanço têm efeitos inflacionários, enquanto que os saldos negativos tendem a repercutir deflacionàriamente. A estabilidade econômica interna requer ou a consecução do equilíbrio no balanço de pagamentos ou a adoção de medidas que compensem as suas projeções inflacionárias ou deflacionárias.

Portanto, é indispensável cuidar do aperfeiçoamento de mecanismos, como a Superintendência da Moeda e do Crédito, no sentido de relacionar a situação do balanço de pagamentos com medidas monetárias internas compensatórias.

Além disso, na situação mais frequente de deficits nos balanços de pagamentos, como a do período que vem da normalização do comércio mundial, depois da última guerra, a política que se impõe é a de estímulo às exportações e de seleção das importações, atribuindo-se prioridade às importações essenciais.

MEDIDAS BASICAS

Desde 1946, o Brasil vem participando de uma série de reuniões internacionais, destinadas a estabelecer normas que deveriam conduzir à disciplina e expansão do comércio mundial. Dos debates verificados resultou um projeto aprovado em Havana, em 1948, de uma Carta Internacional de Comércio e Emprêgo, o qual ainda não mereceu a ratificação dos principais países-membros e mesmo de seus patrocinadores, e um Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, ora em vigência provisória, que contém os dispositivos relevantes da mencionada Carta, particularmente os referentes à liberação do comércio, e as concessões multilaterais de tarifas negociadas pelos países participantes.

Ao ser assumida a responsabilidade da adesão do nosso País a esses instrumentos internacionais e aceitos os compromissos tarifários decorrentes das negociações não se procedeu a um balanço dos resultados e à sua avaliação crítica em face dos objetivos permanentes de uma política comercial. E' essa uma tarefa a que o atual Govêrno pretende dedicar-se com urgência, antes que seja solicitado a subscrição definitiva daqueles compromissos.

De qualquer modo, é lamentável que as obrigações tomadas provisoriamente levantem sérios obstáculos à revisão do nosso velho e anacrônico Código Aduaneiro, inadequado às novas condições econômicas do País e, sem dúvida, um óbice institucional ao nosso progresso. Certamente deveria ter sido uma tarefa preliminar, essencial à negociações mais fundamentais, a revisão nacional da Tarifa das Alfândegas tendo em vista o desenvolvimento econômico do País.

Não é de esperar, por obra das concessões obtidas pelo nosso País nas referidas negociações tarifárias, grandes ou razoáveis efeitos na expansão de nossas exportações, conquanto possa haver alguma influência benéfica sôbre a nossa capacidade de competição. De fato, consistindo em novas vendas sobretudo de produtos primários, dependem antes da elevação das rendas nacionais dos países importadores do que de reduções nos preços. Assim, tôdas as medidas, tomadas isoladamente ou na base da cooperação internacional para manter estáveis as rendas nacionais dos grandes países industriais têm compreensível interêsse para nós. Tais medidas podem constituir efetivamente uma das melhores formas de colaboração que essas economias nos podem proporcionar.

A expansão desejada de nossas exportações pode, entretanto, encontrar sérios óbices, se êstes países se empenharem, através de planos específicos, em que apliquem vultosas inversões, em desenvolver em outras áreas de situação colonial produções concorrentes com as nossas exportações. O Brasil encara com simpatia e interesse o desenvolvimento econômico de outras regiões, condição indispensável para a expansão do comércio mundial. Mas nota que a estimulada concorrência das áreas coloniais não parece servir aos interêsses legítimos dessas áreas — que devem repousar antes numa expansão econômica equilibrada que num desenvolvimento desproporcionado dos setores de exportação — e se processa em condições desvantajosas para os países independentes, exportadores de produtos primários. Assim é que elas têm uma situação de preferência aduaneira consolidada nos acordos internacionais, os salários ali vigorantes são comparativamente vis e, finalmente, aquelas inversões, acompanhadas da assistência técnica mais moderna, constituem realmente um subsídio de que não se beneficiam outras fontes de produção.

A concorrência dessas áreas, nas condições em que se desenvolve, não só pode repercutir negativamente nos planos de desenvolvimento dos países como o Brasil, como contribuir para agravar a tendência secular à deterioração dos têrmos de intercâmbio. Torna-se urgente assegurar uma relação razoável entre os preços dos produtos primários e os dos produtos manufaturados e estabilizar as correntes comerciais daqueles produtos. E' indispensável a presença de representantes nossos em tôdas as reuniões internacionais em que sejam examinados problemas relacionados com os interêsses dos nossos produtos basicos de exportação.

As condições e problemas do influxo de capitais necessários ao nosso desenvolvimento são referidos em outra parte desta Mensagem.

MEDIDAS CIRCUNSTANCIAIS

O Brasil passou a enfrentar desde 1947, uma situação deficitária no seu balanço de pagamentos. Essa situação, que era previsível, poderia ter sido prevenida, se não se tivessem interrompido os controles vigentes em 1945 no comércio exterior, justamente quando, ao contrário do que se fez, se tornava mister dar-lhes caráter mais geral. Porém sob o pretexto de conter a elevação do custo de vida, através da redução dos meios de pagamento e do aumento da oferta de bens de consumo, foram estimuladas as importações. Entretanto, como na época subsistisse a escassez de equipamentos e matérias-primas essenciais no mercado mundial, a liberação dos controles favoreceu as importações supefluas, e sobretudo a fuga de capitais, malbaratando-se as divisas penosamente acumuladas no exterior durante a guerra, e que deviam ser destinadas à reposição do desgastado parque produtivo do País e a retomar, com bases seguras, o curso do desenvolvimento econômico. Só em 1948, diante da gravidade da situação, subordinou-se ao regime de licença-prévia o intercâmbio comercial do País.

Preferiu-se à desvalorização cambial o emprêgo de controles diretos sôbre as transações externas.

A aplicação do regime de licença-prévia, instituído pela Lei nº 262, de 23 de fevereiro de 1948, e prorrogado pela Lei nº 842, de 4 de outubro de 1949, cuja preocupação primordial foi a de conter rigidamente as importações dentro do orçamento cambial que lhes era atribuído, evoluiu, à base da experiência da Carteira de Exportação e Importação e da Comissão Consultiva de Intercâmbio com o Exterior, no sentido da formulação de normas segundo as quais fossem contemplados os interêsses mais fundamentais da economia nacional.

Em atenção à crônica tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamentos, a manutenção dêsse instrumento é aconselhável, não mais apenas como um meio de emergência, mas associando-o, como um complemento essencial, a providências destinadas a encaminhar os recursos para aplicações mais produtivas.

Todavia, mais do que a eficácia dos instrumentos empregados na política do Govêrno em relação ao comércio exterior, foi a conjuntura favorável dos preços internacionais dos nossos principais produtos de exportação, o principal fator para a restauração dos saldos em nossa balança comercial. O Govêrno se empenhará em assegurar a posição conquistada por êsses produtos e espera contar para êsse fim com a cooperação internacional.

MEDIDAS EM FACE DA ATUAL EMERGENCIA

Os recentes acontecimentos internacionais começam a refletir-se no comércio mundial e na economia brasileira. Os preparativos de defesa das nações vêm alterar as condições de oferta e procura nos mercados mundiais. E' de presumir que, num prazo relativamente curto, a situação do balanço de pagamentos do País tenda a inverter-se. Antes mesmo de iniciar o mandato, atribuí importância primordial ao estudo dos problemas e das medidas relacionadas com as perspectivas internacionais, para tomadas em tempo oportuno as providências cabíveis, como já o vêm sendo, compensar os impactos negativos das novas condições sôbre a economia nacional.

No plano internacional, no que concerne ao aspecto econômico, procurará o Govêrno, através de entendimentos com as nações amigas, firmar compromissos que assegurem ao nosso País: suprimentos de matérias primas e equipamentos essenciais, a estabilidade de nossas receitas de exportação, e a manutenção do poder de compra dos saldos que porventura se formarem.

No plano interno, além das providências monetárias e fiscais, indicadas noutra parte, diligenciarei no sentido de promover uma política de estocagem de produtos essenciais; ampliar a capacidade de armazenagem; apressar a conclusão dos empreendimentos de relevante interêsse para a economia do País, dependentes de financiamentos externos, obtendo para êsse fim as prioridades para as importações indispensáveis.

A criação de monopólios internos, o desestímulo ao aperfeiçoamento tecnológico, a elevação especulativa de preços e demais consequências perniciosas do amortecimento da concorrência devem ser objeto da devida atenção, paralelamente ao contingenciamento da importação, a fim de que os efeitos do contrôle não se desvirtuem em detrimento dos interêsses coletivos.

Para isso, faz-se necessário que as funções da Carteira de Exportação e Importação, estabelecidas ainda no meu govêrno anterior, sejam cumpridas integralmente, conjugadas a uma política que vise ampliar a assistência técnica e financeira às nossas atividades básicas, inclusive em benefício da diversificação e do desenvolvimento da produção exportável ou que venha substituir importações vitais ao Brasil.

A natureza extremamente dinâmica dos problemas econômicos exige que a atuação da referida Carteira se ajuste às exigências das conjunturas que lhe cumpre atender, mas sem que se afaste ela de suas diretrizes essenciais. Tenho, entretanto, a lamentar que ultimamente, interpretando com otimismo os efeitos dos melhores preços alcançados pelo café e outros produtos, fontes de divisas fortes, a Carteira tivesse afrouxado a aplicação dos critérios que deveriam orientá-la, invertendo, em importações não essenciais ou simplesmente especulativas, disponibilidades exigidas por setores básicos da produção nacional.

O Govêrno tem conhecimento da utilização antecipada de quotas de câmbio em importações sem base econômica, mas oficialmente autorizadas, a qual prejudicará provàvelmente o atendimento adequado das necessidades básicas de importações liquidáveis em moedas escassas.

Louvando-se na gravidade da situação internacional, a execução do contrôle permitiu importações maciças de produtos não essenciais, sob os mais variados pretextos, inclusive o de estocagem. Em consequência, enfraqueceu-se notoriamente a confiança da opinião pública na administração dos controles do comércio exterior.

OPERAÇÕES VINCULADAS

A desvalorização da libra esterlina, em setembro de 1949, e o consequente reajustamento de outras moedas de curso restrito, que a acompanharam, vieram agravar a colocação no exterior dos excedentes exportáveis de muitos dos nossos produtos, sem preço para competir nos mercados internacionais. Procurou-se encontrar solução para o escoamento dessas mercadorias, que não podiam ser desprezadas sem que surgissem sérios problemas de ordem econômico-social para as regiões que as produziam. A justificativa foi a de que, através de operações vinculadas, o consumidor de artigos menos essenciais importados subsidiasse o produtor nacional, já que o Govêrno não podia assegurar, êle próprio, êsse subsídio. Uma das primeiras medidas do meu Govêrno foi suspender o emprêgo das operações vinculadas, não só porque verifiquei que já atendera, como medida precária e de emergência, às principais crises de escoamento de nossa produção, mas também porque as sucessivas elevações dos preços nos mercados internacionais não estavam sendo acompanhadas, como se fazia necessário, pela retirada do sistema, dos produtos que já haviam alcançado condições de competição. Ocorreram casos de patente nocividade aos interêsses da economia nacional, como o dos materiais estratégicos brasileiros da mais intensa procura nos mercados mundiais, cuja cotação chegava, em alguns casos, a duplicar no curso de uma semana, e que continuavam sendo permutados por automóveis, máquinas de lavar roupa e produtos semelhantes. O sistema estava dando margem à especulação, e não favorecia o reajustamento da produção às condições competitivas, na medida em que fosse possível. Era portanto, imperioso o reexame da situação, pois o sistema das operações vinculadas fôra evidentemente desvirtuado.

AJUSTES DE TROCA

A anormalidade do comércio internacional levou a maioria dos países a declarar inconversíveis suas moedas, obrigando a utilização de um mecanismo especial de acordos bilaterais, com o objetivo de manter e incentivar as correntes de comércio com aqueles países, possibilitando o escoamento de nossos excedentes exportáveis e diminuindo a demanda de produtos e serviços pagos em moeda forte, sem ensejar o acúmulo de grandes saldos em moedas inconversíveis.

A técnica para negociações de tais acôrdos não se limitou a estabelecer igualdade de valor nas trocas efetuadas sob aquêles convênios, mas também se orientou pelo equilíbrio qualitativo dos produtos programados, segundo

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior)

cotejo da respectiva essencialidade para os países contratantes.

Não bastava, entretanto, que os acôrdos fossem negociados inteligentemente. Tornava-se necessário, também, na fase executória uma fiscalização permanente da maneira por que êles se conduziam, a fim de que pudéssemos receber os produtos essenciais negociados, e não apenas os menos essenciais ou supérfluos, ao tempo em que, inadvertidamente, eram licenciados, na exportação, produtos altamente procurados nos mercados mundiais.

Produção

Sem que a produção nacional se expanda e fortaleça, com o emprêgo dos processos de ação que a técnica moderna instituiu e vem aperfeiçoando dia a dia, não é possível assegurar ao comércio exterior do país a amplitude e a diversificação indispensáveis à satisfação das necessidades nacionais, no que concerne aos suprimentos estrangeiros. A redução do grau de dependência em que ainda se encontra o Brasil, em vários setores vitais da sua atividade econômica, além do baixo consumo de muitos bens cuja utilização continua inacessível ou mesmo desconhecida da maior parte da população nacional, estão a reclamar, por outro lado, a instituição e o cumprimento de uma sadia política de fomento da produção destinada a abastecer e ampliar o mercado interno.

Produção industrial e produção primária

Para isso, a Nação terá de fazer um esfôrço decisivo e criar as indústrias de base que a estrutura econômica nacional comporte e para as quais a mobilização de recursos financeiros e humanos esteja ao seu alcance; terá de expandir a indústria manufatureira de bens do consumo produzido no País, em quantidades insuficientes a atender as necessidades atuais e iniciar a produção de outros que se tornam imprescindíveis à elevação do nível de vida da população; terá, ainda, que fortalecer e ampliar a produção de bens primários, para seu próprio consumo e para exportação, uma vez que as trocas externas nacionais assentam quase totalmente no fornecimento de gêneros alimentícios e matérias primas aos países industrializados, — conquanto tal posição possa e deva ser paulatinamente modificada em proveito do trabalho nacional.

Enormes são, sem dúvida, as possibilidades da nação no que se refere à valorização progressiva dos bens naturais existentes no seu território, quer quanto aos minerais e às fontes de energia hidrelétrica, quer quanto ao revestimento florístico, e, mesmo, aos solos adequados à agricultura e à pecuária — tradicionais atividades que ora estão a reclamar cuidadosa atenção do Govêrno, para que não se agrave o perigoso desequilíbrio existente entre a economia rural e a urbana, ultimamente expandida em virtude da industrialização.

Prosseguindo, como convém, o esfôrço do País no sentido de industrializar-se, os encargos da agricultura e da pecuária irão sendo aumentados em virtude das necessidades crescentes de alimentos e de matérias primas indispensáveis ao suprimento dos centros urbanos e à manutenção e ampliação das correntes de comércio exportador. A produção dêsses bens primários dedica-se ainda, e assim será por muito tempo mais, a maior parcela dos brasileiros, representada por aquêles que asseguram a ocupação efetiva do território nacional e que, revigorados na sua economia e habilitados à adoção de muitas das comodidades modernas que desconhecem, constituirão para a indústria um mercado estável e cada vez mais amplo. Essa transformação do homem rural brasileiro deve processar-se, aliás, sem que êle perca as suas grandes virtudes de depositário secular das características fundamentais da nacionalidade, virtudes essas que ora parecem em parte ameaçadas pelo impacto da civilização industrial.

Afastando-se essa ameaça, cumpre, ao mesmo tempo, levar gradualmente a máquina à atividade rural, para que esta também se industrialize, em benefício não só de todos os que a exercem, mas igualmente da economia nacional de consumo e de exportação.

Situação agropastoril

Ocupação básica da maioria da população e fonte maior de divisas para o País, a agricultura nacional, quando tomada em seu conjunto, não conseguiu libertar-se ainda de fôrças que emperram o seu normal desenvolvimento. Verdade é que a produção de determinados gêneros alimentícios, nos últimos anos e em algumas zonas favoráveis, se vem desenvolvendo em ritmo encorajador. Todavia, atentando-se para o quadro geral da produção agropastoril, duas verdades resaltam dos fatos que as estatísticas registram: tem ela aumentado, por certo, mas, em vários setores, não na proporção de crescimento da população geral; de outro lado, o rendimento médio por unidade de área, para a maioria dos produtos, tem caído lenta mas inequivocamente. Essa situação corre por conta, evidentemente, de uma série de fatôres, tais como a falta de aplicação, por parte dos agrários, de técnicas modernas nas atividades do campo, a inexistência de sistema adequado de crédito especializado — notadamente para os pequenos e médios produtores, — o uso imoderado do solo e de outros recursos naturais, levando a dilapidação às regiões novas e às zonas de fronteira, sem mencionar, por fim, a desorganização econômica e associativista em que, historicamente, têm vivido agricultores, criadores e industriais rurais de nosso País.

As causas relacionadas com êsses fatos são várias, portanto, e atuam de maneira interdependente.

EMPIRISMO

A primeira delas é a rotina como método de cultivar o solo e de criar rebanhos. Continuam grande parte dos atuais ruralistas brasileiros a fazer, no século da máquina, dos adubos e dos inseticidas, o que sempre fizeram as gerações anteriores. O uso do trabalho manual, o desconhecimento de técnicas novas de explorar o solo, a inacessibilidade prática ao instrumental mecânico de trabalho, aos fertilizantes e fungicidas, eis as características reconhecidas dêsse ultrapassado rotineirismo. E' preciso mudar o quadro, quebrar a rotina. Os interessados diretos e o Govêrno têm muito que fazer em relação a êsse problema.

MAQUINAS AGRICOLAS

A difusão das técnicas modernas de exploração do solo exigirá quantidades crescentes de máquinas e instrumental agrícolas, além de adubos e inseticidas. Oneroso tem sido pôr êsses bens ao alcance da atividade rural do País mediante a sua importação regular dos outros países que os fabricam. O Brasil terá, portanto, que ampliar e aprimorar a sua indústria de máquinas e implementos agrícolas para produção dos tipos até agora importados e que possam ser fabricados em bases econômicas no País. A intensificação do trabalho da terra, pela mecanização, como a recuperação das áreas esgotadas e o aproveitamento daquelas até hoje não ocupadas, exigirão o emprêgo, em larga escala, de adubos e corretivos que igualmente terão de ser fabricados no País, para que a atividade rural fique a coberto, na medida do possível, das dificuldades de importação.

CREDITO RURAL

Ao crédito está reservada função de relêvo na modificação do quadro acima esboçado. O financiamento rural, especialmente aos agricultores da classe média e aos pequenos produtores, mesmo àqueles que trabalham em terras alheias, mas que sejam reconhecidamente honestos, operosos e dotados de ambição, é medida que não deve ser mais protelada. O crédito cooperativo está, também, a pedir ampliação compatível com as necessidades do cooperativismo nacional.

COMERCIALIZAÇAO

Além do crédito, há outro aspecto da atividade rural a justificar menção especial: a comercialização dos produtos agropastoris. Da carência de uma rêde de silos e armazéns, nas áreas de produção e nos centros consumidores, decorrem o alto índice de deterioração dos produtos e a exploração de que têm sido vítimas os produtores, por parte de intermediários e financiadores inescrupulosos. A comercialização como se processa no Brasil implica, quase sempre, num desestímulo às atividades das classes produtoras rurais, que não participam em percentagem adequada dos lucros oriundos dessa operação. A melhoria das condições gerais de transporte e armazenagem, ao lado de medidas específicas, como a garantia de preços mínimos, tenderão a modificar êsse quadro em benefício, simultâneamente, de produtores e de consumidores.

ORGANIZAÇAO DA CLASSE RURAL

A isso acresce um outro fator que agrava a situação da agricultura nacional. E' a ausência de eficiente organização econômica dos produtores, através de cooperativas de produção, bem como a quase inexistência de uma rêde efetiva de associações rurais de todos os graus, capazes de dar aos homens do campo a consciência da sua valia. O enquadramento do lavrador, do criador e do industrial rural em legítimas entidades de classe — sejam, por um lado, cooperativas, sejam, por outro, associações rurais municipais, federações estaduais, sob a égide da Confederação Rural Brasileira, a ser organizada consoante previu o Decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, — também aí está uma providência a que é preciso dar execução racional, planificada e sem perda de tempo.

Tôdas essas medidas, ao lado de larga campanha de educação para as gentes do campo, devem constituir os instrumentos mais adequados ao levantamento do nível de vida material e cultural das populações brasileiras — preocupação fundamental do meu Govêrno. Concito o Congresso a lançar para ela as suas vistas, empenhando-se igualmente, a fundo, na solução dêste problema, que tão de perto interessa à generalidade dos setores da vida nacional.

Reestruturação do Ministério da Agricultura

Para enfrentar pela base todo êste problema de produção agropecuária a curto prazo e a longo curso, tendo-se em mira as reformas necessárias para conferir às classes agrárias o mínimo de que carecem para uma vida melhor, impõe-se não apenas uma reestruturação interna dos serviços do Ministério da Agricultura, como uma mudança em alguns de seus processos de trabalho. Urge, de um lado, fundir recursos, juntar esforços, articular planos, entre divisões especializadas do Ministério da produção primária e as dêste com os demais Ministérios igualmente interessados na solução das questões essenciais ao progresso do País.

Impõe-se, igualmente, sistemático e amplo levantamento científico, da estrutura e funcionamento da economia e da sociedade rural do País, para orientar a Administração e o Parlamento. Êsse levantamento poderá processar-se em colaboração com os órgãos de pesquisas sociais existentes e com os serviços oficiais responsáveis pela execução da política de bem-estar a que adiante farei menção.

Educação rural

Não sendo possível conseguir novos processos de trabalho e melhores condições de vida sem um programa educativo de base, abrangendo o lavrador com sua família e as próprias instituições sociais de sua comunidade, devem, nesse sentido, os Ministérios da Educação e da Agricultura articular os seus esforços, planos e recursos financeiros e humanos.

Impõe-se, igualmente, que o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, compreendendo as instalações da Universidade Rural e dos órgãos de experimentação com ela articulados, realize todo o programa que fundamentou a sua criação no meu Govêrno anterior, dando pleno rendimento à vultosa inversão de capital aí realizada.

Abastecimento dos centros urbanos

Um dos objetivos fundamentais das providências supra-indicadas será o de dotar o Govêrno de instrumento adequado à solução do problema alimentar, que apresenta características substancialmente diferentes quando se trata de áreas rurais e de centros urbanos. Num e noutro caso, todavia, êle se prende a quatro fatôres fundamentais, interdependentes: produção em si, distribuição ao consumo, transporte e financiamento. Êsse problema interessa fundamentalmente, portanto, ao produtor, de longe ou de perto aos grandes centros consumidores, e aos habitantes dêstes.

E' imperativo traduzir a solução do problema em têrmos que atendam a tais interêsses, mediante a articulação, quanto possível, das necessidades do consumo aos programas do fomento à produção e da ligação dos planos chamados de emergência com os planos concretos a longo prazo, sejam de produção, sejam de abastecimento.

Quanto à produção de gêneros alimentícios, as últimas safras têm-se apresentado em ascensão, mas essa melhora é prejudicada, em parte, pelas deficiências de transportes e de armazenagem. Por outro lado, salvo um crescimento muito substancial da produção alimentar, a situação crônica de carência, em algumas áreas, não ficará sanada. Essa situação tenderá a agravar-se se não fôr contida a inflação, que desestimula a produção primária, e, também, se a emergência internacional vier a reclamar o deslocamento da atividade rural para setores da produção orientados para os fornecimentos externos.

PROBLEMAS NACIONAIS E LOCAIS

No encaminhamento da solução do problema do abastecimento convém distinguir as questões de caráter nacional, isto é, comuns a todo o País ou a grandes áreas, de questões meramente locais. Uma coisa, ainda, é o problema da subnutrição de parte do povo brasileiro, e outra, a questão do suprimento de gêneros alimentícios aos centros urbanos e metropolitanos mais desenvolvidos, do norte, do centro e do sul.

Tal distinção é necessária, não só por motivos técnicos, mas também porque se deve atribuir a responsabilidade das situações locais aos poderes locais, embora com auxílio técnico e financeiro federal. A União, através da administração ordinária, de recursos específicos e das organizações auxiliares, caberá a solução dos problemas de alcance nacional, de que dependem a produção crescente e a regular distribuição dos abastecimentos alimentares.

A fim de enfrentar o problema pela base, tem o Govêrno consciência de que a sua solução envolve questões gerais que são tratadas noutros capítulos desta mensagem, referentes ao melhoramento dos transportes, à armazenagem da produção, à regularização do comércio, ao crédito, à política de preços, às indústrias de beneficiamento e transformação, ao fomento agrícola, e, por fim, ao aproveitamento de áreas disponíveis junto aos centros populosos, com a fixação aí de lavradores nacionais e estrangeiros, criteriosamente selecionados.

Produção animal

PECUARIA

A pecuária é uma atividade econômica que interessa diretamente a todos os brasileiros, quer como consumidores, nos centros urbanos, quer como produtores, nas zonas rurais. E é de notar que, levando-se em conta a sua área de influência, a pecuária é atividade que muito interessa à economia do País, pois tôdas as regiões que compreendem o Brasil Central encontram nela sua principal possibilidade de desenvolvimento, ou seja, de ingresso na vida econômica nacional.

Contamos, no interior, com rebanhos suficientes para atender ao abastecimento interno de carne e derivados e, nas regiões sulinas, dispomos, anualmente, de sobras para manter as exportações.

Para que os centros urbanos se abasteçam normalmente dêsse produto, faz-se necessário que se tomem diversas providências, tais como a de melhorar e criar condições de transporte especializado, construir frigoríficos nos centros de produção e consumo e fornecer financiamento adequado aos verdadeiros criadores, a fim de que êstes possam adquirir melhores reprodutores, proporcionar o trato indispensável aos seus rebanhos e cuidar devidamente de suas invernadas; é necessário, também, adotar medidas que conduzam à organização do comércio retalhista em bases racionais.

Do encaminhamento inadequado dessas questões têm decorrido crises periódicas de abastecimento dos centros urbanos, que reclamam, por vêzes, medidas de emergência que deverão ser tomadas cautelosamente, a fim de não perturbar a atividade produtora, indispensável à solução cabal do problema, em futuro próximo.

A necessidade de se amparar a exportação da carne também deve ser considerada. Ainda que a participação dêsse produto no valor de nossa exportação total seja pequena, é preciso levar em consideração, ser ela de grande importância para a pecuária nacional. E' que, por êsse meio, se faz o escoamento dos excessos, que poderiam abortar o mercado, podendo-se ainda aproveitar as carnes de qualidade inferior, na indústria de conservas.

Igual cuidado devem merecer as exportações de outros produtos da pecuária do País, especialmente os couros e as peles que não sejam absorvidos pelo mercado consumidor nacional. O incentivo à industrialização de tais produtos, visando aos mercados externos, parece, aliás, oportuno, visto como o Brasil tem possibilidades reais de fornecer couros e peles elaborados aos seus clientes externos da matéria prima em bruto.

Soerguendo-se a suinocultura nacional, gravemente abalada por motivo da peste que assolou recentemente os rebanhos dos Estados do Sul, cumpre fortalecer a industria da banha, de que vivem numerosas comunidades agropastoris, e normalizar o suprimento do mercado nacional dêsse produto, hoje, sem dúvida escasso, em face do crescimento da massa consumidora.

DEFESA SANITARIA ANIMAL

Ao lado da política de fomento da produção animal, torna-se indispensável aperfeiçoar os serviços oficiais de combate às epizootias, que vêm causando ao País prejuízos avaliados em cêrca de um bilhão de cruzeiros por ano. O contrôle das doenças que provocam a redução dos nossos efetivos pecuários acarretará, por si só, acréscimo de 25 a 30% na produção de carnes e derivados, o que representa uma estimativa de aumento de valor dessa produção expresso em aproximadamente três bilhões de cruzeiros.

Sabe-se que os 100 milhões de animais domésticos que o Brasil possui, mantidos em vários regimes, desde a estabulação à criação ultra-extensiva, aí estão quase que entregues à sua própria sorte. Só a febre aftosa causa prejuízos anuais superiores a 400 milhões de cruzeiros. Recentemente, uma epizootia dizimou mais de 2 milhões de suínos, motivando o aumento do preço da carne e da banha e a ruína de muitos criadores.

PESCA E PESCADO

Com o propósito de ampliar o suprimento nacional de produtos alimentares de origem animal, é preciso dar atenção, ainda, ao problema da pesca. Mais de 70.000 pescadores profissionais existem no Brasil, produzindo cêrca de 150.000 toneladas de pescado por ano. Ao heroísmo que revelam em seu humilde mister não tem correspondido, ainda, aparelhagem moderna para a pesca e para conservar e distribuir o pescado ao consumidor. Eis a razão pela qual não chega a 2.000 kg a produção média de cada pescador brasileiro por ano. Com melhor assistência técnica ao profissional, poder-se-á triplicar a produção, o que representará renda superior a um bilhão e meio de cruzeiros anuais.

Produção agrícola

CEREAIS

Por motivo, sem dúvida, das solicitações crescentes dos mercados consumidores internos e externos, a produção nacional de cereais vem-se expandindo no após-guerra, à medida que se atenuam as dificuldades de transporte, que culminaram durante o conflito armado.

Essa expansão não se fez sentir, contudo, de forma bastante intensa, em relação ao milho, cereal cujo cultivo interessa a tôdas as regiões agrícolas do País. Em médias anuais, o volume colhido no triênio de 1947-49 foi inferior ao do quinquênio 1935-39, o que significa, feita a abstração das exportações, considerável redução do consumo *per capita*. No ano findo, porém, comparado com o anterior, verificou-se um aumento na produção, segundo as apurações preliminares da safra, ultrapassando a colheita, pela primeira vez, a cifra de 6 milhões de toneladas. Não obstante, o aumento da produção entre 1935-39 e 1950, de 8,3%, longe está de atender às exigências do consumo interno, em várias regiões do País.

Com apoio na experiência adquirida, pela introdução de técnicas modernas de produção de sementes, de plantio e de trato cultural, o Govêrno procurará racionalizar a produção de milho e assegurar o escoamento das safras, com a ampliação da rêde de armazenagem e conservação do produto e a adoção de medidas destinadas a regularizar a sua comercialização.

A cultura arrozeira do país apresenta amplo desenvolvimento que convém consolidar, assegurando escoamento regular da produção para os mercados de consumo, internos e exteriores. Desde antes da guerra, a expansão da cultura vem-se processando de tal forma, que a produção do ano findo acusou um aumento de 73% em confronto com a média do quinquênio 1935-39.

Dessa forma, conquanto o consumo interno, *per capita*, venha-se elevando, de ano para ano, cumpre ter em vista a necessidade de colocar no exterior os excedentes dêsse consumo, sem o que o ritmo de expansão da cultura se interromperá. A exportação das disponibilidades nacionais do produto encontrará, sempre, pelo menos nos anos próximos, compradores externos sequiosos dêsse cereal, de que há grande falta, no mundo. Se as vendas externas de arroz brasileiro se reduziram nos dois últimos anos, o fato deve ser atribuído, em parte às dificuldades de transporte existentes em certas regiões produtoras e, em parte, à disparidade entre os custos internos e as cotações internacionais.

Para obviar a tais dificuldades e empecilhos, cumpre agir simultâneamente em dois campos distintos — o da redução dos custos internos da produção, mediante a melhoria técnica da cultura, de rendimento muito baixo em quase tôdas as zonas produtoras, e a regularização do escoamento das safras para os centros consumidores e para os portos de exportação; e o da melhoria das condições de venda para o exterior, que deverão tornar possível a exportação, não obstante o desequilíbrio existente entre o poder aquisitivo interno e externo da moeda nacional.

O incentivo à cultura do trigo é problema de características diferentes, de vez que a produção nacional poderá expandir-se de muito, para suprimento do mercado interno, conquanto continue o Brasil mantendo as suas correntes de comércio com os países que lhe fornecem êsse cereal. E' que o consumo de trigo, *per capita*, continua sendo extremamente reduzido, em nosso País, e a expansão da cultura, ao lado do crescimento dos centros urbanos e da difusão do uso das farinhas panificáveis em novas camadas populacionais, deverá ampliar o mercado interno, em benefício do regime alimentar brasileiro.

Torna-se indispensável, portanto, elevar a produção nacional do trigo, em bases racionais, que os resultados das pesquisas já levadas a têrmo, no sul do País, possibilitam, amplamente, uma vez complementadas por medidas de natureza econômica. A quase triplicação dos volumes colhidos, em 1950 confrontados com os de 1935-39, demonstra que a continuidade da política de fomento da produção, seguida nos últimos anos levará àqueles objetivos. Não obstante, se não forem adotadas medidas com o fim de garantir uma armazenagem adequada do cereal, nas fontes de produção e nos portos de embarque, de forma a permitir o escoamento das safras em períodos dilatados, ficarão comprometidos os resultados dos esforços até agora feitos, com danosa repercussão na economia agrícola das zonas dedicadas a essa cultura.

A armazenagem adequada de trigo nas zonas produtoras não só assegurará o escoamento das safras para os centros que se vêm abastecendo exclusivamente com o produto estrangeiro: permitirá resolver também o problema do suprimento regular de trigo às próprias zonas produtoras, que ora consomem, em certas fases do ano, grão ou farinha importados do exterior.

FRUTAS

Ao lado de uma política geral de incentivo à produção de frutas destinadas ao consumo interno, cumpre dar atenção à citricultura e a bananicultura, que já alcançaram considerável desenvolvimento no País e apresentam problemas específicos ligados à política de comércio exterior.

A citricultura apresenta características de grande interêsse no momento. Depois de exportarmos mais de 5.000.000 de caixas de frutas em 1939, fomos forçados durante a guerra, devido ao fechamento de nossos principais mercados consumidores, a restringir as vendas externas para pouco mais de .... 1.000.000, durante o período de 1942 a 1945. Coincidiu, aliás, com êste fato, o aparecimento da moléstia que dizimou quase a totalidade dos laranjais de São Paulo e dos Estados do Rio e Distrito Federal, tornando a produção insuficiente até mesmo para o abastecimento de nossos principais centros urbanos.

Após a debelação dessas doenças, novos pomares vão sendo plantados e melhores tratos estão sendo dados aos já existentes. São boas as possibilidades para a citricultura, pois se reabriram os mercados estrangeiros e o mercado interno ainda não se acha devidamente abastecido.

Constará do programa do Govêrno o reaparelhamento das estradas de ferro, e a construção de uma rêde de frigoríficos nos centros de produção e consumo, a fim de melhorar o serviço de distribuição dos frutos no mercado interno e alongar o período de consumo dessa fruta nos centros urbanos.

Extensas regiões do nosso litoral têm a cultura da banana como fonte principal de renda. No momento, os produtores lutam com sérios entraves para manter suas exportações. Dificuldades cambiais, irregularidades dos transportes, falta de frigoríficos e deficiências portuárias representam entraves à exportação.

Considerando, porém, que os excedentes exportáveis são volumosos, que os centros urbanos são mais bem abastecidos quando se processa essa exportação, e ainda mais, considerando que dispomos de condições ecológicas e econômicas para incrementar a cultura e competir vantajosamente no comércio internacional, o Govêrno propiciará as condições necessárias para que essa produção se desenvolva.

CANA DE AÇUCAR

Graças ao grande aumento do consumo nacional de açúcar, o problema da superprodução já não subsiste e as safras vêm crescendo e sendo escoadas sem dificuldade nos últimos anos. Do ponto de vista agrícola, o ano de 1950 foi mesmo muito auspicioso para a lavoura. Tem havido um aumento progressivo de tonelagem de cana produzida em todo o País, em virtude da ampliação da área cultivada. O rendimento médio por hectare, porém, tem permanecido quase inalterado, em tôrno de 38 toneladas por hectare.

A economia canavieira, no entanto, para firmar-se, carece de providências, que assim podem ser resumidas: melhor funcionamento de Estações Experimentais, visando aos trabalhos de pesquisa e de multiplicação de plantas selecionadas, à adoção de um plano geral de adubação da lavoura e de cultura mecanizada, reequipamento das usinas de açúcar e de álcool, sem esquecer o cuidado especial que se deve dedicar à integral aplicação dos dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, para garantia de direitos e deveres de trabalhadores braçais, fornecedores de cana e usineiros. Igualmente, o meu Govêrno deseja prosseguir o programa de assistência aos operários rurais e industriais e respectivas famílias, com os recursos para tanto já disponíveis, assistência que, no gênero, poderá ser modelar para outras atividades agro-industriais.

CACAU

E' o cacau uma atividade econômica significativa da economia do País, principalmente como fonte de divisas. Em faixa localizada ao sul da Bahia, obtêm-se, praticamente, há mais de duas décadas, 96% da produção brasileira: desenvolvem-se, ali, aproximadamente, 200 milhões de pés de cacaueiros. Mas a produção está praticamente estacionária. Por ela, especialmente quanto ao aspecto técnico-agrícola, pouco se tem feito.

Alguns problemas vêm emperrando a produção cacaueira baiana e espiritossantense: a exploração da amêndoa em regime extrativista, o esgotamento do terreno em certas zonas, o ataque de moléstias e pragas, a hipertrofia do intermediário nas atividades comerciais, algumas condições mesológicas desfavoráveis, preparo rotineiro das amêndoas, míngua de financiamento rural, absenteísmo dos grandes proprietários e ausência de vinculação efetiva entre o produtor de fato e a área por êle ocupada e trabalhada. Vale, a propósito, assinalar mostrarem os dados oficiais que 12% dos cacauicultores baianos obtêm 72% de tôda a produção do Estado; e os proprietários ausentes são os que obtêm essa elevada percentagem da produção.

A posição estatística internacional do cacau é favorável, mas cumpre não esmorecer a vigilância da defesa comercial do produto, a qual vem sendo objeto de louváveis esforços das organizações estaduais, que merecem o apoio federal. Poderá a economia cacaueira utilizar melhor a situação se a produção se ampliar, aprimorando-se em qualidade e aumentando o rendimento por área.

São, portanto, pontos básicos para o fomento da economia cacaueira, a que o Govêrno quer dar atenção imediata, as medidas tendentes a modificar para melhor o quadro acima descrito, mediante a adoção de um programa, a curto e a longo prazo, a ser elaborado e cumprido pelo Ministério da Agricultura — através do Instituto Agronômico de Leste — e do Instituto do Cacau.

CAFE'

Avulta, ainda mais, na atual conjuntura, a importância do café para a economia nacional. Recentemente, com a elevação dos preços nos mercados externos e com a queda das exportações de outros produtos, voltou êle a contribuir com 64% do valor de nossa exportação, sendo de salientar que as vendas se dirigem, principalmente, para os países de moeda forte.

No futuro, nossas melhores atenções ainda devem ser voltadas para essa cultura. O exame da posição estatística do produto mostra que há falta de café no mundo. A produção mundial que girava em tôrno de 32,8 milhões de sacos, no biênio 1939-40, caiu para 29,2 em 1949-50, enquanto o consumo que era orçado em 27,3 subiu no mesmo período para 33,3 milhões. Os estoques, que até pouco eram volumosos e que constituíam pesado encargo para os países produtores, desceram a níveis razoáveis.

Devido a essa nova posição estatística do café, abriram-se grandes perspectivas para o Brasil. Dispomos em nossas fronteiras das melhores regiões para a cultura do café arábico. E' preciso, porém, saibamos aproveitar essas perspectivas.

Infelizmente, a situação de nossa lavoura não é satisfatória. A produção caiu de uma média de 22,6 milhões de sacas, no período de 1935 a 1940, para 14,4 em 1949-50. Parte da lavoura é constituída de árvores velhas que se ressentem dos maus tratos que os agricultores foram forçados a lhes dar durante os anos de baixo preço. E' ponto fundamental de meu Govêrno estimular a recuperação dessas lavouras velhas, incentivando o emprêgo de técnicas modernas que elevem a produção por unidade de área e que lhe diminuam o custo. A formação de novas lavouras, nas chamadas zonas velhas cafeeiras, produtoras do nosso café de melhor qualidade, encontrará decidido apoio, através do sistema oficial de financiamento e de uma permanente assistência técnica. A abertura de novas áreas que se prestem à cultura do café e que ainda não se acham por ela ocupadas, será controlada e orientada pelos órgãos técnicos, de modo a evitar o desperdício, melhor adaptar o trabalhador à terra e garantir as reservas florestais indispensáveis.

A defesa do preço e a regulamentação do comércio dêsse produto serão mantidas permanentemente a fim de evitar os efeitos das flutuações da safra, tão características de nossa produção. Além disso, serão promovidos entendimentos com os outros principais países produtores a fim de estabilizar a atual posição do café no mercado internacional. Assim é que o Govêrno procurará conseguir seja regulado o escoamento da produção dos diversos países, de modo a evitar que nos anos de grande safra o mercado venha a ser sobrecarregado e que os preços caiam a baixos níveis.

Reconhecemos que a consecução dessas medidas não se mostra tarefa fácil. Contamos, porém, com o esfôrço dos cafeicultores e o esclarecimento dos líderes da lavoura, além dos conhecimentos de nosso corpo de técnicos. Os recursos financeiros dos antigos órgãos controladores da economia cafeeira serão mobilizados para êsse fim, proporcionando aos agricultores crédito para reaparelhar suas velhas lavouras, plantar novos cafezais em bases técnicas e comercializar o produto: serão, também fornecidos meios para a reestruturação dos órgãos oficiais de pesquisa, fomento e contrôle das atividades econômicas relacionadas com o café.

ALGODAO

O algodão continua ocupando o segundo lugar em nosso comércio de exportação, contribuindo nos últimos quatro anos com percentagens variaveis de 10 a 18% de seu valor total; fornece, também, matéria prima para a nossa indústria têxtil, que consome cêrca de 200.000 toneladas por ano, e ainda contribui ponderavelmente para o suprimento nacional de óleos comestíveis.

A posição estatística do produto é, no momento, muito favorável aos países produtores. Os estoques que, em 1939, atingiam cêrca de 20 milhões de fardos e que durante a guerra alcançaram 24 milhões, caíram no período de após-guerra, chegando a 13,8 milhões em 1948. Nos últimos dois anos os estoques mostraram algum acréscimo, tendo já atingido a classe dos 16 milhões; mas as perspectivas de um novo conflito deram ao algodão posição ainda mais sólida.

Há outras razões que nos levam a dar grande importancia à elaboração de um programa que permita ampliar e racionalizar a nossa lavoura algodoeira. E' que nossa industria textil, que mostra possibilidades de aperfeiçoar-se e reiniciar suas exportações para o exterior, teria essa possibilidade cortada se viesse a contar com matéria prima a preços superiores aos de outros países que também produzem o algodão e exportam sua fibra em forma de tecidos.

Na regiões produtoras do sul do País o soerguimento da economia algodoeira poderá ser conseguido a curto prazo. E' do conhecimento geral, mesmo no estrangeiro, que a organização dada à cultura em São Paulo foi modelar. A produção de sementes selecionadas, os trabalhos de pesquisas sobre as práticas culturais e o combate às doenças e pragas, o beneficiamento e classificação do produto foram levados a têrmo de forma a permitir um desenvolvimento da produção em bases racionais. E' verdade que a cultura luta agora contra dois sérios problemas. Um deles é a pequena produção, por unidade de área, que os lavradores têm colhido nos últimos anos: de um rendimento de 63,6 arrobas por hectare de algodão em caroço, em 1941, passou-se em São Paulo nos últimos anos a rendimentos muito inferiores, não chegando em média a 29 arrobas no ultimo quinquênio. Outro problema é o que diz respeito à mudança das áreas de cultura que se dirigem rapidamente para as zonas novas, forçadas pela erosão e pelo desgaste das terras. São ambos problemas de ordem técnica que podem ser resolvidos com a racionalização das práticas agrícolas e com o combate sistemático às pragas. E' necessário, pois, que os conhecimentos técnicos a êsse respeito sejam melhor divulgados entre os agricultores e que êstes disponham dos recursos financeiros necessários para aplicá-los.

Quanto às regiões produtoras no norte do País, medidas idênticas tornam-se necessárias, pois o algodão é fonte principal de vida de grande parte dos agricultores daquele trecho do território nacional.

Com a ampliação do parque industrial nordestino, à base de energia elétrica barata que a usina de Paulo Afonso há-de fornecer, as necessidades regionais dessa matéria prima deverão elevar-se consideravelmente, cumprindo cuidar, desde logo, dessa questão.

Não se devem esquecer, também, as medidas destinadas a assegurar preços estáveis e remuneradores para o algodão, bem como a garantia do escoamento dos excedentes do consumo interno para os mercados exteriores.

DEFESA SANITARIA VEGETAL

Em grande parte, a política de aumento da produção agrícola está condicionada à prática de

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior)

defesa sanitária vegetal. Incalculaveis tem sido os prejuizos causados por pragas e insetos, à vida agricola nacional. E, infelizmente, os órgãos oficiais disso encarregados, quando tentam ultrapassar a rotina de mera fiscalização exercida sôbre produtos importados e exportados, caem nas campanhas de emergência como as de combate à broca do café, à cigarrinha dos canaviais, à lagarta rosada, às nuvens de gafanhotos.

Não há dados atuais para mostrar o real prejuizo causado à lavoura pelo ataque de insetos, pragas e doenças, que a agronomia moderna pode e deve controlar. Esses prejuizos são, porém, muito avultados e ao problema deve ser dada especial atenção.

PRODUÇÃO FLORESTAL

A exploração dos recursos florestais do País está a reclamar medidas efetivas no sentido de assegurar, a longo prazo, o abastecimento nacional dos materiais que são obtidos das nossas matas, nativas ou plantadas, principalmente nos setores em que a atividade econômica implica no corte raso das formações. Além disso, cumpre orientar a expansão da agropecuária, para que ela não se processe de forma a extinguir o revestimento floristico, onde êle seja indispensável à defesa dos solos e do regime de águas e constitua reserva valiosa de material lenhoso, que já se apresenta escasso em varios pontos da região povoada do País.

POLITICA FLORESTAL

Simultaneamente com a fixação da politica geral de proteção e defesa dos recursos florestais da Nação, torna-se necessário incentivar a sua exploração racional, como uma das grandes fontes nacionais de riqueza, até hoje não convenientemente valorizadas, conquanto sejam de grande vulto as atividades florestais em algumas regiões do País. O meu Govêrno dará apoio aos esforços orientados no sentido da valorização dêsses recursos, desde que as explorações industriais não impliquem na extinção do manto floristico, onde êle deve ser mantido. A restauração das áreas florestais, pela recuperação natural e pelo reflorestamento, para proteção dos solos e das águas e para obtenção de material lenhoso, também será objeto da atenção do Govêrno.

MADEIRA

A industria madeireira cabe tarefa de grande significação nessa politica, não só porque a sua atividade é conciliável com a manutenção e o enriquecimento dos recursos florestais do País, mas, também, porque a formação artificial de florestas, para produção de madeira, mal se inicia no Brasil. Persistindo a ameaça da superprodução de madeiras do sul, será aperfeiçoado o contrôle das explorações florestais nessa região, com o fim de colocar a industria madeireira em condições de abastecer o mercado interno e dar escoamento, para o exterior, aos tipos que não encontram colocação nos mercados consumidores nacionais, e que proporcionam consideravel volume de divisas ao País. O suprimento dos mercados externos que necessitam do produto brasileiro será devidamente considerado, levando em conta o Govêrno a dificuldade em que se encontrariam os compradores tradicionais das nossas madeiras, se viessem a cessar, abruptamente, os fornecimentos do Brasil. Para manutenção das correntes comerciais de interêsse para o País serão adotadas as medidas que as circunstancias forem aconselhando como adequadas a obviar as atuais dificuldades com que lutam a industria e o comércio madeireiro.

BORRACHA

A modificação por que passou ultimamente a economia da borracha, de fundamental interêsse para a região norte do País, permite a instituição de uma politica de produção, a longo prazo, de todo fundada no suprimento do mercado consumidor nacional. Desde que ficou encerrado o ciclo da superprodução da goma extraida da mata nativa, a revalorização dos seringais abandonados ou mesmo nunca explorados deve, quanto antes, ser objeto de providências dos órgãos executivos da politica econômica oficial e, para isso, o Govêrno tem a sua atenção voltada. Simultaneamente, o plantio racional de novos seringais e o adensamento dos seringais nativos terão de desenvolver-se com o fim de ampliar, no menor prazo possivel, a produção nacional de goma. O sistema de plantio e de exploração dos novos seringais vem sendo objeto de estudo especial, para que, nesse empreendimento sejam asseguradas condições de vida convenientes ao elemento humano nêle ocupado.

MATE

A defesa comercial do mate, outra riqueza florestal da região sul, será prosseguida e ampliada visando ao fortalecimento da economia ervateira de há muito abalada pela redução das vendas para o exterior. Além da expansão do mercado interno, que está por ser conquistado pelo produto, a colocação dêste nos paises onde a difusão do seu uso se afigure interessante será objeto da atuação do Govêrno, apoiado na experiência até agora acumulada pelo órgão oficial que tem a seu cargo êsse problema.

OUTROS PRODUTOS FLORESTAIS

Não deixará de merecer a atenção do Govêrno a economia de outros produtos florestais, como os frutos oleaginosos (castanha do Pará, babaçu, oiticica) e as ceras (carnauba, licuri) e resinas, que constituem o fundamento da atividade de vastas regiões do País e são, mesmo, vitais à economia de alguns Estados da Federação. Não só a melhoria técnica da exploração dessas riquezas, mas principalmente a sua comercialização reclamam providências oficiais que serão postas em prática, com o fim de evitar a paralisação dessas atividades e orientá-las no sentido de seu desenvolvimento em bases seguras.

Produção mineral

A produção mineral brasileira, cujo volume é da ordem de 15 milhões de toneladas, incluindo-se no computo o material de construção, visa não só ao suprimento de certas matérias primas à industria nacional, mas também ao atendimento de clientes tradicionais externos, que procuram ampliar as suas compras no País.

Em 1950, a industria mineral atingiu um incremento ponderável na produção de minério de ferro e de calcário para cimento; enquanto que os outros bens minerais mantiveram aproximadamente a mesma posição estatistica do ano anterior. O carvão mineral, que atravessara fase propicia à exploração, sofreu redução consideravel no seu transporte para os centros consumidores, acumulando-se estoque, de cêrca de 600 mil toneladas, nas minas e nos portos de Santa Catarina. Quanto ao minério de manganês, revelou-se existir no Amapá uma reserva minima da ordem de dez milhões de toneladas de minério de alto teor, tornando a região um nucleo poderoso de futuros fornecimentos dêsse bem mineral.

Os minerais de mica e quartzo, bem como os minérios de berilo e tungsténio, que, no primeiro semestre do ano de 1950, sofreram grande queda na procura, tiveram, por motivo dos acontecimentos internacionais, sua posição grandemente melhorada, traduzindo-se por aumento de preço e de quantidade exportada. Já estão sendo industrializados no País, em pequena escala, os minérios de chumbo e de estanho, respectivamente a galena e a cassiterita.

Foram condicionadas as exportações de produtos minerais a exame prévio das condições da negociação, para evitar eventual alienação a preço vil do produto exportado, como também à sua análise, a fim de garantir a qualidade do importador.

PESQUISAS MINERAIS

O órgão próprio para pesquisas minerais do Govêrno federal sofreu ponderavel emperramento em razão da falta de flexibilidade no regime de aplicação das verbas que lhe são atribuidas. Durante os oito primeiros meses de 1950, não recebeu êle recursos para seus trabalhos de campo no setor de minas, geologia e energia, resultando disso interrupções prolongadas e a desorganização dos serviços de pesquisa que lhe estão afetos.

Verificou-se pequeno interêsse privado pela pesquisa e lavra de minerais, atribuindo-se o fato a causas econômicas, próprias ao após-guerra e sobretudo à alteração introduzida pelo semi-regime de acessão estabelecido em 1946, com a Constituição federal, derrogando o sistema **res-nullius** introduzido pela Constituição de 34 e pelo Código de Minas, regime êste que propiciou mais seguro conhecimento dos recursos minerais da Nação.

No Piauí, continuaram os trabalhos de pesquisa do carvão e água subterranea, compreendendo levantamentos geológicos e sondagens, que permitiram equacionar o problema; terminou-se o tombamento da jazida de apatita de Monteiro, Paraiba; iniciou-se a pesquisa de depósito fosfático nos arredores de Recife e efetuou-se o estudo de detalhe das formações carboniferas de Santa Catarina.

Cabe, também, assinalar a deficiência de técnicos com que luta o País. Engenheiros de minas, geólogos e técnicos em mineração faltam de tal forma que é dificil atribuir um sentido técnico à mineração nacional; nela continua a predominar o regime de garimpo ou da exploração desordenada.

MEDIDAS A ADOTAR

Atendendo-se às deficiências em que vive a industria da mineração e aos principais males que a afligem, a fim de se lhe dar o relêvo que merece, importa considerar a oportunidade de varias medidas, como o restabelecimento do regime de **res-nullius**, que tão bons resultados apresentou quando de sua aplicação no que concerne aos bens minerais de importancia nacional; a instituição do crédito mineiro, a fim de proporcionar facilidades para instalação no País de verdadeiras minas cuja estabilidade será uma garantia para as industrias que utilizam os metais assim recuperados; proporcionar aos mineradores facilidades para obtenção de equipamento para seus trabalhos.

Como medida importante, depende do pronunciamento do Congresso, está a revisão do Código de Minas, na qual se deve aproveitar a experiência adquirida para corrigir deficiências e facilitar as pesquisas pela industria privada.

Impõe-se, igualmente, incentivar a formação de técnicos a fim de poder oferecê-los aos organismos e empresas que dêles necessitarem; neste setor, novos rumos precisam ser traçados no ensino superior e profissional.

Deve ser incentivada a organização da Carta Geológica do País, a pesquisa e tombamento dos seus recursos minerais, especialmente dos combustiveis, dos fertilizantes, dos minerais essenciais à energia atômica e às industrias de base.

Cabe, também, aparelhar melhor o órgão próprio federal encarregado das pesquisas e do contrôle da produção mineral brasileira, de modo a que atenda com eficiência às atividades cientificas, técnicas e de fiscalização de sua competência. A organização que lhe foi atribuida, pelo meu Govêrno, em 1933, já produziu seus frutos, carecendo de readaptação à conjuntura e ao desenvolvimento do País.

E' necessario, e isto constituirá ponto de meu Govêrno, dispensar às coisas da produção mineira em geral o mesmo alto interêsse que vem sendo atribuido às coisas do petróleo. Isto é necessário para que o aproveitamento do subsolo do território pátrio seja intensificado, de forma a que o produção de bens primários minerais venha a ser uma real fonte de riqueza e elemento decisivo na elevação do padrão de vida brasileiro, além de auxilio fundamental para a agricultura nacional, que não pode viver sem a calagem conveniente das terras e a adubação mineral adequada, com sais de fósforo e potássio.

EXPORTAÇAO DE MINÉRIOS DE FERRO

A exportação de minério de ferro do Brasil acusou aumento apreciável no ano findo, comparando com a de 1949, atingindo 900 mil toneladas, das quais 20% sairam pelo porto do Rio de Janeiro, das jazidas da região de Brumadinho, em Minas Gerais, e 80% pelo porto de Vitória, das jazidas de Itabira, também em Minas, em demanda às usinas dos Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra e outros paises europeus. Cerca de 7 milhões de dólares representou essa exportação de matéria-prima, cuja reputação pela sua elevada qualidade, está conquistando novos mercados.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S.A.

Quatro quintos dessa produção provieram das minas da região de Itabira, e foram produzidos pela Companhia Vale do Rio Doce S.A., sociedade de economia mista criada ao tempo do meu primeiro Govêrno, com o objetivo de secundar a produção de aço dos paises então nossos aliados, estabelecendo-se, entre o Brasil e aquêles paises, vinculos mais estáveis de interêsse e proporcionando-nos condições mais favoraveis para importação de produtos acabados.

Desde então, vem a Companhia Vale do Rio Doce S.A. aumentando sua exportação, que cresceu 53% de 1949 para 1950, atingindo a cifra de 722 mil toneladas métricas de hematita compacta, a qual vem sendo usada nos paises que no-la adquirem em grande parte para completar as cargas de fornos de reverbero na refinação do aço.

Principalmente para os Estados Unidos da América, nosso principal comprador, o minério brasileiro representa valiosa contribuição à produção de aço das industrias da sua costa atlantica. O mercado, gradualmente conquistado, tende a crescer, de ano para ano, e a Companhia Vale do Rio Doce espera exportar no ano que se iniciou cerca de 1.200.000 toneladas de minério. A mecanização das suas minas, já adiantada, deverá ficar terminada no corrente ano e permitirá, então, ao Brasil, a exportação de maior tonelagem, ficando êle aparelhado com um sistema capaz de garantir um fluxo permanente de minério da ordem de 1,5 milhões de toneladas anuais.

E' pensamento do meu Govêrno, atingida essa primeira fase, dar atenção ao estudo de projetos capazes de permitir maior expansão dêsse programa, no sentido de aumentar a exportação de minério e melhorar o aparelhamento atual a fim de compensar a corrente de exportação de minério com uma corrente inversa de importação de carvão pela E. F. Vitória-Minas, visando o centro de Minas Gerais.

Indústrias de base

COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL S.A.

No parque siderurgico brasileiro, Volta Redonda, concebida ao tempo do meu primeiro Govêrna, com o objetivo de estabelecer no País a primeira industria pesada, estreou no cenário nacional em fins de 1946.

Contribuiu, em 1950, com cerca de metade da produção nacional de aço laminado. Atingiu a cifra de 287.168 toneladas, excedendo em 27% a do ano anterior, o que representa mais de 1 bilhão e cem milhões de cruzeiros de produtos vendidos nos mercados, nacional e estrangeiro, e poupando-nos as correspondentes divisas que teriam sido gastas com mercadorias importadas.

Trilhos, chapas e folha-de-flandres constituiram a parte essencial da sua fabricação, suprindo o País com uma linha de laminados em que outras siderurgicas não se especializaram até esta data. Produziu, também, mais de 40.000 toneladas de barras e perfilados, abrindo perspectivas para mais ampla utilização do aço em estruturas metálicas.

Ao lado do aço, objetivo primacial dessa moderna industria mais de 600.000 toneladas de carvão nacional foram beneficiadas em Capivari, Santa Catarina, das quais dois terços de diversos mineradores. Produziram-se, assim, cerca de 145.000 toneladas de carvão lavado para coque metalurgico. Participou êste, na proporção de cerca de um terço na mistura em que entram 2/3 de carvão estrangeiro, para produzir um pouco menos de .... 300.000 toneladas de coque metalurgico, combustivel utilizado na fabricação do gusa.

Mas, ao lado disso, como subproduto do beneficiamento do carvão de Santa Catarina, produziram as instalações de Capivari cerca de um quarto de milhão de toneladas de carvão vapor grosso, próprio para queima em caldeiras fixas e locomotivas, enquanto a coqueria produziu vasta gama de subprodutos da destilação, compreendendo benzol, toluol, alcatrão, óleos, nafta e sulfato de amônio para adubo.

Volta Redonda trabalha, ainda hoje, com um só alto forno de 900 toneladas de capacidade media diária, 55 fornos para 1.100 toneladas diárias de coque, 4 fornos Siemens-Martin para 450.000 toneladas anuais de aço. Acha-se, assim, próxima à saturação da capacidade correspondente à primeira etapa do projeto que a concebeu. No ano corrente deverá atingir êsse limite, com uma produção prevista em .... 324.000 toneladas de trilhos, barras, perfilados, chapas, e folhas-de-flandres e uma receita da ordem de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros.

A consecução dêsse objetivo não é suficiente, porém, para a expansão e as necessidades do País, que adquiriu no estrangeiro, durante o ano findo, cerca de 40% dos seus suprimentos de ferro e aço e ainda figura no rol dos paises do mundo de mais baixo consumo de aço, **per capita**. Neste setor, portanto, como noutras atividades, a Nação tem de empenhar-se num esfôrço de crescimento continuo para elevar o padrão de vida que se mede, entre outros indices, pelo consumo individual do aço e dos combustiveis.

AMPLIAÇAO DA USINA

Volta Redonda encara, com a segunda etapa da sua ampliação, a construção de um segundo alto forno de igual capacidade; de 21 fornos para coque; de 2 fornos para aço; de acréscimos parciais nas suas instalações. Prevê também a criação de uma fabrica de estruturas de aço, tudo articulado de modo a permitir elevar em 50% a capacidade máxima da sua primeira etapa, passando-a para 460.000 toneladas por ano, com os correspondentes aumentos na produção de carvão metalurgico e vapor grosso. Tal ampliação que envolve um investimento suplementar calculado em menos de 1/3 dos investimentos já feitos, envolve ainda a solução de problemas correlatos de transporte de carvão por via maritima e terrestre, que põem em jogo a capacidade de organização e de trabalho das entidades transportadoras.

Tal é o quadro da situação atual de Volta Redonda, como industria básica do País, e do dever que é imposto à Nação no sentido de promover o seu crescimento e sua expansão. Não somente pesa na balança de contas do País, proporcionando uma economia de divisas da ordem de quarenta milhões de dólares, por ano, como ainda dá azo a que, à sua sombra se estejam multiplicando industrias de transformação que manipulam os seus produtos, oferecendo ao mercado nacional uma forma variada de produtos acabados e essenciais ao progresso das cidades e do interior.

Dentre êstes se destacam chapas e perfilados, destinados à construção de vagões e capazes de permitir ao País dar os primeiros passos no ramo da construção naval, que é pensamento do meu Govêrno considerar e incentivar.

ATIVIDADE SIDERURGICA PRIVADA

Não se limitara, porém, os beneficios econômicos e sociais da Usina de Volta Redonda aos valores de sua produção individual. A iniciativa particular, no campo das realizações metalurgicas, sempre se mostrara timida, diante da falta de uma orientação definida da Administração Publica. Não se sentia por isso encorajada a novos empreendimentos, condenando-se assim o País à alternativa precária da importação de produtos básicos para sua subsistência.

Volta Redonda veio demonstrar que o Govêrno estava decidido a amparar firmemente os bons empreendimentos. Assim, ao passo que progrediam as necessidades brasileiras de materias primas, surgiam e se expandiam entre nós empreendimentos siderurgicos em esplendida sucessão de novas fábricas e novas variedades de produtos elaborados.

No ano de 1950, já o consumo de aço quase atingia à casa do milhão de toneladas. E' fato relevante que, nesse total, as empresas particulares contribuiram com quase 350.000 toneladas enquanto a importação baixava ao nivel das 200.000 toneladas.

De ferro gusa, produziram essas mesmas usinas, de iniciativa privada, cerca de 400.000 toneladas, o bastante para a transformação em aço, refusão, e até mesmo para exportação a paises vizinhos. De produtos laminados de aço, abraçando uma gama variada de produtos, entregaram ao consumo cerca de 300.000 toneladas.

A atmosfera de confiança, que o Govêrno soube e saberá inspirar ao capital e a empreendimentos particulares, respondeu a iniciativa nacional estendendo seus beneficios a todo o País. Podemos por isso contar hoje com variada linha de produção siderurgica, em nove unidades da Federação, onde se acham em atividade de trinta e cinco entidades produtoras de ferro e aço, das quais dezoito partindo do minério, usam gusa próprio para suas operações e para abastecimento às restantes.

EVOLUÇAO DO CONSUMO DE AÇO

Em 1930, o Brasil produziu apenas 40.000 toneladas de aço, para um consumo de quase 350.000 toneladas. O consumo anual do brasileiro à época apenas atingia a 9 kg **per capita**.

O consumo anual de 1950 já sobe a mais de 19 kg **per capita**. Enquanto que naquela época, nossa produção contribuia com menos de 1 kg **per capita**, a contribuição da produção nacional presentemente ultrapassa o valor-indice de 14 kg por ano e por brasileiro.

A produção de laminados atingiu um valor de mais de 1 bilhão e setecentos milhões de cruzeiros — num indice significativo de nossa expansão econômica e das oportunidades que se oferecem aos obreiros da grandeza nacional. Evoluem e aprimoram-se nossos métodos de produção. Liberta-se a siderurgia nacional dos moldes iniciais com que se implantou entre nós. Busca técnicas mais perfeitas, e mais consentaneas com o ambiente brasileiro. A primitiva siderurgia a carvão de madeira, com que nos iniciamos, tende a ser superada diante do vulto que tomam as usinas nacionais.

Não poderia o meu Govêrno desconhecer tais circunstancias. Sabe que a evolução inevitavel dos moldes técnicos de nosso trabalho implicará na necessidade de providências de alçada governamental, a serem tomadas em seu devido tempo. Maiores progressos de nossa siderurgia irão fatalmente provocar a eclosão de novos problemas, como seja a devastação de nossas reservas florestais numa área demasiado extensa para sua recuperação oportuna; como a esterilização do solo trabalhado por derrubadas, pela erosão e desmineralização, como a assistencia social aos obreiros, dedicados às fainas do carvão.

Volta Redonda criou o exemplo da siderurgia à base do coque, como caminho a palmilhar. E isso ainda que devamos importar o carvão estrangeiro, para suplementar e corrigir as deficiências do carvão nacional do sul do País. Além dêste recurso, há que atentar-se na electro-siderurgia, como solução econômica e técnica adaptável às condições nacionais.

Já em parte a solução apontada vem encontrando sanção nos fatos através da produção dos fornos elétricos existentes, que atinge hoje cerca de 80.000 toneladas anuais de produtos variados.

AÇOS ESPECIAIS

Nova iniciativa, a Companhia Aços Especiais Itabira, organizada em outubro de 1944, por iniciativa privada e com o apoio financeiro do meu Govêrno, após longo periodo de obras e construção, iniciou, em 1950, a sua produção de gusa e promete, no corrente ano, entrar no rol dos produtores de aço laminado e de aços especiais, usando o processo **duplex** em que intervêm como fontes caloriferas o carvão de madeira e a energia elétrica.

Deverá êste ano ficar aparelhada essa emprêsa para acrescentar ao potencial nacional de fabricação de aço mais 55.000 toneladas de produtos laminados e forjados de composição especial pertencentes a linhas novas de fabricação e incorporar ao potencial hidrelétrico nacional mais .. 28.000 kw.

Assim, a par do progresso das iniciativas governamentais, e preocupação do Govêrno que as iniciativas privadas cresçam e se articulem numa ampla rede de produtores, a fim de que o País, no seu conjunto, consolide a sua economia, amplie o numero de produtos de fabricação nacional e proporcione oportunidades e meios de vida variados a seus operários.

E quando, cedendo aos reclamos cada vez mais intensos das necessidades do nosso consumo, chegar o dia de lançarmos em Minas Gerais a segunda Volta Redonda, certamente a solução do problema da substituição do carvão de madeira por coque e energia elétrica será considerada pelos nossos especialistas como de cunho eminentemente nacional, ainda que enquadrada em planos de desenvolvimentos regionais.

INDUSTRIAS QUIMICAS DE BASE

A fabricação do ácido sulfurico e a dos álcalis — soda cáustica e carbonato de sódio — são atividades industriais básicas porque produzem os constituintes essenciais a quase todos os processos da quimica industrial.

ACIDO SULFURICO

Tal é a importancia do ácido sulfurico na industria, que seu consumo tem sido considerado o mais caracteristico indice da industrialização dum país. Na Alemanha, outrora se verificava o maior consumo de ácido sulfurico **per capita** em vista do grande desenvolvimento da fabricação de produtos quimicos, de fertilizantes e da metalurgia. Atualmente, é nos Estados Unidos que se observa a maior produção mundial de ácido sulfurico e ali o consumo **per capita** atinge 71 kg por ano.

Nossa produção de ácido sulfurico vem crescendo de par com o desenvolvimento industrial; há poucos anos, o consumo **per capita** era inferior a 1 kg e atualmente é da ordem de 1,5 kg por ano, o que vem mostrar que grande parte da atividade brasileira se processa fora do ambito industrial.

Dificilmente poderemos desenvolver a produção de fertilizantes, a refinação do petróleo, a industria quimica em geral, sem aumentar correspondentemente a nossa produção de ácido sulfurico. No momento observa-se um crescimento considerável nessa industria, inclusive pelas remodelações de velhas fabricas que se adptam aos modernos processos de fabricação por catálise.

As industrias de **rayon** e de adubos fosfatados têm sido o maior fator de crescimento da nossa industria de ácido sulfurico.

Hoje, a capacidade de produção dêsse ácido em nosso país é da ordem de 90.000 toneladas anuais, sendo 70% produzidos em São Paulo, 20% no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal e 10% no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Paraná. Embora a cidade de São Paulo continue sendo o maior centro de produção de ácidos minerais, outro importante núcleo surgiu e está crescendo no vale do Paraiba, sob a influência indireta de Volta Redonda.

Infelizmente, tôda a nossa produção de ácido sulfúrico baseia-se no emprêgo de enxôfre importado.

A despeito das pesquisas até hoje realizadas, ainda não foram revelados depósitos dêsse mineral no Brasil. São conhecidas tão somente jazidas de piritas, de exploração dificil onde o enxofre se acha ligado ao ferro. As piritas do carvão constituem a maior fonte de enxôfre que possuimos e sua utilização poderá ser efetivada quando forem aperfeiçoados processos tecnológicos já realizados em laboratório e agora em estudo de caráter semi-industrial. Para a atual produção de ácido sufúrico, consumimos enxôfre estrangeiro à razão de 100 toneladas por dia, enquanto, só na usina de lavagem de Capivari, abandonamos como refugo diàriamente mais de 150 toneladas de enxôfre sob a forma de resíduos piritosos.

Isso mostra bem a necessidade de incentivar os estudos de aproveitamento dos nossos recursos naturais, de amparar a pesquisa tecnológica, visando obter maior rendimento nas operações industriais e melhor utilização de nossas matérias primas. O enxôfre é, no momento, um dos elementos essenciais às indústrias de maior carência no país, não devendo ser poupados esforços para que seu abastecimento seja garantido, pois êle constitui a chave de tôda a grande indústria química.

ÁLCALIS

A indústria dos álcalis tem uma importância equivalente à do ácido sulfúrico, porém sua implantação no Brasil foi muito retardada pela dificuldade de encontrar as condições necessárias ao seu estabelecimento em bases sólidas. Enquanto a produção de ácido sulfúrico já tomou grande surto a despeito de estar baseada inteiramente em matéria prima importada, a indústria dos álcalis, já instalada, contribui com uma parcela muito pequena para o suprimento das necessidades do país, quanto à soda cáustica.

Duas modestas fábricas de soda electrolítica e produtos clorados, uma no Estado do Rio de Janeiro, outra em São Paulo, representam uma produção da ordem de 3.000 toneladas anuais de soda cáustica ou seja menos de 5% da nossa importação atual. Nossas indústrias de vidro, de rayon, de celulose e muitas continuam, asl sim, na dependência das importações que, no ano findo, atingiram a cifra de 55.000 toneladas de barrilha e 70.000 toneladas de soda cáustica. Devemos decidir-nos, por tanto, a evitar o dispêndio de divisas para aquisição de produtos, como êsses, que podemos fabricar no país.

Um dos óbices apontados contra a criação da nossa indústria de álcalis era a dificuldade de obter grandes quantidades de sal e outros elementos necessários a essa indústria. A descoberta do sal-gema em Alagoas e Sergipe, em 1942, despertou interêsse pelo problema dos álcalis e fomentou minuciosas pesquisas em Sergipe, infelizmente não coroadas de êxito.

COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

Pelo Decreto n. 5.684, de 20 de junho de 1943, foi fundada a Companhia Nacional de Alcalis, instalada a 28 de junho de 1944, com a finalidade de implantar em grandes moldes essa indústria tão essencial ao desenvolvimento econômico do país. Até o momento, porém, não foi possivel iniciar os trabalhos de construção da fabrica projetada para Cabo Frio, porque se tornou necessário estudar minuciosamente os vários fatôres influentes no caso e procurar soluções para contornar as dificuldades encontradas.

Após longos periodos e ensaios, ficou comprovada a possibilidade de se criar em Cabo Frio uma grande indústria de álcalis empregando sal de produção local e calcário de camadas de conchas existentes no fundo da lagoa de Araruama. O projeto atual, devidamente estudado, consiste numa fábrica com a capacidade de 100.000 toneladas anuais de barrilha, devendo uma parte desta ser transformada em soda cáustica, de acôrdo com as necessidades do mercado.

O novo empreendimento planejado exige o aumento de capital da Companhia para 200 milhões de cruzeiros e um empréstimo externo de 15 milhões de dolares.

Atendendo a considerações da Companhia, foi enviada ao Congresso Nacional, a 28 de outubro de 1950, uma mensagem que fundamenta projeto de lei destinado a autorizar a abertura de um crédito especial até 150 milhões de cruzeiros para compra de ações da Companhia Nacional de Álcalis e a transferência, para o Tesouro Nacional, de 50.000 ações preferenciais de propriedade dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, no valor de Cr$ 1.000,00 cada uma, e que, ao mesmo tempo, solicita autorização para o Governo garantir o empréstimo de 15 milhões de dolares a ser levantado nos Estados Unidos da America. Esse projeto de lei aguarda o pronunciamento da Comissão de Finanças na Câmara dos Deputados.

A indústria de álcalis, em grande escala, não atraiu, até o momento, a iniciativa particular, pela pequena margem de lucros que proporciona, dentro das condições naturais do país. Importante firma especializada já estudou o problema com grande interêsse, verificando a pequena margem de beneficios ao capital que comporta a indústria de álcalis nas condições peculiares ao Brasil. Cabe, pois, ao Governo ter em mente a melhor forma de promover a sua implantação, como medida de interêsse nacional.

INDUSTRIA MECANICA DE BASE. — FABRICA NACIONAL DE MOTORES

Quando, premido pelas dificuldades oriundas da última conflagração internacional, promovi a criação da Fabrica Nacional de Motores, visava êsse empreendimento a atender uma necessidade nacional — a da construção de motores para aviões, bem como estabelecer a primeira grande oficina que, pelo seu caráter de mecânica especializada e de precisão, pudesse servir de ponto de partida para linhas de produção destinada a usos civis. Os tratores, caminhões e geladeiras figuravam entre as linhas em estudos e ensaios.

E' de lamentar, entretanto, que o magnifico equipamento com que se dotara a indústria básica do país, tenha sido longo tempo desprezado.

E quando se retomou o programa industrial, objetivando a montagem e progressiva fabricação de caminhões, ligou-se a Fábrica a uma emprêsa italiana em via de liquidação. Liquidada a Isotta Fraschini, foi o contrato com esta emprêsa substituido por outro, com a Alfa Romeo.

A Fábrica tem, porém, prestado bons serviços na revisão de motores de aviação e seu abundante equipamento está permitindo o aperfeiçoamento de mecânicos de precisão, capazes de, no momento oportuno, virem a constituir o núcleo indispensavel a novos rumos na construção de veiculos no Brasil.

Restam várias medidas para colocar a Fábrica Nacional de Motores nas condições previstas quando da sua criação, superando as dificuldades com que vem lutando desde 1946.

Indústrias de bens de consumo

Não deve ter sofrido solução de continuidade, no ano findo, a expansão da atividade industrial dedicada à produção de bens de consumo que se vinha acelerando desde o inicio da segunda Grande Guerra.

NECESSIDADE DE UMA POLITICA INDUSTRIAL

O impacto sofrido por essa indústria, em 1947, por motivo das importações indiscriminadas e em massa de manufaturas já fabricadas no país, não arrefeceu o ânimo dos industriais brasileiros que, não obstante a concorrência externa, mantiveram o ritmo de produção em quase todos os setores e empreenderam a renovação e ampliação dos equipamentos, grandemente desgastados pelo esfôrço de guerra. Contudo, a experiência demonstrou, então, que a indústria nacional não pode prescindir de uma sadia politica de comercio exterior, tendente a pôr as emprêsas instaladas para produção de artigos essenciais a coberto de surprêsas resultantes de liberalidades excessivas em relação à concorrência externa. A falta de proteção aduaneira e, mais que isso, a situação cambial, exigem a instituição daquela politica, que deverá ser seguida pelo menos enquanto não se achar devidamente consolidada a posição industrial do país em face das nacões industrialmente desenvolvidas. Preconizando tal orientação adotamos tão só a diretriz seguida por tôdas essas nacões, durante o seu desenvolvimento.

A escassez de divisas, que se seguiu àquelas importações, deu origem à adoção do regime de contrôle do comercio exterior, motivando a seleção das mercadorias importadas, em razão da sua essencialidade ou à vista da sua produção efetiva ou possivel no país. Dai, o fortalecimento das atividades industriais já existentes e o surgimento de condições propicias a novas iniciativas.

Beneficiou-se dessa situação a indústria nacional de bens de consumo. Vários são os setores em que a expansão se vem processando de forma segura. Conquanto ainda não disponha o país de estatisticas eficientes, para medir a expansão das indústrias produtoras dêsses artigos, os dados relativos ao impôsto de consumo e à produção ou à importação de matérias primas por elas empregadas permitem verificar que, de fato, ocorreu últimamente notável avanço na atividade nacional produtora de manufaturas. O consumo de energia elétrica, como fôrça motriz, oferece outra indicação do crescimento da produção industrial, pois tal consumo aumentou de 15%, entre 1949 e 1950, nos dois maiores centros manufatureiros do país—Distrito Federal e capital do Estado de São Paulo.

Além disso, a renovação e ampliação das instalações industriais existentes e a implantação de novas unidades produtoras podem ser, em parte, avaliadas em vista das importações de equipamentos fabris. Desde que as compras dêsses equipamentos se tornaram possiveis, no após-guerra, o país importou dêles cêrca de quatro bilhões de cruzeiros, participando as indústrias produtoras de bens de consumo com 86% do valor total dessas aquisições. Inicialmente, a escassez de bens de produção nos paises tradicionalmente fornecedores e depois, a de divisas dificultaram, porém, o atendimento da procura de equipamentos importados. A indústria nacional de máquinas, entretanto, já se acha apta a suprir parte considerável dos equipamentos reclamados pelas emprêsas manufatureiras.

ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Em contraste com os fatores acidentais de incremento — como a interrupção de compras externas durante a guerra e mesmo depois de cessado o conflito, quer por falta de bens de consumo nos mercados supridores mundiais, quer em virtude do desequilibrio da balança de pagamentos que resultou na adoção do regime de licença prévia de importação —

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior)

a marcha para a industrialização tem defrontado uma série de obstáculos que vão sendo vencidos, quase exclusivamente pela tenacidade da indústria privada.

A dificuldade na aquisição de matérias primas e maquinaria estrangeiras, em virtude da situação internacional, é um dêsses empecilhos que tende a agravar-se. As restrições adotadas pelos países fornecedores já se fazem sentir no Brasil, principalmente nas indústrias que consomem metais não ferrosos, produtos químicos essenciais, ferro e aço, fôlhas-de-flandres, ao mesmo tempo que se acentuam as dificuldades para obtenção de equipamentos. Como medida destinada a evitar maiores entraves à expansão das indústrias nacionais de bens de consumo, cumpre fomentar a criação das indústrias de base destinadas a garantir suprimentos regulares, em todos os setores em que tais empreendimentos se apresentem oportunos.

A vacilação, senão ausência, de uma política industrial, principalmente no que concerne ao comércio externo de manufaturas, implica, tambem, no retardamento da expansão manufatureira. As necessidades crescentes do país, o desenvolvimento fabril que êle já alcançou e a incerteza de obtenção, no exterior, das manufaturas indispensáveis ao seu consumo, reclamam a adoção de uma diretriz segura para êsse campo da atividade nacional. Ao lado da revisão da política tributária interna, a racionalização da tarifa aduaneira necessita ser intentada, para que a indústria de bens de consumo não fique indefesa, após a extinção do regime de licença prévia de importação. Conquanto tais medidas não se afigurem urgentes, em face dos acontecimentos internacionais, a amplitude da tarefa a realizar exige que o Governo dela se ocupe quanto antes, com o fim de evitar surprêsas futuras.

A falta de tradição industrial no país faz com que grande parte do nosso operariado seja improvisado pelas proprias emprêsas produtoras. Além da ampliação do ensido técnico-profissional, tanto o tradicional sistema oficial, como o do SENAI, que já vem trazendo importante contribuição, cumpre incentivar o engajamento de operarios especializados estrangeiros, que desejem emigrar para o Brasil.

Cumpre, ainda, adotar medidas no sentido de generalizar, entre as emprêsas industriais, a consciência de que o aprimoramento da produção, a custo reduzido, será o melhor dos estímulos às indústrias manufatureiras nacionais. A racionalização dos processos de produção e de comercialização das manufaturas de alta qualidade, para que possam ser vendidas a baixo preço, em todo o território nacional, é questão que já não pode deixar de ser enfrentada seriamente, não só nelas emprêsas privadas, mas tambem pelas organizações de classe da indústria. Ao Governo não será estranha essa questão, orientando-se a política oficial no sentido de ampliar as facilidades de assistência tecnológica, bem como de encorajar os empreendimentos destinados a satisfazer as necessidades nacionais de bens de consumo, em condições convenientes, quer quanto à qualidade dos produtos, quer quanto aos seus preços.

SITUAÇÃO DE ALGUMAS INDÚSTRIAS

TÊXTEIS

A situação de algumas indústrias de bens de consumo precisa ser considerada, para que se lhes dedique atenção especial ao se fixar a política industrial adequada ao país, na presente conjuntura.

Após a crise de super-produção com que se defrontou a indústria nacional de fiação e tecelagem, ao se ver impossibilitada de manter as vendas para o exterior, no após-guerra, essa atividade produtora marcha para a normalização, de vez que já deu escoamento aos seus estoques gravosos e pôde, mesmo, aumentar o ritmo de trabalho no ano findo, em confronto com o de 1949. Foram consideráveis as importações de equipamentos para essa indústria, desde o término da guerra, não só destinados à substituição das máquinas que se desgastaram, por outras de maior rendimento, mas tambem com o fim de ampliar as fabricas existentes e de criar novas. No conjunto do país, o aumento do número de fusos usados pela indústria têxtil algodoeira, de 1949 para 1950, foi da ordem de 15%. Todos os outros ramos têxteis experimentaram tambem sensivel crescimento, que é preciso manter e estimular no futuro.

METALÚRGICAS E MECÂNICAS

Ao passo que se amplia a fabricação de produtos semi-elaborados de ferro e aço e de metais não ferrosos, cresce a capacidade de absorção dêsses produtos pela indústria nacional de transformação, nos ramos metalúrgicos e mecânicos, e os programas de ampliação das usinas siderúrgicas revelam a procura intensa, no país, dos produtos semi-acabados que elas vêm fabricando. No grupo das manufaturas de consumo civil produzidas pelas indústrias mecânicas e de material elétrico, vale destacar o desenvolvimento da fabricação de motores elétricos, pequenos e médios, e de alguns dos aparelhos elétricos de uso doméstico, na qual se atendeu praticamente à procura interna. Apresenta considerável avanço a indústria de máquinas-ferramentas, para trabalho em ferro e madeira, e de instrumentos usados na lavoura. O encaminhamento de projetos privados, para montagem de outras indústrias, como a de refrigeradores e a de máquinas de calcular, denuncia o surgimento de condições favoráveis à ampliação do campo industrial, nesse setor. Fato idêntico manifesta-se no campo das manufaturas de metais não ferrosos, como o dos artefatos de alumínio, em geral.

ALIMENTICIAS

Não obstante o incremento já observado na industrialização de produtos alimentares, êsse campo de atividade reclama atenção especial, em virtude da situação em que se encontra o problema da alimentação no país. A expansão faz-se sentir nos setores da produção de óleos comestíveis, açúcar, doces e conservas, laticínios, bebidas e outros; nenhum setor dêsse campo industrial deverá, porém, permanecer estacionário, visto como a melhoria das condições alimentares do povo brasileiro e o aumento demográfico demandam quantidades crescentes de alimentos. E a industrialização é condição essencial à estabilidade da produção agropecuária e à ampliação dos suprimentos nacionais de produtos alimentícios.

FARMACÊUTICA

Ramo industrial intimamente ligado à política oficial de saúde, a indústria farmacêutica nacional amplia-se e se aprimora, de ano para ano, reclamando, contudo, amparo efetivo nos setores de cuja atividade dependa o êxito daquela política. As dificuldades maiores com que se defrontou a indústria, ao se reduzirem as exportações no após-guerra, foram vencidas, em parte, com a montagem de filiais das emprêsas brasileiras em países latino-americanos.

DO PAPEL

Exige o mercado consumidor nacional quantidades crescentes de alguns tipos de papel, como o de imprensa, ainda não fabricados no país em quantidade suficiente para atender às necessidades atuais e imprescindíveis ao alevantamento do nível cultural da população, sob qualquer aspecto. A solução adequada do problema liga-se estreitamente ao êxito da indústria nacional de álcalis, mas o encaminhamento dessa solução não deve ser retardado, com o fim de evitar que o país venha a ter agravadas as dificuldades no suprimento do papel de que necessita. Conta, aliás, a Nação com consideráveis recursos naturais para resolver êsse problema de forma adequada, conjugando-o com a exploração da mata nativa, para outros fins industriais. Os dados referentes às importações de celulose, em 1950, confrontados com os do ano anterior — 78% de aumento — denunciam que as necessidades nacionais de papel aumentam aceleradamente de ano para ano.

DE ARTEFATOS DE BORRACHA

Marcha o país para a completa auto-suficiência no domínio das manufaturas de borracha e a produção de base dessas manufaturas já alcançou, mesmo, amplitude de grande porte. A manutenção dessa indústria em ritmo de funcionamento adequado às necessidades nacionais é questão, aliás, da maior importância, em face da imprescindibilidade dos produtos que ela fabrica, para os transportes rodoviários e urbanos e para outros setores da atividade nacional. Por outro lado, é ela a consumidora de matéria prima oriunda da região amazonica, cuja economia precisa ser soerguida. O fortalecimento e a ampliação da indústria manufatureira da borracha serão, portanto, objeto de atenção do meu Govêrno.

OUTRAS MANUFATURAS

Outras manufaturas nacionais, como as do calçado e a dos materiais de construção civil, estão a exigir ajuda eficiente para que, melhorando as suas condições de produção e de comercialização, possam suprir o mercado consumidor nacional de forma condizente com o objetivo geral do Governo, de elevar o padrão de vida do povo brasileiro. Na política industrial a ser instituida, os vários setores da produção ligados a êsse objetivo serão devidamente considerados, fixando-se critérios de prioridade na distribuição das medidas de fomento, principalmente através do crédito, de forma a orientar a iniciativa privada, assistida pelo Estado, para os setores em que a aplicação dos recursos disponíveis mais interessa à política do bem-estar nacional.

Desenvolvimento Econômico

Recursos naturais

No adequado aproveitamento dos recursos naturais, exauriveis e renováveis, reside um dos meios mais eficazes e seguros para aumentar a nossa produção e melhorar o padrão de vida do povo brasileiro.

Política de aproveitamento de recursos

Devido à vastidão do território, ao pequeno número de técnicos disponiveis, às dificuldades de execução de estudos em regiões longinquas, destituídas de comunicações, muitas vezes completamente despovoadas, — há ainda inúmeros recursos naturais que aguardam o pronunciamento da técnica para sua efetiva utilização. Julgamos, por isso, que deve ser empreendido um balanço dos recursos naturais do País com o fim de focalizar os problemas mais prementes e entregá-los às cogitações dos homens capazes e empreendedores.

Não é possivel fomentar a exploração das riquezas do País mantendo processos rotineiros, fruto do empirismo dos antepassados, aparelhagem obsoleta e concepções errôneas acêrca do valor da terra. O adequado conhecimento do solo, do subsolo, da flora, da fauna e das águas, é a base indispensável ao planejamento de qualquer obra de vulto, com ampla repercussão sôbre o progresso do País.

De par com investigações tendentes a descobrir recursos naturais básicos que ainda nos faltam ou que temos em quantidades limitadas, levando em conta o crescimento espantoso de todas as atividades, impõe-se instituir uma cruzada pela conservação e melhor utilização dos recursos naturais.

Aperfeiçoando os métodos de trabalho, planificando programas de acôrdo com as condições naturais, introduzindo na vida nacional práticas conservacionistas, poderemos utilizar melhor as fontes de riqueza do nosso território, sem depredá-las nem esgotá-las, resguardando para gerações futuras um patrimônio comum que deve ser conservado a bem da sobrevivência da Nação.

A conservação dos recursos naturais básicos deve constituir, portanto, uma preocupação precípua não só do Poder Público como de todos os brasileiros esclarecidos e patriotas. Uma campanha nesse sentido deve ser estendida a todo o Brasil, mostrando, a todos os que produzem e consomem, os meios de minorar nossas deficiências através de melhor aproveitamento das matérias primas nacionais, de mais racional ocupação da terra e de mais compreensiva utilização dos recursos humanos.

O saque aos recursos naturais foi praticado aqui, como em tôdas as regiões do mundo expostas à ambição desenfreada dos primeiros exploradores.

Mas a concepção que se tem hoje dos recursos naturais é bem diversa daquela que orientou as atividades econômicas dos produtores de antanho. As grandes áreas florestais, as minas, as fontes de energia, as águas e o solo não podem ser encarados sòmente sob o aspecto da propriedade privada, em que o detentor, querendo, tem o direito de depredar e inutilizar, sem medir consequências para o meio e para a coletividade. Acima da respeitável concepção da propriedade individual, cumpre encarar o ponto de vista do bem comum, da parcela que representa no patrimônio da Nação, do que significa para a harmonia e o equilíbrio dos bens naturais do País.

Entretanto, só um inquérito geral sôbre a utilização dos recursos naturais e sua conservação poderá fornecer elementos para elevar o grau de eficiência em vários setores da produção.

RECURSOS AMAZÔNICOS

A região amazônica, com sua vastidão de florestas cobrindo uma extensão de milhões de quilômetros quadrados, encerra problemas infindos. Temos ali de encarar a situação da borracha, da castanha, das madeiras de lei, dos óleos essenciais e produtos oleaginosos e, ainda, de inúmeros vegetais de possível utilização mediante o estudo de melhores técnicas de aproveitamento.

A nossa majestosa Hiléia não mais pode prescindir da atenção dos homens de estudo, para que dela se retire tudo quanto venha a contribuir para a economia nacional. Devemos agir bem alicerçados nas práticas de conservação, a fim de utilizar os bens sem romper irremediàvelmente o equilíbrio ecológico, para não correr o risco de desencadear calamidades consequentes à intervenção errada do homem no ambiente amazônico.

O crescente desenvolvimento da produção artificial de borracha, partindo dos componentes do petróleo, obriga-nos a uma atitude de mais assistência à produção da nossa borracha a fim de preservarmos essa riqueza natural que vem sofrendo, cada vez mais, a concorrência dos vários tipos de substitutos sintéticos.

BABAÇU

O côco babaçu precioso fruto de uma palmeira tão disseminada nas regiões de transição entre a Amazônia e o sertão, ocorre com grande abundância em vários pontos na orla da grande floresta equatorial. A utilização dessa importante semente oleaginosa deixa muito a desejar, e o pouco que produzimos representa esfôrço ingente de populações rurais trabalhando nas piores condições de rendimento. E' êsse um grande problema que precisa ser atacado com a ajuda de investigadores esclarecidos, capazes de introduzir práticas que permitam aumentar a produção mediante uma exploração racional e mecanizada, utilizando ao máximo os produtos do babaçu.

Na costa do Nordeste e Leste até ao paralelo do Rio de Janeiro temos locais e condições favoráveis à produção de sal marinho da maior importância, quer no ponto de vista industrial, quer alimentar. E' curioso notar que, embora tenhamos no mar uma fonte inesgotável dêsse produto, êle é ainda muito pouco consumido no País, e seu preço excessivamente alto. Nosso consumo "per capita" é apenas de 14 kg, enquanto nos Estados Unidos é da ordem de 100 kg, contribuindo para isso o seu uso generalizado na indústria e na pecuária.

E' necessário estudar os meios de tornar êsse produto, tão essencial, mais acessível aos consumidores do interior, melhorar a qualidade, utilizar os subprodutos das salinas, atualmente lançados novamente ao mar. A indústria salineira, por seus subprodutos, poderá contribuir para o aumento da produção agrícola, fornecendo sais de potássio em quantidades superiores aos que normalmente vimos importando.

CALCARIOS

Dentre os recursos minerais, importa mencionar as rochas calcárias. Sua utilização vem sendo feita inteiramente pela iniciativa particular, no afã de produzir materiais de construção, como cal e cimento.

CIMENTO

Por muito tempo só empregamos cimento importado e, quando surgiu o projeto de fabricá-lo no País, os pessimistas e os interessados no comércio de importação procuravam incutir no espírito do povo a idéia de que não seriamos capazes de produzir cimento com os nossos recursos naturais.

Os insucessos duma primeira tentativa, em São Paulo, fortaleceram por muitos anos essa propaganda contra os interêsses do País, e só depois de funcionar a primeira grande fábrica, localizada em Perus, foi que essa atividade, hoje tão florescente, se impôs à confiança do povo brasileiro.

Atualmente, a indústria de cimento conta-se entre as mais prósperas, mas não pôde ainda acompanhar as solicitações do mercado, a despeito das novas instalações. Em 1930 produziamos apenas 87 mil toneladas de cimento, em 1940 já fabricavamos 745 mil toneladas e em 1950 atingimos ao nível de um milhão e quinhentas mil toneladas, tendo sido ainda necessário importar 330 mil toneladas do estrangeiro.

CALAGEM DAS TERRAS

Além de assegurar grande expansão à indústria de cimento, nossas jazidas calcárias permitirão que se crie no Brasil a prática da calagem das terras. A acidez dos nossos solos, acentuada pela repetida lavagem das terras nos climas tropicais, está exigindo que, à semelhança de outros países de agricultura mais adiantada, s eenfrente o importante problema da adição de calcário moído ao solo.

Progresso da população e acidez do solo são problemas por tal forma correlatos que meu Govêrno não pode ignorar a premente necessidade de lançar as primeiras bases da utilização dos calcários moidos no cultivo das terras, visando à diminuição de sua acidez, como base da reconstituição e preservação da sua fertilidade, ao lado das práticas culturais indicadas pela técnica moderna.

A calcificação do solo, reconhecida como um dos grandes problemas dos países de solos ácidos, a ponto de exigir o transporte e incorporação de milhões de toneladas de calcário por ano, constituirá, assim, um ponto importante do programa governamental de defesa dos recursos naturais e fomentos da produção.

CARVÃO MINERAL

Não podemos descuidar, por outro lado, o estudo e a proteção das reservas de carvão, para assegurar continuidade ao programa metalúrgico nacional, já em grande expansão.

A siderurgia a coque, materializada na usina de Volta Redonda, está na dependência direta do carvão coqueificável de Sta. Catarina. Este deve ser resguardado preferencialmente para uso siderúrgico, evitando-se a sua utilização para outros fins em que se podem empregar carvões que não possuem as propriedades necessárias à formação de coque.

CARVÃO VEGETAL

Preocupações da mesma ordem devem abranger o abastecimento de carvão vegetal para a siderurgia instalada em Minas e São Paulo. O problema florestal, nesse aspecto particular de assegurar carvão vegetal para os altos fornos, não pode ser descurado nem subestimado.

A devastação rápida das matas pelos carvoeiros é um fato que não mais pode ser ignorado e, se não forem tomadas severas medidas acauteladoras, iremos ampliar a área de desolação e pobreza que ora se desenha em tôrno das usinas siderúrgicas.

PETRÓLEO E XISTOS

Diante da situação atual do consumo de combustiveis liquidos, crescente numa proporção em desacôrdo com as descobertas de petróleo que se vêm fazendo à custa de trabalho pertinaz, sem arrefecimento nem descrença, impõe-se em princípio considerar também os xistos betuminosos como recurso natural potencial.

FERTILIDADE NATURAL

Os solos férteis das frentes pioneiras, no Paraná e em Goiás, representam hoje uma riqueza que vem sendo conquistada com a mesma avidez com que os bandeirantes se atiravam às aluviões auriferas nos tempos coloniais. Areas de solos virgens, até agora protegidos pela mata, constituem um grande potencial de riqueza de que nossos agricultores do "hinterland" vêm lançando mão, com fé e entusiasmo. Mas é preciso não esquecer que os fatores climáticos, a erosão e o próprio esgotamento, provocado pelas colheitas, estarão aí presentes, empobrecendo ràpidamente a terra, se não forem tomadas medidas indicadas para a conservação de sua fertilidade original.

O solo fértil é, sem dúvida, o nosso maior patrimônio natural. Daí a necessidade de congregar esforços para protegê-lo, tanto quanto possivel, através de práticas já ensaiadas e comprovadas, em regiões semelhantes de agricultura mais evoluída. A má utilização do solo, portanto, não mais pode ser vista como assunto de estrito interêsse privado, principalmente se sua ocupação depender do sacrifício de outra riqueza natural — a floresta.

FLORESTAS

Na região Sul, como noutras zonas povoadas do País, a questão do suprimento de madeira às futuras gerações deve ser objeto de uma política de expansão da lavoura e da pecuária, que se concilie com a preservação das formações florestais de interêsse econômico, cujo aproveitamento industrial se processará sempre de forma racional. Extintas que forem tais formações pela atividade agropecuária costumeira, a obtenção de material lenhoso de grande porte se apresentará como problema sem solução, de vez que a restauração dos recursos florestais é impossível em curto prazo.

Conselho Nacional de Pesquisas

Em 1936, enviei ao Congresso um projeto instituindo o Conselho Nacional de Pesquisas, tendo antes criado o Instituto Nacional de Tecnologia. Por outro lado, a ampliação do tradicional Instituto de Tecnologia de São Paulo e o estabelecimento de organizações semelhantes em alguns Estados vieram impulsionar e ampliar a imprescindível organização da pesquisa tecnico-cientifica em nosso País.

A Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951, originária de três projetos em estudo no Congresso, estabeleceu, por fim, o Conselho e o Fundo Nacional de Pesquisas, com a finalidade de promover investigações científicas e tecnológicas, em qualquer domínio do conhecimento, por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições, e a auxiliar a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos.

Constituindo um centro de apoio e coordenação para as instituições existentes, criará, ainda, o Conselho, uma rede de órgãos de pesquisas, da qual se deve esperar o melhor conhecimento dos recursos nacionais e dos processos e métodos de sua utilização, e a melhor solução para problemas ecológicos, econômicos e sociais. Em complemento a isso, seu papel no suprimento da grande deficiência de quadros científicos e técnicos, no País, e de que tanto se ressentem a pesquisa, o ensino, o serviço público e a produção, poderá ser do maior alcance.

O Govêrno está disposto a apoiar e incentivar o Conselho Nacional de Pesquisas e as instituições votadas à investigação científica e à preparação de pesquisadores, por considerar sua missão da maior relevância, como instrumento propulsor do progresso econômico e social do Brasil.

Transportes e Comunicações

Uma das mais críticas deficiências para o desenvolvimento da economia brasileira é a precariedade do sistema de transportes. As distâncias e as dificuldades da topografia longe estão de serem vencidas. O processo de integração do mercado interno se retarda. Defrontamos hoje dois problemas gigantescos: a extensão das linhas e sua eficiência transportadora. De um lado, a população dispersa e a vastidão do território a interligar; e, de outro, a precariedade das estradas e do aparelhamento terrestre e aquático existentes, para proporcionar transporte rápido, seguro e barato.

O custo direto dos transportes, mais as perdas e o florescimento dos intermediários, favorecido pela irracionalidade do sistema transportador, constituem fatores decisivos no encarecimento da vida e nos desestímulo ao produtor. Além do mais, a situação de insegurança chegou a um ponto alarmante, de que constituem índice as elevadas taxas de seguro.

Não podemos subestimar a magnitude da tarefa — de uma parte, atender às longas interligações, de mais remoto interêsse para a finança das rêdes de transporte, e mesmo para a nossa economia, porém urgentes à segurança econômica e militar da Nação; de outra, renovar e reequipar o aparelhamento de transportes, com a técnica mais moderna e mais adequada às necessidades e condições do País.

Se não conseguirmos resolver os problemas fundamentais de transporte, a economia brasileira não poderá avançar muito da posição atual. Cumpre, assim, destinar o máximo de recursos financeiros e técnicos a êsse gigantesco problema, desenvolvendo todos os meios de transporte, cuidando de sua maior articulação e de seu mais útil aproveitamento pela economia nacional. Neste sentido, devem ser desenvolvidos os estudos de conjunto das necessidades de transportes, e adotado um novo Plano Nacional de Viação, que atualize e aperfeiçoe o baixado pelo Decreto 24.497 de 1934, e integre todos os sistemas.

Deve êle traduzir-se num plano global de inversões, para o qual devemos utilizar as fontes nacionais e internacionais de financiamento a nosso alcance.

Transporte ferroviário

A viação férrea singulariza-se, entre os meios de transporte, como o que permite o mais baixo frete aos gêneros de primeira necessidade, produtos predominantes em países de economia agrícola, e que assegura todo o transporte pesado.

A falta de orientação econômica na implantação dos primitivos traçados, a desarticulação do sistema, em função de emprego de diferentes bitolas, a pobreza ou o esgotamento das regiões marginais às vias férreas, o excessivo custo da mão de obra, os efeitos da inflação, o problema da carência de combustíveis e a insuficiência da extensão da rêde eletrificada, a falta de renovação do equipamento e do material rodante, a persistência nos sistemas tarifários obsoletos e a concorrência de outros meios de transporte, são as causas principais do estado deficitário da generalidade das nossas estradas de ferro, e da incontestável decadência da rêde ferroviária.

A análise comparativa das últimas estatísticas oficiais mostra-nos que a situação financeira das nossas estradas de ferro tem piorado nos últimos anos.

Assim, as vias férreas brasileiras que, em seu conjunto, proporcionaram um saldo de 106 milhões de cruzeiros no ano de 1945, passaram a dar *deficits* crescentes. De 250 milhões de cruzeiros, em 1946, atingiu o *deficit* em 1949 a 1 bilhão e 141 milhões, e em 1950 se aproximou de 1 bilhão e 500 milhões.

Todavia, devo lembrar que a análise ou as críticas sôbre os resultados financeiros das estradas de ferro não estarão completas, nem serão reais, se não forem levados a crédito das vias férreas os lucros indiretos obtidos à custa das ferrovias pela comunidade brasileira.

O ressurgimento econômico do sistema será problema difícil e que exigirá firmeza e decisão dos administradores ferroviários e extraordinários encargos financeiros para a União. Com efeito, o programa de primeira urgência para o reaparelhamento do nosso parque ferroviário foi avaliado em 21 bilhões de cruzeiros, nas últimas reuniões de Diretores de Estradas de Ferro, realizadas no ano de 1949.

O programa do Plano Salte e o estabelecimento do Fundo Ferroviário constituem pontos de partida para a execução do Plano Ferroviário.

ARTICULAÇÃO DAS RÊDES

A interconexão das diversas rêdes ferroviárias do País, programada e iniciada no ano de 1941, tem prosseguido regularmente.

Naquele ano, foram iniciados os trabalhos de articulação das rêdes seguintes: Central do Brasil à Leste Brasileiro, esta à Great Western, esta à Rêde Cearense e esta última à E. F. Mossoró, à E. F. Central do Piauí e à São Luiz-Teresina.

A ligação norte-sul, de Pôrto Alegre a Salvador, já está assegurada com a ligação, ultimamente inaugurada, de Montes Claros, na Central do Brasil, a Contendas, na Leste Brasileiro.

As obras das outras ligações continuaram, devendo, no atual Govêrno, ser terminadas tôdas as ligações ferroviárias de Pôrto Alegre a São Luís do Maranhão.

O melhoramento dos traçados existentes tornou-se, porém, um problema ferroviário tão importante como a ampliação da nossa rêde ferroviária. Neste particular, as obras de remodelação do Ramal São Paulo e da Linha do Centro, iniciadas em 1943, na E. F. Central do Brasil, deverão ser concluídas até o próximo ano. Cumpre fazer face à concorrência rodoviária, com ferrovias modernas e eficientes, que favoreçam a expansão da produção nacional.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES MARGINAIS

As estradas de ferro brasileiras, cumprindo a missão civilizadora de vias de desbravamento e penetração, teriam que desenvolver-se, como se desenvolveram, sem preocupação de lucros imediatos, que deveriam surgir com o progresso esperado das regiões beneficiadas. O progresso recíproco das vias de transporte e das zonas de influência, em geral, não correspondeu, porém, às previsões, porque, paralelamente à via de transporte, não houve nenhum planejamento para amparo e desenvolvimento das regiões de base agrícola ou pastoril, subsidiárias das vias férreas.

As zonas de progresso provocado pelas estradas de ferro muitas vezes se transformaram ràpidamente em grandes latifúndios desérticos.

Este é um dos fatôres por que, enquanto nos Estados Unidos as estradas de ferro transportam mais de 2.700 toneladas-quilômetro por quilômetro de linha, no Brasil não atinge a 200. A debilidade econômica das nossas vias férreas, em virtude da falta de potencial das regiões, ressalta pela comparação dêsses índices da densidade de tráfego.

O combate à erosão, a recuperação do solo, a mecanização da lavoura, a defesa sanitária, o crédito agrícola, a distribuição de terras, os gravames fiscais, enfim, a racionalização da lavoura e do pastoreio ao longo das estradas de ferro, são providências de largo alcance, que deverão ser adotadas em um plano geral de recuperação das regiões marginais das estradas de ferro. Dentro desta orientação, a recuperação das ferrovias deverá ser uma das diretrizes do programa de colonização.

ELETRIFICAÇÃO DAS FERROVIAS

O programa de eletrificação das estradas de ferro brasileiras constitui fator fundamental para solução do problema de combustível, e foi iniciado nas estradas de ferro da União, já em 1937, com a inauguração da eletrificação dos subúrbios do Rio de Janeiro, na Central do Brasil.

A eletrificação desta Estrada tem continuado, atingindo Barra do Piraí, em 1949, com a primeira travessia da Serra do Mar por meio de trens elétricos.

A eletrificação da E. F. Santos-Jundiaí, da Viação Férrea Leste Brasileiro, da Sorocabana, constituem outras iniciativas em marcha, que o atual Govêrno intensificará, dentro de um amplo programa de cunho nacional.

RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTO

E' fácil verificar que, embora muito se tenha realizado no sentido de aumentar a eficiência dos serviços ferroviários, permanecemos ainda muito aquém dos países que guardam a dianteira do progresso ferroviário.

Há grandes despesas a realizar, não sòmente no campo das construções, do prolongamento das vias férreas, e da eletrificação, como também na realização de um programa de renovação do material rodante e de tração.

Causas diversas, internas e externas, especialmente as perturbações decorrentes da última conflagração mundial, impediram que as estradas de ferro se aparelhassem em proporção ao acréscimo de volume de mercadorias e passageiros transportados. Durante a última guerra, as estradas de ferro realizaram um esfôrço gigantesco. Entre 1934 e 1945, o número de passageiros-quilômetro e toneladas-quilômetro aumentou para mais de 100%, enquanto o número de carros só pôde crescer apenas 10%, o número de vagões, de 23%, e o de locomotivas, de 8%. No período final da guerra a 1950, quando as condições foram favoráveis, o que se fêz pela recuperação das estradas de ferro não terá coberto o desgaste sofrido desde o começo do conflito mundial.

E' pensamento do Govêrno intensificar estudos para uma completa revisão do programa da aquisição de material rodante e de tração, baseando-se em dados estatísticos atualizados, bem como balanceando as despesas do material nacional distintamente das despesas do material de importação.

Transporte rodoviário

As diferentes rêdes de transporte, embora dotadas de características próprias que as diversificam e lhes condicionam a utilização, são interdependentes, constituindo sua coordenação requisito essencial à própria economia e eficiência dos transportes. Devemos, pois, construir rodovias de penetração e complementares às ferrovias. Isto, porém, não impede que um sistema rodoviário deva apresentar continuidade, permitindo ligação ininterrupta entre várias regiões geo-econômicas do País, e proporcione, através da articulação das linhas-tronco do Plano Nacional às rodovias estaduais, a formação de uma rêde que cubra todo o território nacional e se constitua em instrumento efetivo de progresso. Todavia, essas desejáveis ligações, quando importarem em traçados paralelos às ferrovias, não devem ser efetivadas sem a ponderação dos inconvenientes de uma competição ruinosa entre as duas vias de transporte e comunicação.

Concluídas as rodovias que põem em comunicação a Capital Federal com o Sul e com o Nordeste, urge ultimar as ligações com o Centro e o Oeste. Estendendo a influência das estradas de rodagem a vastas regiões tolhidas em seu desenvolvimento pela falta de comunicações, asseguraremos fácil escoamento aos seus produtos e propiciaremos, pelo intercâmbio com outros núcleos de população, sua integração à economia do País, bem como sua participação ativa em vários setores da vida nacional. A existência das boas rodovias é condição essencial à fixação do homem rural, ao estímulo às atividades agropecuárias, como fator eficiente na luta contra o pauperismo e a perniciosa concentração dos centros urbanos, pois nenhum outro meio de transporte moderno é mais penetrante e interessa mais fundamentalmente o homem do campo.

A execução sistemática do Plano Rodoviário Nacional, aprovado pelo Decreto-lei n.º 15.093, de 20 de março de 1944, com os acréscimos que lhe foram sendo introduzidos, destinados a ajustá-lo às necessidades do desenvolvimento do País, merece todo o empenho do Govêrno.

A criação do Fundo Rodoviário Nacional, cujos primeiros estudos datam de 1933, e que evoluíram para a oportuna fórmula consubstanciada na lei de janeiro de 1946, veio proporcionar recursos à expansão da Rêde Federal de Estradas de Rodagem e garantir, por outro lado, em obediência ao preceito constitucional, o auxílio financeiro aos Estados e Municípios, com o que ficou assegurado o desenvolvimento harmônico do sistema nacional e dos sistemas regionais de estradas de rodagem.

Cabe ao Govêrno federal, principalmente, a construção das grandes linhas diretrizes, que deverão ser complementadas com a construção de estradas tributárias, tarefa que compete primordialmente aos Estados e Municípios. Nesse sentido, a estreita cooperação da Administração Federal com os Departamentos Estaduais propiciará, pela coordenação de esforços e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, resultados consideráveis e a breve prazo.

Torna-se mesmo oportuno ponderar que a extensão da Rêde Rodoviária se deve processar simultâneamente com o melhoramento das estradas existentes. O revestimento dos trechos de tráfego mais intenso beneficiará o transporte, evitará os riscos, atenuará os fretes e reduzirá as despesas de conservação. Lembre-se mesmo que, nas estradas sem revestimento permanente, tais despesas se elevam a somas vultosas, que, em última análise, se convertem em puro desperdício.

Torna-se, assim, indispensável elaborar um programa de construção de revestimentos duráveis, nas principais ligações existentes, com o que o transporte terá seu custo reduzido, ganhando, ainda, em segurança, confôrto e rapidez. Por outro lado, a construção de uma rêde rodoviária de amplitude tão consi-

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da pagina anterior)

derável, como está a exigir a imensidão de nosso território, impõe severa disciplina na aplicação das verbas, que se não devem dispersar com a multiplicidade das obras, mas, sim, destinar-se, segundo critério seletivo, às realizações de maior alcance econômico. Embora fôsse desejável poder contemplar com recursos financeiros a construção de rodovias que representam, muitas vêzes, justas e antigas aspirações, uma orientação realista aconselha restringir o número de empreendimentos, para que sua execução se processe de forma econômica, e sem descontinuidades prejudiciais.

Os recursos do Fundo tiveram grande expansão com o aumento do consumo de combustíveis líquidos. Apesar disso, as quotas e dotações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem terão que responder, a partir dêste exercício, por muitas das obras que se realizaram utilizando financiamentos do Banco do Brasil, ou contando com créditos ainda não votados no Congresso, sem falar na vultosa cifra dos "restos a pagar". Cumpre acentuar que os empréstimos foram levantados esgotando disponibilidades bancárias normalmente destinadas ao crédito comercial agrícola e industrial, o que obrigou o Banco do Brasil a maior apêlo ao redesconto, ou seja, a emissões.

Portos

Os portos, elementos de ligação indispensável entre os meios de transportes terrestres e os sôbre água, representam papel de capital importância no desenvolvimento econômico da Nação.

Com o grande aumento de nosso intercâmbio comercial, quer interno, quer externo, — êste último, na década 1940/50, cresceu de cêrca de 15 milhões de toneladas anuais para 22 — as instalações e as condições de acesso da maioria de nossos portos tornaram-se insuficientes para atender às sempre crescentes exigências do comércio e da navegação.

Conseqüentemente, é da maior urgência, não só a continuação do reaparelhamento e da ampliação das instalações dos portos existentes, como a conclusão de instalações já iniciadas. A êste respeito, quero frisar que a execução de melhoramentos adequados, em vários portos, cujas zonas de influência estão a exigir melhores condições para o comércio de importação e exportação, merecerá de meu Govêrno cuidadosa atenção.

Entre os melhoramentos que merecerão iniciativas firmes e imediatas, sobressai, pela sua vital importância, a dragagem das barras, canais de acesso e bacias de evolução de muitos de nossos portos, cuja economia está sendo asfixiada por falta de providências concretas. Lembre-se mesmo que o volume a dragar em nossos portos está estimado em cêrca de 45 milhões de metros cúbicos, acrescendo ainda que, para a execução do trabalho em prazo razoável, não há aparelhamento disponível no País.

Navegação marítima

O extenso litoral e a nossa posição no comércio internacional exigem a manutenção de uma Marinha Mercante muito mais ampla e eficiente que a atual. De 307 navios acima de 100 toneladas, com 622 mil toneladas, 112 com 260 mil toneladas têm mais de 30 anos de serviço. Muitos dêstes navios exigem uma equipagem muitas vêzes superior à requerida pelos navios mais modernos, além de maiores dispêndios de combustíveis e de menor velocidade. A entrada em tráfego de 114 novos navios de diversos tipos, representando 270 mil toneladas, desde que terminou a guerra, recebidos ou encomendados, em geral, no meu período anterior, não foram suficientes para cobrir a perda de 152 mil toneladas em operação, durante o último conflito mundial, mais o desgaste de nossa frota marítima. Acrescente-se a isso a expansão do volume de comércio, refletida no movimento de cabotagem, que, apesar da carência de praça marítima, ascendeu de 3.019 mil toneladas de carga transportada em 1941 a 4.585 mil em 1949.

As novas encomendas, em que se destacam os petroleiros, referidos quando trato do petróleo, não atendem às necessidades.

E' patente a precariedade da nossa navegação de cabotagem. Cabe, pois, acentuar o interêsse vital de uma grande marinha mercante para o desenvolvimento econômico e a defesa nacional. Nossa grande linha de comunicações ainda é o mar, e quanto mais se desenvolvem os transportes interiores, mais navegação nacional de cabotagem e longo curso será requerida.

Navegação fluvial

Ainda no campo dos transportes, outro ponto que merece especial atenção é o melhoramento de nossa extensa rêde fluvial, já integrada no Plano Geral de Viação Nacional.

Evidentemente, não é possível pensar na sua execução imediata, pela importância de seu vulto; entretanto, terá que ser feito, paulatina e sistemàticamente, a fim de que se facilite e incremente a navegação interior e se faculte transporte eficiente, barato e rápido.

Para isso, porém, não basta o melhoramento das condições de navegabilidade de nossos rios; é preciso também dar maiores facilidades à pequena navegação que nêles se processa.

Por outro lado, a navegação fluvial, entre nós, é bastante precária e apresenta aspectos peculiares, em virtude das grandes distâncias a vencer, das variadas condições de navegabilidade, da reduzida produção regional e baixa densidade demográfica.

Há emprêsas governamentais que estão em situação de extrema penúria, sem embarcações e sem recursos, não só para reparar as velhas e insuficientes unidades existentes, como até para custear o próprio tráfego normal.

Meu Govêrno procurará estimular a atividade privada, fazer concessão de maiores facilidades à navegação, especialmente à fluvial, bem como aparelhar e modernizar a frota mercante da União, reorganizando os respectivos serviços, a fim de que possam corresponder à sua finalidade, que é o transporte rápido, eficiente e a baixo custo.

Transporte aéreo

A expansão dos transportes aéreos, no território nacional e para o exterior, vem-se processando de ano para ano, de forma a colocar o Brasil em posição de destaque, no mundo, entre os países de maior volume de tráfego. No ano findo, o percurso das aeronaves brasileiras somam 62 milhões de quilômetros, a serem confrontados com 7 milhões, em 1940; os passageiros conduzidos, 1,5 milhões, contra 86 mil em 1940; a bagagem e a carga transportadas, 50 mil toneladas, ao passo que, em 1940, não somaram 1.800 toneladas.

Mostram tais números que o transporte aéreo está preenchendo, no país, uma função cada dia mais importante. Núcleos populacionais remotos continuariam pràticamente isolados da comunidade nacional, se o avião não lhes tivesse proporcionado rápida ligação com os centros urbanos mais importantes. Entre êstes, o tráfego aéreo veio acelerar o ritmo da atividade econômica geral, que reclama o aperfeiçoamento contínuo do serviço.

Este aperfeiçoamento precisa ser alcançado, portanto, ao mesmo passo que se expande a rêde aeroviária nacional. Além das medidas indispensáveis ao contrôle e à proteção dos vôos, para segurança das aeronaves, cumpre conservar e melhorar os aeroportos já construídos, especialmente alguns de tráfego intenso que apresentam deficiências. As vias de acesso aos aeroportos estão a reclamar, também, as obras indispensáveis ao preenchimento da função do transporte aéreo, caracterizada pela rapidez.

Da mesma forma, a frota aérea, que apresenta falhas consideráveis em face do progresso da indústria aeronáutica, deve ser renovada com a urgência necessária a evitar que a expansão dos transportes aéreos nacionais venha a sofrer solução de continuidade.

Equipamento de transportes

O desenvolvimento e manutenção de um grande sistema de transportes, como o que o Brasil exige, requer uma relativa autonomia quanto às fontes de entrega e à produção de materiais e equipamentos para os transportes. Em outra parte desta Mensagem, destaco os combustíveis e a eletricidade. Cumpre-me aqui acentuar a necessidade de desenvolvermos a produção nacional de materiais de construção e instalação de vias de transporte, e de locomotivas, carros, automóveis, caminhões e navios. Graças aos planos e estímulos do meu período anterior de govêrno, avançamos consideràvelmente na produção de trilhos e de vagões. A capacidade potencial das indústrias de tais especialidades não foi, entretanto, utilizada plenamente nos últimos anos. Não se fez, também a utilização, na escala prevista, das chapas grossas de Volta Redonda para o desenvolvimento das construções navais.

O Govêrno retomará a orientação de fomentar, ou de promover diretamente, na medida em que a iniciativa e o capital privados não ocorrerem, tôdas as indústrias que, em bases eficientes, contribuam para libertar o país das importações de meios de transporte, inclusive a de construção de locomotivas, a indústria automobilística e a de máquinas de construção.

Comunicações

Sem serviços eficientes de comunicação, — sejam os mantidos pelo Estado, sejam os concedidos, — a vida econômico-social da Nação não poderá desenvolver-se devidamente em nenhum dos seus setores.

CORREIOS

Desde a fusão dos serviços de correios e telégrafos iniciou-se um trabalho tendente a reformar os velhos processos de atuação do Estado no campo das comunicações. Os serviços postais, porém, continuam a reclamar medidas capazes de sanar as suas falhas e de assegurar a sua evolução no mesmo ritmo da atividade geral do País. Há que mecanizar o serviço, reformar as instalações, regularizar os transportes, coordenar o tráfego postal em todos os pontos em que essas providências se apresentem como necessárias. Os planos de trabalho elaborados com êsse objetivo não devem ter a sua execução interrompida, para que se ultimem em prazos razoáveis.

TELEGRAFOS

O aperfeiçoamento dos serviços telegráficos e radiotelegráficos vem sendo, também, objeto de um plano cujos estudos se iniciaram em 1945. Cumpre levá-lo a efeito, igualmente, substituindo as linhas-tronco, instalando aparelhagem de tráfego de grande rendimento e implantando os processos de operação que a técnica moderna instituiu e vai aprimorando, principalmente no domínio do rádio. Empreendimento de tal vulto, terá de ser realizado em etapas sucessivas, articuladas com as peculiares à reforma do serviço postal, dando-se prioridade às realizações de significação mais urgente em face do desenvolvimento geral do País.

TELEFONES

Dentre os serviços de comunicações explorados por concessão a emprêsas privadas, os de telefones estão a exigir atenção especial do Govêrno, visto como padecem de graves deficiências em quase tôdas as regiões do País. Conquanto tais deficiências decorram, em parte, de dificuldades surgidas durante a guerra e não superadas devidamente no qüinqüênio anterior, é preciso ter em vista a falta de entendimento, pelas emprêsas concessionárias, da demanda de novas instalações, principalmente nos grandes centros urbanos. Os serviços existentes não estão acompanhando o desenvolvimento nacional, quer nesses centros, quer nos do interior, que devem quanto antes ser postos em comunicação direta com os centros vitais do País.

Para solução dos problemas peculiares às comunicações postais, telegráficas, radiotelegráficas e telefônicas, a indústria nacional muito pode contribuir, reduzindo as dificuldades com que se defronta o País no suprimento da aparelhagem indispensável no serviço. E à medida em que se restringirem as compras de material estrangeiro, em conseqüência das limitações impostas pela situação internacional, a fabricação daquela aparelhagem, pela indústria nacional, mais se imporá como o único meio de evitar que as comunicações tenham o seu desenvolvimento retardado.

Energia

O consumo de energia, quer elétrica ou dos combustíveis, é um índice final, perfeitamente característico, do padrão de vida e do confôrto de um povo evoluído. Uma nação vale econômicamente pelo número de cavalos-vapor que mobiliza em suas turbinas, em seus veículos e em seus motores. A civilização moderna aprendeu que riqueza, bem-estar social e justiça econômica resultam não apenas da vitalidade de suas instituições políticas, mas principalmente da potência de seus instrumentos de trabalho. A natureza oferece oportunidades imensas aos povos que aprenderam a substituir a fôrça do braço humano pela energia das máquinas. Os elementos necessários ao progresso de um país e ao bem-estar de seu povo se ampliam na proporção dos recursos energéticos mobilizados.

Pudéssemos hoje elevar o consumo de energia do trabalhador brasileiro aos níveis já atingidos por outros povos, e teríamos eliminado as principais causas de sofrimento de nossa gente. A multiplicação da potência em máquinas, à disposição dos trabalhadores da indústria e do campo, significaria aumento de produtividade, melhor padrão de vida e maior felicidade coletiva. Podemos repetir o conceito do pensador moderno: — "o aspecto material da história de um povo pode ser descrito pela curva de progresso de sua habilidade em controlar e utilizar as energias naturais".

O Brasil precisa alterar seu balanço energético não apenas em quantidade, mas também em qualidade. Cêrca de 80% da energia não muscular que consumimos é proveniente das nossas matas. Construímos uma civilização da lenha, cujo destino seria desolador, se não nos dispuséssemos a captar outras fontes mais nobres de energia e conservar nossa riqueza florestal.

Temos, felizmente, reservas imensas de energia hidráulica, que devemos transformar em eletricidade. Possuímos essa apreciável riqueza que é o carvão do Sul do Brasil, e já começamos a aproveitar o petróleo comercial, que foi revelado pelas pesquisas oficiais.

Cumpre-nos, pois, desenvolver um esfôrço decidido para a mobilização de nossas fontes de energia.

Eletricidade

O aumento da produção de energia elétrica constitui imperativo do programa do Govêrno, que se empenhará em promover o aproveitamento racional das enormes reservas hidráulicas do País cooperando com a iniciativa privada, que iniciou êsse aproveitamento no princípio do século sob o regime de concessão.

A vigilância do poder público, aqui, como em todo o mundo, tornou-se indispensável para suprir as deficiências do regime de concessão, em face da complexidade crescente dos interêsses em jôgo. A intervenção do Govêrno federal nos problemas hidrelétricos tomou caráter sistemático depois da promulgação do Código de Aguas, em 1934.

Com efeito, em país cujas fontes de energia térmica muito deixam a desejar, a utilização de energia hidrelétrica tinha de ser encarada,como indústria-chave, sujeita, portanto, a determinadas regulamentações. E, assim sendo, os princípios normativos do Código são plenamente justificados, pois não se compreende a subordinação, a desígnios estranhos, de uma atividade da qual depende o nosso progresso industrial e, consequentemente, o desenvolvimento econômico do País e o próprio aparelhamento da defesa nacional.

Demais, a profunda mudança operada na conjuntura mundial a partir da crise de 1929 acarretou, de um lado, a diminuição do comércio internacional e a paralisação virtual do fluxo de capitais e, de outro, o grande desenvolvimento de nossos laços econômicos internos pelo progresso da produção industrial, possibilitou largo incremento na formação de capitais nacionais.

Dessas novas condições, decorreu a possibilidade prática da aplicação do princípio da nacionalização progressiva firmado pelo Código de Aguas. Tal política deve ser realizada pelo sistema de concessão a prazo limitado e amortização obrigatória do investimento, adotando-se para isso o regime de tarifas flexíveis e contabilidade fiscalizada.

A implantação do novo regime exige a revisão dos contratos anteriores à expedição de normas uniformes de contabilidade e de regulamentos outros complementares do Código, tanto para sua execução, como para a adaptação dos concessionários preexistentes, levando em conta, em todos os casos, a profunda diferença de situação e de evolução entre as grandes e as pequenas emprêsas.

O simples enunciado das providências acima dá idéia da complexidade da tarefa e do volume dos interêsses em lide. Daí as resistências, as dificuldades, as vacilações que vêm retardando a efetividade do novo regime. Várias leis foram já promulgadas e o sistema uniforme de contas, variável em detalhe conforme o vulto da emprêsa, entrou em vigor a 1.º de janeiro do corrente. Em breve será ultimado o regulamento do serviço adequado, que inclui o novo regime tarifário e a adaptação das emprêsas preexistentes aos princípios do Código de Aguas.

A despeito de tudo, entretanto, os serviços de eletricidade não deixaram de se desenvolver. O acrescimo de potência instalada a partir da data do Código de Aguas foi da ordem de 125%, atingindo em 1950 um total de 1.860.000 kw.

A rentabilidade das grandes emprêsas tem aumentado mais do que a das pequenas; aquelas vêm financiando suas ampliações com os próprios lucros obtidos no serviço e têm conseguido maior apoio dos governos. A profunda diferença de situação econômica existente entre os dois grupos demonstra a conveniência de efetivar a regulamentação do Código, tomando em consideração os característicos extremamente diversos das grandes e pequenas emprêsas.

Apesar de lucrativas, as grandes emprêsas não têm atraído novos capitais em proporção conveniente e vêm retardando seu ritmo de expansão para não ultrapassar as possibilidades de autofinanciamento ou de obtenção de créditos com o apoio dos governos.

E' uma característica da época atual o desinterêsse do capital privado para serviços de utilidade pública. Mesmo nos Estados Unidos, tais emprêsas encontram-se em grandes dificuldades de financiamento. Cumpre acrescentar que essas dificuldades não são estranhas à tendência nacionalizadora nos principais países europeus, como a França e a Inglaterra.

Verifica-se hoje, entre nós, um *deficit* de intalações produtoras de energia elétrica da ordem de meio milhão de quilowatts. Há, por outro lado, enormes demandas potenciais a atender como decorrência das inadiáveis necessidades de industrialização, de eletrificação ferroviária e de reorganização dos transportes urbanos e suburbanos. Avaliam os técnicos que, para atender ao ritmo de nossas demandas, devemos instalar nos próximos anos uma média anual de .... 200.000 kw em todo o País.

E' indispensável, por isto, que o Govêrno assuma uma posição ativa em face do problema de criação de novos recursos de energia elétrica.

Tais são os fundamentos da orientação de comissões técnicas, cabendo citar a que colaborou com a Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos e a que elaborou o Plano Nacional de Eletrificação.

Na primeira, foi sugerida a criação de um Banco de Investimento especializado, denominado de Eletrificação. Entre os recursos para o referido Banco, figura um Fundo de Eletrificação a ser instituído conforme projeto estudado. Encontra-se em alguns países estrangeiros solução que se assemelha ao projeto do Banco de Eletrificação e, mesmo no Brasil, existem fundos especiais para as ferrovias, rodovias e portos, com excelentes resultados para os serviços a que se destinam.

Da segunda comissão, originam-se os estudos para a criação de entidades especiais de economia mista como meio de promover a atuação dinâmica do Govêrno em referência a "coordenação regional" abrangendo:

1) aproveitamento racional das disponibilades de energia pela construção de rêdes primárias de transmissão;
2) concentração, pelo estabelecimento de grandes centrais elétricas;
3) eletrificação ferroviária em larga escala, em virtude da utilização conjunta das linhas de transmissão e das subestimações pela via férrea e pelas cidades do trajeto;
4) fomento do consumo em consequencia do baixo nível da tarifa, o qual poderá ser mantido sem diminuição do sucesso econômico das entidades regionais coordenadoras.

Paralelamente à atuação oficial nas zonas de maior progresso do País, faz-se sentir a necessidade de ampliar a função de assistência às pequenas emprêsas, preconizada no Código de Aguas, compreendendo assistência técnica, financeira e simplificação das normas administrativas. Sob êste último aspecto um grande passo será dado com a providência de descentralizar a execução do Código, mediante transferência aos Estados e Municípios de certas atribuições ainda hoje exercidas pelo Govêrno Federal.

Nesse sentido, a política relativa à criação de órgãos auxiliares do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, completada, ainda no último ano, em mais alguns Estados da Federação, é precursora de maiores transferências de atribuições federais à medida que os novos regulamentos forem sendo expedidos.

Tais regulamentos, sem dúvida, acarretarão grande acréscimo das atividades administrativas do Govêrno com o desempenho das funções fiscalizadoras da contabilidade e da implantação do princípio tarifário do "serviço pelo custo", além das tarefas precipuamente técnicas de engenharia e financeiras, sobretudo com a concretização dos projetos relativos ao fundo e ao banco de eletrificação. A reorganização dos setores especializados da administração no tocante à eletricidade impor-se-á, consequentemente, como indispensável.

Outra providência, da maior importância, consiste na revisão de alguns dispositivos do Código de Aguas para atender ao que dispõe a Constituição.

Os altos interêsses nacionais, em face da deficiência de energia elétrica em todos os centros de atividade do território nacional, estão a clamar pelo aumento substancial dessa fonte propulsora de trabalho, bastando consignar que a cada quilowatt de acréscimo, se aduz ao progresso e ao engrandecimento do País, contribuição equivalente à produtividade mecanica média de duas dezenas de operários.

Para que a eletricidade seja um elemento de progresso e permita o desenvolvimento industrial não é meramente necessário que seja barata, é indispensável, sobretudo, que seja abundante. A oferta de energia deve preceder e estimular a demanda. A falta de reserva de capacidade e as crises de eletricidade são processos de asfixia econômica de consequências funéstas. E' indispensável, por isso, que o Poder Público assuma a responsabilidade de construir sistemas elétricos, onde sua falta representa maiores deficiências.

A iniciativa de vários Govêrnos estaduais, como os de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de construírem usinas e sistemas de transmissão e distribuição, merece o apoio do Govêrno federal através de assistência técnica, financiamento e auxílio financeiro.

Ao Govêrno federal deve caber a iniciativa de grandes empreendimentos, de larga projeção nacional, como é o caso da Usina de Paulo Afonso. Este empreendimento, que é, por seu vulto e pelo significado econômico que encerra, uma experiência nova de política administrativa, merece ser melhor examinado.

Constituída a Companhia Hidrelétrica de São Francisco de acôrdo com a autorização contida no Decreto-lei n. 8.031, de 3 de outubro de 1945, teve ela seu capital subscrito pelo Govêrno federal. Governos estaduais, autarquias e capitais privados.

A primeira etapa do empreendimento compreende a construção da usina de Paulo Afonso, com a potência inicial de 120.000 kw; a respectiva estação elevadoura; duas linhas-tronco de transmissão de 220.000 volts e extensão total de 840 km, sendo seus pontos terminais Recife, ao norte, e Salvador, ao sul; 4 subestações transformadoras nessas linhas-tronco e uma estação conversora de frequencia em Recife; 505 km de linhas de transmissão de 66.000 v; 801 km de linhas de transmissão de 33.000 v; 6 subestações abaixadoras de 66.000 v para tensões locais de distribuição; 42 subestações abaixadoras de 33.000 v para tensões locais.

O orçamento dessa primeira etapa está calculado em ..... Cr$ 1.053.448.400,00.

As obras já realizadas permitem prever um desenvolvimento normal dos programas traçados.

Instalados acampamentos de serviço dotados de todos os recursos de assistência aos operários e funcionários, foram montados os equipamentos de construção, não só para as barragens como para a perfuração dos túneis e salões subterrâneos para as casas de máquinas. Já está quase tôda concretada a barragem de oeste com 1.147 metros de comprimento e já foram perfurados dois poços verticais de 80 metros de profundidade e 7 metros de diâmetro e estão adiantadas as obras dos túneis de adução e descarga.

Todo equipamento da usina, subestações e linhas de transmissão já foi adquirido e iniciada a respectiva entrega de acôrdo com os prazos estabelecidos.

Até 31 de dezembro de 1950 já havia a Companhia Hidrelétrica de São Francisco despendido a soma de .... Cr$ 296.446.900,00, inclusive despesas no estrangeiro.

Solicitou o Govêrno ao Congresso Nacional a expedição de uma lei permitindo à Companhia Hidrelétrica do São Francisco o aumento de seu capital antes da integralização do capital inicial subscrito em ações preferenciais. A discussão e votação dêsse projeto não puderam ser concluídas na legislatura anterior, embora lhe tenha sido dado regime de urgência. E', entretanto, indispensável uma rápida solução dessa matéria.

Petróleo

Até 1938, a legislação sôbre jazidas minerais, introduzida pela Revolução de 1930, não continha normas especiais referentes a petróleo.

Sentiu, porém, o Govêrno, a tempo, a gravidade da situação do País, que se acha desprovido de uma indústria fundamental. Lançou, então, os seus marcos iniciais, declarando, pelo Decreto-lei n.º 366, que a lei não reconhecia o domínio privado sôbre as jazidas de petróleo e atribuía à União ou aos Estados a propriedade das que porventura fôssem descobertas.

Seguiu-se o Decreto-lei n.º 395, de 1938, que declarou de utilidade pública o abastecimento de petróleo, nacionalizou a indústria da sua refinação e criou o Conselho Nacional do Petróleo. Pouco depois, o Decreto-lei n.º 538 organizou o novo órgão e fixou-lhe numerosas atribuições, mais tarde ampliadas pelo Decreto-lei n.º 1.369. De modo geral, cabe ao Conselho regular o abastecimento do petróleo e levar a efeito os trabalhos oficiais de pesquisas, lavra e refinação dêsse minério.

A essa legislação ficou devendo o País a preservação de uma de suas mais importantes riquezas, e se é certo que a ela não se seguiram as iniciativas necessárias a completar o ciclo de nossa emancipação em combustíveis líquidos, também é certo que, pelo menos, não comprometemos nossas reservas em soluções apressadas, de recuperação difícil, como as que oneraram o desenvolvimento de tantos países, inclusive na América Latina.

O consumo dos derivados de petróleo no País, que cresce ràpidamente, de ano para ano, elevou-se em 1950 a cêrca de quatro e meio milhões de toneladas, representando um acréscimo de 42% sôbre o consumo de 1948 e de 101% sôbre o de 1946.

Esses dados estão a indicar a necessidade de se prosseguir, cada vez mais intensamente, na adoção de soluções objetivas e imediatas para os vários problemas atinentes à obtenção de petróleo e seus derivados.

As atividades do Conselho Nacional do Petróleo são de dupla ordem: pesquisa e industrialização do petróleo.

No pertinente ao refinamento do petróleo, êste órgão construiu a pequena refinaria de Mataripe, destinada ao trato do petróleo baiano, com uma capacidade de apenas 2.500 barris diários — considerada de antemão insuficiente. Posto em funcionamento, impôs-se logo a ampliação para o dôbro. Foi também iniciada a construção da Refinaria de Cubatão, em Santos, com a capacidade de quarenta e cinco mil barris diários, para o trato inicial do petróleo importado. Por outro lado, foi outorgada, em setembro de 1946, a duas entidades privadas, autorização para construírem e explorarem uma refinaria no Distrito Federal e outra em São Paulo, respectivamente para 10.000 e 20.000 barris diários, facultando-se, outrossim, à Refinaria de Ipiranga, na cidade do Rio Grande a ampliação das suas instalações.

Neste momento já se acham encomendados aos Estados Unidos os equipamentos da Refinaria do Distrito Federal, devendo no prazo de dois anos, que dura ainda a concessão feita às emprêsas particulares para montagem de suas fábricas, estar entregue o material e montado no País.

Quanto ao transporte do petróleo e derivados, o Conselho cooperou no projeto detalhado dos oleodutos Santos-São Paulo.

Embora a pesquisa e a lavra do petróleo nacional constituam o objetivo a que devem tender os nossos maiores esforços, para encontrarmos em nosso próprio solo os recursos vitais de que carecem as indústrias e o sistema de transporte, é evidente o primado do problema da industrialização do petróleo importado sôbre todos os outros em que se decompõe essa complexa questão. O Brasil continua sendo, mais de dez anos depois do advento de nossa legislação sôbre o petróleo, um país importador de produtos refinados, de custo elevado e armazenagem difícil, o que expõe a nossa economia a riscos de indisfarçável gravidade em caso de um conflito armado, que interrompa a regularidade das rotas marítimas. Precisamos transformar o País de importador de óleo cru, garantindo o abastecimento através de frota própria de navios petroleiros, capazes de nos abastecerem no mercado mundial. A etapa definitiva será posteriormente alcançada quando passarmos do consumo de óleos estrangeiros para o consumo de produto extraído do nosso próprio território.

O Govêrno não poupará esforços para alcançar, com presteza, a solução dêste problema, e para isso conjugará os esforços da iniciativa oficial e da iniciativa privada, confiando a emprêsas de um e de outro tipo as tarefas de industrialização e as de exploração dêsse combustível, sem prejuízo do princípio de que as jazidas de petróleo constituem patrimonio nacional e devem ser monopólio estatal.

PESQUISA E PRODUÇÃO

Neste capítulo, a atividade atual do Conselho compreende prospecção geofísica pelos métodos sísmicos e gravimétrico, trabalhos geológicos de reconhecimento e de detalhe e perfurações de poços pioneiros e de lavra de petróleo.

Neste instante, operam em geologia superficial algumas turmas nas regiões seguintes: baixo Amazonas (Estado do Pará); sudoeste e costa do Maranhão; litoral de Alagoas; Recôncavo baiano; vale do rio Tietê, em São Paulo; vale do rio Paranapanema, no Paraná; região de Lajes, no Estado de Santa Catarina.

Por métodos geofísicos foram pesquisadas extensas áreas, contando-se hoje sete turmas: uma no Amazonas; três, no Pará; uma, no Maranhão; uma, em Alagoas e uma, na Bahia.

Quanto a perfuração, têm sido apreciáveis os trabalhos dêsse órgão. Expandindo os seus serviços além do Lobato, onde, em janeiro de 1939, foi descoberto o petróleo pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, localizou o Conselho vários poços no Recôncavo baiano, insistindo hoje em Sergipe e Pará.

E' pensamento do meu Govêrno, no tocante a tão importante setor da evolução econômica do País, prosseguir nos trabalhos de geologia, geofísica e de perfuração. Dêsse modo, terão continuidade os trabalhos de reconhecimento e de detalhes nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por outro lado, procuraremos desenvolver o programa para a produção de petróleo no Recôncavo baiano e perfuração de poços pioneiros nos Estados do Pará, Maranhão, Alagoas, Bahia, São Paulo e Paraná.

Xisto betuminoso

O Conselho Nacional do Petróleo, desde meados de 1949, está executando, no Vale do Rio Paraíba, São Paulo, a prospecção de jazidas de xisto betuminoso. Foram perfuradas, até a presente data, 35 sondagens para verificação da jazida e procedeu, no decorrer do ano findo, à analise dos testemunhos de sondagens de 23 daqueles poços.

Não obstante os trabalhos em marcha, não será possível, tão cedo, calcular com segurança as reservas de xisto existentes e seu significado industrial e comercial.

A pasada administração criou, pelo Deireto n.º 28.661, de 19 de setembro de 1950, a Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso, correndo as verbas para seu aproveitamento industrial à conta dos recursos do Plano Salte.

Por indicação dessa Comissão, a área que está sendo prospectada pelo Conselho, no Vale do Rio Paraíba, municípios de Taubaté e Tremembé, foi pelo Decreto n.º 28.948, de 9 de dezembro de 1950, declarada de utilidade pública, para desapropriação pela União Federal, por ter sido considerada necessária à industrialização do xisto betuminoso.

E oportuno salientar que os processos de industrialização de xisto vêm sendo objetivo de intensa pesquisa em vários países por parte de órgãos governamentais e emprêsas particulares. Trilhando o mesmo caminho, promoveremos as pesquisas e investigações necessárias, que possam colimar na industrialização, em bases econômicas, do xisto, no Brasil, tanto quanto a isso nos determinar a segurança nacional e o propósito de aliviar o consumo interno de combustíveis com os recursos do País.

Refinamento de petróleo

a) Refinaria de Mataripe

Encontra-se funcionando a Refinaria de Mataripe, do tipo *cracking* térmico. A sua capacidade atual de refinamento é de 350 toneladas de petróleo bruto por dia, produzindo gasolina, querosene, óleo diesel e óleo combustível.

Embora ainda de alcance restrito para a própria economia baiana, a refinaria poderá atender ao mercado dêsse Estado com cêrca de 90 milhões de cruzeiros de produtos por ano, o que facultará a amortização do investimento em 8 anos.

Pretende o Govêrno acelerar os trabalhos para a duplicação da refinaria, incluindo nessa nova etapa a instalação de unidades de polimerização catalítica e de produção de gás liquefeito. Será, então, possível suprir os mercados dos Estados de Alagoas e Sergipe e parte de Pernambuco.

b) Refinaria de Cubatão

Em 29 de julho de 1949, foi assinado contrato com a firma norte-americana "Hydrocarbon Research Inc." para a execução do projeto, fiscalização e supervisão da montagem de uma refinaria de petróleo de 45.000 barris diários de capacidade, em Cubatão (Santos), havendo-se na mesma data celebrado um ajuste entre êste Conselho e o consórcio francês "Fives-Lille & Schneider", para o fornecimento da respectiva maquinaria.

Embora tal refinaria se destine a trabalhar com petróleo estrangeiro, poderá ser beneficiada com um sistema de transporte específico, através de petroleiros nacionais, concorrendo, com essas operações, para uma economia global de divisas gastas com petróleo, na ordem de 25 a 35%.

Pensa o Govêrno incrementar os programas previstos, atacando de imediato a construção de edifícios diversos; construção do parque de armazenagem, com capacidade total de 700 mil metros cubicos de petróleo; preparo das fundações para as unidades de processamento e sua respectiva montagem; obras auxiliares, como pavimentação de estradas de acesso, vila operária, suprimento de energia elétrica e de água.

Espera o Govêrno que a refinaria esteja em completo funcionamento no decorrer de 1953.

ESTOCAGEM DE COMBUSTIVEIS LIQUIDOS

No tocante ao armazenamento de combustíveis líquidos, nossa situação atual revela extrema fragilidade, pois que os tanques existentes no País têm capacidade de total suficiente apenas para atender ao consumo normal de 2 meses e meio ou seja 18.5% da importação anual de derivados do petróleo.

Pretende o Govêrno ultimar, com presteza, os tanques em

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior)

construção, com o que será aumentada a capacidade de armazenamento para cêrca de 33,6% da citada importação, ou seja o consumo normal de 4 meses.

TRANSPORTE

A aquisição de uma Frota de Petroleiros foi iniciada em dezembro de 1949, com recursos fornecidos pela Lei n.º 650, de 13 de março de 1949. Foram adquiridas, em diferentes países, 21 unidades.

Até a presente data, todavia, dispõe o Govêrno apenas de duas unidades em serviço, pois as restantes deverão ser entregues ainda no corrente ano e até junho de 1952.

Não pode ser diminuida a importancia do problema do tranporte maritimo próprio para o óleo, sobretudo depois que a instalação das refinarias nacionais substituir o nosso atual consumo de refinados pelo consumo de óleo bruto. Durante a guerra passada conhecemos os rigores de um severo racionamento de combustiveis, que afetou a vida industrial e o sistema de transportes, embora o consumo daqueles anos não atingisse 30% do consumo atual. Esse racionamento não decorreu da falta de combustiveis nos paises que os produzem e os refinam, mas da falta de transporte marítimo, pois ficamos na dependência de navios petroleiros de outra bandeira, os quais foram muitas vezes desviados para outras rotas a que se reconhecia prioridade econômica ou militar.

Se o País possuir uma frota capaz de alimentar o seu consumo, estarão em grande parte cobertos os riscos de uma situação de emergência, ao mesmo tempo que terá sido feita importante economia de fretes.

CONTRIBUIÇÃO DE ELEMENTOS PRIVADOS NA PESQUISA

Desde a criação do Conselho Nacional do Petroleo até o presente momento foram concedidas aos particulares 67 autorizações para pesquisa de petróleo e gás natural, interessando globalmente uma área de 6.100 km2, isto é, menos de um decimo de um por cento do território nacional. Esse resultado parece demonstrar que a atividade privada brasileira não manifestou interêsse apreciável pela pesquisa do petroleo, nesse intervalo de 12 anos.

Das 67 autorizações outorgadas apenas 9 estão atualmente em vigor, relativas a uma área total de 670 km2. Tôdas as outras desapareceram por efeito de caducidade da autorização, desistência do pesquisador ou extinção do prazo de pesquisa. A metragem perfurada pelos particulares, no mesmo periodo, atingiu acumuladamente menos de 10 km, numero êsse sem significação como índice da atividade de pesquisa. Tais iniciativas oneraram, de fato, com exclusividade, sôbre os ombros do Govêrno.

As importações brasileiras de derivados de petroleo atingiram, no ano passado, a ordem de 125 milhões de dólares, o que representa parcela importante da nossa capacidade de compra no exterior. As providências tomadas para o transporte de petroleo em navios nacionais e seu tratamento em refinarias brasileiras poderão reduzir a mencionada cifra de 25% a 35%. Alguns anos se passarão, entretanto, sem que isso aconteça, tendo em vista o prazo necessario à montagem das instalações e os dispendios com a aquisição de equipamento. Isso evidencia que a solução real do problema reside na produção abundante de petroleo natural brasileiro, em prazo curto, proposito que exige a colaboração ampla de tôdas as fôrças que queiram participar dessa gigantesca empreitada, e que forem aceitas pelo Govêrno brasileiro, em condições satisfatorias para todos, naturalmente resguardados os supremos interesses da economia e da soberania nacional.

O Brasil produz cerca de 2 milhões de toneladas de carvão bruto, mas importa quase 1 milhão de toneladas dêsse combustivel.

Carvão

CARVÃO MINERAL

Do carvão beneficiado produzido em nossas minas, 60% são consumidos em cinco de nossas ferrovias, principalmente na Viação Ferrea do Rio Grande, na Estrada de Ferro Central do Brasil e na E. F. Teresa Cristina, e, subsidiáriamente, em duas outras estradas de ferro.

Algumas usinas termelétricas do Rio Grande do Sul e uma de Santa Catarina constituem o segundo grande consumidor de carvão nacional, utilizando mais de 16% do total lavrado.

Finalmente, Volta Redonda consome 11% do carvão brasileiro, originário de Santa Catarina, com exclusividade.

Assim, apenas três categorias de consumidores — algumas vias férreas, umas poucas usinas elétricas e o alto forno de Volta Redonda — dão escoamento a 87% da produção nacional de carvão.

As industrias, a produção de gás e navegação consomem quantidades mínimas de carvão nacional, dele praticamente prescindindo.

Nessa ordem de idéias, convém salientar que a maioria de carvão produzido no Rio Grande do Sul aí é localmente consumido; ao passo que o carvão de Santa Catarina viaja até o Rio de Janeiro e Volta Redonda, em busca do seu principal mercado.

Esse caráter de consumo estadual interno predominante, quanto ao carvão do Rio Grande, e consumo estadual externo predominante, quanto ao carvão de Santa Catarina, é uma das feições mais salientes do aspecto econômico do atual problema do carvão nacional. E' que a atividade exportadora de carvão de Santa Catarina vem decrescendo ultimamente, valendo salientar que cerca de 600.000 toneladas de produto se encontram empilhadas na região carbonifera do Estado, por falta de procura. Decorre êste fenômeno da indiferença dos mercados do Rio e de São Paulo, facilmente abastecidos pelo carvão estrangeiro de melhor qualidade e menor preço especifico. Essa situação indica desde logo a necessidade de criar-se, também, consumo local para o carvão de Santa Catarina.

A histórica do consumo de carvão nacional revela traço marcante: todos lutam pelo combustivel, em épocas de escassez internacional de hulha; poucos o querem, a não ser os consumidores locais, em épocas de abundancia. Destarte, a manutenção da industria carbonifera, em tempos de paz, é encarada como o pagamento de uma apolice de seguro contra acidentes de guerra.

De outro lado, a industria não pode viver sujeita a longas crises, separadas por curtos periodos de prosperidade, porque, dessa maneira, nunca teremos uma verdadeira industria carbonifera.

Foi êsse problema que meu anterior Govêrno procurou resolver, vinculando o carvão importado ao lavrado internamente, mediante o estabelecimento das quotas de consumo obrigatorio de carvão nacional, inicialmente de 10% e, depois de 20%.

Essa solução já desempenhou plenamente o seu papel. Hoje, nenhuma pressão é exercida, para forçar o consumo de carvão nacional. De fato, importamos menos de 1 milhão de toneladas de carvão estrangeiro; a vinculação de que fala a lei exige, portanto, o consumo obrigatorio de quantia inferior a 200 mil toneladas de carvão nacional. Ora êsse consumo efetivamente ultrapassa 1 milhão de toneladas. Assim, 800 mil toneladas de carvão brasileiro, pelo menos, são consumidas, independentemente de pressão legal, simplesmente porque o carvão encontra, ao lado da boca da mina, um mercado remunerador, como no Rio Grande do Sul, ou viaja até Volta Redonda, como o carvão metalurgico de Santa Catarina.

Chega-se, assim, à conclusão de que a sobrevivencia econômica permanente da industria carbonifera brasileira reside na limitação inteligente do raio de ação comercial do carvão, confinando-o a áreas suficientemente restritas, em torno das minas, para que dentro delas seja invulneravel a preços de concorrência, mesmo nas épocas de abundancia do carvão estrangeiro.

Essa área, no caso do carvão de São Jeronimo e do Butiá, no Rio Grande do Sul, abarca o próprio Estado. O carvão dessas minas encontra hoje mercado remunerador no consumo da Viação Ferrea do Rio Grande, assim como na usina termelétrica de Porto Alegre, além de outras aplicações, nas industrias do Estado. Essa situação tem proporcionado à industria carbonifera do Rio Grande do Sul estabilidade econômica mais sólida que a desfrutada pelo carvão de Santa Catarina.

E' por êsse motivo, visivel o interesse em criar, nas adjacências das minas de carvão de Santa Catarina, um parque industrial convenientemente planejado, e que se apresente como um grande consumidor de calorias. O estabelecimento dêsse binomio: mina de carvão e mercado próximo será para Santa Catarina uma condição primordial de estabilidade da industria de carvão e, para o Brasil, de tranquilidade quanto à segurança do suprimento nacional de combustivel, em épocas de emergência.

Essa solução, embora definitiva para o problema do carvão de Santa Catarina, deve ser considerada um tanto remota. Daí a necessidade de tentar-se uma solução a prazo médio, e sob condições de investimentos menos onerosas, que objetive forçar o raio comercial do carvão brasileiro pela melhoria de qualidade e barateamento de preços.

Para tanto, torna-se necessario, por um lado, que os proprietarios das minas promovam a racionalização da lavra; a elevação da produção por homem-dia; a mecanização das operações; os metodos de lavagem de carvão; e, por outro, que o Govêrno promova melhor sistema de transportes dos centros produtores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, de forma a fazer chegar aos consumidores produtos de melhor qualidade e a preços de competição.

Outra providência em beneficio do carvão brasileiro, essa de caráter imediato, será o pagamento em dia das contas do carvão adquirido pelo Govêrno ou por entidades parestatais. Até 1945, as emprêsas federais e parestatais, consumidoras de carvão nacional, pagavam pontualmente os fornecimentos que lhes eram feitos. Daquele ano em diante, porém, tais pagamentos passaram a ser efetuados com atraso crescente.

Para quaisquer medidas que venham a ser tomadas em beneficio do carvão nacional é importante não esquecer o imperativo de certas circunstancias da técnica moderna, que manifesta a tendência de, em lugar do carvão cada vez mais consumir **fuel oil**, combustivel de maior poder calorifico e de maior flexibilidade de transporte, e óleo **diesel**. Este, principalmente em locomotivas Diesel-elétricas, equipadas com motores que funcionam com um rendimento triplo daquele sob que operam as maquinas a vapor, alimentadas a carvão.

Todavia, todos os esforços devem ser feitos em prol do carvão brasileiro, pois que, no seu raio de ação, sempre representará êle fonte de energia para usinas termelétricas, de vapor, para industria; e de matéria prima, para industria quimica e siderurgica, além do seu irrecusavel significado nacional, em épocas de emergência.

LENHA E CARVÃO VEGETAL

Na política a adotar e com fim de assegurar ao País o suprimento adequado de energia já não é possivel ao Govêrno federal descurar-se de dar atenção especial à criação de fontes produtoras regulares de material lenhoso, em todos os setores em que os combustiveis vegetais se apresentem como economicamente preferiveis. O consumo anual de lenha em volumes que ora superam 100.000.000 de metros cubicos — retirados em alta percentagem das matas nativas, sem a observancia de quaisquer das práticas preconizadas pela técnica moderna de exploração florestal — de há muito vem sendo atendido mediante a devastação do revestimento floristico de áreas cada vez mais amplas, com grave prejuizo para o regime de águas dos nossos rios e para a estabilidade dos solos das suas bacias.

Não será possivel ao País, por outro lado, prescindir dêsse combustivel, pois com êle são atendidas as necessidades nacionais de energia mecanica e calorifica em cerca de 80%. A industria siderurgica de porte médio, grande parte das estradas de ferro e das linhas de navegação fluvial, inumeras instalações térmicas para a produção de força motriz e de eletricidade, as caieiras e as ceramicas, os fogões domésticos de quase todos os nucleos de população do País reclamam cada ano quantidades maiores de lenha e carvão vegetal que as matas nativas já não podem fornecer em vastas áreas do território nacional. Ao mesmo tempo que se aumentam as outras fontes de energia; a produção racional de lenha impõe-se portanto, como um problema a resolver.

Na solução dêsse problema, comum a quase tôdas as regiões de população densa e a muitas das empresas que operam no País, a cooperação das três órbitas da Administração Publica federal, estadual e municipal, carece processar-se com o fim de se criarem fazendas florestais destinadas ao suprimento de combustivel vegetal aos consumidores domésticos e às empresas industriais que o empreguem. Convenientemente orientada tal politica, as matas remanescentes irão sendo poupadas, para que se regenerem naturalmente, e as áreas reflorestadas poderão ter os seus solos recuperados para fins agricolas, em regime de rotação cultural.

Planos Regionais

No quadro especial de um imenso território como o do Brasil, as relações entre o homem e o meio ambiente assumem aspectos variados, exigem métodos diversos de adaptação, de conquista e de conservação em cada unidade geográfica, em cada provincia climática, em cada setor regional.

A medida que se adensam os grupamentos humanos e se alarga a ocupação territorial, definem-se áreas e caracteristicas singulares, a exigir métodos peculiares de vida e a sugerir esforços coordenados no esquema de planos regionais.

Em vários setores do dominio geográfico brasileiro já se distinguem elementos imutaveis do plano que a natureza nêles estabeleceu para a vida humana, e já se esboçam as linhas mestras da estratégia que os grupos sociais devem obedecer para se adaptarem às condições do meio e superarem as limitações de progresso que elas impõem.

Nas áreas sêcas do Nordeste, na planicie aluvial da Amazônia, nos alagados da Baixada Fluminense, como no quadro de várias de nossas bacias hidrográficas, já se enunciam os temas básicos de planejamentos regionais, indispensáveis à coordenação de esforços que permitirá um desenvolvimento satisfatório dessas regiões.

As experiências de trabalho programado já realizadas em algumas dessas áreas sugerem-nos uma política de continuação e aperfeiçoamento de métodos capazes de ativar o processo de superação das dificuldades do meio.

Cabe ao Govêrno da União a tarefa de comandar a realização dêsses planos de desenvolvimento regional que abrangem áreas de vários Estados. Cabe a êle mobilizar recursos que permitam enfrentar os problemas centrais e de maior amplitude, coordenando seus esforços com os estaduais e municipais, numa politica de incentivo à iniciativa privada, de catálise e ativação de processos naturais de fixação humana e progresso econômico e social.

A evolução da técnica moderna de planejamentos regionais nos aponta diretrizes essenciais do método de trabalho a ser empregado: a definição clara de temas centrais de planejamento, a eleição de objetivos básicos, em tôrno dos quais venham a girar outros aspectos da vida regional, a coordenação de esforços, a cooperação dos vários niveis de atividades governamentais e indispensável participação do povo na persecução dêsses objetivos.

Os planos que não se apóiem em amplas investigações cientificas e técnicas serão falhos, sem fundamentos convincentes, sem poder de persuasão, sem continuidade no tempo.

E' necessário ainda que livremos os planos regionais de influências de politica local e personalista, que a poupemos de mutilações e fracionamentos ilógicos, que a enquadremos na estrutura dos mais claros e atuais objetivos da Politica Nacional.

O momento é oportuno para um balanço de nossas realizações nesse campo e para uma tomada de posição em face dos problemas que êle oferece.

Alguns dos planos regionais brasileiros já se desenvolvem há vários anos, competindo-nos atuar no sentido de acelerar sua execução, de atualizar seus objetivos e aperfeiçoar os métodos de trabalho que êles envolvem. Outros estão em fase de elaboração inicial, de coordenação preliminar, a exigirem a criação de novos orgãos, sua estruturação legal, administrativa e técnica. Todos merecem atenção especial do Poder Executivo como do Poder Legislativo.

Amazônia brasileira

A Amazônia constitui um dos problemas regionais brasileiros que exigem mais séria atenção do poder público. Estão ali representados cêrca de dois têrços da extensão territorial do País, reservas florestais e outras riquezas naturais ponderáveis, ao lado de uma população que o censo de 1950 estimou em menos de dois milhões de indivíduos — fenômeno que ressalta não se concentrar naquela imensa região o potencial humano indispensável à sua mobilização econômica.

A realidade amazônica tem sido o extrativismo florestal, com tôdas as suas conseqüências. Extraem-se da floresta alguns produtos que encontram colocação imediata. Todavia, como a heterogeneidade da floresta tropical dispersa o vegetal procurado pela fabulosa extensão do vale, a população acompanha a espécie solicitada, e se dispersa também. Na selva, cada família deve bastar-se a si própria e a divisão do trabalho torna-se impossível. Nenhum esfôrço ponderável póde, em conseqüência, ser feito até agora pela educação ou pela saúde dessas populações rarefeitas. Por outro lado, a diluição da população impede uma agricultura estável, pois a atividade agricola é eminentemente social. E com isso criam-se condições penosas de vida e de saúde para as populações extrativistas.

E' preciso vencer essa etapa de pioneirismo, de desregramento, dominar o meio agressivo e nêle estabelecer, firmemente, através da execução de uma politica realística, sua definitiva integração aos quadros permanentes da civilização nacional.

As lições do passado, desenvolvidas desde a experiência portuguêsa até os propósitos governamentais consagrados na legislação de 1912, não devem ser desprezadas. Os insucessos verificados, resultantes de nossa inexperiência politica e desaparelhamento técnico, não autorizam pessimismos aprioristicos. Por isso, mobilizando as conquistas da melhor técnica, pensa o Govêrno enfrentar os problemas da Amazônia, para assegurar-lhes soluções corretas e oportunas.

Os espaços potencialmente ricos e desocupados despertam apetites perigosos num mundo de crescentes pressões demográficas e politicas. Se as rarefeitas populações amazônicas têm conservado os contornos de nosso domínio político, cumpre-nos auxiliá-las no aceleramento de sua integração à economia nacional.

Não pensa, todavia, o Govêrno chegar ao exagêro de desprezar a cooperação alienígena e dos organismos que nos podem trazer, sob nossa orientação politica e vigilância permanente, o subsidio da experiência técnica.

O mundo amazônico abrange território de outros países amigos, pelo que se fez mister o melhor entendimento com os governos fronteiriços, para a valorização da gigantesca Hiléia, numa obra sadia de solidariedade e de boa vizinhança sul-americana.

Sem dúvida, a valorização do grande vale implica a solução prévia de imensos problemas de ordem técnica e mesmo politica. Já em minha administração anterior tive oportunidade de iniciar as medidas que, então, pareceram fundamentais para êsse cometimento, que é agora imperativo constitucional: criei o Instituto Agronômico do Norte e o Banco de Crédito da Borracha; iniciei o programa de saneamento a cargo do S.E.S.P., encampei e iniciei a reorganização dos serviços de navegação da grande bacia fluvial; convoquei as nações vizinhas para a conferência dos problemas amazônicos; criei os territórios de Rio Branco, Guaporé e Amapá, experiência cujos resultados são consideráveis.

As opiniões sôbre a infecundidade generalizada das terras tropicais não nos devem perturbar. As experiências e as soluções já encontradas em outros pontos do globo são suficientes para esclarecer-nos sôbre o exagêro daqueles juizos negativos. Se as investidas sôbre a floresta para a extração da matéria prima necessária às iniciativas industriais, forem conduzidas não mais com o primitivo caráter de aventura, mas com um sentido de operação econômica organizada em bases técnicas, poderemos firmar uma sólida exploração da Amazônia.

Ao lado do aperfeiçoamento da técnica agrícola, que é tarefa precípua do Instituto Agronômico do Norte, deve-se enfrentar o problema da exploração racional da floresta, que, apesar da diversidade de espécies, permite obter rendimento econômico, se lançada em grande escala.

Ênfase particular também deve ser dada, na Amazônia, à pecuária e à piscicultura. A pecuária encontra em inúmeras de suas regiões, ótimas condições de desenvolvimento, que devem ser estimuladas com uma adequada defesa profilática dos rebanhos. A piscicultura encontra, nas águas ricas de *plankton* dos rios amazônicos e na variedade de peixes de grande porte e rápido desenvolvimento, um campo ideal de aplicação. Os criadouros experimentais iniciados no Museu Goeldi, de Belém, em 1942, devem ser levados a um estágio prático para a realização de criações em escala industrial nas várias regiões do vale.

Por outro lado, a descoberta de grandes jazidas de manganês e de ferro, no Amapá, cuja exploração é de grande interêsse nacional, sugere a intensificação de pesquisas geológicas, que nos venham revelar outras riquezas latentes na região, inclusive o petróleo, cuja pesquisa me foi dado iniciar no Acre ocidental.

As atividades produtivas da Amazônia, porém, só podem vingar em maior escala se amparadas por um sistema adequado de crédito, passível de centralização no Banco de Crédito da Amazônia, hoje aparelhado com recursos especiais, através da lei que lhe concede 10% das verbas anuais destinadas à valorização regional. Esse estabelecimento, que, por disposição de lei, detém o monopólio das operações finais de compra e venda de borracha, encontra-se com escassez de recursos para fazer face aos encargos atribuídos por lei, que vão desde a compra de tôda borracha produzida no País financiamento dos estoques não vendidos, entrega da borracha no local em que é consumida até aos empréstimos rurais aos produtores de borracha, ao comércio ligado a essas atividades e ainda à pequena indústria de borracha. Assim, cumpre aparelhar o instituto para o desempenho de tôdas estas atividades, cumprindo reforçar-lhe os recursos, principalmente agora que as atribuições do Banco se estenderam a todos os produtos da Amazônia.

Igualmente urgente para a região é o reequipamento dos transportes, realizado em embarcações fluviais construídas há 50 e 60 anos, e operando demorada e dispendiosamente. Tôdas as linhas de navegação, mantidas na Amazônia pelo Govêrno e particulares com êsses tipos de navios obsoletos, são deficitárias. Em 1943 e 1944, foram procedidos estudos sôbre a modernização da frota do S.N.A.A.P.P., visando-se transportar cargas a um têrço do custo então vigente. O plano ainda não foi pôsto em prática, mas é urgente que o seja, pois a situação dos transportes na Amazônia é angustiante e parece improvável que a economia da região se possa desenvolver sem um sistema eficiente de transportes. Da mesma forma, é indispensável que completemos a estrutura terrestre das linhas aéreas, que possibilitem contatos rápidos entre os habitantes de tôda a bacia.

Também será providência importante o aparelhamento dos portos e estaleiros principais da Amazônia, para o rápido desempenho de suas tarefas, pois a longa demora em descarga ou reparações dos navios reduz a eficiência geral do transporte e obriga a fretes mais altos. A desobstrução e conservação dos canais navegáveis de muitos rios amazônicos é uma condição para o sucesso dos transportes fluviais.

Todos êsses e outros aspectos da vida amazônica têm que ser disciplinados em um conjunto, que há de ser o Plano de Valorização da Amazônia, previsto pela Constituição de 1946, e ainda não organizado. Como obra lógica, obedecendo a uma hierarquia de problemas, cuja solução é interdependente, o plano não poderá ser uma simples lei. Trata-se de uma obra técnica, cujo planejamento exige a mobilização de equipes de especialistas e a utilização da experiência que os serviços federais e estaduais, já existentes, podem e devem oferecer.

Região das sêcas do nordeste

Muitos anos de esfôrço no combate aos efeitos das sêcas, que assolam vastas regiões do Nordeste do País, já nos convenceram da necessidade de nêle persistir, em face dos resultados obtidos e já nos ensinaram os métodos adequados à recuperação e progresso econômico das áreas flageladas.

O trabalho realizado e a experiência acumulada definiram as linhas mestras de um verdadeiro plano regional, cujo tema central — adaptação humana a uma área de chuvas deficientes — se desdobra em problemas de integração econômica de tôda a região, em métodos de armazenamento d'água e sua utilização racional, em medidas de educação e aparelhamento das populações locais para um progresso seguro, ainda que sob as flutuações de um clima incerto.

Sôbre o fundo climático da semi-aridez, mais ou menos acentuada, que lhe dá os tons de unidade do ponto de vista humano, a paisagem geográfica da chamada região sêca, é, na realidade, extremamente variada: as várzeas aluviais do Baixo Jaguaribe e do Baixo Açu, com os seus carnaubais extensos e preciosos; o Seridó, agreste e áspero, onde, nos aluviões escassos das torrentes, e mesmo nos tabuleiros, resiste à sêca o algodão mocó, e onde a energia do homem multiplicou cidades claras e progressistas; o árido chapadão da Borborema, de "águas duras" e vegetação hostil onde extensos campos de palma e, mais recentemente, grandes plantações de ágave humanizam a terra; os altiplanos sedimentares do Araripe, do Apodi, da Baixa Verde, os tabuleiros do Piauí, regiões onde cada poço perfurado se constitui num centro de vida, numa base para o cultivo da mandioca ou do algodão, num ponto de apoio para os rebanhos; o alto sertão de Pernambuco, da mamona, do algodão, do caroá, dos rebanhos caprinos onde Salgueiro, com sua industrialização incipiente, é um pôsto avançado da civilização; os "carrascais" da região de Canudos; as planicies, hoje desertas, do Canché, no Vaza Barris, à espera do milagre da água; e a solidão soturna das várzeas do Ema, do sertão baiano, — são todos complexos diversos, onde o problema das sêcas se diversificou na variedade do panorama geográfico, a exigir soluções especificas.

Alguns fatos fundamentais permitem, no entanto, hierarquizar as armas de defesa contra a sêca, e caracterizar os aspectos essenciais do seu emprêgo na solução do problema de melhoramento das condições de estabilidade, e elevação do padrão de vida das populações de tão vasta região.

Há que considerar, nesse sentido, antes do mais, o povoamento extensivo da região semi-árida; a amplitude de incidência das grandes sêcas; a existência de recursos minerais, e de recursos vegetais permanentes, mesmo nos periodos de deficiência ou falta de chuvas; a pertinácia com que nordestino resiste à retirada, enquanto dispõe de qualquer meio de subsistência; e, finalmente, o fato, indiscutível, de que no deslocamento das populações, principalmente quando tumultuário, é que sempre se caracterizaram os aspectos mais calamitosos das sêcas.

O problema da sêca pode ser considerado, assim, em essência, um problema de fixação de populações dispersas, mais pròpriamente resolúvel pela adoção de providências de caráter *extensivo*, que visem, de um lado, ao aproveitamento, em escala cada vez maior, dos recursos minerais ou vegetais estáveis que a região naturalmente oferece; e, de outro, à multiplicação de centros de resistência de interêsse local, de pequenos açudes, barragens submersas, poços, os quais, garantindo, nas crises, aguada e produção de alimentos, para o homem e para o gado, sirvam de base ao aproveitamento daqueles recursos estáveis; e, por último, mas condição essencial, que visem ainda à facilidade de intercomunicação e acesso em tôda região sujeita ao fenômeno, garantindo a circulação da riqueza, estimulando a economia, facilitando a assistência, e contribuindo, até como fator psicológico, para atenuação dos efeitos do flagelo.

Paralelamente, há que considerar o aproveitamento de certas áreas privilegiadas, quase tôdas situadas nas proximidades do litoral, planiceies aluviais dos principais cursos d'água, para fixação, ali, dos maiores núcleos populacionais estabilizados pela irrigação; o que exige, preliminarmente, grandes obras de acumulação, regularização e defesa contra as inundações, seja nesses cursos d'água, seja em seus maiores afluentes. Esse é, em grande parte, o problema dos chamados grandes sistemas.

Definem-se, aparentemente, dois programas perfeitamente caracterizados: um, extensivo, que visará a abertura de estradas, perfuração de poços, construção de pequenos açudes, fomento e expansão de culturas adaptáveis ao clima, educação das populações rurais para melhor nível econômico e social; outro, intensivo, visando à construção de grandes obras de armazenamento, regularização do regime dos cursos d'água, abertura de canais e ampliação das áreas de irrigação perene, e instalação de núcleos de produção alimentar de maior resistência e estabilidade, para tôda a região.

A partir de 1930, um grande impulso construtivo permitiu um ponderável progresso da área das sêcas.

Dos 1.400 quilômetros de rodovias então existentes, foram reconstruidos 700, que se integraram na magnifica rêde de novas rodovias de primeira classe, que hoje ultrapassa 3.000 quilômetros de extensão. Cêrca de 3.200 poços profundos, dos quais 2.300 utilizáveis, foram perfurados. De um armazenamento limitado a 30 milhões de metros cúbicos d'água, efetivado pelos 36 açudes construídos até 1930, sob o regime de cooperação, atingimos hoje a cêrca de 650 milhões de metros cúbicos de acumulação, em 320 açudes.

Além do mais, a obra de expansão das culturas irrigadas, os trabalhos agronômicos e científicos realizados, o fomento à piscicultura, a prospecção de riquezas minerais, a obra educativa e de socorro às populações flageladas pelas sêcas mais agudas, iniciados em 1930, permitiram a acumulação de uma experiência preciosa, que nos cumpre utilizar na expansão dos serviços no polígno das sêcas.

A Constituição Federal garantiu os recursos financeiros para o prosseguimento, sem descontinuidade, dessa grande obra de soerguimento econômico de uma superfície de 834 mil quilômetros quadrados, onde vive uma população superoir a 7 e meio milhões de habitantes.

Está o Govêrno disposto a reativar o ritmo de trabalho, atualizar e melhor coordenar o plano de ação, dar-lhe o caracteristico homogêneo de verdadeiro plano regional, hierarquizar e definir objetivos, programar com segurança sua realização, em face dos recursos disponíveis, e criar um novo clima de trabalho e de esperanças para o laborioso homem do Nordeste.

Vale do São Francisco

Em 1938 iniciava a Inspetoria Federal de Obras contra as sêcas o estudo sistemático do Rio São Francisco, promovendo trabalhos de levantamentos topográficos, hidrográficos, geológicos e agrológicos, introduzindo no vale os métodos cartográficos aerofotogramétricos e criando núcleos de experimentação agronômica.

Em 1943 era criado o primeiro Núcleo Colonial Agro-Industrial do São Francisco, em Itaparica, destinado à introdução de métodos novos de fixação das populações ribeirinhas e industrialização local das matérias primas do Vale.

Em 1944, já sob os efeitos da grave crise de transportes marítimos que a guerra submarina trouxe ao nosso litoral, iniciou-se a realização de um plano de melhoria da navegação fluvial.

A 3 de outubro de 1945 era autorizada a organização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e aberto o crédito necessário, destinado a construir a usina de Paulo Afonso, que vinha sendo objeto de investigações técnicas e econômicas pelo Ministério da Agricultura.

No capitulo desta Mensagem relativo à energia elétrica foram examinados o programa da usina de Paulo Afonso e suas perspectivas futuras de operação. Cabe aqui apenas uma referência à necessidade de ativar-se a coordenação dos planos de suprimento de eletricidade com os de recuperação econômica do Vale e Obras contra as Sêcas.

A Constituinte de 1946 determinou a obrigação do Govêrno Federal de traçar e executar um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia do São Francisco, aplicando, durante 20 anos, no mínimo, um por cento de suas rendas tributárias.

Em dezembro último, a Comissão do Vale do São Francisco, criada em 1948, concluiu o plano acima referido, já apresentado ao Congresso Nacional.

Tal plano apresenta caracteristicas singulares, pois compreende uma área de 600 mil quilômetros quadrados, onde se destacam paisagens regionais de personalidade própria com problemas de natureza vária.

No baixo São Francisco, na região úmida do litoral nordestino, forte adensamento humano aponta a necessidade de um esfôrço para elevação do padrão de vida local. Na grande área em que o polígono das sêcas se insere na bacia sanfranciscana, os problemas fundamentais se resumem nas deficiências de água para a agricultura e para a vida humana. Na margem esquerda do médio São Francisco, grandes áreas de solos férteis, sob a influência de clima propício, aguardam apenas uma melhoria dos transportes para o surto de progresso. No Alto São Francisco, região central do Estado de Minas, fortemente mineralizada e já bastante desenvolvida, os problemas essenciais giram em torno da captação de potenciais hidrelétricas que permitam à indústria projetar-se

Existe, entretanto, um proble-
sôbre o Vale.
ma central, um tema nuclear em tôrno do qual gravitam os fatos físicos e os problemas humanos de todo o Vale — a água. As chuvas, as cheias, a erosão os entulhamentos, as sêcas, as flutuações naturais do caudal, marcam a unidade de interêsse humano na vida do grande rio e impõem planejamento integral, racionalização do uso e das relações necessárias entre a água e o homem.

A regularização do regime fluvial redundará, na época das estiagens, em aumento da vazão minima, com o correspondente crescimento de calado para a navegação, evitando-se a construção de obras especificas para melhoria e conservação permanente do canal navegável, permitindo a operação de barcos com gabarito adequado. Além disso, tal programa permitirá o aproveitamento agrícola das áreas de vazantes, a irrigação segura das várzeas do baixo São Francisco a duplicação da energia disponível em Paulo Afonso e a criação de grandes potências hidrelétricas no pé das barragens a serem construidas.

Cumpre adotar medidas tendentes à melhoria dos padrões econômicos e sanitários das populações ribeirinhas, à renovação da frota fluvial, à melhoria dos sistemas rodoviários e de comunicações, à consolidação da rota aérea do São Francisco, à ampliação dos programas de colonização, de fomento agrícola e de aproveitamento de recursos naturais. Impõe-se, outrossim, a organização da Companhia de Eletricidade do Alto São Francisco, nos moldes da emprêsa que ora constrói a usina de Paulo Afonso, e destinada a executar, em cooperação com o Govêrno do Estado de Minas Gerais, o programa inicial de construção das obras hidrelétricas previstas, para regularização do regime do São Francisco, e notadamente a usina do Fêcho do Funil, já estudada em seus aspectos técnicos e econômicos.

Bacia do Rio Doce

No quadro do sistema brasileiro de planejamento regional, o desenvolvimento econômico da Bacia do Rio Doce tem uma posição singular. Sua exploração econômica devia, logicamente, girar em tôrno da exportação de seus minérios de ferro, que representaria um ponderável volume de divisas monetárias e justificaria vultosos investimentos.

A remodelação da ferrovia que serve o Vale, a exploração das jazidas minerais e a construção de instalações de carga e descarga do minério, seriam as providências iniciais capazes de vitalizar econômicamente a região. No entanto, o esquema econômico da exportação de uma grande massa de minério só se completa eficazmente quando vinculado a uma importação de carvão mineral, que oferece fretes marítimos de retôrno, capazes de baratear o transporte da matéria prima exportada.

Assim, pois, o objetivo inicial de exportar minérios possibilita e geralmente conduz ao objetivo mais amplo de importar carvão de pedra, facilitando a criação dos parques industriais que a disponibilidade dessa fonte de energia sugere.

O desenvolvimento do progra-

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior)
ma inicial da Companhia Vale do Rio Doce já torna oportuno o estudo objetivo da construção de novas instalações siderúrgicas e químicas na sua zona de influência, com a elaboração de um plano geral de desenvolvimento da região. Todavia, inúmeros fatôres, especialmente a falta de energia elétrica, estão limitando os empreendimentos privados e impossibilitando a iniciativa governamental de ativar o processo de industrialização do Vale.

Urge, portanto, um esfôrço de planejamento que coordene medidas da administração federal e dos govêrnos estaduais e municipais, num programa unificado de trabalho.

Este esfôrço deverá ser centralizado pela Cia. Vale do Rio Doce, a qual, de acôrdo com a lei que a criou, deve constituir um fundo de melhoramentos e desenvolvimento do vale do rio, a ser aplicado segundo o plano que fôr elaborado conjuntamente com os govêrnos dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Baixada Fluminense

O problema de recuperação da Baixada Fluminense constitui experiência bastante adiantada, que urge concluir. Essa região estende-se por 17.000 quilômetros quadrados, um têrço da área do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1934, o Govêrno Federal deu início a um vasto plano de recuperação, que, ao lado do projeto de grandes obras hidráulicas, incluia a solução dos problemas de malária, transporte e povoamento.

As obras hidráulicas consistiram em trabalhos de recuperação de terras alagadas pela maré; defesa contra inundações periódicas; dragagem de novos leitos para os rios que se perderam em brejais; ligação permanente das lagoas costeiras com o mar; e drenagem subterrânea.

Os trabalhos iniciais, de 1934 a 1940 constaram, principalmente, da exploração e reconhecimento da zona, limpeza e desobstrução de rios, estudos topográficos, hidrológicos e econômicos e levantamentos aéreos, os quais possibilitaram o planejamento e execução das obras.

A Baixada Fluminense foi dividida em quatro regiões, em vista do seu valor econômico, sendo os serviços atacados em três delas: baixada de Guanabara, Sepetiba e Goitacases; para a etapa posterior, deixou-se a de Araruama.

Operam, hoje, no prosseguimento do plano, 68 **draglines** dos 140 que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento possui em serviço em todo o Brasil.

A baixada dos tributários da baía de Sepetiba (bacias do rio Guandu-Açu e vizinhas) bem como as baixadas da zona sul e oeste da baía de Guanabara, que compreendem as regiões dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Saracuruna e Magé, já se acham saneadas.

Na baixada de Jacarepaguá foi feita a estabilização da barra da Tijuca, uma das chaves de todo o problema da região, e foram dragados os tributários da lagoa. Está sendo feita a estabilização da barra de Sernambetiba, que comanda uma grande área, bem como obras de redragagens, que se enquadram nos "serviços de conservação."

Na baixada de Goitacases, município de Campos, foi executado o plano geral de saneamento, isto e, o dique da margem direita do rio Paraíba, ligação permanente da Lagoa Feia com o Oceano e dos canais de drenagens afluentes dessa lagoa e da Barra do Furado. Resta atender aos afluentes do lado oeste. Cumpre, finalmente, mencionar, nesta baixada, a construção do grande Canal da Flecha, ligação permanente da Lagoa Feia com o Atlântico, com 13 quilômetros de extensão e 80 metros de largura.

Foram limpos quase todos os rios que correm pela vasta baixada de Araruama. Tratando-se da região mais despovoada da Baixada Fluminense, só recentemente foram iniciados os serviços definitivos, com o endicamento do rio Macaé e dragagem dos afluentes do rio São João. Mais ao sul realiza-se uma obra importante — a fixação da barra da Lagoa de Ponta Negra, que regularizará o escoamento de quatro lagoas litorâneas, melhorando as condições sanitárias da região de Maricá e cercanias.

De 1934 a 1950, foram invertidos nas obras da Baixada Fluminense 368 milhões de cruzeiros. Foram dragados 1.645 quilômetros de canais, abertos 3.420 quilômetros de valas e pequenos canais, e limpos 7.537 quilômetros de rios e cursos naturais.

Os problemas de malária e transporte foram atacados e praticamente resolvidos. Restam hoje os grandes problemas do povoamento e fomento da produção, até agora relegados a plano secundário. Deve ressaltar-se, porém, que os serviços de conservação das obras hidráulicas executadas estão onerando fortemente o orçamento federal. Urge, portanto, que se tire da terra o necessário para cobrir tais despesas e amortizar os investimentos.

E' conveniente que a conclusão dos trabalhos de saneamento das áreas restantes seja precedido do exame de suas possibilidades para fixação do homem, dando-se especial importância a uma cuidadosa análise agrológica.

Planos de colonização devem ser executados, facilitando-se a sua consecução, em áreas particulares, por legislação adequada que impeça o abandono de terras cultiváveis por proprietários negligentes ou inescrupulosos. O tamanho dos lotes, compatível com a vida independente para uma família de colonos, deve ser objeto de sérias exigências, principalmente quando se tratar de iniciativas particulares.

Paralelamente, devem ser realizados os demais empreendimentos necessários à fixação do homem à terra, principalmente no que respeita a vias de comunicação, assistência técnica, sanitária, escolar e financeira.

Acima de tudo, porém, urge que se realize a coordenação de esforços, para que o plano regional da Baixada resulte no efetivo aproveitamento, racional e econômico, de terras tão vastas e tão próximas a mercado consumidor da importância do Distrito Federal.

Outros problemas regionais

No quadro geográfico brasileiro destacam-se, ainda, outras áreas que sugerem trabalhos de planejamento regional de acôrdo com a técnica moderna.

A êste respeito, cabe citar o vale do Paraíba, onde se desenvolve um pujante surto econômico, mas que não foi submetido a um estudo global, visando à coordenação dos vários programas de transporte, energia, industrialização conservação de solos e outros. Em tôda a bacia o regime hidrográfico impõe restrições sérias ao aproveitamento agrícola de grandes várzeas. Por outro lado, não se cogitou ainda do controle e utilização racional de água de que poderiam resultar grandes fontes de energia hidrelétrica e, eventualmente, a construção de obras que tornariam o curso navegável em grande extensão.

Outro exemplo a citar é a Bacia do Prata, cujos problemas, para serem resolvidos, tornam imprescindível a atuação direta do Govêrno da União, visando facilitar riquezas da imensa região.

Não há investigações completas para o seu aproveitamento racional, mas apenas, estudos e reconhecimentos parciais e esparsos. Em 1942, foram procedidos estudos para o melhoramento do rio Paraguai, em trecho de 336 quilômetros, compreendendo a foz do rio Apa e a do rio Negro, sujeito à jurisdição de uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia.

Em todos os rios da bacia há navegação regular, embora precária. Das emprêsas brasileiras que exploram a navegação, a mais importante é, sem dúvida, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata criado em 1943, o qual está a merecer maior atenção do Poder Público, em face das necessidades crescentes de escoamento da produção regional e das perspectivas de grande incremento de transportes, decorrente da exploração das jazidas de manganês do Urucum, bem como da construção da Ferrovia Brasil-Bolívia.

Os problemas da Bacia do Prata são, pois, todos relevantes e merecem os esforços especiais de nossa capacidade de planejamento e de realização.

Finalmente, julgo oportuno ressaltar a importância dos vários planos estaduais de eletrificação, que, partindo do problema central de suprimento de energia elétrica, tendem ao planejamento em têrmos regionais do desenvolvimento econômico total. Tais são as características principais do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, como do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e outros.

Esses planos — que merecerão todo o apoio do Govêrno Federal —denotam um nítido progresso nos métodos de enfrentar problemas de interêsse público, sob a égide de princípios sadios de previsão, investigação e concepção representando, pois, uma auspiciosa exceção à rotina das improvisações esporádicas e dispersas.

Finalmente, a mudança da capital da República — velha aspiração nacional — é problema cuja complexidade exige longo e sistemático conjunto de medidas, moldadas na técnica do planejamento regional, ligando-se aos programas em curso, que possam ser encaminhados para êsse desiderato.

Perspectivas dos Investimentos

Em face das enormes carências de um País ainda em fase de ocupação do território, com uma crescente população, e em franco desenvolvimento, as necessidades de capital estão sempre além das possibilidades. De um lado, o País requer capital público para as inversões de interêsse geral, em transportes e comunicações, energia, serviços públicos urbanos, saneamento e suprimento de água, habitação popular, campanha de saúde, educação, pesquisas, as quais são básicas ao desenvolvimento geral, e reclamam imensos recursos, ressaltando a magnitude dos problemas de transportes e energia, bem como a extensão dos problemas da habitação popular; de outro lado, de capital, predominantemente privado, para as emprêsas de produção e comércio, que produzem bens para o mercado e criam empregos para os trabalhadores. Os processos modernos de produção exigem uma taxa crescente de capital fixo. Em face dessa realidade, o problema inicial do desenvolvimento é realizar o maior potencial de capitalização de fonte nacional e estrangeira, sem prejuízo dos níveis de vida imediatos da população, ou de nossa soberania política; e, também, orientar o capital da comunidade para as aplicações públicas e privadas de maior rentabilidade social.

Consciente da importância dos investimentos públicos, o Govêrno iniciou, já antes da última guerra, vasto plano de obras e equipamentos, sendo de notar que aproximadamente 20% de tôda a despesa da União foram aplicados em investimentos.

Com as condições peculiares do tempo de guerra, a parte da despesa destinada a investimentos baixou, inevitavelmente, mas logo que se normalizou a importação de equipamentos, foram elaborados novos projetos de vulto, alguns dos quais consubstanciados no Plano SALTE. As inversões totais do Govêrno Federal em 1949 atingiam 3.971 milhões de cruzeiros, ou sejam 19% da despesa total. Para 1950, foram previstas inversões num total de.. 4.707 milhões de cruzeiros, muito embora as inversões efetivas ficassem abaixo dêsse programa. Lamentavelmente tais planos não apresentavam fundamentos financeiros sólidos, e mesmo obras já realizadas se foram utilizando indiretamente de emissões de papel-moeda, não havendo sido realizada a emissão de Obrigações para o financiamento do Plano, previsto na Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950.

Seremos obrigados, neste ano, a limitar a despesa com obras, serviços e encargos que não sejam essenciais ou apresentem perfeita justificação econômica, pois não adiantaria realizá-los à custo do encarecimento geral. Malgrado essa redução, espero manter as inversões do Govêrno em empreendimentos nitidamente produtivos num nível talvez maior do que no ano passado. Mas para isso será necessária uma rígida economia nas despesas.

Essas circunstâncias impõem o adequado planejamento econômico das inversões públicas. Deveremos, mais ainda do que no passado, coordenar os nossos esforços e os meios disponíveis para assegurar às inversões a maior eficiência e a aplicação mais útil para o desenvolvimento da produção nacional e o bem-estar do povo.

Essa coordenação não se deverá limitar aos investimentos do Govêrno. O nosso capital é bem limitado. Não pode a Nação gastar somas enormes em tentativas duvidosas, nem em construções, veículos e utensílios de luxo, em prejuízo de aplicações mais urgentes e produtivas. Portanto, deverá o Govêrno, através da política tributária e creditícia e de outras formas de assistência estatal, estimular os investimentos mais convenientes aos interêsses gerais da economia, e desencorajar as aplicações sem interêsse social e o consumo suntuário.

Parte considerável das economias desviou-se para custosas construções urbanas. Tal orientação das aplicações de capital prejudica o desenvolvimento das zonas rurais e das atividades produtoras, e, em última instância, a própria população urbana. E' normal que os capitais se acumulem nos grandes centros industriais e comerciais, mas essa concentração implica o mistér de redistribuir e canalizar as economias em favor do País inteiro, e nos empreendimentos mais úteis para tôda a Nação. Devemos orientar sob êsse ponto de vista a política de investimentos. E para isso torna-se necessário realizar um planejamento econômico geral, com audiência e colaboração das atividades privadas, e visando mesmo ao encorajamento da iniciativa particular, como intentei no meu período anterior. Infelizmente não contamos ainda com um levantamento regular de renda nacional, que facilite ao Govêrno e às fôrças econômicas, pela noção mais precisa da capitalização efetiva, o desempenho dessa tarefa.

Influxo de capitais estrangeiros

A carência de capitais nacionais, impossível de suprir-se sem sacrifício dos níveis de vida, reclama um crescente influxo adicional de capitais estrangeiros.

As condições políticas e institucionais do País são favoráveis à atração de capitais estrangeiros. A Constituição de 1946 pode ser considerada das mais liberais no tratamento dispensado aos investimentos alienígenas; as disposições ordinárias que regulam a remessa de rendimentos e a repatriação de capitais são plenamente satisfatórias. Entretanto, a entrada de capital de fontes privadas estrangeiras não tem correspondido às nossas expectativas.

São os países exportadores de capitais que podem tomar as medidas mais eficazes para facilitar as inversões em países como o Brasil. Contudo, é intento do meu Govêrno facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez não firam interesses políticos fundamentais do nosso País. O capital dos imigrantes deve, em particular, ser objeto de facilidades especiais. O esfôrço enérgico e sistemático de desenvolvimento econômico será um fator de confiança para o capital privado alienígena.

Em face da experiência do após-guerra na finança mundial, devemos esperar mais da cooperação técnica e financeira de caráter público. Até porque a maior aplicação de capitais privados pressupõe a existência de condições que só podem ser criadas mediante inversões públicas em setores básicos, tais como energia e transporte.

Cabe ainda notar que os investimentos privados, visando em geral a lucros imediatos e a uma amortização rápida do principal, não se encaminham, em regra, para aqueles setores de atividade de que mais carecem os países em fase de desenvolvimento.

As correntes de capitais privados, mesmo quando temporariamente promissoras, se ressentem da acentuada instabilidade e, em geral, ocorrem com mais abundância nas faces inflacionárias e refluem nas fases depressionárias, agravando, em ambos os casos, os desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Nossas fontes de capitais públicos são hoje o Govêrno norte-americano, através do **Export-Import Bank**, e os organismos internacionais, criados em Bretton Woods, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional. De 1945 a 1950, o total dos créditos concedidos por essas fontes ao Brasil atinge 170 milhões de dólares, dos quais 68,4 provenientes do **Eximbank**, e 105 milhões concedidos pelo Banco Internacional, sendo 90 milhões para os programas da **Brazilian Traction** e 14,9 milhões para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Não incluo o Fundo Monetário Internacional, que apenas faz adiantamentos para atender as dificuldader passageiras nos balanços de pagamentos, e do qual sacou o Brasil 37,5 milhões, correspondentes à nossa contribuição em ouro para êsse organismo, mais 10 milhões de libras em janeiro último.

Tomando-se em conta o período de tempo em que se distribuíram êsses créditos, foi moderada a cooperação financeira prestada por essas entidades. O Banco Internacional, na verdade, enfrenta limitações de recursos para atender ao seu duplo objetivo de reconstrução e desenvolvimento. Conquanto no que toca aos países ocidentais os planos de ajuda americana tenham constituído, e ainda constituam, uma fonte abundante de dólares, o Banco Internacional desde a sua instalação se dedicou mais aos programas de reconstrução do que aos de desenvolvimento, alterando-se recentemente esta tendência.

Só há pouco o Banco acedeu em aceitar propostas de empréstimos para programas gerais de desenvolvimento, bem como para financiamentos em moedas locais.

O Govêrno diligenciará no sentido de que o nosso País tenha a possibilidade de receber um fluxo estável e crescente de investimentos, de que tanto carece para elevar os seus níveis de produtividade e a eficiência de sua cooperação no plano internacional.

Vale salientar que o Brasil está incluído entre as áreas da economia mundial que se devem beneficiar com a ajuda técnica e financeira através do denominado "Ponto IV", ou seja o programa de assistência do Govêrno dos Estados Unidos da América às regiões econòmicamente subdesenvolvidas, já referido no ponto em que se tratou da política econômica internacional. Esse programa, inicialmente projetado em bases modestas em relação às carências mundiais, visa atender necessidades de assistência técnica, mas, sem dúvida, terá o efeito de facilitar a expansão de investimentos públicos, e, simultâneamente, a formação de mais volumosas correntes de capitais privados. Mas, por maiores que sejam os recursos atribuídos a essa finalidade, é previsível uma forte concorrência no encaminhamento dos recursos disponíveis. Sem considerar fatores políticos que possam intervir na distribuição da assistência programada, afigura-se que ela será ponderada pela confiança que inspiram a segurança das diretrizes econômicas e financeira e a idoneidade técnica dos planos gerais de desenvolvimento econômico e de seus projetos específicos, com que se apresentem os países interessados nessa forma de cooperação internacional.

Progresso Social

O supremo escopo do Govêrno e valorizar o homem, espiritual e materialmente, habilitando-o, de um lado, à fruição da cultura universal, e, de outro lado, tornando-o apto a manifestar, ao máximo, os seus dons, em proveito próprio, de sua família e no de sua pátria.

Todos os planos e providências governamentais, em qualquer setor, não devem ser mais do que operações estratégicas que visem ao incremento e à distribuição, ao maior número possível de cidadãos, da riqueza espiritual e material.

Êste é o magno ideal que me inspira e que cumpre realizar, dentro das possibilidades e contingências histórico-sociais que condicionam o Estado brasileiro.

População

O levantamento demográfico de 1.º de julho de 1950 já deixa ver, pelos dados recolhidos e apurados, — embora sujeitos a retificação, no que diz respeito a informações procedentes das Unidades Federativas mais distantes, — que somos um povo cujo desenvolvimento se processa em ritmo ascendente.

Contando em 1950 com uma população registrada de ...... 52.619.000 habitantes, o Brasil mantém sua posição de país latino mais populoso. Ao verificarmos que, em 1940, eramos 41 milhões e duzentos e cinquenta mil; assinalamos, como sintoma confortador do crescimento demográfico do nosso país, o fato de haver a população brasileira aumentado, no curso do último decênio, de 27%, em números relativos.

De acôrdo com os dados preliminares do Recenseamento em apuração, as cinco Unidades da Federação mais populosas são as seguintes:

Estados	Habitantes
São Paulo	9.231.000
Minas Gerais	7.820.000
Bahia	4.900.000
Rio Grande do Sul ..	4.213.000
Pernambuco	3.431.000

Esses cinco Estados contêm, em conjunto, 56,3% da população do país. Sua superfície, entretanto, soma apenas .... 1.756.950 km2, o que equivale a 20,8% do total da área terrestre do Brasil. Esses dados permitem verificar que, enquanto no conjunto das cinco Unidades mencionadas, a densidade demográfica ascende a 16,8 habitantes por km2, no restante do país alcança sòmente 3,4 habitantes por km2.

Aviva-se, dessa maneira, a questão do povoamento do território nacional, insuficiente nos dias atuais, pois é de apenas 6.2 habitantes por km2. O crescimento da população brasileira, no curso dos últimos dez anos, não se fêz com a mesma intensidade nas diversas Unidades da Federação e Regiões Fisiográficas. O Estado de São Paulo, por exemplo, experimentou, no decênio 1940-1950, um aumento de população da ordem de 27,7%, ao passo que o desenvolvimento demográfico do Estado de Minas Gerais não foi além de 16,0%.

O deslocamento interno da população brasileira, já revelado nos censos anteriores, prossegue, assim, em ritmo ponderável. Exemplo da influência das migrações interiores sôbre o crescimento demográfico de certas regiões brasileiras pôde ser encontrado, pelo Recenseamento de 1.º de julho, no chamado norte do Paraná e, em escala menos expressiva, na região da Serra dos Aimorés. O aumento da população dos dez Municípios do norte paranaense, no período de 1940-1950, alcançou cêrca de 250%, e na serra dos Aimorés elevou-se a 138%.

Vale referir-se que o deslocamento da população verificado em ritmo mais frequente, tem sido na direção das médias e grandes cidades. Esse fenômeno, de caráter universal, já se havia observado nos recenseamentos anteriores realizados no Brasil. Os cinco mais populosos municípios do País, segundo o censo de julho, são os seguintes:

Distrito Federal	2.418.693
São Paulo	2.218.800
Recife	534.468
Salvador	424.142
Porto Alegre	401.213

A população registrada pelo censo de 1950 nos Municípios das 25 capitais brasileiras (incluindo os das capitais dos quatro territórios) excede a 8,3 milhões de habitantes, correspondendo a mais de um sexto da população do País. Considerando-se os municípios das dez capitais mais populosas — Distrito Federal, S. Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Niterói e Curitiba — verifica-se u maumento superior a 2,4 milhões sôbre a população presente em 1940, ascendendo a 7,3 milhões contra apenas 4,9 milhões. Tudo indica, portanto, que cêrca de um quarto do incremento demográfico decenal se concentrou nesses dez Municípios, cujas populações são predominantemente urbanas.

São êsses os primeiros e mais flagrantes aspectos revelados pelos informes preliminares do Censo Demográfico de 1.º de julho de 1950.

Saúde Pública

Considerações gerais

O baixo nível de saude no Brasil é fiel reflexo da pobreza que grava a grande maioria do nosso povo. Êste, na verdade, só é doente porque ainda não possui os meios para comprar sua saude, sob a forma de alimentação adequada, ambiente higiênico e sadio regime de trabalho.

O excessivo esfôrço não compensado pela boa nutrição e pelo adequado regime de trabalho e repouso, a baixa resistência a doença e as más condições de saneamento impedem que a vida do trabalhador brasileiro atinja a expansão que há muito constitui apanágio dos habitantes de nações mais civilizadas. E, de fato, os últimos recenseamentos revelam que a nossa população ainda apresenta as características demográficas peculiares aos países de recuado nível de civilização e progresso econômico-social.

E' que, no Brasil, ainda não se operou a revolução demográfica traduzida pela passagem de um equilíbrio mantido por altos coeficientes de natalidade associados a altos coeficientes de mortalidade, para outro de caráter menos desperdiçador, realizado à custa da combinação da baixa natalidade com a baixa mortalidade.

Ainda nos incluímos entre as nações onde as taxas de natalidade e de mortalidade são altas, compensando-se o desordenado crescimento naturalmente através da elevada mortalidade, consequência inevitável do precario equilíbrio existente entre a massa do povo e os meios para sua subsistência.

A distribuição da população brasileira revela o traço típico dessa etapa demográfica: preponderância dos grupos mais jovens sôbre os mais idosos. Mais de 50% até 20 anos, parcela que raramente passa de 35% em países mais desenvolvidos, e pouco mais de 40% entre 20 e 60 anos, circunstâncias que vêm antecipar o lançamento das gerações de menores no regime de trabalho adulto, para compensar o **deficit** de produção da camada ativa do nosso povo. Por outro lado, sòmente 4% dos brasileiros exibem idade superior a 60 anos, e não mais que 9% ultrapassam a casa dos 50, corroborando assim a observação de que não se chega a envelhecer entre nós.

Assim é que, enquanto a vida média do homem americano, do australiano, do sueco, do dinamarquês, do neo-zelandês, do canadense, do suiço e do inglês alcança o limite de 60 a 65 anos, e valor máximo da expectativa de vida ao nascimento, para o homem brasileiro, só atinge o cinquentenário na capital do Estado mais rico e florescente, portador dos melhores índices sanitários.

Não se dispõe de dados bioestatísticos seguros para o interior do Brasil, o que equivale a dizer que não se sabe ao certo quanto se nasce, quanto se vive e quanto e como se morre entre mais de 80% da população nacional.

Nos centros urbanos verificam-se, ainda, elevados coeficientes de mortalidade por tuberculose, pneumonia, gripe e outras doenças infecciosas e parasitárias, em contraste com o observado nas grandes cidades estrangeiras de melhor nível econômico, onde, já controladas as causas infecciosas, passa a avultar a proporção de mortes devidas a doenças degenerativas como as cardiopatias e o câncer. Outros ainda serão os modelos de mortalidade no interior do país, onde, certamente, crescerá a responsabilidade da malária, das helmintoses e das infecções do grupo intestinal.

Analisando o panorama sanitário brasileiro não perderemos de vista o conceito de que o nível de saude de um povo é corolário do seu progresso econômico, e que sòmente a gradual ascensão dos padrões sociais e educativos da vida nacional e a melhoria do nível de bem-estar da população poderão efetivamente conduzir ao definitivo aperfeiçoamento dos índices sanitários.

E não é outra a lição que se retira da história sanitária dos países que hoje exibem alto padrão de saude pública. Tôdas as estatísticas mostram para os países economicamente adiantados, como os Estados Unidos, Canadá, Holanda, Suécia, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Uruguai, etc., índices de saúde contrastantes com os que marcam as nações pobres e que menos poupam o homem no trabalho.

Em todos aqueles países os grandes declínios de mortalidade pela tuberculose, da mortalidade geral e da mortalidade infantil deram-se no último quartel do século passado e início do atual, coincidindo com a melhoria das condições do trabalho industrial, o aumento de salários, e a consequente elevação do padrão de vida da população, sem qualquer interferência do trabalho organizado de saude pública, só iniciado em bases dirigidos depois de registrados os sustanciais progressos já referidos.

Até mesmo a malária e as verminoses que já assolaram em outras épocas os Estados Unidos e a Europa, desapareceram de tais áreas sem campanhas específicas, simplesmente pelo saneamento dos locais infestados e pela elevação dos hábitos de vida que permitiram a instalação de fossas higiênicas e o uso sistemático do calçado.

O simples estabelecimento, ao alcance da bolsa do povo, dos serviços de assistência médica — utilidade que se compra e de cujas vantagens só se pode gozar quando se tem os meios para pagá-la — independente de qualquer medida específica de saude pública, basta para garantir a melhoria, em grande escala, dos coeficientes de mortalidade infantil e materna, da incidência da lepra, da tuberculose, do tracoma, etc.

Nos países civilizados, a saúde pública foi chamada a atuar com sua técnica, sôbre os problemas gerais, quando êstes já se haviam transformado pela influência da elevação do padrão de vida sôbre suas causas determinantes; o trabalho sanitário só adquirindo total eficácia quando já superadas as causas primárias de má saúde cujo âmbito escapa à esfera de ação das organizações sanitárias.

Por todos êsses motivos compreende-se que o problema da saúde, nos seus aspectos gerais tão estreitamente condicionado ao complexo homem-meio, não pode ser encarado como um problema isolado e capaz de ser resolvido por medidas puramente sanitárias, visto que estas, a não ser em casos específicos e limitados, não agem sôbre as verdadeiras causas da deterioração da saúde: subalimentação, precárias condições de saneamento, inadequado regime de trabalho, baixo nível de educação e ausência dos mais primários elementos do confôrto.

Não há quem desconheça o vulto dos empreendimentos sanitários no Brasil nos últimos vinte anos. Verificadas pelos sanitaristas a gravidade dos problemas e a precariedade do aparelhamento então existente, empenhou-se o Govêrno, desde 1935, nas tarefas de investigação dos problemas de saude e no desenvolvimento das organizações destinadas a enfrentá-los.

Pode-se, imparcialmente, qualificar de notável o esfôrço do Govêrno da União no sentido de elevar o nível técnico do trabalho sanitário processado em todo o país e de imprimir uma estruturação racional às organizações federais e estaduais de saude.

Mercê da perfeita articulação então estabelecida entre os órgãos nacionais orientadores e coordenadores e os serviços estaduais de caráter executivo, processou-se realmente no decênio 1935-1945 um grande passo no sentido da formação de técnicos e do empreendimento de programas dirigidos de saúde pública. O exame detalhado dos orçamentos sanitários do período em questão revela ,outrossim, vultoso aumento em tôdas as dotações, em qualquer terreno considerado.

O Ministério da Educação e Saúde procurou imprimir caráter nacional às atividades e à estruturação administrativa dos seus órgãos sanitários, ao mesmo tempo que se empenhava em conferir uma orientação uniforme ao trabalho executivo processado sob a responsabilidade dos Estados.

Atendendo a alguns problemas julgados de interêsse nacional, como a febre amarela, a malária, a peste, e outros, esforçou-se, paralelamente, o Govêrno federal para coordenar e orientar os órgãos estaduais no que se referia à eficiente promoção das atividades gerais de saude pública, para isso dotando-os de organização moderna e racional, melhorando-lhes o nível técnico do pessoal e aparelhando-os com instalações e material apropriado.

Iniciaram-se, então, os grandes planos de construção de leprosários e preventórios, sanatórios para tuberculosos, centro de saúde e hospitais, como, também, as campanhas sistematizadas contra a malária e peste, estas unificadas depois, em 1941, através da criação de órgãos nacionais destinados ao ataque àquelas endemias.

E' indiscutível que, em certos campos específicos, registraram-se e continuam a registrar-se brilhantes resultados. Disto é exemplo a luta contra a febre amarela no território nacional, a campanha do gâmbia, alta demonstração de eficiência dos sanitaristas brasileiros, e hoje mesmo a grande campanha anti-malárica desenvolvida pelo Govêrno federal.

Entretanto, é imperioso reconhecer que, além das expressivas conquistas consignadas em campos específicos, pouco progresso se tem verificado com respeito ao levantamento de certos níveis sanitários nacionais, que se mantêm mais ou menos inalterados. De fato, não se registrou modificação significante nos coeficientes de mortalidade infantil, mortalidade geral, e mortalidade pela tuberculose e pelo conjunto de doenças infecciosas e parasitárias.

Afortunadamente, porém, muito avançamos no sentido da formação de uma consciência sanitária e na técnica da administração de saúde pública, adquirindo assim uma experiência sobre os métodos e técnica utilizados naquele setor que ora poderá permitir a severa revisão do trabalho executado e fornecer base segura para a readaptação dos planos em curso às realidades nacionais.

O pleno rendimento da grande massa de recursos e de energias posto a serviço das organizações direta ou indiretamente dedicadas ao trabalho de saúde, está prejudicado, em nosso país, pela influência de vários fatôres, entre os quais se salientam os seguintes:

a) avanço do programa geral em relação às condições econômico-sociais do nosso país, por ser mais compatível com uma etapa de maior desenvolvimento, à qual não se chegou ainda pela superação dos problemas elementares.

b) imperativo humano do empreendimento de programas sanitários de caráter puramente sintomático, capital de rendimento nulo porque não diretamente aplicado sobre as causas e sim sobre os efeitos dos males.

c) desperdício de recursos em tentativas isoladas e de limitada amplitude para a resolução de problemas de alta envergadura;

d) dificuldade do progresso rápido em relação a problemas gerais, como a mortalidade infantil e a tuberculose, fenômenos muito mais econômicos e sociais do que propriamente médicos, em nosso estado atual de desenvolvimento.

Examinando a posição do Brasil dentro das três etapas em que se costuma dividir o desenvolvimento sanitário de um país: fase do saneamento, fase da epidemiologia e fase da antropotécnica, verifica-se que temos em vão procurado seguir os padrões de trabalho vigorantes em países de mais elevado nível sanitário e melhor situação econômica, quando na verdade ainda permanecemos em plena e recuada fase de saneamento.

Os dados que se conhecem sobre o fator mais primário de civilização — água e esgotos — revelam que nem 10% dispõem de rêde de esgotos.

Não tendo ainda nosso país superado a primeira etapa, visto que o brasileiro ainda não pôde produzir o suficiente para desviar os meios necessários à realização dos trabalhos de larga envergadura para tanto indispensáveis, não conseguiu tambem, consequentemente, libertar-se dos efeitos de todo o grande grupo de doenças transmissíveis, constituindo ainda problemas de primeiro plano endemias como a malária, as verminoses, a esquisitossomose, a lepra, o tracoma, a bouba, as infecções do grupo colitico-paratifo-disnetérico e, em plano secundário, até a peste bubônica e a febre amarela.

Mercê das circunstancias que acabamos de analisar — lento progresso econômico e parco desenvolvimento das vantagens do saneamento e das condições de bem-estar — não mostra hoje o povo brasileiro os índices de melhoria de saúde exibidos por outros países mais prósperos.

Não há dúvida, entretanto, que, notadamente nas áreas urbanas, houve melhoria geral em todos os sentidos. Ora pela urbanização, ora pelo efeito de novos métodos de imunização, ora por práticas sanitárias diretas, foram eliminadas das cidades doenças que muito pesavam sobre o obituário, como a peste, a malária, a febre amarela e a variola; baixaram os coeficientes de mortalidade geral e de mortalidade por doenças transmissíveis e pela tuberculose. E' que, na verdade, naquelas áreas mudaram radicalmente certas condições reinantes há 50 anos. Entretanto, ainda temos mais de 20 por mil de mortalidade geral em várias capitais, a tuberculose ainda apresenta coeficientes superiores a 300 por 100.000 em um têrço daquelas aglomerações, e a mortalidade infantil — embora muito abaixo do que erradamente se proclama — ainda ceifa percentual relativamente alto na maioria daqueles mesmos centros.

As melhorias registradas nas áreas urbanas não tiveram, por outro lado, paralelo correspondente nas zonas rurais do país.

(Continua na página seguinte)

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

(Continuação da página anterior)

pouco atingidas pelos fatôres materiais de progresso e não beneficiadas pelos recursos de assistência.

Certamente, ao observador que estude as causas de nossas deficiências em relação ao conjunto de fenômenos sócio-econômicos inerentes ao desenvolvimento da Nação, surpreenderão os tons sombrios do panorama sanitário com que se irá deparar.

E' que outro não seria o quadro a esperar num país de desenvolvimento colonial, que ainda não realizou sua revolução industrial e não mecanizou sua agricultura, vivendo num regime de produtividade do nível observado há 60 ou 80 anos em países da área de civilização européia. Não se poderia pensar em haver conquistado no campo da saúde aperfeiçoamento necessàriamente decorrente do progresso material e inseparável dos demais índices de civilização.

Obrigado a manter mais de 60% de mão-de-obra total no trabalho de lavoura para obter menos que o suficiente para o próprio consumo, e relativamente muitas vêzes menos do que hoje se obtem com 20 a 30% em outros países; enfrentando as etapas iniciais de uma industrialização incipiente e pouco produtiva; forçado ainda a utilizar cêrca de 40 a 50% da fôrça de trabalho disponível para, nas condições de precariedade tão conhecidas, alimentar e vestir a população, não seria possível no nosso país pensar em dispor das facilidades e melhoramentos que em nações adiantadas estão ao alcance de todos, uma vez que bem pouco lhe sobra para atender ao bem-estar do indivíduo.

Nossa renda nacional não nos permitiu ainda superar o problema do fornecimento quantitativo de alimentação ao povo brasileiro, primeiro passo na melhoria das condições sanitárias de uma população. São unânimes, nesse ponto, os especialistas em afirmar que "o Brasil é um dos países de fome do mundo atual", e que o tipo de alimentação usual entre nós é "dos mais precários do mundo".

Compreende-se assim que nosso país, embora altamente adiantado e mesmo um dos líderes em matéria de organização sanitária, não se tenha ainda podido elevar do baixo nível de saúde em que o mantém o seu precário desenvolvimento econômico.

Os flagelos que oprimem nossas populações, ao mesmo tempo que problemas imediatos, são tambem efeitos ou resultados de um grupo de causas primárias — lacunas ou deficiências — cuja correção certamente iria modificar o padrão de saúde do homem brasileiro. A melhoria de tais condições, que constituirá escopo inabalável do Governo brasileiro, só se poderá, entretanto, processar lentamente e de acôrdo com a evolução do nosso nível de vida, mas, uma vez atingida, irá então permitir a intervenção do método sanitário em tôda sua expansão, a contrastar com a situação atual, em que as atividades de saúde só encerram possibilidades de êxito em determinados problemas específicos, que podem ser considerados isolada e independentemente dos fatôres sociais, aos quais está subordinada a vida do homem na coletividade.

Lacunas primárias

Nossas lacunas primárias em matéria de saúde podem resumir-se em quatro grandes itens, que, por si, indicam o rumo da ação governamental e privada para o progressivo levantamento do nível sanitário do povo brasileiro.

Com efeito, nas falhas referentes à nutrição, ao saneamento do meio, à assistência médica e à educação do povo, encontramos os principais fatôres que determinam, positiva ou negativamente, a deterioração da saúde do homem. As organizações de saúde, isoladamente, quase não têm ação sobre tais fatores, porque eles são profundos e só podem ser modificados pela evolução do país, processada necessàriamente através da integração de tôdas as fôrças coletivas adequadamente orientadas pela política sadia e progressista do Governo.

A análise de quaisquer outros complexos aspectos de saúde do homem levaria invariàvelmente às mesmas conclusões, por isso que a saúde pública é incontestavelmente um problema de superestrutura que deverá de modo irrecorrível ajustar-se ao arcabouço econômico da Nação. Cada etapa da evolução econômica nacional, da mesma forma que corresponde a certa composição da população e a uma determinada distribuição de mão-de-obra, tambem apresenta seus definidos problemas sanitários a serem solucionados, dentro de limitadas possibilidades.

Ao nosso país, nas condições atuais do seu desenvolvimento, não resta pois senão começar por enfrentar os problemas de medicina colonial que ainda assoberbam a Nação. Selecionados os programas práticos e de resultado imediato, procurar-se-á evitar o desperdício, só abandonando o definitivo pelo paliativo quando êste encontrar justificativa humana, psicológica ou econômica.

Constituirão, assim, objetivos primários os seguintes pontos básicos:

Endemias rurais

Combate à Malária e Endemias Rurais, a se desenvolver progressivamente de acôrdo com o potencial econômico de cada região considerada.

Constituindo a malária a primeira causa de incapacitação e morte em grande parte do nosso território, e dada a circunstancia da sua alta prevalência em plena zona de produção agrícola, onde concorre para ainda mais diminuir o rendimento do nosso trabalhador, desnecessário se torna salientar o alcance do problema representado pela doença, tanto mais digno de atenção, quando hoje, com o advento dos modernos inseticidas de ação residual, passou-se a dispor de métodos práticos de extinção do mal ou de sua redução a nível desprezível pela quebra do elo representado pelo vetor na cadeia de transmissão.

Infestação cujas causas não têm senão indiretamente ligação com os fatôres econômico-sociais, e, estritamente, dependendo do transmissor animal, sem outros reservatórios que não o homem, constitui a malária um dos problemas sanitários para os quais se voltarão recursos e esforços, já pela real exequibilidade do trabalho saneador, já pelo imediato fruto de tal ação.

O Governo atual continuará a ampliar o combate à malária. Procurará, porém, dar sentido mais utilitário à obra sanitária, associando-a às atividades produtivas, principalmente agrícolas. Reconhece o Governo a importancia do trabalho em curso, porém não esquece que, no combate à malária, a vitoria final só é obtida quando se completa a recuperação do solo pela agricultura, em con[illegible]s técnicas adequadas. E' de ontem a experiência da Baixada Fluminense, onde milhões gastos em tão relevante emprendimento já foram em grande parte perdidos pela descontinuidade dos trabalhos e pela não colonização do terreno reconquistado. Deverá, assim, no combate à malária, trabalhar o Ministério da Educação e Saúde em cooperação com o Ministério da Agricultura.

Tuberculose

Luta contra a Tuberculose, através das medidas mais efetivas em face das atuais caracteristicas da doença em nosso meio, e contra "outras doenças transmissíveis", especialmente aquelas para as quais existam recursos preventivos práticos e seguros.

Todos os agrupamentos humanos em rápida evolução, industrialização e urbanização têm pago pesadíssimo tributo à chamada peste branca. E' imperioso reconhecer que a tuberculose é muito mais um fruto do pauperismo do que dependente de causas propriamente médicas. Assim, se por um lado é dever inalienável do Estado e da sociedade auxiliar as vitimas da tuberculose e de outras enfermidades de origem acentuadamente social, não descurando a assistência aos trabalhadores que na sua tarefa pelo engrandecimento do país forem vitimas da doença, por outro lado tambem o Governo evitará firmemente prometer o impossível: a erradicação da tuberculose em um país onde ainda não foi possível resolver o problema quantitativo da alimentação do povo.

Dentro desta orientação, manterá o Governo a Campanha Nacional contra a Tuberculose, organizada e coordenada pelo Serviço Nacional de Tuberculose, procurando, porém, evitar todo o desperdício decorrente da multiplicação de serviços e organismos dispendiosos, orientando o trabalho no sentido de uma ação efetiva, o mais que possível econômica, e que não perca de vista a função precípua de assistir os doentes. Nesse sentido a primeira providencia será a centralização das contribuições dos organismos oficiais, parestatais e privados, formando a base financeira que permitirá o desenvolvimento de um plano prático e ajustado às nossas condições, dentro das linhas estabelecidas por aquêle órgão federal especializado.

Assistência médica e hospitalar

Expansão dos Serviços de Assistência Médica e Hospitalar dos centros urbanos para as comunidades rurais.

No que respeita à assistência médica, é conhecida a precariedade dos nossos recursos disponíveis, avultando no particular a falta de pessoal médico e paramédico, e sua má distribuição no territorio nacional, consequência lógica da distribuição da população e da variabilidade do poder aquisitivo desta através do país. A correção de tal estado de coisas exige cuidadoso estudo, pois a situação não oferece probabilidade de modificação imediata, já pelo contínuo crescimento das populações urbanas, já pela perspectiva da expansão das instituições de previdência e assistência que promovem serviços médicos, concentrando suas atividades nos centros urbanos onde se aglomeram maiores proporções de beneficiários. Envidar-se-ão esforços para o racional aproveitamento dêsses recursos num progressivo plano de expansão de benefícios às zonas do interior, a serem gradualmente atendidas de acôrdo com suas possibilidades financeiras, concorrendo as diversas esferas governamentais, paraestatais e privadas para a manutenção do pessoal e serviços médicos nas zonas deficitárias, assegurando, assim, melhor distribuição dos recursos existentes.

Plano de Saneamento Básico dos núcleos de população com a variabilidade de soluções indicadas pelas diferentes situações e circunstâncias.

Política Dirigida de Alimentação, de que se tratará em outra parte.

Prosseguimento das medidas de *Assistência à Maternidade e à Infância*, especialmente no que diz respeito à luta contra os "perigos" alimentar e infeccioso.

Educação Sanitária, a ser desenvolvida paralelamente ao plano de educação geral das massas, do qual constitui um dos relevantes aspectos.

Problemas sanitários

De acôrdo com as considerações precedentes, os problemas sanitários resumem-se, de um lado, em males preponderantemente ligados a agentes animais cuja eliminação importa na erradicação da doença e/de outro lado, em problemas ligados ao complexo homem-meio, como a tuberculose, a mortalidade infantil e as verminoses.

A indicação é clara. Atacar através dos esquemas indicados pela técnica sanitária os problemas de solução próxima e concentrar esforços para integrar o País num sistema de produção baseado na máquina, que alivie o homem e, com o enriquecimento trazido à Nação, permita a melhoria de condições de vida. A elevação do padrão de bem-estar progressivamente solucionará os problemas hoje irredutíveis, através das modificações do complexo homem-meio determinadas pelo fornecimento ao povo dos benefícios do saneamento, da alimentação sadia, da assistência médica e higiênica, e da educação.

Isto porque, em última análise, a saúde do homem é um bem que pode ser comprado coletivamente, da mesma forma que outras comodidades da vida moderna. Os países de alto desenvolvimento econômico podem adquirir a vida para suas crianças, bem como a saúde para seus operários. Os países atrasados, se não superam seus problemas de desenvolvimento, têm que se limitar a salvar o homem da morte pela varíola, febre amarela e peste, para deixá-lo depois morrer de verminose ou tuberculose, consequente à deficiência permanente da alimentação.

Considera-se, pois, o Govêrno brasileiro perfeitamente cônscio da sua responsabilidade no que se refere ao dever patriótico e humano de congregar todos os esforços para processar a modificação de condições que libertará o nosso povo dos tremendos *deficits* da sua saúde.

Educação e Cultura

As tarefas de estimular e orientar o desenvolvimento educacional do País devem ser articuladas com as medidas tendentes a resolver os problemas de elevação do nível de vida e a corrigir as carencias de tôda a ordem, decorrentes tanto de nossa crise de crescimento, quanto das perturbações provenientes da conjuntura mundial. E' necessário, alem disso, adotar neste setor, assim como em outros, o princípio de igualdade de oportunidades para todos, básico em nossa época, e à luz do qual o processo educativo passa a ser considerado instrumento não só de conservação, mas, tambem, de renovação e de progresso, dada a possibilidade que abre de acesso aos mais capazes de qualquer origem às funções de elevada categoria.

E a utilização sistemática de fôrças de sentido econômico e a mobilização, em grande escala, do potencial humano, que podem criar condições modificadoras dos estados graves de carência, matrizes principais dos fenômenos de desorganização social.

Um grande país é, em última análise, uma comunidade de homens de forte capacidade de iniciativa individual e de vivo espírito de cooperação. Sem o desenvolvimento dessas duas qualidades, a solução dos desequilíbrios sociais passa a depender, integralmente, de um Estado hipertrófico e onipresente, que deverá tudo prever, de quem todos esperam tudo e ao qual se opõem óbices pela proposição de problemas particulares, que não podem ser enquadrados em esquemas de soluções gerais.

A escola é instrumento insubstituível na formação dessas duas qualidades, sobretudo a escola que vá alem da simples alfabetização e prepare o homem para a solução dos problemas do meio onde vive. Sem esse instrumento, ou com sua existência em grau escasso, ocorre a desigualdade de oportunidades, alarga-se a área de injustiças e de insatisfações.

Num país de grandes desníveis sociais e econômicos, como o nosso, um dos mais fecundos investimentos para a elevação de nossa riqueza e, em consequência, do nosso padrão de vida, é a educação das massas.

Os objetivos da obra de educação pública deverão ser a elevação do rendimento funcional do aparelhamento escolar existente, assim como o aceleramento da multiplicação das oportunidades educacionais para o povo.

Cumpre promover a continuidade do crescimento do sistema educacional do País, que tanto impulso tomou depois de 1930. Os dados estatísticos mostram que quase duplicou, entre 1932 e 1946, o número de unidades escolares, pois passaram, nesse período, de 29.948 a 54.480, enquanto o discipulado nelas incluído subiu de 2.274.213 para 4.461.328 alunos.

Esse são índices animadores do nosso progresso educacional, que, se teve sua causa, em parte, na própria transformação da estrutura social e econômica do País, não deixou, tambem, de experimentar a ação disciplinadora e estimuladora do Estado.

As reformas do ensino secundário e do ensino superior, ocorridas em 1931, começaram a dar nova disciplina estrutural ao nosso sistema educativo. A criação, nesse ano, do Ministério de Educação e Saúde, por sua vez, equipou a Administração Federal com um órgão especializado no tratamento das questões de ensino.

Ao deixar o Govêrno, em 1945, a organização do sistema escolar já havia assumido sua feição atual, por intermédio das leis orgânicas relativas a quase tôdas as modalidades de ensino. As últimas dessas leis, as do ensino normal e do ensino primário, foram promulgadas em 1946, mas o estudo de sua elaboração iniciou-se antes dessa data.

As condições presentes exigem não só o aperfeiçoamento da estrutura do sistema escolar, mas, também, a extensão da rêde de instituições educativas, em todos os seus ramos e, especialmente, nos graus primário e médio.

A primeira dessas tarefas está afeta, em face da competência que a Constituição atribui à União de fixar as bases e diretrizes da educação nacional, ao Congresso, o qual, na sua sabedoria, dará ao magno problema a solução mais conveniente e consentânea com as necessidades nacionais.

A segunda importa, antes de tudo, na multiplicação das escolas elementares e normais, rurais e urbanas, que constituem, indiscutivelmente, as bases do sistema de educação popular.

Ainda que a execução dessa parte seja fundamentalmente competência das outras esferas político-administrativas, a experiência já provou, neste particular, a fecundidade da interferencia federal, sob a forma de cooperação e de auxílio, os quais devem ser intensificados e estendidos.

Julgo caber ao Govêrno Federal a função precípua de, pela assistência técnica e financeira, assegurar condições para que os Estados, os Municípios e os particulares possam dar a máxima contribuição para a melhoria do nível educacional do povo.

Os recursos para tal obra devem resultar da colaboração da União, dos Estados e dos Municípios, e, mesmo, de entidades particulares, numa convergencia perfeita de esforços.

Apreciável avanço, neste particular, foi a criação em 1942 do Fundo Nacional de Ensino Primário, que, desenvolvido por lei de 1946, possibilitou a efetiva cooperação com os Estados na construção de prédios para escolas, especialmente rurais, em todo o território nacional.

Na medida em que as presentes dificuldades o permitam, deve-se cuidar imediatamente da ampliação de recursos financeiros para um "Fundo Nacional de Educação", assim como concitar o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, não só ao cumprimento dos preceitos constitucionais relativos à matéria, como a uma política no sentido de ampliarem os investimentos constitucionais em educação.

Problema da educação no nivel médio

Aexpansão educacional iniciada depois de 1930 teve sua tradução mais expressiva no crescimento do ensino secundário, acompanhado, em menor escala, mas tambem significativamente, pelas outras modalidades de ensino medio.

No que concerne ao ensino secundário, havia, no país, em 1932, 394 unidades escolares, nas quais se matricularam 56.208 alunos. Em 1946, revela a estatística a existência, entre nós, de 1.344 unidades escolares com matrícula total de 279.608 alunos.

Na ampliação considerável do ensino secundário está implícita uma modificação essencial de suas funções sociais e educativas, no sentido de sua democratização. No passado, através de reduzido numero de escolas secundárias, realizava-se, como principal, a função de preparar os educandos para o ingresso nas escolas superiores. As reformas, neste campo de ensino, preocupavam-se, por isso, em melhorar a maneira por que essa função preparatória se exercia, dando ao ensino secundário o caráter de formação educativa de finalidade selecionadora de elites.

O papel dessa reformas foi, em grande parte, frustrado pelo considerável procura de educação secundária, em consequencia da qual outras funções não previstas passaram tambem a dar sentido a essa modalidade de ensino.

Cumpre agora atentar melhor para essas outras funções, quais sejam as de distribuir ou encaminhar os adolescentes, já possuidores de certa educação geral, para as carreiras comerciais, industriais e rurais, o que deverá ser feito pela melhor articulação da escola secundária com as de outros tipos, sem que isso importe, contudo, restrição ou prejuízo do seu papel seletivo. Serviços de orientação educacional e profissional serão fatores valiosos para a obtenção desses resultados.

Algumas novas escolas secundárias oficiais já poderiam servir de campo experimental para mudanças necessárias à democratização do ensino secundário e à ampliação de suas funções.

Uma política de bolsas de estudos para jovens bem dotados de famílias de menores recursos econômicos ou de numerosos filhos, deve ser lançada em têrmos tais que reduza a dificuldade que muitos pais encontram para a educação de sua prole.

Tambem deve ser estudada, como processo de ampliação e barateamento do ensino, a possibilidade de uma política de financiamento da construção de escolas secundárias particulares, em troca de facilidades para o povo, isso nos casos em que não seja aconselhável mantê-las diretamente.

Ensino técnico

A tarefa de estimular o desenvolvimento do ensino secundário no sentido de uma educação acessível ao maior número e que prepare os adolescentes para a participação mais completa na vida coletiva, deve correr parelha com o impulsionamento do ensino técnico.

Em face de vastos recursos inexplorados, a opção que está proposta ao nosso homem é a de, ou usar os processos primitivos de trabalho, ou mobilizar os recursos técnicos de nossa era. Sendo esta última a solução que evidentemente se impõe, ela só poderá ser adotada, entretanto, pela preparação de especialistas de nível médio e de nível superior. Abaixo do nível universitário, mas já exigindo conclusão de curso ginasial, devemos manter numerosos cursos em escolas técnicas.

Há anos, promovi a ampliação da rêde de ensino profissional criando novas unidades em vários Estados, e melhorando os edifícios das existentes ou construindo outros. Urge, agora, equipar tais unidades escolares com laboratórios, oficinas e campos de demonstração, e torná-las conhecidas e reputadas. Daí sairão homens para as funções de condução de serviços, ou de contrôle de produção, situados entre engenheiros e operários.

Para complemento da ação da rêde federal de estabelecimentos de ensino industrial, e para atendimento rápido da necessidade de preparar grandes equipes de operários qualificados e aperfeiçoar mestres da indústria, foi instituido, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

A atividade dêsse órgão sem dúvida confirmou o acêrto de sua criação, impondo-se, assim, a sua permanência com as modificações que se evidenciarem aconselháveis e oportunas.

Ensino superior

A atração para as carreiras liberais não conduziu as nossas escolas superiores para o caminho da formação de profissionais da ciência pura, nem se multiplicaram, com elas, no grau desejado, as oportunidades dos cursos técnicos superiores destinados ao preparo de especialistas para a agricultura, a indústria, o comercio e as obras públicas. É evidente, entretanto, que a evolução do Brasil nos conduz a êsses caminhos. É preciso prestigiar, vivamente, o crescente movimento de formação de universidades autônomas, adequadamente constituídas. Não se deve esquecer que a universidade nasceu como uma corporação autônoma de professôres e estudantes, — de homens que amadureceram no saber e dos que nêle se iniciam. É com êsse sentido que as universidades se vêm desenvolvendo há longos séculos em todos os países. Não são repartições públicas, nem os professôres um grupo de funcionários comuns,

O ideal seria que as universidades não fossem consideradas, especificamente, como pertencentes a nenhuma esfera do Govêrno, nem enquadradas, em nenhum dos três poderes clássicos, para se constituirem num poder à parte — o dos pesquisadores e servidores do conhecimento humano, com estatuto e fundos próprios, mantidos pelas contribuições dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e pelas doações das emprêsas e de indivíduos de alto espírito cívico.

Já que se processou à federalização de escolas superiores, em escala tão ampla, com o apoio do Congresso, devemos utilizar tal circunstância para um encaminhamento dessas instituições e o seu progressivo ajustamento no sentido institucional como é da natureza da própria vida universitária.

Levantamento das necessidades como base de planejamento

O ataque frontal aos problemas educacionais do País, dada a sua extensão e extrema complexidade, está a reclamar um levantamento das condições da educação nacional, como base para um eficiente programa de ação.

Faz-se indispensável verificar o que há em nosso sistema escolar e em nossos hábitos pedagógicos de bem sucedido e de frustrado, que necessidade estão sendo atendidas ou postergadas e que influências renovadoras se devem estimular neste campo.

Será de tôda a valia conhecer-se, precisamente, o tipo de contribuição efetiva que esta dando ao vasto interior do país, predominantemente agrário, a escola que nêle já conseguimos manter.

Há, alem disso, o problema da evasão dos matriculados, tanto na escola primária quanto na secundária, do qual se conhecem as causas mais gerais, de ordem social e econômica, mas que carece de exame detalhado que permita a fixação das linhas práticas de sua solução.

Para o conhecimento dêsses e de outros problemas da educação nacional, é necessário reunir os dados já apurados, coligir novos elementos através de inquéritos e pesquisas especiais, analisá-los e sistematizá-los, a fim de que, das discussões de políticos e educadores, sociólogos e economistas, surjam as indicações para o planejamento contínuo da educação nacional.

Cultura

Constitui imperativo para o Govêrno realizar amplo esfôrço no sentido de favorecer, por todos os meios e na medida do seu justo interêsse, o processo de nosso desenvolvimento cultural e artístico.

Atravessamos um período de formação, em que atuam mais vivamente influencias que tendem a diluir a nossa homogeneidade substancial e a comprometer a vitalidade e o equilíbrio de nossas elites e a firme consciência da missão que lhes compete.

Cumpre, pois, não só animar, com incentivos novos, a preservação de nossas tradições e valores, como favorecer ao maior número de brasileiros o acesso às fontes de aperfeiçoamento espiritual.

Para atender a essa conveniência, devemos retomar, para ampliar-lhe o alcance e a eficiência, o programa de difusão cultural que iniciamos no Ministério da Educação e Saúde e que já assegurou benefícios efetivos nos diversos setores em que se desenvolve.

Dentro dessa orientação, de favorecer e animar as atividades criadoras da inteligência brasileira, cabe posição de relêvo ao Instituto Nacional do Livro, ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, ao Serviço de Radiodifusão Educativa, aos Museus e às Bibliotecas, à Casa de Rui Barbosa, ao Serviço Nacional de Teatro, às instituições que protegem e valorizam o nosso patrimônio histórico e artístico.

Através do amparo à sua indústria devem ser mobilizadas as amplas possibilidades do livro, democratizando-o como instrumento persistente e poderoso de cultura popular.

Esta obra de educação extra-escolar deve ser apoiada, por outro lado, por um mais perfeito aproveitamento dos meios revelados pela Ciência e pela Técnica modernas, de modo a inverter no esfôrço da educação coletiva as amplas possibilidades do rádio, do cinema, da televisão e, bem assim, as formas de comunicação artística que cada dia mais se aproximam do povo.

IMIGRAÇÃO

Uma contribuição valiosa à melhoria das condições de produtividade da população brasileira é, sem dúvida, a vinda de bens contingentes imigratórios, capazes, pelo seu trabalho qualificado, na agricultura e na indústria, de transmitir ao trabalhador nacional as técnicas mais aperfeiçoadas postas em prática em seus países de origem.

Importância fundamental, consequentemente, deve ser atribuida ao problema da imigração e às questões que lhe são correlatas, tais como a colocação, a distribuição, a colonização e a assimilação.

E' necessário favorecer em escala econômica a localização de maiores massas imigratórias nas regiões do Norte e do Centro do País. Os meios de transporte e comunicações são hoje, ali, mais amplos do que os encontrados pelos imigrantes quando há um século se estabeleceram no Sul. Assim tambem são as condições sanitárias. Por outro lado, a conquista da ecologia assegura hoje a adaptação do homem a todos os climas. O Govêrno cuidará dêste importante problema e ampliará as tentativas feitas até agora para a colonização européia dessas vastas regiões, objetivando alargar a base geográfica das zonas aptas ao recebimento de imigração estrangeira.

Como frisei durante a campanha presidencial, o problema da imigração foi dos mais descurados ùltimamente. Basta confrontar as estatísticas existentes para verificar as oportunidades perdidas pelo Brasil: dos quase 877 mil deslocados de guerra que, sob os auspícios da Organização Internacional de Refugiados, foram distribuídos para vários países, pouco mais de 25 mil se localizaram no Brasil, desde 1947. Imigrantes, como tais considerados os estrangeiros entrados em caráter permanente e em primeiro estabelecimento, só recebemos 13 mil em 1946, 18 mil em 1947 e 21.500 em 1948.

São, evidentemente, reduzidas tais cifras, em relação à capacidade de absorção do País e à necessidade que temos de imigrantes.

Acentuo, mais uma vez, — como já o fiz em outra ocasião — que não devemos temer a concorrência do alienígena, mas, ao contrário, recebê-lo de braços abertos, desde que êle concorra para o levantamento de nosso padrão de vida até o nível dos povos vanguardeiros da civilização.

E' necessário realizar uma política de porta aberta às boas correntes imigratórias, fomentando, incentivando e ampliando, sob tôdas as formas, a colaboração do Govêrno brasileiro com os governos dos países de imigração e com os organismos internacionais a que estão afetos os vários aspectos das questões de mão de obra e imigração. Prestigiando suas iniciativas e com êles cooperando eficazmente, muito se beneficiará o Brasil, uma vez que os problemas de imigração na hora atual se colocam todos no âmbito de planejamentos internacionais.

Apoio decisivo e permanente merecem, portanto, os empreendimentos nacionais ou estrangeiros destinados a promover imigração dirigida e colonização adequadamente planejadas, ou buscando realizar em nosso País investimentos com estas finalidades. O Govêrno, plenamente cônscio da importância dêste problema para o progresso da nação, tudo facilitará à iniciativa privada neste setor.

Dentro dessas diretrizes gerais, serão tomadas as providências necessárias, de ordem administrativa e política, para que o País retome a trilha segura de hospitalidade cordial, mantida na maior parte de sua história, que tantos benefícios lhe trouxe no passado e de que ainda tanto podemos esperar no futuro.

Tem o Brasil interêsse em receber, não só as correntes de sua imigração tradicional, como a portuguêsa, a italiana, a alemã, e a sírio-libanesa, entre outras, mas ainda as formadas por elementos selecionados entre os "deslocados de guerra" e refugiados, ora concentrados, principalmente, na Alemanha Ocidental.

Tôdas são valiosas, e nessa diversidade de etnias e especializações profissionais, encontraremos os elementos de que o nosso País carece para acelerar o ritmo do seu progresso. Assim, poderão ter seguimento, em moldes mais largos, as realizações, até agora ainda em escala reduzida, de imigração dirigida.

Urge, para isso, extinguir os entraves de supérfluos trâmites burocráticos, que atualmente dificultam a solução dos problemas imigratórios entre nós, em prejuízo de nossos verdadeiros e fundamentais interêsses.

Eliminada a parte negativa, poder-se-á, nos aspectos positivos, realizar acôrdos, promover a seleção, conseguir o transporte, aparelhar devidamente os serviços de recebimento e hospedagem, planejar convenientemente a distribuição e organizar os serviços de colocação, tanto para imigrantes agrícolas como industriais, bem como pôr em prática os processos mais racionais de assimilação e abrasileiramento do alienígena.

Trabalho

Com o movimento de 1930, foram lançadas no País as bases de pacífica mas incisiva e irretrorquível revolução social e inauguradas as linhas mestras de um regime de amparo efetivo ao trabalhador, através de avançada legislação, que, sôbre regular as relações entre patrões e empregados, traçou os rumos decisivos de um amplo sistema de previdência social.

Os problemas pertinentes ao trabalho, sob seus múltiplos aspectos — salário, mínimo, de acôrdo com as condições de cada região; horários, férias, higiene, segurança, salubridade, descanso, fatores indispensáveis à defesa dos trabalhadores de tôdas as categorias; assistência sanitária; previdência, mediante contribuição do Govêrno, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra consequências da doença, velhice, invalidez e morte; obrigatoriedade da instituição do seguro, pelo empregador, contra os acidentes do trabalho; todos êsses preceitos encontraram solução na década 1930-40.

Complementando estas inovações de profundo alcance social, os constituintes de 1946 consagraram alguns preceitos de irrecusável importância, vários dos quais, no entanto, não foram ainda incorporados às conquistas do trabalhador brasileiro, pelo fato de dependerem, ainda hoje, da necessaria regulamentação, que se vem postergando, em virtude das numerosas controvérsias de que têm sido objeto.

Em consequência da legislação deixada pelo nosso período anterior de govêrno, visando à organização e representação legítima das classes profissionais, o número de sindicatos atinge atualmente a 1.895, o de federações a 87 e o das confederações a 4. E', entretanto, para lamentar certa redução nas atividades sindicais, de que são um dos fatores decisivos os longos períodos de intervenção.

Em 1949, tendo em vista a nova conceituação de salário mínimo, estabelecida pela Constituição, realizou-se novo inquérito de âmbito nacional para apurar as condições de vida dos trabalhadores, objetivando, particularmente, a coleta de informes sôbre "as necessidades normais do trabalhador e de sua família". Os resultados da pesquisa foram encaminhados, em meio de 1950, às Comissões do Salário Mínimo, que, até o momento, não completaram seu trabalho.

Alguns órgãos da Administração, neste setor, estão a merecer acurada atenção por parte do Govêrno. Assim, por exemplo, as condições precárias em que se processam as atividades de identificação profissional influem, sobremodo, na vida dos sindicatos, e na defesa dos direitos do trabalhador.

A aplicação inadequada dos fundos do impôsto sindical redundou em grande desperdício de recursos que poderiam ser melhor empregados, no sentido de favorecer o progresso social dos trabalhadores.

Cumpre, como já indiquei no comêço desta Mensagem, aperfeiçoar a legislação trabalhista e pô-la em eficaz execução como um instrumento de resguardo de direitos e de liberação do temor e, assim, de progresso social e político. Mas não podemos perder de vista que a legislação do trabalho não resolverá, por si só, o magno problema da elevação dos salários reais e dos níveis de vida das massas trabalhadoras do Brasil.

As condições do mercado do trabalho são realmente críticas. Enquanto se verifica uma rígida escassez de técnicos, de especialistas, de capatazes e contramestres, superabundam os trabalhadores comuns à procura de empregos. As emprêsas industriais e os serviços públicos, oferecendo salários comparativamente altos, atraem as massas rurais, embora não tenham capacidade para absorver êsses novos contingentes de mão-de-obra. Os próprios artifícios característicos da vida urbana parecem oferecer satisfação às aspirações populares, à falta de maiores condições econômicas no interior. Por sua vez a elevada oferta de mão-de-obra provinda dos campos impede a elevação dos salários urbanos nas indústrias e no comércio.

A estrutura do mercado do trabalho não deixa dúvida de que o problema da melhoria das condições do trabalhador não se soluciona, apenas, por uma política distributivista, as, sobretudo, mediante um programa de mais largos horizontes de emprêgo e de mais elevada produtividade. A produtividade do trabalhador médio brasileiro apresenta, por vêzes, índices inferiores aos de outros países. Esse fato não se deve nem à raça, nem ao clima, mas a uma conjugação de outros fatores, dos quais enumerarei alguns, a fim de acentuar que o Govêrno, empenhado em resolver, nas suas próprias raízes, o problema do trabalho nacional, está consciente de sua complexidade.

Há que ressaltar, de logo, o reduzido consumo de alimentos, o baixo padrão de habitação, e as precaríssimas condições de vestuário da grande massa das populações rurais.

(Conclui na pág. seguinte)

(Conclusão da pág. anterior)

A elevação dos níveis dêsse consumo é essencial para valorizar o homem, no sentido de elevar-lhe a própria capacidade de produção. Ao lado disso, persistem, por fôrça da tradição, hábitos prejudiciais ao rendimento que só aos poucos poderão ser erradicados e que se traduzem na proverbial falta de ambição de boa parte das nossas massas trabalhadoras. O próprio clima de confiança e de progresso social, além do desenvolvimento econômico, constitui o mais poderoso fator para a superação dessa mentalidade.

A insuficiência de instrução, não só técnica, mas sobretudo primária, é tambem fator negativo de trabalho. O incipiente desenvolvimento das técnicas de direção, que somente podem ser assimiladas com uma longa experiência, ou com educação e imigração, reduz a eficiência da mão-de-obra.

Mais importante que tudo, porém, é o fato de que a maior percentagem da energia utilizada nos processos de produção no Brasil ainda é a do braço do homem. Em outras palavras: cada trabalhador brasileiro conta com uma cota insignificante de energia mecânica a seu serviço. Sua produtividade, portanto, tem que ser pequena, e o estímulo para o aperfeiçoamento técnico também reduzido.

Desta forma, o desenvolvimento econômico, através das aplicações de capitais públicos e privados, em máquinas e equipamentos, a instrução e a ampliação dos quadros profissionais representam fatores decisivos para melhoria das condições do trabalhador, que, no entanto, não pode prescindir da oportuna e justa ação do Estado no sentido de que lhe caiba parcela crescente dos frutos da produção.

E' meu firme propósito utilizar e desenvolver o aparelhamento técnico dos órgãos federais, a fim de enfrentar com maior eficiência as tarefas específicas de proteção e defesa do trabalhador na plena execução das leis trabalhistas, articulando, porém, êsse programa com as medidas de desenvolvimento econômico do País.

Atenção especial será dada aos complexos problemas do trabalho agrícola, a fim de levar ao homem do campo todo o benefício da legislação social e liberá-lo das condições presentes de inferioridade.

Para isso, o Executivo aguarda com ansiedade a lei agrária, ainda em estudos no Congresso Nacional, a fim de que se possa ajustar a atividade dos trabalhadores rurais ao sistema de proteção já aplicado aos empregados na indústria e no comércio. Não pode o operário rural, que tanto contribui para o fomento da riqueza pública e particular, permanecer à margem dos postulados do nosso direito social, inspirados nos sentimentos de humanismo cristão que marcaram de tanta generosidade e grandeza os anais da vida nacional.

Previdência e Assistência Social

Dentro as atribuições do Estado moderno, a da previdência social assume papel relevante pelos objetivos que tem em vista e pela influência direta que exerce na vida de tôda a população. Semelhante influência se fêz sentir de modo especial ao encerrar-se o segundo conflito mundial, quando os governos democráticos vitoriosos se deram pressa em efetivar as promessas que formularam, especialmente na Carta do Atlântico, no tocante à libertação da miséria. Sobretudo na Grã-Bretanha, o movimento renovador da previdência social se fêz notar ainda mesmo em plena conflagração, com o aparecimento do plano Beveridge. Essa época marca o início de uma fase extensiva da previdência social, abrangendo não apenas grupos profissionais ou classes menos favorecidas, mas alcançando, em tôda a sua amplitude, os cidadãos de uma nação.

Essa influência e êsses aspectos evolutivos da previdência social repercutiram em nosso país, permeando os estudos empreendidos para a reestruturação do regime brasileiro.

A previdência social no Brasil teve início com a primeira lei de acidentes do trabalho, promulgada em 1919, e, a seguir, em 1923 com a lei que instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os trabalhadores ferroviários. Até 1930, porém, estacionou o regime de previdência nessa fase embrionária e somente a partir dessa data é que a revolução vitoriosa lhe iria promover a evolução. Em verdade, incrementou-se extraordinariamente a organização dos serviços de previdência, ampliando-se o regime das Caixas de Aposentadorias e Pensões. Foram criados, sucessivamente, os grandes Institutos, que vieram amparar, cada qual por sua vez, a massa dos trabalhadores urbanos, até alcançá-los em sua quase totalidade com a implantação do último dentre êsses, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Achava-se, dêsse modo, a previdência social do país pronta para galgar uma etapa superior, e, para tanto, não se descurou o Govêrno de então, ordenando, com a expedição do Decreto-lei n. 7.524, de 5 de maio de 1945, que criou a Comissão Organizadora do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, o estudo sistemático do assunto e a elaboração de planos nacionais de Previdência. A atuação do citado Instituto deveria centralizar-se na execução, de tal sorte que sua ação benéfica se fizesse sentir nos mais remotos rincões do território brasileiro, favorecendo a todos os seus habitantes, sem discriminações de qualquer natureza. Ainda que elaborado com esforço e cuidado, não logrou o plano a atenção que, sem dúvida, mereceria do Govêrno passado. Impõe-se, portanto, ao presente Govêrno reabrir os estudos tão minuciosamente elaborados, atualizando-os e adaptando-os à realidade de nossos dias, visando a que a previdência se venha traduzir em benefícios sociais efetivos, e, sobretudo, se estenda à amplitude do nosso território, alcançando necessàriamente os trabalhadores agrários.

Vale salientar, todavia, que a extensão da previdência às atividades rurais deve ser realizada com as cautelas que as dificuldades do problema apresentam, principalmente porque se deve atentar, correlatamente, como fator da maior magnitude, nas dificuldades de reestruturação dos seus serviços de assistência médica.

No setor da atividade médica é que se vêm agravando os defeitos da organização anacrônica da previdência. Provado está que o sistema atual não tem capacidade de expansão e nem sequer pode atingir os limites do que necessitam os trabalhadores das capitais. O problema de hospitalização do trabalhador brasileiro continuará insolúvel por longos anos, em certas áreas menos favorecidas, onde não existe um só leito hospitalar, a menos que se organizem os serviços do seguro social obrigatório sem preocupação das fronteiras municipais. Estas não devem constituir obstáculo ao uso comum de recursos que, embora tenham de ser concentrados num só local, devem atender à relativa dispersão da massa trabalhadora.

Dentro da organização esquemática a que obedecem os grandes institutos, jamais evitaremos que o associado, ao requerer o benefício, seja um desconhecido na agência ou delegacia, muito embora tenha contribuido por dezenas de anos. Isto porque os institutos jamais poderão, sem incorrer em despesas desproporcionais, estar em tôda parte, em todos os bairros, tão próximos das residencias dos seus segurados quanto é necessário, para que os serviços sejam efetivamente prestados a tempo e a hora.

Os órgãos de execução descentralizada, projetados em pequenas unidades regionais que abranjam certo número — cem mil habitantes, grupados de acôrdo com as facilidades de comunicações e em função das tendências observadas na formação dos centros de dispersão dos recursos — parecem a fórmula ideal de expansão dos serviços pelo interior. Dever-se-á, através dessas unidades, estender progressivamente os diversos tipos de benefícios aos trabalhadores agrários, isto porque, em certas zonas mais progressistas, a quase totalidade dos benefícios de seguro social já vem encontrando repercussão por parte do homem do campo.

Estas unidades teriam ainda a virtude de facilitar a participação dos interessados na fiscalização das atividades da previdência social, através de conselhos de representantes que funcionariam junto de cada uma.

Embora a previdência social dos funcionários públicos se distancie, como problema, dos demais casos, apresenta ela peculiaridades que devem ser atendidas através de instituição especializada — o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — com a qual o Estado, como empregador, deverá dar o exemplo da complementação que podem ter os planos gerais de previdência.

O custeio das atividades da previdência social é um dos pontos nevrálgicos da questão. No Brasil, definimo-nos pelo sistema da tríplice e igual contribuição dos segurados, empregadores e Estado. O fato de contribuir, porém, a União com uma parcela igual ao das demais fontes, apresenta, sem dúvida, o inconveniente de que, custeando o Estado um têrço dos benefícios, dá mais aos que dispõem de melhores salários, o que não é de boa justiça social. Ora, devendo o Estado garantir condições iguais para todos os cidadãos, conclui-se que sua participação financeira se deverá limitar ao plano básico de benefícios.

E' de acentuar que a generalização referida dos seguros sociais a tôdas as classes e a sua ampliação a todo o território nacional importariam, por outro lado, numa extensão das contribuições a todos, e não apenas a grupos determinados, como hoje se verifica.

Concomitantemente, faz-se mister rever a política de aplicação de reservas, com o objetivo de conseguir-se aplicação mais útil e melhor ordenada das contribuições, — fator indispensável a que se possa outorgar, com êxito, a extensão inadiável dos benefícios da previdência social ao trabalhador do campo.

Registra-se, atualmente, grande dispersão de recursos, proveniente da liberdade assegurada às várias administrações autárquicas, não se tendo beneficiado o país de grande capital disponível, na forma que seria de desejar, dentro de um plano de desenvolvimento econômico. Urge, portanto, inaugurar nova política uniforme de aplicações, dando-lhes aspecto nitidamente econômico-social.

Como já tive ocasião de afirmar em outra oportunidade, o Govêrno tornou-se devedor remisso das instituições de previdência social. Enquanto que, em 1945, a dívida da União era de 839 milhões e 541 mil cruzeiros, em cinco anos apenas ascendeu à importância superior a 6 bilhões de cruzeiros.

Exceto a entrega de imóveis no valor de 400 milhões de cruzeiros, através da Caixa de Mobilização Bancária, nenhuma outra providência tomou o Govêrno passado no sentido de enfrentar tão cruciante problema.

Se a guerra dificultou ao Govêrno, até o ano de 1945, o pagamento de suas contribuições aos Institutos de Previdência, tão lamentável falha não pode ser explicada, no após-guerra, senão pela falta de compreensão das transcendentes finalidades dessas organizações.

As novas bases sugeridas para o custeio da previdência social — muito embora se preconize a extensão do regime a tôdas as

PRIMEIRA MENSAGEM DO PRESIDENTE VARGAS AO CONGRESSO

camadas da população — deverão deter a progressão da dívida, permitindo, ainda, a sua consolidação e liquidação, em prazo razoável.

Nesse sentido, meu Govêrno se empenhará decisivamente para solucionar problema tão irritante, e que se vem agravando a cada ano.

Seguros

Desde o início dêste século, o campo das atividades seguradoras apresenta, em nosso país, como característica uniforme, o desenvolvimento de sólidos grupos, habilitados a suprir as necessidades imediatas do mercado nacional.

O rápido progresso econômico determinou, contudo, a exigência de apurada organização técnica e potencial financeiro cada vez maior, dando assim ensejo à preponderância das seguradoras estrangeiras sôbre as nacionais.

A criação em 1939, de um órgão específico, com atribuição precípua de regular e desenvolver as operações de seguros e de resseguros, objetivou, acima de tudo, corrigir essa anomalia, restabelecendo o equilíbrio rompido e salvaguardando os altos interêsses nacionais, pela retenção, no País, de considerável massa de capital e dos rendimentos proporcionados por essas operações, que se evadiam para o exterior.

Verificou-se, com a adoção dessa providência, apreciável desenvolvimento do potencial econômico do meio segurador e consequente retenção de divisas, que puderam ser aplicadas em proveito do nosso próprio desenvolvimento.

O reaparelhamento do sistema de fiscalização e contrôle das operações em todo o território nacional, a revisão do atual regulamento de seguros, principalmente no que se refere à distribuição dos lucros, aplicação de reservas, fixação de novos limites de capital para as sociedades e revisão das tarifas, e, sobretudo, um reajustamento mais racional na parte de impostos sôbre as operações de resseguros com o exterior, constituem aspectos relevantes do problema, a merecer a contribuição dos especialistas e a diligente atenção do Govêrno.

Há, ainda, outro ponto a salientar, de indiscutível importância para a economia nacional. Quero referir-me à implantação do seguro agropecuário em nosso País, precedida, naturalmente, de amplos e abalizados estudos.

Problema dos mais complexos — e que já está, aliás, nas cogitações dos Senhores Congressistas — intimamente ligado ao da estabilidade de renda dos produtores rurais, a expansão do seguro agropecuário poderá vir a constituir-se em fator decisivo do desenvolvimento racional do crédito agrícola. A instituição do seguro agrário completaria a do seguro social na proteção ao homem do campo.

Enquanto a maioria das demais atividades econômicas já está amparada por um sistema adequado de seguros, a agricultura ainda opera em bases as mais rudimentares e completamente desprotegida quanto aos riscos que lhe são peculiares.

As consequências de tal falha são, evidentemente, das mais graves, como a fuga do braço humano e do capital para setores de maior proteção e rendimento.

A desorganização, nesse particular, assume importância excepcional na conjuntura presente, marcada de sombrias perspectivas. Mais avulta, assim, o dever do Govêrno de promover as medidas capazes de evitar que o sucesso dos empreendimentos agrários fique na exclusiva dependência de fatôres aleatórios, cujos efeitos podem ser controlados mas que o homem do campo, isoladamente, não pode enfrentar.

No conjunto de medidas destinadas a proporcionar ao agricultor situação mais estável, despertar-lhe o interêsse e o entusiasmo para o trabalho, indispensáveis ao sucesso de qualquer empreendimento — muito espera o Govêrno da implantação de um sistema de seguro agropecuário.

E' uma experiência a ser tentada, com tanto maior certeza de sucesso quanto é certo que a própria organização do seguro agropecuário, além das vantagens seguradoras a êle inerentes, permitirá ainda a ampliação dos recursos para o financiamento nesse tipo de atividade.

Necessário será, portanto, que a estrutura do órgão regulador da expansão do seguro em nosso País seja dotada dos recursos humanos, técnicos e financeiros imprescindíveis ao equacionamento técnico do problema e à coordenação das unidades tendentes à realização do seguro agropecuário.

Assistência social

Embora a melhoria das condições de vida do povo dependa essencialmente do progresso econômico do País, merecem especial atenção do Govêrno as atividades de assistência social.

Os benefícios do desenvolvimento econômico sòmente se fazem sentir a longo prazo, impondo-se por isso o imperativo psicológico e humano de apelar o Estado para a assistência social, com o fim de corrigir os agudos desajustamentos de nossa época, que, de outra forma poderiam até anular aqueles mesmos benefícios. Ao lado do seu objetivo de oferecer o confôrto de solidariedade às grandes massas deserdadas, incumbe à assistência social, por todos os meios ao seu alcance, elevar a produtividade do homem brasileiro e, em consequência, sua capacidade de auferir maiores salários.

As atividades públicas iniciadas, neste campo, em meu periodo anterior de Govêrno deverão ser continuadas.

E propósito do Govêrno, porém, prestigiar a iniciativa privada que apresenta no Brasil tradicionais entidades de assistencia, como as "casas de misericórdias", e estimular o espírito de serviço e de solidariedade social.

Impõe-se maior articulação das atividades de associações ou fundações, entidades de classe, órgãos estaduais e municipais, serviços autárquicos e outros de caráter federal, visando evitar duplicação de iniciativas, dispersão e, consequentemente, desperdício de recursos.

Auxílio às famílias numerosas

Uma das medidas de alcance social mais acertado, verificada anteriormente a 1945, foi a instituição dos abonos em dinheiro às famílias numerosas.

Tratava-se, porém, de regime inaugurado em fase experimental, e que comportaria, por isso mesmo, com o correr dos tempos, mais amplo desenvolvimento. Nessa trilha, aliás, têm caminhado os países de civilização democrática, em que, sob várias formas, o auxílio às famílias numerosas se transformou em obrigação de que o Estado efetivamente se desincumbe. Há necessidade, portanto, de reconsiderar entre nós o problema, atualizando as bases em que o abono familiar é concedido, e, se necessário, entrosando-o, quer com o novo regime de previdência social que venha a ser inaugurado, quer com o instituto do salário mínimo familiar, previsto na Constituição de 1946 e até agora não executado. Para êsse aspecto, de magnitude indisfarçável num país onde a mortalidade infantil se verifica assustadoramente, entravando o campo do nosso progresso demográfico, e onde a falta de amparo à criança constitui um dos piores flagelos a enfrentar e combater, o auxílio às famílias, não apenas numerosas, mas a tôdas as famílias necessitadas, é dever indeclinável que o meu Govêrno tem o propósito de não olvidar.

Sôbre ter sido descurado o aperfeiçoamento e ampliação do sistema, verificou-se nos últimos anos uma parcial paralisia em sua execução. Assim é que as coletorias do Interior não recebiam frequentemente as ordens para o pagamento dos pequenos abonos a que têm direito as famílias pobres de prole numerosa. E isso acontecia, enquanto o orçamento engordava com vantagens para pequenos grupos privilegiados de funcionários e sinecuristas, ou com dotações outras de interêsse público limitado ou duvidoso.

Alimentação

O problema alimentar brasileiro é assunto cuja gravidade já ninguém mais poderá esconder. O estado de subnutrição em que vive grande maioria de nossa população, revelado através de inquéritos levados a efeito por médicos e sociólogos, pesa terrivelmente na evolução econômica e social de nosso País.

Urge, pois, que se estabeleça uma eficaz política nacional de alimentação, para combater as graves consequências da desnutrição crônica de que padece o nosso povo.

Sempre me preocupei com esse grave problema social e desde o meu primeiro período governamental procurei atacá-lo com o fim de melhorar o nível de nutrição de nossas populações. E, na verdade, como resultados promissores, verifica-se uma significativa mudança no panorama alimentar do País.

Graças às pesquisas realizadas por organismos técnicos como o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, dispõem, hoje, os poderes públicos de rico acervo de fundamentos científicos no qual se pode alicerçar a política nacional de alimentação. Esses estudos não só revelaram os aspectos fundamentais da realidade alimentar brasileira, como, também, trouxeram ao conhecimento coletivo o exato valor nutritivo de inúmeras substâncias alimentares produzidas em nosso País.

Por outro lado, através do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), têm os poderes públicos desenvolvido amplo programa de assistência alimentar, através de uma rede de restaurantes populares que abrange vários Estados da Federação.

Devemos, contudo, reconhecer que essas medidas estão longe de resolver um problema de tamanha complexidade, como seja o da alimentação coletiva. E isso é explicável, se levarmos em conta a sua magnitude e o longo tempo em que ficou inteiramente esquecido pelas elites dirigentes do País. Com suas raízes mergulhadas profundamente na estrutura econômica e social da Nação, não pode ser êsse problema resolvido isoladamente, destacado de outros, dos quais é uma contingência inevitável.

Sòmente com adequadas reformas em nosso arcabouço econômico, será possível uma solução realmente satisfatória do problema. E' preciso examiná-lo em conexão com outros que representam a base fundamental do bem-estar coletivo.

Na política de bem-estar social, que tenho em mira realizar, ocupará um lugar de destaque o da melhoria das condições de alimentação do povo brasileiro.

Forçado a realizar tremendo esfôrço muscular, que só encontra símile no que se exige dos povos mais atrasados ou no que se realizava em épocas recuadas da História, o trabalhador brasileiro, mal alimentado, debilitado na sua energia biológica, só pode apresentar os baixos índices de produtividade que as estatísticas internacionais consignam com tanto alarde e que, tanto servem aos interessados em denegrir a capacidade de trabalho dos nossos patrícios. Esquecem-se, porém, os que assim nos querem ver, que, nas condições de vida e trabalho do homem brasileiro, essa produtividade, conquanto reduzida, é uma prova, não de incapacidade, mas antes de uma resistência física de que poucos povos, mesmo os que se consideram superiores, se poderão vangloriar. Constitui, pois, a obtenção de condições racionais de alimentação para o trabalhador nacional, objetivo primacial a ser atingido na campanha de revalorização do homem brasileiro, através da melhoria de suas condições de saúde. Pela melhor alimentação, não se obterão apenas menores índices sanitários para o nosso povo, mas, tambem, sensível elevação dos padrões da economia nacional.

Julgo da maior importância cuidar de um planejamento da produção agropecuária, levando em consideração, antes de tudo, as necessidades alimentares da população brasileira.

Medida importante é o aproveitamento das terras cultiváveis, circunvizinhas dos grandes centros urbanos, para a agricultura de gêneros alimentícios, principalmente dos produtos chamados perecíveis, como frutas, legumes e verduras, que não resistem a longos transportes, sem os recursos técnicos da refrigeração, de que não dispõe o Brasil em escala suficiente.

A prioridade no transporte e armazenamento dos gêneros alimentícios, sobretudo dos perecíveis, é outra providência que se impõe, enquanto não se alargam os recursos, nêste particular.

Com estas e outras medidas a serem progressivamente postas em execução, o Govêrno espera aliviar a aflitiva situação do trabalhador nacional, que, apesar do amparo da atual legislação trabalhista, não encontra ainda possibilidade de atingir um nível razoável de nutrição, para si e para sua família.

Habitação popular

O problema da habitação, em geral, e especialmente o da habitação de tipo popular, tornou-se crítico em todo o mundo, e, em nosso caso, se explica não só pela concentração demográfica nos centros urbanos, como também pelo menor interesse que vem demonstrando o capital particular pelas iniciativas dêsse tipo. A população global das maiores cidades brasileiras cresceu cerca de 5 e meio milhões na última década, sendo 2,5 milhões pelo afluxo de população provinda dos meios rurais e centros menores. Moradia com um mínimo de confôrto para tôda essa população acrescida implicaria investimento superior à capacidade do País, durante muitos anos. Ao Govêrno cumpre, portanto, uma posição ativa em face desta matéria, bem como rever os planos e os métodos da organização especializada, suprindo deficiências de recursos privados e públicos, locais ou autárquicos, para o encaminhamento da solução do problema, e coordenando os vários programas e empreendimentos descentralizados numa política nacional, articulada com as outras medidas tendentes a promover o desenvolvimento da Nação.

A contribuição da previdencia social nesse setor, pela aplicação de substancial parcela de suas reservas na construção de casas e nucleos residenciais, tem sido considerável, mas ainda não plenamente satisfatoria.

Embora assumindo essas aplicações o caráter de "quota de sacrifício", ainda assim o seu emprego não pode deixar de respeitar as condições básicas das inversões de capitais, assegurando juros mínimos e preenchendo requisitos de garantia.

Impõe-se não somente prosseguir nessas atividades, atendendo com interesse ao problema no setor rural, como também trazer para colaborar na mesma solução os recursos financeiros e técnicos das Caixas Econômicas e das entidades particulares relacionadas com o crédito hipotecário, a capitalização, os seguros e o serviço social.

E' fundamental prever-se o abastecimento de materiais básicos para a construção de casas sem todavia abalar as condições de equilibrio do mercado e de maneira a possibilitar o seu aproveitamento noutros setores.

Estima-se que 80% do custo ordinário das casas populares representam a quota de cimento, material cerâmico e esquadrias. Revelam os levantamentos que a produção dêstes materiais, nas condições presentes, não satisfará às necessidades de um consumo acrescido, em virtude de ampliação do programa de construção de casas populares. Decorre daí o imperativo não só de aumentar a capacidade produtiva das fábricas existentes e de instalar novas, como de localizar estas últimas racionalmente, de modo que os produtos cheguem aos pontos de consumo, com o mínimo de despesa de transportes realizável dentro das condições nacionais.

No seu plano de reequipamento e de expansão da indústria de materiais para a construção civil o Govêrno procurará obter das empresas beneficiárias de auxílios oficiais, nas quotas indispensáveis, a garantia de fornecimentos dos produtos necessários à execução do programa de construção de casas populares. Cumpre, destacadamente, aos órgãos de administração que tratam do problema fugir, na construção de conjuntos residenciais, das influências personalistas; promover a melhoria das habitações precárias existentes, por exemplo, de suas instalações sanitárias; assistir técnica e financeiramente a indústrias regionais de material de construções e instalações e a instituições locais de crédito para casa popular.

O Problema do Homem do Campo

O estudo das correntes migratórias internas revela o desenraizamento dos que se dedicam à lavoura e à criação, especialmente pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e meros assalariados rurais.

No Brasil como em tôda parte, as famílias rurais são sempre mais prolíferas do que as urbanas. Todavia, verificou-se, pelos dados comparados dos recenseamentos gerais de 1940 e 1950 esta situação grave: a população geral do País cresceu de 25% enquanto a das capitais aumentou de 50%. O fator importante dessa anomalia é o precário nível de vida do homem do campo, que carece de um mínimo de bem-estar.

Impõem-se, primordialmente, medidas de amparo à economia agrícola, bem como facilitar aos trabalhadores rurais o acesso à terra própria.

Em aditamento, o Govêrno procurará estender aos homens do campo, progressivamente, os benefícios de um programa de assistência e de uma legislação específica que lhes assegure mais eficazes garantias de trabalho e salários mais compensatórios, proteção contra acidentes do trabalho, além de aposentadoria e pensão nos casos de invalidez ou velhice. Neste sentido, a revisão e efetivação do salário mínimo para o trabalhador rural e a extensão a êle dos benefícios e vantagens de que gozam os trabalhadores urbanos, será um dos objetivos de meu Govêrno para eliminar a disparidade de tratamento, responsável, em grande parte, pelo êxodo rural. Esse objetivo deverá ser necessàriamente completado por um largo programa nacional de colonização.

Colonização

No passado, a colonização tinha por objeto alargar a área de ocupação econômica do território e o efetivo de população. Essa função ainda tem atualidade, mas já hoje é fora de dúvida que outros objetivos são mais importantes, como o de ampliar os suprimentos alimentares, com a criação dos cinturões verdes em tôrno das cidades; o de melhor aproveitar as terras acessíveis utilizando as facilidades de transportes e até contribuindo para a recuperação econômica das terras que marginam as estradas de ferro e outras vias; o de facilitar a propriedade da terra, constituindo-se um fator de fixação no campo e de revitalização de nossa economia agrária; o de fixar imigrantes, visando precipuamente ao aumento da produção e à introdução de novas técnicas e hábitos de trabalho nos meios rurais.

Não tem mais razão de ser a identificação do problema da colonização com o da imigração, embora inter-relacionados. A colonização está sobretudo ligada ao problema da acessibilidade e do uso da terra, da valorização do homem rural e do soerguimento da agricultura nacional. Nesse sentido, urge uma lei agrária adaptada às nossas realidades presentes e que complete as medidas de amparo à agricultura cogitadas pelo meu Govêrno.

A experiência das colônias agrícolas nacionais deve ser prosseguida, mas é fora de dúvida sua insuficiência nas condições presentes. A obra de colonização, a ser patrocinada pelo Govêrno Federal através de assistência técnica e financeira, para o que cumpre implantar o crédito especializado, deve alcançar uma escala nacional e apelar para a iniciativa e o esforço dos governos locais e dos particulares, bem como constituir uma das linhas em que se desenvolverá o auxílio federal.

Política de bem-estar

As reformas e empreendimentos básicos, delineados nesta Mensagem, constituem o arcabouço em que se estruturam os programas atinentes à melhoria das condições de vida da população brasileira. A política econômica visa, como fim, à valorização do homem — objetivo final e preocupação primeira do Estado. Ao lado dessas fundamentais medidas econômicas de ordem geral, cumpre promover a racionalização e sistematização das atividades de segurança sanitária, de educação, de previdência, de assistência e de proteção direta aos trabalhadores e suas famílias. Todavia, impõe-se ainda promover, perfeitamente conjugado a essas duas ordens tradicionais de providências, um programa de produção e atividades complementares, visando diretamente ao levantamento dos padrões de vida, em todos os seus aspectos. Desta forma, com o tempo, o progresso social, de sua parte, repercutirá na produtividade do homem e na estrutura geral da economia nacional, resultando dessa recíproca influência a maior soma de bem comum.

O que preconizo é uma política ampla de bem-estar, apoiada no desenvolvimento orgânico dos alicerces da economia do País, e cuja finalidade imediata e precípua será levar ao povo, que trabalha e produz, o mínimo a que tem direito elementar, para uma existência de tranquilidade econômica e de paz social.

Sem nota de pessimismo, inadequada a uma nação nova qual a nossa, devemos, no entanto, ser realistas ao reconhecer que o Govêrno tem justificativas para estar profundamente preocupado com os presentes níveis materiais e culturais de existência da população do País, nos campos ou nas cidades. Os índices pelos quais se medem tais padrões de vida — refletidos na casa, no vestuário, no regime alimentar, nas facilidades recreativas, na alfabetização, na educação profissional e geral, nas técnicas de trabalho — se distanciam bastante daqueles que caracterizam os países mais desenvolvidos. E o contraste é tanto mais chocante quando sabemos possuir o Brasil inúmeras reservas de matérias primas e outros recursos naturais, assim como valioso potencial humano, que tem dado definitivas demonstrações de energia e vitalidade. Há, portanto, um desajustamento entre êsses recursos, existentes em maior ou menor escala em tôdas as regiões, e a realidade econômico-social presente, expressa nos baixos padrões regionais de vida.

Não pode a Nação suportar por mais tempo os atuais índices de vida de suas classes desfavorecidas, quando países menos dotados em suas potencialidades geográficas têm conseguido elevá-los a níveis mais consentâneos com a condição humana.

Em entrevista à imprensa quando ainda não empossado no cargo de Presidente da República, revelei minha constante preocupação por êsse problema. Vinha colhendo dados sôbre a matéria, e já se esboçava em meu espírito um plano de ordem geral, no sentido de amparar os trabalhadores pobres e necessitados, facultando-lhes condições de bem-estar social. Cumpre aumentar o poder aquisitivo das massas trabalhadoras, melhorar o salário mínimo, fixar o homem rural, aproveitar as terras cultiváveis junto aos centros urbanos. O Govêrno tem que se organizar, visando precipuamente ao bem-estar geral, encarando, objetivamente, os problemas relacionados com o gigantismo urbano, a alimentação, a habitação, o vestuário, a economia doméstica, a colonização, o progresso das pequenas comunidades.

Para melhor sistematizar as bases de tal política, far-se-á mister realizar, de início, levantamentos regionais de padrões de vida, condições de trabalho e orçamentos familiares. Esses levantamentos permitirão um conhecimento mais perfeito das peculiaridades de vida do nosso povo, e mostrarão os meios mais indicados para a solução de dificuldades específicas.

O programa de bem-estar deve estender-se a todo o território nacional, abrangendo os limites naturais da área geográfica e social de cada problema. O Govêrno convocará para êste empreendimento organizações locais ou nacionais, públicas ou privadas, a tôdas incentivando, sem prejuízo de sua atuação direta, em caráter excepcional, pioneiro ou suplementar. Apelarei especialmente nesse sentido para a cooperação dos governos e dos líderes locais, bem como a compreensão e o apoio das próprias populações interessadas e de seus elementos representativos. Dessa maneira, assegurar-se-ão o alcance nacional e a duração da obra, reduzindo-se o risco em que poderia incorrer tão extenso e complexo programa.

Não nos devemos arrecear das dificuldades do momento, mas antes estruturar com urgência essa vigorosa política de bem-estar social, como objetivo final dos planos de desenvolvimento econômico e roteiro seguro para a valorização progressiva das classes trabalhadoras.

De minha parte, consciente da imensidade da tarefa, a ela dedicarei o melhor dos meus esforços. Meu Govêrno dará ao assunto a preferência a que faz jus.

Certo de vosso patriótico concurso, enviarei ao Congresso, oportunamente, anteprojetos de lei tendentes à consecução dêsses objetivos, dentro de larga e humana política de valorização do homem brasileiro e de suas instituições naturais.

Temos, no Brasil, reservas preciosas no quadro material e humano, que poderão ser mobilizadas. Resta, além de planos bem estudados e da decisão governamental, convocar as qualidades de cooperação e de solidariedade cristã do povo brasileiro.

SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Eleitos sob diferentes legendas partidárias, passamos a integrar os quadros dirigentes do Estado, coparticipes que somos agora dos encargos do Govêrno. E o poder legislativo ou executivo, que nos foi delegado, emanou de uma mesma fonte, por fôrça de um mandato que tem um único objetivo — o de realizar os anseios e ideais do povo por uma vida melhor e mais feliz. E uma responsabilidade comum que pressupõe uma leal, patriótica e mútua colaboração.

Essa responsabilidade, que é de todos nós, e as ingentes dificuldades para alcançar no menor tempo o objetivo de elevar as condições de vida do nosso povo impõem, de fato, o indeclinável dever de união em tôrno dos fundamentais problemas e necessidades da nossa gente, sobretudo nesta hora de crise internacional. Em tôrno dêsses imperativos, creio que devemos estabelecer uma área de completa concordância e de convergência de esfôrços.

Foi com essa convicção que iniciei o exercício do meu mandato, cercando-me de colaboradores de diversa filiação política e renome nacional, na firme intenção de manter o mais perfeito clima de harmonia e imparcialidade, sem com isso afastar-me das aspirações populares e do programa que tracei para realizar essas aspirações.

A base e a forma dessa imprescindível colaboração dos partidos, tanto pela participação de seus representantes no Executivo, como pela crítica da oposição construtiva devem ser sempre a fidelidade aos interêsses e aspirações nacionais. Essa colaboração deve abranger não só os partidos, mas também tôdas as fôrças sociais.

Num regime de ordem, de respeito aos direitos, de confiança recíproca e de consciência dos deveres, é de crer que floresça a colaboração entre as atividades privadas e o Estado, e entre empregados e empregadores, tendo em vista os supremos interêsses da Nação, definidos na emancipação econômica e no progresso social.

No Esporte Amador

Com grande pompa

A E. S. "Filhos do Deserto" comemorou a sua vitória no último Carnaval — Representações presentes — Um suculento angu foi servido — Compareceu a nossa reportagem

Teve transcurso deveras brilhante a "Festa da Vitória", levada a efeito pela Escola de Samba Filhos do Deserto, que, no último desfile oficial da F. D. F., no qual tomam parte apenas as escolas filiadas à Federação Brasileira das Escolas de Samba, logrou a terceira colocação, fruto do trabalho, união e entusiasmo dos seus dirigentes e integrantes.

REPRESENTAÇÕES

Na festividade efetuada no terreiro de samba da escola de Lins Vasconcelos, fizeram-se representar várias associações recreativas, tais como Aprendizes de Lucas, Império da Tijuca, União de Vaz Lobo, Paz e Amor, Azul e Branco do Salgueiro, Independentes do Leblon, Estação Primeira, Flor do Lins, Unidos de Cabuçú e outras.

A F. B. E. S.

A maior entidade de samba do país, teve a representá-la vários membros de sua diretoria. Ernesto Lourenço, Damázio dos Santos e Valter Januário Gomes, lá se demoraram durante algumas horas, prestigiando os festejos da verde e rosa.

SUCULENTO ANGÚ

Aos convidados e integrantes da Escola, a diretoria da mesma ofereceu um suculento angú à baiana. Ao término dêste, ouviram-se vários oradores. Em nome da F. B. E. S. falou o sr. Ernesto Lourenço, que, em sua oração levou o estímulo da sua entidade a que novos louros sejam conquistados pela verde e rosa. Em nome da imprensa presente, agradeceu as homenagens da escola, o cronista Barnabé, finalizando a série de orações, em vibrante improviso, o dr. Antero da Silva agradeceu a presença de todos e hipotecou solidariedade à principal causa porque se bate a Federação, qual seja a emancipação do samba.

GRANDE SAMBA

Prosseguindo no cumprimento do seu programa de festas, tiveram os presentes ocasião de presenciar evoluções da escola, ao som de lindas melodias que as pastoras entoavam à plena fôrça dos pulmões. Um dos sambas era uma sincera homenagem à entidade da rua Joaquim Palhares, de autoria do sambista "Zinco", verdadeiro poeta popular.

PRESENTE À NOSSA REPORTAGEM

Nossa reportagem esteve presente à Escola de Samba Filhos do Deserto, sendo alvo de grandes manifestações por parte da diretoria e adeptos da mesma, e daqui consignamos o nosso agradecimento pelas mesmas, bem como felicitamos seus dirigentes pelo brilhantismo das cerimônias. De parabens estão Otávio Pimenta, Cândido Magalhães, Darci Machado pelo sucesso alcançado, que êste seja prenúncio de novas e consagradoras vitórias, são os nossos votos.

Pedido de "passes"

O Vasco solicitou à FMF os "passes" dos jogadores Clarel, Cabano e Dirceu, para o seu plantel de profissionais.

UM POUQUINHO DE CADA ESPORTE

BASQUETEBOL — O dia de ontem foi de festa para o basquetebol carioca. O E.C. Mackenzie completou 37 anos de existência. O clube suburbano que galgou este ano a 1a. divisão da FMB entrou numa nova fase na sua fecunda existência. Possuidor de um valioso passado esportivo, o E.C. Mackenzie tem tudo para se tornar um dos melhores clubes da cidade. Nós aqui da AMANHA fazemos votos para que o simpatico clube do populoso bairro do Meier continui trabalhando pelo esporte metropolitano e que o ano de 1951, lhe seja muito prospero.

AUTOMOBILISMO — O calendário oficial do Automóvel Clube Brasileiro ,marca para o próximo mês, dia 15, o famoso circulo da Quinta da Boa Vista. O cel. Silvio Santa Rosa, já anda em franca átividade, tendo já arranjado com o prefeito da cidade a cessão da Quinta da Boa Vista naquela data. O ACB, prestará por ocasião deste certame, uma justa homenagem ao general Angelo Mendes de Moraes, fazendo ser disputado o Trofeu "Angelo Mendes de Moraes".

ATLETISMO — O Vasco da Gama, conforme vem fazendo há vários anos, fará realizar no próximo dia 1, sábado, uma grande competição aberta a atletas avulsos. Esta iniciativa dos cruzmaltinos ,sempre lhes deu benefício. Vários de seus defensôres atuais, surgiram em competições deste gênero. As provas do programa, são, 50 e 75 metros rasos e salto em distância.

IATISMO — A prova máxima do iatismo carioca, que será concorrida no próximo dia 28, em águas de Copacabana, reunirá nada menos de 30 iates da afamada classe "Star", que tantas glorias deu ao Brasil em Buenos Aires. Como se vê a luta pela posse transitória da Taça "Darke de Mattos", será das mais sensacionais.

NATAÇÃO — A terceira parte do trofeu "Marino Tolentino", que será disputada amanha na piscina do Caio Martins, contará com a participação do Fluminense com 16 nadadôres, Tijuca com 8 e Vasco com 3.O local designado pela FMN não agradou aos inscritos, uma vez que a atitude da mentora metropolitana é um contracenso, pois como é sabido, três únicos clubes inscritos, são desta capital.

TENIS — Foram encerradas as inscrições para o Campeonato Brasileiro, que terá como concorrentes, o D. Federal, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas e Paraná. O D. Técnico da FMT elaborou um programa de treinamento para seus defensores. O programa constará de provas femininas e masculinas, simples e duplas que serão efetuadas diariamente entre os tenistas convocados.

VOLEIBOL — O C.R. Icarai acaba de ter uma iniciativa de grande brilho. O grêmio da vizinha capital, entrou em entendimentos, a fim de trazer ao Brasil equipes femininas de voleibol do Uruguai e Argentina. A temporada pretendida pelo Icarai esta fixada para o mês de julho próximo.

MOTOCICLISMO — O Moto Clube do Brasil, realizará amanhã, às 20 horas em sua sede à rua São Cristovão, 154 a entrega dos premios aos vencedores das diversas provas motociclisticas disputadas por ocasião da realização do V Circuito da Quinta da Boa Vista, em janeiro próximo passado.

REMO — A competição náutica que o Vasco da Gama promoverá na Lagoa Rodrigo de Freitas no próximo domingo está fadada a alcançar completo êxito esportivo.

Nada menos de 30 guarnições estão em treinamentos diários para esta competição que deverá levar àquele bonito recanto da Lagoa um público numerosíssimo.

XADREZ — A equipe brasileira que participará do Campeonato Mundial de Xadrez, seguiu para Buenos Aires. Os nossos defensores disputarão na capital platina as semi-finais e finais com as seleções enxadristas do continente, quando serão então escolhidos os que irão participar do mundial.

GINASTICA — Foram encerradas ontem na Confederação Brasileira de Desportos as inscrições para o Campeonato Brasileiro de Ginástica a ser realizado nos dias 14 e 15 de abril próximo, na capital de São Paulo.

Sem compromisso o E. C. Bandeira

Achando-se sem compromisso para o próximo domingo, o E. C. Bandeira avisa aos clubes coirmãos que aceita jogos para o 1.º e 2.º quadros. Qualquer entendimento poderá ser entabulado pelo telefone 23-3857, chamar o sr. Antonio, das 16 às 18 horas. Também poderão ser enviadas correspondências para a Rua Joaquim Palhares, 683, c/6, sede provisoria do gremio auriverde.

COMENTAM PELAS ESQUINAS...

...Que o Goisinho anda cantando a popular melodia "Errei Sim" lá pelas bandas da Tijuca...

—o—

...Que o Corintians de Ipanema anda desaparecido do cenário esportivo...

—o—

...Que o E.C. Saicam é na verdade o gremio impar de Braz de Pina...

—o—

...Que o Americano Olimpico não manda mais noticiário, tão pouco a Gerusa tem telefonado...

—o—

...Que no Torneio do Brasil Novo vai tudo azul com bolinhas brancas...

—o—

...Que só o Independencia é que estragou a escrita do promotor...

—o—

...Que o Bibinho agora subiu muito. Cuidado com o tombo...

—o—

...Que o Nonô anda muito animado com o proximo Torneio Rio-São Paulo de clubes amadores. Devagar rapaz...

—o—

...Que o caso Valim x Juizes, ainda vai dar muito aborrecimento...

—o—

...Que o Fausto parece que foi mesmo abandonado pelo Royal de Anchieta...

"Furão"

Francisco de Abreu foi credenciado

O Flamengo comunicou à FMF, que o sr. Francisco de Abreu será um dos seus representantes junto à entidade metropolitana.

Renovação de contratos

O Olaria informou à FMF, que propôs renovação de contratos aos jogadores — Severo e Aleixo.

O Bonsucesso em Friburgo

Uma equipe representativa do Bonsucesso foi autorizada a disputar uma partida amistosa, domingo, em Friburgo, contra a seleção local.

Novamente derrotado o Internacional

MONTEVIDEU, 15 (UP) — No match revanche da noite passada, o Penarol, de Montevideu, derrotou o Internacional, de Porto Alegre, por 3 a 2.

O "Tottenham Hotspurs" e a estréia em Buenos Aires

BUENOS AIRES, 15 (UP) — Anuncia-se que o quadro de foot-ball do "Tottenham Hotspurs", que ocupa a dianteira da tabela no campeonato britanico, estará em Buenos Aires a 25 de maio proximo. O quadri britanico jogará ao todo seis partidas: três em Buenos Aires, e as três restantes em Rosario, La Plata e outra cidade que poderá ser Santa Fé ou Cordoba.

Quatorze clubes na Primeira Divisão

BUENOS AIRES, 15 (AL) — A Assembléia Extraordinária da Associação Argentina de futebol resolveu á noite que a primeira Divisão será integrada por 14 clubs. Durante 3 anos subirão dois e descerá um.

FINANÇAS DO DIA

O CAMBIO

O mercado de cambio abriu ontem em condições estaveis e sem alteração nas taxas. O Banco do Brasil vendia a libra a Cr$ 52,41 60 e o dólar a Cr$ 18,72 e comprava a Cr$ 51,46 40 e a Cr$ 18,38 respectivamente. Assim fechou inalterado.

O Banco do Brasil afixou as seguintes taxas:

Praças A vista	Vend. Cr$	Comp. Cr$
Dólar	18,72	18,38
Peseta	1,70 06	—
Franco suiço	4,36 78	4,35 67
Peso argentino	1,33 53	1,30 82
Peso boliviano	0,31 20	—
Peso uruguaio	9,38 35	9,00 98
Boles	1,20	—
Franco belga	0,37 78	0,36 42
Libra	52,41 60	51,46 40
Corôa sueca	3,62 09	3,55 51
Corôa dinamarquesa	2,73 53	2,63 68
Corôa tcheca	0,37 44	0,36 76
Franco francês	0,05 35	0,05 25
Escudo	0,65 72	0,63 34
Florim	4,91 59	4,82 66

OURO-FINO

O Banco do Brasil comprou ontem o grama de ouro-fino na base de 1.000/1.000, em barra ou amoedado ao preço de Cr$ 20,81 78.

CAMARA SINDICAL

Em 14 de março registraram-se as seguintes médias cambiais:

Praças	Cr$
Londres	52,41 60
Nova Iorque	18,72
França	0,05 32
Portugal	0,65 97
Dinamarca	2,73 53
Bélgica (ps. belga)	0,37 78
Suiça	4,38 43
Holanda	4,92 15

CAFÉ

Tipo 7 — Cr$ 183,00

O mercado de café disponivel funcionou, ontem, em condições calmas e com baixa de um cruzeiro nas cotações. Os possuidores deram ao tipo 7, a base de Cr$ 183,00 por 10 quilos, na tábua e não houve vendas sôbre o disponivel.

Fechou inalterado.

COTAÇÕES POR DEZ QUILOS

	Cr$
Tipo 3	185,40
Tipo 4	184,80
Tipo 5	184,30
Tipo 6	183,60
Tipo 7	183,00
Tipo 8	182,00

PAUTA

Est. de Minas (café comum)	18,40
Idem, fino	19,75
Est. do Rio (café comum)	18,20

MOVIMENTO ESTATISTICO

Entradas	Sacas
Estrada de Rodagem	11.063
Central	6.083
Reg. Esp. Santo	—
TOTAL	17.146
Desde 1.º do mês	161.789
Do 1.º de julho	3.540.098
Idem, ano passado	3.867.869
Café rev. merc.: Dec. n/d	—
Idem 1.º de julho	32.122
Café ent.: p/ caminhões n/d	11.063
Idem, 1.º de julho	1.702.059

Embarques	Sacas
América do Norte	51.535
Europa	17.158
Africa	4.350
TOTAL	77.214
Desde 1.º do mês	235.837
Do 1.º de julho	3.253.062
Idem, ano passado	3.516.157
Existência	657.880
Idem, ano passado	693.248
Café despachado para embarques	97.640

AÇUCAR

O mercado de açúcar funcionou, ainda ontem, sustentado e sem alteração na tabela de preços.

MOVIMENTO ESTATISTICO

Entradas	Sacas
De Pernambuco	—
Do Estado do Rio	1.150
De Maceió	—
TOTAL	1.150
Saidas	4.273
Existência	141.532

COTAÇÕES POR SESSENTA QUILOS

Mascavo	161,00
Mascavinho	173,00
Branco cristal	193,00
Cristal amarelo	177,00

ALGODÃO

Esse mercado regulou, ontem, calmo e sem alteração na tabela de preços.

MOVIMENTO ESTATISTICO

Entradas	
De Maceió	—
De São Paulo	—
TOTAL	—
Saidas	202
Existência	32.964

COTAÇÕES POR DEZ QUILOS

Seridó — Fibra longa	Cr$
Tipo 3	365,00 a 367,00
Tipo 4	358,00 a 360,00
Sertões — Fibra média	**Cr$**
Tipo 3	346,00 a 348,00
Tipo 5	330,00 a 332,00
Ceará tipo 3	328,00 a 330,00
Ceará tipo 5	nominal.
Matas — Fibra curta:	
Tipo 3	320,00 a 322,00
Paulista, tipo 5	328,00 a 330,00

GENEROS ALIMENTICIOS

O mercado de gêneros de consumo funcionou, ontem, com o seguinte movimento:

	Entr.	Saidas
Arroz (sacos)	7.837	2.200
Farinha (sacos)	—	400
Açúcar (sacos)	6.000	1.900
Feijão (sacos)	1.601	1.500
Banha (caixas)	900	1.600
Milho (sacos)	2.650	350
Charque (fardos)	—	100
Batatas (sacos)	4.532	—
Cebola (sacos)	4.532	—

No Rio o governador do Maranhão



Chegou, ontem, ao Rio, às primeiras horas da noite, o sr. Eugênio de Barros, governador do Maranhão, cuja posse recente, naquele cargo, deu causa a um ruidoso movimento popular em São Luiz, que por cêrca de treze dias, perturbou, inteiramente, a vida daquela capital. Tendo passado o govêrno ao presidente da Assembléia, deputado Cezar Abud, o sr. Eugênio de Barros veio aguardar, nesta capital, o pronunciamento do TSE, sôbre o recurso contra sua diplomação. O governador licenciado, que se vê na foto, ao desembarcar no aeroporto Santos Dumont, quando era abraçado pelo senador Vitorino Freire, declarou à imprensa: — "Se fôr mantido no cargo, voltarei ao Maranhão, para assumir o govêrno".

NOS ESPORTES

Excursão automobilistica

O Automóvel Clube do Brasil fará realizar, a 8 de abril próximo, uma excursão automobilística até a Fazenda Inglêsa, que pertenceu a Don Antônio Castelo Branco, Conde de Pombeiro.

A partida será às 8 horas da manhã, do "Stand" do Automóvel Clube, na Exposição Rodoviária. Poderão se inscrever quaisquer tipos de carros, estabelecendo-se a média horária de 59 quilometros para percorrer os 85 quilômetros de percurso.

A inscrição é de Cr$ 100,00 por carro, e mais Cr$ 50,00 por pessoa acompanhante com direito a almoço no local da chegada, constante de um churrasco. O motorista está dispensado do pagamento da taxa de almoço.

As inscrições serão aceitas até o dia 6 de abril, às 17 horas.

No Automóvel Clube

A Comissão Desportiva do Automóvel Clube reune, hoje, num almoço os cronistas especializados.

OKAMOTO SENDO PROCLAMADO HERÓI DOS 400 METROS — BUENOS AIRES — A consagração dos vencedores da prova dos 400 metros, nado livre, nos recentes Jogos Pan-Americanos. Vê-se em primeiro plano o norte-americano W. Heusner, classificado em 2.º; — segue-se o brasileiro Tetsuo Okamoto vencedor da prova; em 3.º, o mexicano Gutierrez Olguin. (Foto UP-ACME, Via Aérea)

VITIMA DE ATROPELAMENTO, FALECEU. — Conforme noticiamos, ontem, o advogado José Matos de Vasconcelos, de 62 anos, casado, morador na avenida N. S. de Copacabana, 455 — apartamento 502, ao atravessar a avenida Rio Branco na esquina da rua Pedro Lessa, foi colhido pela motocicleta, licença 21-28, conduzida pelo inspetor de trânsito 1729, Osvaldo Alves, casado, de 27 anos, residente na rua Pompeu Loureiro, 56 — casa XV. A vitima, que sofreu graves ferimentos, faleceu ao ser socorrida no Posto Central de Assistência, tendo sido o cadáver, removido para o necrotério do I.M.L. Segundo testemunhas do fato, o infeliz advogado teria atravessado a rua com o sinal fechado

A campanha de educação de adultos na Bahia

SALVADOR, 15 (Asapress) — Repercutiu muito bem nos círculos educacionais e politicos a nomeação do dr. Osvaldo Pinto Carvalho, deputado estadual na legislatura passada para o cargo de delegado da Campanha de Educação de Adultos no Estado da Bahia.

O dr. Pinto de Carvalho, assume, hoje, as suas funções tendo declarado à imprensa que espera corresponder à confiança do ministro Simões Filho, oferecendo todo o seu entusiasmo de moço, a fim de que possa assim melhor cooperar na grande obra que está realizando o titular da Educacão, no importante setor da alta administração do país que lhe coube.

Novos locais para os comícios políticos

O Chefe de Polícia considerando que incumbe à Polícia zelar pela manutenção da ordem, sempre que se verifiquem reuniões populares e visando principalmente evitar danos à propriedade e garantir o tráfego da cidade, determinou que sejam fixados, para cada ano, os locais que poderão ser utilizados para reuniões ou comícios.

Assim, durante o corrente ano, somente será permitida a realização de comícios nos seguintes locais: Campo de São Cristovão, nas proximidades das arquibancadas ali existentes; Praça Rio Branco, Praça das Nações e Largo da Abolição.

O deputado Jorge Lacerda em visita à redação de A MANHÃ



Jorge Lacerda, até há pouco nosso brilhante companheiro de trabalho, e fundador de "Letras e Artes" o magnifico suplemento literário dêste jornal, esteve, ontem, em visita aos seus colegas de redação, numa prova de estima e de fidalguia, que muito nos sensibilizou.

Eleito deputado federal por Santa Catarina, onde obteve notavel votação no último pleito, teve que se afastar, por imposltivo de lei, do nosso convivio dias antes de sua diplomação. Ao iniciar, agora, uma nova faceta de sua vida pública, quis Jorge Lacerda trazer aos seus antigos companheiros de lutas jornalisticas, a palavra amiga e sincera que nêle sempre encontramos e que tão familiar se tornou para todos nós desta casa.

O deputado Jorge Lacerda, agora licenciado de suas funções nêste jornal, permanecendo, assim, afastado do nosso convivio, pelos seus afazeres parlamentares, continúa integrado, pela lembrança de todos que aqui trabalham, na vida jornalistica de A MANHÃ, para cujo triunfo muito concorreu. Na gravura, Jorge Lacerda, quando connversava com o nosso diretor, dr. Cardoso de Miranda, na companhia do jornalista René Deslandes, secretário de A MANHÃ.

Ainda em mistério o destino do "Aeronca" e seu piloto

O jovem cadete teria premeditado o suicidio antes de sobrevoar o Rio — Dois dias antes, em Resende, reunira os amigos para "comemorar" o "acontecimento"

REZENDE, 15 (Especial para "A Manhã") — Perdura ainda nesta cidade inquietante espectativa a propósito do enigma que envolve o destino do pequeno avião "Aeronca" e seu piloto cadete da Escola Militar José Osorio de Barros. Como é sabido o jovem militar obtivera permissão do Aero Clube local para fazer um vôo de treinamento com o referido aparelho. Isto aconteceu na manhã de domingo ultimo. Mas ao contrario do que lhe fora permitido o piloto rumou para o Rio, indo sobrevoar o bairro de Copacabana, onde por algum tempo descreveu arriscados vôos de acrobacia, provocando serias apreensões. Dali desapareceu não mais retornando ao ponto de partida, nem havendo mais qualquer noticia a respeito.

Logo que se espalhou a noticia do desaparecimento do pequeno avião os dirigentes do Aero Clube puseram-se em campo à cata de informações, sem qualquer resultado positivo. Outras providências têm sido postas em pratica, mas tudo infrutiferamente.

TERIA PREMEDITADO O SUICIDIO

Decorridos mais de três dias após o desaparecimento misterioso do jovem cadete, tecem-se aqui os mais variados comentarios a propósito do ocorrido. Há quem pense, por exemplo, que o piloto já de regresso e na impossibilidade de encontrar um pouso antes de atingir esta cidade, haja caido em lugar incerto e desconhecido. Esta hipótese não é no todo desprezivel. Mas em torno do caso, como dissemos, surgem as mais diversas versões.

Comenta-se que o cadete Barros teria premeditado o suicidio. E isto porque, dois dias antes do acontecido, numa reunião de amigos, em certo bar daqui, resolvera comemorar um acontecimento. Instado por aqueles amigos para que desse uma explicação daquela reunião (feita à guisa de uma despedida), o cadete limitara-se a dizer-lhes que dias depois iriam ter conhecimento dos motivos da comemoração.

Já agora sabe-se também que o cadete desaparecido era repetente do 1.º ano da Escola Militar aqui sediada. Isso faz crer que, desgostoso, teria sido levado ao desespero procurando a morte premeditamente.

ATACADO PELO GATO RAIVOSO — Geraldo Xavier dos Santos, de 24 anos, casado, garção, morador na rua Azevedo Lima n.º 108-A, cuja foto publicamos acima, encontrava-se dormindo em seu quarto. Como fizesse muito calor, deixara a janela aberta. Em dado momento, um gato pulou na janela, e dai sôbre o homem que já adormecera. Acordado e atacado pelo felino, pôs-se a gritar, sendo acudido pelo vizinho José Jacinto, o qual com uma faca, abriu o ventre do animal, que sòmente assim largou o pobre homem. Depois de receber os primeiros socorros no H.P.S., pois ficara ferido no rosto e no pescoço, foi encaminhado ao Instituto Pasteur

Vêm aí os argentinos

BUENOS AIRES, 15 (AL) — No proximo dia 29 seguirá por via aérea, para o Rio de Janeiro o selecionado de basket-ball que disputará dez jogos amistosos no Brasil, a convite da Confederação Brasileira. A equipe inclui os mais destacados elementos do San Lorenzo de Almagro, do Platense, do Racing, do Barracas e do River Plate. Os jogos serão disputados contra os melhores jogadores do Rio, Santos e São Paulo.

INICIADO O ANO LETIVO NO INSTITUTO RIO BRANCO — Realizou-se ontem, no Palácio Itamarati, a cerimônia do inicio do ano letivo do Instituto Rio Branco, a qual contou com a presença de todo o corpo docente, de seu diretor, embaixador Lafayette de Carvalho e Silva, além do senador Ferreira de Souza, convidado a dar a aula inaugural, a qual versou sôbre: "A Diplomacia e a Importância do Estudo do Direito Privado". No clichê, um aspecto da mesa que presidiu à solenidade. (Foto Agência Nacional)

Arari (Adão Ribas) venceu a prova principal da tarde de ontem no Hipodromo de Corrêas

A MANHÃ no Turfe

ANO X — RIO DE JANEIRO, Sexta-feira, 16 de março de 1951 — NÚMERO 2.952

Chumbo (A. Ribas), Cambuci (L. Meszaros), Emiro (A. Portilho), Brown Boy (P. Fernandes), Feniana (U. Cunha), Tusca (S. Machado) e Skylark (L. Meszaros), os demais ganhadores da reunião

1º PAREO — 1.200 metros — Cr$ 8.000,00.
1º Chumbo, 56, A. Ribas
2º Etincelle, 54/5, L. Mezaros
3º Miragem, 54/2, E. Cardoso
4º Brejo, 56, A. Vieira
Não correu: Turbulento
Diferença: 3 corpos e seis corpos
Tempo: 79"2/5
Rateios:
Vencedor: Cr$ 18,00
Dupla (12) Cr$ 18,00
Proprietario: Rubens Silva
Tratador: Euclydes F. Silva.
Movimento de apostas: Cr$ ...... 60.030,00.

2º PAREO — 1.600 metros — Cr$ 8.000,00
1º Cambuci, 54/5, L. Mezaros
2º Iguape, 58/5, U. Cunha
3º Napoleão, 50/2, J. Portilho
4º Guanumbi, 54/1, Portilho
Não correram: Mucio Scevola e Comendador
Diferenças: Pescoço e oito corpos
Tempo: 106"4/5
Rateios:
Vencedor: Cr$ 35,00
Dupla (12) Cr$ 20,00
Proprietario: Stud Capichaba
Tratador: Juste Perez
Movimento de apostas: Cr$...... 89.670,00.

3º PAREO — 1.200 metros — Cr$ 8.000,00
1º Emiro, 57/4, A. Portilho
2º Ofélia, 53/50, H. Cunha
3º Muchacho, 55/6, A. Ribas
4º Statano, 55, Bern Cruz
5º Elaem, 53, J. Portilho
Não correram: Coromita e Senta a Pua
Tempo: 78"2/5
Diferenças: 4 corpos e cabeça
Rateios:
Vencedor: Cr$ 18,00
Dupla (13) Cr$ 16,00
Proprietario: Euvaldo Lodi
Tratador: C. Pereira
Movimento de apostas: Cr$ .... 102.900,00.

4º PAREO — 1.300 metros — Cr$ 8.000,00
1º Brown Boy, 54/1, P. Fernandes
2º Muxaxa, 50, U. Cunha
3º Itamogi, 58, A. Ribas
4º Pilantra, 50/47, F. Souza
5º Waldorf, 50/2, E. Cardoso
6º Marcello, 52, J. Portilho.
Diferenças: cinco corpos e dois corpos e meio
Tempo: 78 1/5
Rateios:
Vencedor: Cr$ 56,00
Dupla (13) Cr$ 122,00
Proprietario: José Lopes de Siqueira
Tratador: Francisco Pereira
Movimento de apostas: Cr$ .... 120.340,00.

5º PAREO — 1.200 metros — Cr$ 8.000,00
1º Feniana, 51/50, U. Cunha
2º Indaba, 51/50, S. Machado
3º Cherife, 56/3, D. Silva
4º Livramento, 56, A. Ribas
5º Patife, 56/3, F. Souza.
Não correu: Barodar
Diferenças: 1 corpo e três corpos
Tempo: 80"1/5
Rateios:
Vencedor: Cr$ 27,00
Dupla (14) Cr$ 30,00
Proprietario: José Salgado
Tratador: João Astranec
Movimento de apostas: Cr$ .... 129.290,00.

6º PAREO — 1.200 metros — Cr$ 8.000,00
1º Tusca, 50, S. Machado
2º Gralhana, 50/2, P. Tavares
3º Cauteloso, 54, B. Ribeiro
4º Night Club, 58, O. Serra
5º Inferior, 52, E. Cardoso
6º Lingote, 56/47, G. Santos
7º Vigarista, 58/5, P. Keller
Não correram: Bertucio e Portugal
Diferenças: Um corpo e meio e dois corpos
Tempo: 80"1/5
Rateios:
Vencedor: Cr$ 70,50
Dupla (34) Cr$ 135,00
Proprietario: Stud Iracema Medeiros
Tratador: Justo Perez
Movimento de apostas: Cr$ .... 137.940,00.

7º PAREO — 1.500 metros — Cr$ 10.000,00
1º Arari, 58, A. Ribas
2º Don Navarro, 58, U. Cunha
3º Hausto, 51/2, B. Ribeiro
4º Gume, 55, R. Urbano
5º Alvor, 51, E. Cardoso
Não correu: Carinhosa
Diferenças: 1/2 corpo e cinco corpos
Tempo: 96"4/5
Rateios:
Vencedor: Cr$ 66,00
Dupla (12) Cr$ 29,00
Proprietário: J.C. Lemos Marcondes
Tratador: Waldemar Meireles
Movimento de apostas: Cr$ .... 150.010,00.

8º PAREO — 1.200 metros — Cr$ 8.000,00.
1º Skylark, 54/5, L. Mezaros
2º Maroto, 52/50, U. Cunha
3º Carinhoso, 58/5, A. Portilho
4º Abunan, 52/4, A. Ribas
5º Dizzi, 54, R. Urbeira
6º Bom Crack, 50/2, J. Portilho
7º Tio Willie, 52, P. Tavares
Não correu: Abra Campo
Diferenças: Pescoço e cabeça
Tempo: 80"
Rateios:
Vencedor: Cr$ 40,00
Dupla (13) Cr$ 27,00
Proprietario: Adam Spinelli
Tratador: Celestino Gomes
Movimento de apostas: Cr$ .... 148.340,00.

Pista: Areia — Úmida — Movimento geral de apostas: Cr$ ...... 952.030,00, inclusive "Bettings".

Instalados os trabalhos da 16.ª Legislatura fluminense

(Conclusão da 9.ª pag.)

rio da Viação e Obras Públicas. São grandes as dificuldades a vencer, mas devemos esperar que, neste periodo de nosso Govêrno à frente dos negócios públicos do Estado do Rio, possamos ver realizada essa grandiosa obra, que virá transformar, profundamente, a vida da capital do nosso Estado, assim revalorizada, e vai ajudar o desdobramento da produção fluminense no grande mercado metropolitano. O Govêrno se preocupará, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias, em instalar de maneira mais confortável e segura, algumas repartições estaduais localizadas no interior, ora em condições demasiadamente precárias, como Posto de Saúde, Delegacias de Policia e orgãos da Secretaria das Finanças". Trata, em seguida, da taxa de conservação de estradas a fim de que o Estado possa empreender novos melhoramentos no setor rodoviário. "Este será — afirma o chefe do govêrno — porventura o único tributo novo que preconizamos a incidir sôbre o contribuinte fluminense, mas, diante das condições do nosso orçamento, não há como deixar de pedirmos mais êsse sacrifício".

Dedica, também, o governador Amaral Peixoto um capitulo ao problema da água e esgostos de Niterói, informando que o Poder Público, a fim de aliviar a situação angustiosa da metrópole fluminense, dará prosseguimento aos trabalhos de perfuração de poços para reforçar de cerca de 5 milhões de litros diários o atual abastecimento da cidade. Capitulo também importante é o que diz respeito à industrialização fluminense. Fala o governador da excelente situação geográfica do Estado do Rio, suas vias de comunicações, etc. Analisando o problema, diz que retirar as indústrias das cidades e localizá-las no interior constitui um grande passo para um reajustamento de padrões de vida, e, simultaneamente, um grande avanço no aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades agrárias. Recorda os recentes passos que, na Europa, deu no sentido de atrair a atenção dos industriais do Velho Mundo para o Brasil. Crê o governador que dessas conversações muito se beneficiará o Estado do Rio, com aparecimento de outras manufaturas que lhe completem os parques industriais. Refere-se à importancia da Companhia Nacional de Alcalis e à expressão que tem para a economia estadual. As questões de eletricidade são também abordadas pelo ilustre orador. Historia as obras de Macabú, desde seu inicio aos dias de agora. A última parte da sua mensagem, que é a mais longa, é dedicada à situação financeira. Informa das dificuldades com que luta o govêrno para concretização de um vasto plano de obras públicas, e ilustra essa sua afirmação informando que o atual "deficit" estadual, que era de pouco mais de 16 milhões de cruzeiros em 1950, atinge hoje à cifra de cerca de 50 milhões. Acentua, entretanto, que, em face do crescente aumento da renda pública, êsse "deficit" não deverá trazer inquietações. Analisando as raizes desse "deficit" afirma o governador: "O que se deu, evidentemente, foi que um administrador devotado aos assuntos político-partidários, perdeu de vista certos interêsses que deveriam estar definitivamente resguardados, por se ligarem à confiança do público no crédito do Estado". E assim, conclui o governador a sua Mensagem:

Orientação política

"Dirigindo-nos, pela primeira vez, aos legisladores eleitos pelo altivo e generoso povo fluminense, sôbre cujos ombros, a bem dizer, se formou a grandeza do regime democrático no Brasil, nos tempos do Império, como a principal unidade politica e econômica da nação, cumpre-nos dizer que a nossa firme intenção é governar politicamente, isto é, governar com o nosso e com os Partidos nossos coligados. Seria trair a opinião eleitoral, tão decisivamente manifestadas nas urnas, abandonar aqueles que o povo elegeu em maioria de sufragios, com a cooperação dos quais ascendemos de novo à chefia do Poder Executivo do Estado. Esta declaração, decorrente de um dever de probidade politica, não significa, necessàriamente, perseguição aos adversários, prosseguimento de lutas que findaram nas urnas. Dispostos a dar às necessidades do povo o máximo do nosso esforço, de nossa experiência, de nosso critério funcional, estamos certos de que os Partidos, que representam as frações da opinião fluminense, para serem dignos da delegação que receberam, ensarilharão as armas com que pugnaram, para agora atenderem tão sòmente aos interêsses coletivos do Estado. Precisamos dar ao povo fluminense o que êle realmente merece e precisa: instituições sólidas, confiança na administração, eficiência governamental, com que o ajudemos na obra da ressurreição das suas grandes tradições de civismo e na criação de um futuro que não desminta a imponência de seu passado".

INSTALOU-SE, SOLENEMENTE, O CONGRESSO NACIONAL

(Conclusão da 9.ª pag.)

vos estavam presentes e ia darlhes posse. Sem qualquer reclamação, tomaram posse os srs. Epilogo Campos, Medeiros Neto e Francisco de Araújo Macedo, êste do Estado de Sergipe e eleito nas ultimas eleições, pela primeira vez.

Entrega da Mensagem

Retomou a palavra o sr. Melo Viana e, depois de repetir que o Congresso estava instalado, designou os senadores Ferreira de Souza e Carlos Siemch, e os deputados Lauro Lopes e Carlos Luz, para constituirem a Comissão encarregada de introduzir no recinto da Mesa o sr. Lourival Fontes, Chefe do Gabinete Civil da Presidência que era portador da Mensagem do presidente da República, tal como está disposto na Constituição.

O sr. Lourival Fontes, sob as palmas do plenário e dos assistentes. fez a entrega do documento, nas mãos do sr. Melo Viana, retirando-se a seguir.

O Presidente da sessão determinou, então, a leitura do documento. O sr Georgino Avelino iniciou-a, terminando o outro-secretário, sr. Dário Cardoso.

Encerramento

O sr. Melo Viana, voltando a falar, congratulou-se com a Nação pela Mensagem do Presidente e agradeceu a presença do vicepresidente da República à solenidade bem como do Cardeal Arcebispo, dos Embaixadores e ministros Plenipotenciários, dos ministros de Estado, do Chefe de Policia, demais autoridades e do povo em geral.

Terminadas suas palavras, a sessão foi encerrada.

Instalação da Assembléia pernambucana

RECIFE, 15 (Asapress) — Sob a presidência do deputado pessedista Tôrres Galvão instala-se hoje a Assembléia Legislativa do Estado, comparecendo ao ato altas autoridades federais e estaduais. Será lida na ocasião uma mensagem do governador Agamemnon Magalhães, abordando, entre outros pontos de interêsse da economia pernambucana, o gigantesco plano visando tornar perenes os rios Brígida, Paejú e Moxotó, no alto sertão. A mensagem reafirma os propósitos de pacificação politica do governador, convocando todos os pernambucanos para o trabalho de renovação econômica e social do Estado.

Hemofluidina — Na artério esclerose.

Notícias da Rádio Nacional

Os novos programas — Muraro, Cazarré, Déa Selva e Marion foram contratados — As audições de hoje de Carlos Galhardo e Marlene, que vai bancar o marujo ianque — Edifício Balança, mas não cai

Na nova linha de programação da Rádio Nacional, já estão com lançamentos marcados os seguintes programas: "Largo da Harmonia", de Ghiaroni, "Inimigo Invisivel", série de teatro policial, de Mario Brasini, e "Um Fio de Melodia", de Helio do Soveral e Alexandre Gnattali.

NOVOS CONTRATADOS

Ampliando e reforçando o seu já magnifico elenco, a PRE-8 acaba de contratar um punho de artistas, a saber: o pianista Heriberto Muraro, a cantora e atriz Marion e os atores Cazarré e Déa Selva — todos, nomes de projeção em nosso circulos artísticos e populares.

A estréia de Muraro deverá ocorrer com a do programa "Um Fio de Melodia".

Marion, provavelmente, fará a sua no programa de Manoel Barcelos, na segunda quinzena de abril.

Quanto a Cazarré e Déa Selva, a direção de rádio-teatro prepara-lhes uma audição consoante seus dotes de atores especificos.

Tambem, para a redação comercial, foi contratado o sr. Fernando da Silveira, profissional zeloso e habil.

"EDIFICIO BALANÇA..."

Todas as sextas-feiras, das 20.25 às 21 horas, a Nacional transmite, diretamente de seu auditório, o programa de Max Nunes, "Edificio Balança, mas não cai", cujo sucesso tem sido dos mais francos, na interpretação de alguns de seus ca-



MARION

tegorizados artistas, com Floriano Faissal, Brandão Filho, Germano, Paulo Gracindo, Tina Vita, Wellington Botelho, Oswaldo Elias, Henriqueta Brieba, Alfredo Viviani e outros, patrocinando a audição os produtos Eucalol.

"ENTRA NA FAIXA"

No programa de Fernando Lobo, "Entra na Faixa", irradiado às sextas-feiras, das 22.10 às 22.35, tambem do auditório, têm os fãs e ouvintes ensejo de admirar a personalidade de Marlene, que se transformou numa autêntica "vedeta", cantando e representando com graça. Hoje, ela se apresentará vestida de marujo norte-americano, vivendo um desses tipos já tão familiares aos brasileiros.

"Entra na Faixa" leva o patrocinio da Cia. Antartica Paulista e é animado por Manoel Barcelos, contando sempre com numeroso público.

CARLOS GALHARDO

No seu recital semanal das sextas-feiras, às 12.05, sob os auspicios do "Leão d'America", Carlos Galhardo, no de hoje, cantará estas composições: "Foi um Sonho", samba de Francisco Alves e Klecius, "Volta", tango-canção de José Maria de Abreu e Alberto Ribeiro, "Sonhando com Você", bolero de Léa Garoni e Braga Sampaio, "Não Revelarás", fox de Americo Seixas e Arnaldo Passos, e "Cadeira de Balanço", valsa de Dilú Melo e Nisa Trindade.

Dr. José de Albuquerque
Membro efetivo da Sociedade de Sexologia de Paris
DOENÇAS SEXUAIS DO HOMEM
Rua do Rosário, 98. De 1½ às 18 horas.

CABELLOS BRANCOS
JUVENTUDE ALEXANDRE
USE E NÃO MUDE

OURO - JOIAS PRATARIAS
Compro pelo maior preço. Beco do Rosário N. 2, junto ao Largo de S. Francisco e junto à Ótica A Redentora.

Dr. Orlandino Fonseca
(DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA)
Ortopedia — Traumatologia — Fisioterapia
TRATAMENTO DA PARALISIA INFANTIL
Radiodiagnóstico especializado das doenças dos ossos e articulações — Radiografias e tratamento de fraturas a domicilio.
RAIOS X
Cons.: Av. Rio Branco, 257 - 5.º and. — S. 511 e 513. de 14 18,30 hs. — Tel.: 22-8757 — Res.: 37-1531

Programas com montarias prováveis para as reuniões de sábado e domingo no Hipódromo da Gávea

A CORRIDA DE SÁBADO

1.º PAREO — 1.600 metros — Cr$ 30.000,00 — As 13,25 horas. — Ks.
1—1 M. Schuch, A. Portilho ... 56
2—2 Tarascon, U. Cunha 56
3 (3 Descamisado, D. Moreira . 56
3 (4 Patife, L. Mezaros 56
4 (5 Noviço, L. Dias 56
4 (6 Curitibano, W. Meireles . 56

2.º PAREO — 1.600 metros — Cr$ 30.000,00 — às 13,55 horas. — Ks.
1—1 Cravador, U. Cunha 52
2—2 Ecelero, C. Moreno 58
3—3 Veludo, XX 54
4 (4 Minguinho, A. Ribas 58
4 (5 Pânico, D. Moreira 50

3.º PAREO — 1.300 metros — Cr$ 30.000,00 — às 14,25 horas. — Ks.
1 (1 Jacomi, U. Cunha 52
1 (2 N. Maria, O. Ulloa 52
2 (3 Valço, D. Moreira 54
2 (4 Haramun, XX 50
3 (5 Lipe, XX 56
3 (6 Jacuí, S. Câmara 56
4 (7 Mavilis, P. Coelho 54
4 (" Hunter, XX 50

4.º PAREO — 1.600 metros — Cr$ 30.000,00 — às 14,55 horas — Ks.
1 (1 Gulfstream, C. Moreno ... 55
1 (2 Changa, D. Moreira 53
2 (3 Oraci, J. Portilho 55
2 (4 Giselle, L. Dias 53
3 (5 Zanzibar, XX 55
3 (6 Maud, O. Ulloa 53
4 (7 Manguarito, L. Leighton . 55
4 (8 Comtesse, XX 53
4 (" Chuva, XX 53

5.º PAREO — 800 metros — (Grama) — Cr$ 40.000,00 — às 15,30 horas — Ks.
1 (1 Prédica, M. L'Ollierou ... 54
1 (" Pandorra, O. Ulloa 54
2 (2 Fair Baby, D. Moreira ... 54
2 (3 Perlita, XX 54
2 (4 Neva, Não corre 54
3 (5 Miss Judy, C. Moreno .. 54
3 (6 E. do Norte, O. Macedo . 54
3 (7 Kismel, E. Silva 54
4 (8 Panda, L. Dias 54
4 (9 Shameless, J. Mesquita .. 54
4 (10 Pompa, B. Ribeiro 54

6.º PAREO — "Clássico Pereira Lima" — 1.000 metros — Cr$ 100.000,00 — às 16,05 horas. — Ks.
1 (1 Lilac, S. Ferreira 54
1 (2 Neva, XX 54
2 (3 Herodiade, C. Moreno ... 54
2 (4 Leiza, O. Ulloa 54
3 (5 Galanteria, I. Souza 54
3 (6 Flor do Sol, A. Rosa 54
4 (7 Eledol, M. L'Ollierou 54
4 (" Paula, L. Dias 54

7.º PAREO — 1.000 metros (Pista de grama) — Cr$ 40.000,00 — às 16,40 horas — (BETTING) — Ks.
1 (1 P. de Ipó, S. Câmara .. 55
1 (" Imaruhy, XX 55
1 (2 P. Negra, D. Moreira 55
2 (3 Medéa, F. Irigoyen 55
2 (4 Camaruan, A. Brito 55
2 (5 Elaem, D. correr 55
3 (6 Miss You, P. Coelho 55
3 (7 Olens, O. Macedo 55
3 (8 G. Princêss, O. Ulloa 55
3 (9 Ancladinha, W. Andrade . 55
4 (10 Gold Mary, S. Ferreira .. 55
4 (11 Rosalie, J. Araujo 55
4 (" Ivy, C. Moreno 55
4 (" Itaverava, L. Leighton ... 55

8.º PAREO — 1.600 metros — Cr$ 35.000,00 — às 17.20 horas — (BETTING) — Ks.
1 (1 Guaruman, L. Mezaros .. 55
1 (2 Murta, J. Martins 52
2 (3 Argonauta, A. Rosa 56
2 (3 Coluna, XX 56
3 (5 Fairfax, R. Urbina 58
3 (6 Ouro Preto, C. Moreno ... 50
4 (7 Winter King, L. Dias 54
4 (8 Incendiario, XX 50
4 (9 Califa, O. Reichel 54

9.º PAREO — 1.500 metros — Cr$ 30.000,00 — às 18 horas — (BETTING) — Ks.
1 (1 Dracula, I. Souza 56
1 (2 Irak, J. Mesquita 50
2 (3 Iguape, XX 52
2 (4 Taquari, XX 54
3 (5 Guelfo, A. Rosa 58
3 (6 Comendador, C. Moreno . 56
3 (7 Lingote, G. Santos 50
4 (8 Brazilian Star, U. Cunha 54
4 (9 Cacré, C. Callieri 54
4 (10 Olympus, F. Cardoso 54

A CORRIDA DE DOMINGO

1.º PAREO — 1.400 metros — (3.ª prova especial de éguas) — Visconde Schmidt — Cr$ 60.000,00 — às 13,25 horas. — Ks.
1—1 Elagol, C. Moreno 56
2—2 La Pluma, J. Mesquita 61
3 (3 Bakelita, O. Ulloa 58
3 (" Tarentaise, A. Portilho .. 58
3 (" Lollypop, J. Portilho 58

2.º PAREO — 1.400 metros — Cr$ 25.000,00 — às 13,55 horas. — Ks.
1 (1 Waxy, C. Moreno 56
1 (2 Poranga, A. Portilho 56
2 (3 Mandinga, O. Serra 54
2 (4 Ativa, J. Araujo 54
3 (5 Thaïs, U. Cunha 50
3 (6 Vinela, P. Coelho 50
4 (7 Erin, S. Ferreira 54
4 (8 Jequitiaia, W. Meirelles .. 56

3.º PAREO — 1.000 metros — Cr$ 35.000,00 — às 14.25 horas. — Ks.
1—1 Urubizaba, J. Mesquita 52
2—2 Pracinha, A. Torres 56
3 (3 Aquila, S. Camara 48
3 (4 Jequitinhonha, C. Moreno 50
4 (5 Bosambo, U. Cunha 58
4 (" Rio Verde xxx 50

4.º PAREO — 1.400 metros — Cr$ 30.000,00 — às 14,58 horas. — Ks.
1 (1 Petulante, A. Portilho 56
1 (" Tintureira, F. Irigoyen .. 56
2 (2 Cajaiba, J. Mesquita 56
2 (3 [illegible] (*), W. Andrade 56
3 (4 [illegible], C. Moreno 56
3 (5 Mutiala xxx 56
3 (6 Normalista, A. Rosa 56
4 (7 Luisiana, J. Portilho 56
4 (8 Bolivia, S. Ferreira 56
4 (9 Pile, U. Cunha 56

5.º PAREO — 1.300 metros — Cr$ 40.000,00 — As 15,30 horas. — Ks.
1—1 Croydon, F. Frigoyen 53
2 (2 Ramon Novarro, C. Moreno 53
2 (3 Coraliaco, J. Mesquita 55
3 (4 Bananal, xxx 55
3 (5 Grey Prince, L. Dias 55
4 (6 Mont Royal, O. Ulloa 55
4 (" Matador, N. Linhares 55

6.º PAREO — "Clássico Paul Maugé" — 1.000 metros — Cr$ .... 100.000,00 — As 16,05 horas. — Ks.
1 (1 Perán, M. L'Ollieron 54
1 (" Bogó, L. Dias 54
2 (2 Lupan, O. Ulloa 54
2 (3 Evoé, xxx 54
3 (4 Grillon, S. Ferreira 54
3 (5 Enrico di Savoia, C. Moreno 54
4 (6 Seu Acacio, A Rosa 54
4 (7 Marengo, xxx 54
4 (8 Irisado, O. Macedo 54

7.º PAREO — 1.000 metros — Cr$ 40.000,00 — As 16,40 horas — (Betting). — Ks.
1 (1 Elasal, P. Coelho 55
1 (2 Gladio, S. Ferreira 55
2 (3 Good Sport, L. Dias 55
2 (4 Chapultepec, O. Ulloa .. 55
2 (5 Monterrey J. Souza 55
3 (6 Avante, W. Andrade 55
3 (7 Ornato, J. Mesquita 55
3 (8 Surubiú, G. Costa 55
4 (9 Farewell, C. Rosa 55
4 (10 Opio, C. Moreno 55
4 (11 Gengibre, A. Brito 55

8.º PAREO — 1.300 metros — Cr$ 80.000,00 — (Handicap Especial) — As 17,20 horas. — (Betting). — Ks.
1 (1 1 Fairplay, O. Ulloa 59
1 (" Bozambo, xxx 51
1 (2 Rife, D. Moreira 51
2 (3 Lover's Moon, F. Frigoyen 57
2 (4 La Pluma, R. Urbina 49
2 (5 Cid, L. Mezaros 56
3 (6 Manitou, M.L'Ollierou 55
3 (7 Kurdo, O. Macedo 50
3 (" Four Hills, C. Moreno 48
4 (8 Irresistivel, J. Mesquita .. 53
4 (9 Icaro, xxx 48
4 (10 Elitina, xxx 58
4 (" Chenille, xxx 56

9.º PAREO — 1.300 metros — Cr$ 30.000,00 — As 18,00 horas — (Betting). — Ks.
1 (1 Egle, L. Dias 56
1 (2 Alvitre, xxx 56
1 (3 Media Luna, J. Araujo 52
2 (4 Má, P. Tavares 56
2 (5 Marcello, S. Ferreira 52
2 (6 Fiel Amigo, C. Moreno .. 54
3 (7 Luarlinda, N. Linhares .. 56
3 (8 Maracajú, U. Cunha 52
3 (9 Pilantra, xxx 54
4 (10 Jurujuba, J. Mesquita .. 56
4 (11 Montenegro, xxx 56
4 (12 La Malinche, J. Portilho .. 52

LIVRE-SE DA TOSSE E DEFENDA OS SEUS BRÔNQUIOS COM BENZOMEL

OVOS DE PASCOA
comprem diretamente na fabrica Paulista pela metade do preço. São de chocolate com leite e cheios com bombons recheados de frutas. Artigo fino e de luxo. Balas cristalizadas, quilo 10 cruzeiros; recheadas a 14 cruzeiros; bombons recheados a 50 cruzeiros; de licor a 35 cruzeiros e de creme a 30 cruzeiros. Cocadas, batata e abobora, bananada, doce de leite, suspiros, cento, 20 cruzeiros. Biscoitos finos, quilo, 20 cruzeiros. Jujuba e caramelo Toffi, a 30 cruzeiros. Rua Miguel de Frias, 35. Tel. 48-4799, fica no fim da avenida Presidente Vargas, adiante da rua Machado Coelho.

DENTADURAS PERFEITAS
METODO ESPECIAL DE MOLDAGEM DO DR. ROMEU G. LOUREIRO
LAUREADO ESPECIALISTA
PREÇOS AO ALCANCE DA CLASSE POBRE
TRABALHOS A PRESTAÇÕES
AV. MARECHAL FLORIANO, 87

Livraria Francisco Alves
Fundada em 1854
LIVREIROS E EDITORES
Rua do Ouvidor, 166 — RIO

60,00 — 70,00 — 80,00 — 120,00 — 50,00 — 100,00 — 130,00
OS PREÇOS MARCADOS INDICAM AS PRESTAÇÕES MENSAIS
Garantimos assistência mecânica gratuita até a última prestação
ESPERANÇA DE BARROS COSTA & CIA.
OS RÁDIOS VENDIDOS PELA NOSSA CASA TÊM DIREITO A UMA REFORMA GERAL NO FINAL DO PAGAMENTO
AVENIDA PASSOS, 36 a 38
TELEFONES: 43-6780 43-2421